PREFEITURA MUNICIPAL DE FÊNIX
Cidade Histórica e Ecológica

OFÍCIO GAB/PM Nº 072/2019

Fênix, em 10 de junho de 2019.

Senhor Presidente:

Com o presente encaminho à alta consideração dos Senhores Vereadores, o Incluso Projeto de Lei, foram acrescidos no Volume II 4ª fase nas páginas 18 a 22, que faz a adequação do Plano Diretor Municipal e revisa o Plano Municipal de Ações e Investimentos que é parte integrante do Plano Diretor, que trata da atualização das diretrizes e metas para o Planejamento do Município de Fênix, conforme já apresentado em Audiência Pública na data de 14 de fevereiro de 2019.

Na certeza de contarmos com a especial atenção dos nobres Vereadores, antecipadamente agradecemos e confiamos na harmonia entre os poderes, elevo meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

ALTAIR MOLINA SERRANO
Prefeito Municipal

Ao
Excelentíssimo Senhor
GERALDO GUMERCINDO DA SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Fênix - Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº014/2019

SÚMULA – Ficam aprovadas as Adequações do Plano Diretor do Município de Fênix, e a revisão do Plano Municipal de Ações e Investimentos – PAI, que é parte integrante do Plano Diretor e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte o seguinte:

Projeto de Lei

Art. 1º Ficam aprovadas às Adequações do Plano Diretor Municipal de Fênix, em conformidade às mudanças estabelecidas na audiência pública realizada especificamente para adequação do Plano Diretor e PAI – Plano Municipal de Ações e Investimentos, como parte integrante do Plano Diretor do Município de Fênix, em data de 14 de fevereiro de 2019, nos termos do Anexo I - ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE FÊNIX que acompanham a presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, alterando as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aos 10 de junho de 2019.

ALTAIR MOLINA SERRANO
Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 014/2019

Fênix, em 10 de junho de 2019.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

1. Em anexo submeto à alta apreciação dos senhores vereadores projeto de Lei que aprova as Adequações do Plano Diretor do Município de Fênix, e a revisão do Plano Municipal de Ações e Investimentos – PAI.

2. Atualmente foram efetuadas mudanças no Plano Diretor, conforme exposto em audiência pública realizada especificamente para adequação do Plano Diretor e PAI – Plano Municipal de Ações e Investimentos, como parte integrante do Plano Diretor do Município de Fênix, em data de 14 de fevereiro de 2019 (documentação em anexo).

Outrossim, pelo fato deste projeto já ter tramitado em parte nesta Casa de Leis e ter sido retirado para adequação, solicitamos a tramitação se possível o mais breve.

Esperando contar com a colaboração dos senhores Edis, pelo qual antecipo agradecimentos, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço, extensivos aos demais nobres Vereadores.

Cordialmente,

ALTAIR MOLINA SERRANO
Prefeito Municipal

À CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Atendendo ao oficio 255/2019 do Ministério Público, no qual faz menção a Recomendação Administrativa 01/2019 encaminhada a esta Prefeitura e a Presidência do Legislativo Municipal, para que conste no Plano Diretor a implantação da Zona de Proteção Verde no município conforme ofício em anexo, em função do mesmo esse Poder Executivo solicitou desta casa de leis a retirada de pauta a votação da Adequação do Plano Diretor para o seu devido cumprimento. O qual a equipe técnica municipal cumprindo com o determinado novamente reencaminha a esta casa de leis para a devida conclusão.
A recomendação administrativa 01/2019 propoe:

Essa proteção estabelece uma distância de, no mínimo 50 (cinquenta) metros, com a formação de 02 (duas) linhas de espécies nativas adequadas para a região, não frutíferas de crescimento rápido, sendo uma de porte arbóreo e outra de porte arbustivo, implementadas nas áreas urbanas limítrofes com rurais apontadas no Plano Diretor de cada município, livres da aplicação de agrotóxicos, colocando-se alternativas de cultivo por meio de sistemas orgânicos e agroecológicos.

Como possibilidade diversa, estabelece-se uma distância maior, de, pelo menos, 300 (trezentos) metros, entre a lavoura e os locais em que houver concentração de pessoas, sem as linhas arbóreas, onde são permitidas todas as atividades de produção rural, sendo proibido unicamente a utilização de agrotóxicos.

Foi anexado ao plano diretor as devidas especificações conforme o texto que segue:

"ESTUDO DE VIABILIDADE PARA CRIAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI

Estudos serão realizados para a implementação do Projeto de Lei sobre as Zonas de Proteção Verdes no Município. Trata-se de uma área geográfica, onde são admitidas atividades agropecuárias sem uso de agrotóxicos e com baixo impacto ambiental. Esta zona deve ser implantada as margens de locais onde há agrupamento de pessoas (sede, distrito, e vilas rurais) em áreas de interface entre o perímetro urbano e a zona rural. Consiste em uma linha de espécies arbóreas, junto a uma linha de espécies arbustivas com larguras de 50 metros da área Peri urbana, e a faixa de 500 metros livre de agrotóxicos já existente na Lei 25/2012 DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS no capitulo III artigo 15 parágrafo

§ 4°. A Área de Entorno da Sede Urbana compreende as áreas que são circundantes ao perímetro urbano estabelecido, que tem como objetivo

delimitar uma faixa de proibição de utilização de agrotóxico em todas as propriedades localizadas na zona rural e limítrofes ao perímetro das zonas urbanas em uma faixa não inferior a quinhentos metros de distância em torno deste perímetro"

A este estudo foram incluídos os mapas especificando as faixas de proteção verde nas aglomerações existentes no município: Sede Urbana, Distrito de Bela Vista do Ivaí, Vila Rural Boa Esperança e Vila Rural Novos Caminhos. Foram acrescidos no Volume II 4ª fase nas páginas 18 a 22.

Na oportunidade, reitero a Vossa Senhoria, estar a disposição para qualquer esclarecimentos.

Cordialmente.

Fênix, 10 de junho de 2019.

MARIA LUCIA MUNDO
Arquiteta e Urbanista
Responsável Técnica pelo
Plano Diretor Municipal

ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE FÊNIX - PR

VOLUME I

1º FASE: PLANO DE TRABALHO

2º FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

3º FASE: DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Prefeito Municipal

Altair Molina Serrano

Vice Prefeito

Emerson Luís Baia

Secretário do Departamento de Administração e Planejamento

Daniel Pereira Filho



EQUIPE TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Coordenação Geral

Maria Lucia Mundo

Arquiteta e Urbanista – CAU – A21808-1

Técnicos

Alcindo Molina Serrano

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transportes

Arlei Fátima Rudek

Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Daniel Pereira Filho

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Elson de Araujo Costa

Contador – CRC 055961/O-1

Fabiana Akiko Omura

Assessora Jurídica OAB/PR 46.899

Juliana Fontini de Souza

Departamento de Tributação Rural

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS 05
Plano de Trabalho 06
Introdução e apresentação do documento 06
Descrição das Atividades 08
1. Primeira Fase: Elaboração do Plano de Trabalho Metodologia Realizada 08
I) Criação do Fluxo informacional 08
II) Convocação da Equipe da Técnica 08
2. Segunda Fase: Avaliação Temática Integrada 09
I) Identificação da base de dados 09
II) Levantamento de Dados 09
III) Criação do Banco de Dados Plano Diretor Municipal: 10
IV) Avaliação Temática Integrada 11
A) Aspectos Regionais 11
B) Aspectos Ambientais (tendo como referência as bacias e micro bacias hidrográficas) 11
C) Aspectos Socioeconômicos 11
D) Aspectos Sócio espaciais 11
E) Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos 12
F) Aspectos Institucionais 12
V) Processo de Participação – 2ª Audiência Pública 13
3. Metodologias Específicas - Planejamento Estratégico **13**
Planejamento Estratégico **13**
II. Planejamento Estratégico e Situacional **15**
III. Estratégia Prospectiva **15**
4. Quarta Fase: Minutas para Legislação Básica **15**
5. Quinta fase: Plano de Ação e Investimentos **16**
Processo de Participação – 3ª Audiência Pública **16**
Produtos Finais 17
REFERÊNCIAS **18**
FOTOS DAS AUDIÊNCIAS **19**

LISTA DE SIGLAS

PDM – Plano Diretor Municipal

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDO – Leis de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei do Orçamento Anual

PAI – Plano de Ação e Investimentos

PARANACIDADE – Serviço Social Autônomo Paranacidade

PPA – Plano Plurianual

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná **SEDU**

– Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano **TR** –

Termo de Referência



Plano de Trabalhoe

Introdução e apresentação do documento

A metodologia a ser utilizada no desenvolvimento dos trabalhos prevê e viabiliza uma ampla participação da sociedade de FÊNIX no desenvolvimento do Plano Diretor Municipal, possibilitando a identificação dos desafios a serem abordados pelo desenvolvimento municipal, através de: debates entre os técnicos dos diversos departamentos municipais e das esferas estadual e federal, para situações específicas; audiências públicas e debates com a participação dos diversos segmentos organizados da sociedade civil, da classe política e do Poder Legislativo Municipal e publicidade dos documentos e informações produzidas.

Todos os trabalhos estarão alinhados com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU para o desenvolvimento dos municípios paranaenses.

O Plano de Trabalho consiste na definição das fases, atividades, produtos, métodos e prazos a serem desenvolvidos na elaboração dos trabalhos do Plano Diretor Municipal de **FÊNIX - PR**. A partir da assinatura do DECRETO de Nº 094/2017 de criação da Equipe Técnica e teve o início dos trabalhos no dia 11/09/2017, substituído pelo DECRETO de Nº 18/2019 em função de substituir alguns membros da Equipe.

O Plano de Trabalho está estruturado conforme **Quadro Síntese**
apresentado nas páginas a seguir:

CRONOGRAMA - PLANO DE TRABALHO - FÊNIX

FASES	ATIVIDADES	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18
INSTITUIÇÃO DO GRUPO TÉCNICO	• Análise da estrutura do Município • Reunião com Secretarias Municipais • Formatação da documentação • Emissão da documentação • Reunião de avaliação														
ATUALIZAÇÃO DO P.A.I.	• Estabelecimento de fundamentação teóricas e metodologia • Caracterização do objetivo de estudo o Levantamento de informações) o Diagnostico o Analise integrada														
LEVANTAMENTO DE INDICADORES	Construção de indicadores que permitam a avaliação anual do desempenho do processo de planejamento e gestão municipal • Indicadores sociais e de gestão • Pesquisa de opinião junto à sociedade • Avaliações setoriais e global • Discussão com a sociedade e divulgação • Informações para o planejamento														
CONCLUSÃO DO P.A.I.	• Avaliação de diretrizes de desenvolvimento • Avaliação de diretrizes normativas • Avaliação de diretrizes operacionais • Avaliação integrada/formulação de proposições														

Descrição das Atividades

1. Primeira Fase: Elaboração do Plano de Trabalho Metodologia Realizada

A Primeira Fase é composta pelas seguintes atividades:

I) Criação do Fluxo informacional

O Município constitui, através do decreto 094/2017, a Equipe Técnica Municipal para participar da elaboração do Plano Diretor Municipal, e designa a Arquiteta Maria Lucia Mundo, CAU A21808-1, como coordenadora da mesma, com a RRT de vínculo empregatício de número 0000007588404 e RRT do Plano Diretor de número 0000007630246.

Os membros da Equipe Técnica Municipal também darão apoio no que se refere aos aspectos relacionados com o Plano Diretor Municipal, possibilitando ao longo de todo o processo de elaboração do mesmo, a transferência de conhecimento em ambos sentidos.

A Equipe Técnica Municipal, participará das diferentes fases da elaboração do Plano Diretor Municipal e que acompanhará a implementação, controle e adequação do Plano Diretor Municipal – PDMF.

O processo de elaboração do Plano Diretor foi amplamente divulgado à população, democratizando a tomada de decisões. A divulgação pressupõe as seguintes estratégias de comunicação e marketing:

- ✓ Elaboração de convites, formulados pela Prefeitura Municipal, de acordo com a disponibilidade de recursos municipais;
- ✓ Realização de Audiências Públicas;
- ✓ Divulgação através de rádios ou meios de comunicação existente no local;
- ✓ Divulgação dos trabalhos no site institucional da Prefeitura.

A Primeira Audiência Pública que marca o início da participação popular nos trabalhos do Plano Diretor Municipal. Neste evento, sob a coordenação da Prefeitura Municipal de FÊNIX, foi apresentada à comunidade a proposta de implantação do processo de Adequação do Plano Diretor. Foi demonstrada a importância da participação comunitária e dos instrumentos para o desenvolvimento municipal e abordados.

Realizada no dia 15 de setembro de 2017, sendo transcrita os relatos e discussões na íntegra em ata.

II) Convocação da Equipe da Técnica

Realizada reunião com os membros da Equipe da Técnica, para a definição da agenda de reuniões, nivelamento do conhecimento, discussão dos métodos a serem aplicados nas distintas etapas de desenvolvimento dos trabalhos. Os Objetivos do Trabalho da Equipe Técnica são os seguintes:



- ✓ Propor ou rever a legislação municipal e elaborar novos instrumentos legais;
- ✓ Adaptar os instrumentos legais à Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, às Leis Federais nº 6.766/79 e 9.785/99 e nº 10.257/01 e outras pertinentes;
- ✓ Atualizar as áreas urbanas onde poderão ser aplicados o parcelamento e a edificação ou a utilização compulsória, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º da Lei Federal nº 10.257/01;
- ✓ Redefinir o zoneamento de todo o território municipal com vistas ao desenvolvimento sustentado;
- ✓ Apresentar diretrizes para implantação e organização da infraestrutura e dos serviços públicos;

2. Segunda Fase: Avaliação Temática Integrada

A Segunda Fase é composta pelas seguintes atividades:

I) Identificação da base de dados necessária ao desenvolvimento do Plano Diretor Municipal, foi feito um levantamento técnico e digital referente ao Banco de Dados da Prefeitura, através de um inventário de informações, verificação de consistência e reconhecimento dos conjuntos de informações primárias necessários à execução dos diversos procedimentos de análise, interpretação e prospecção a serem empregados com vistas aos objetivos específicos propostos no Plano Diretor Municipal.

II) Levantamento de Dados

Tal atividade consiste no levantamento e aquisição de todas as informações relativas ao município, incluindo legislação municipal vigente, estudos, planos e projetos existentes para a região e para o município, em órgãos federais, estaduais, municipais e outros, através da pesquisa em acervo documental, de observação de campo e da identificação dos projetos e ações previstas em desenvolvimento, bem como, aqueles estruturadores que estejam ocorrendo em outros municípios, mas que possam ter qualquer reflexo para o município.

Os temas mínimos que devem ser levantados são relativos aos aspectos contemplados na Análise Temática Integrada. As Secretarias Municipais possuem dados fundamentais ao processo, devido ao nível de detalhamento dos mesmos. Dados solicitados aos Secretários Municipais através do Ofício 76/2018 do dia 16 de março de 2018.

Já os órgãos estaduais e federais possuem informações mais abrangentes, possibilitando análises regionais da situação. As demais entidades detentoras de informações possuem informações sobre temas específicos e direcionados. A estratégia de execução dos trabalhos prevê o esgotamento das fontes de informações e do conhecimento dos programas existentes

nas esferas municipal, estadual e federal para que o município possa se beneficiar em termos da consecução das diretrizes do Plano Diretor Municipal. Cabe à Prefeitura, quando solicitada, a disponibilização de ofícios de pedidos de dados, quando o órgão fonte das informações assim solicitar.

Os dados serão reunidos em uma base de dados única, composta por informações que representem a realidade municipal de forma gráfica, por meio de mapas, cartas e imagens do território associadas. Em processos de planejamento municipal, é fundamental a existência de referências físico-espaciais. Os mapas têm a função de representar os vários elementos da área municipal e facilitar as análises espaciais, com o objetivo principal de verificar as áreas aptas à ocupação.

A sobreposição dos mapas e o estudo das inter-relações espaciais possibilitam a definição das distribuições, das concentrações e das potencialidades das diferentes regiões do município, permitindo o estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento. A dinâmica urbana impõe a necessidade de uma visão sistêmica do conjunto, com a integração de todos os seus elementos constituintes. O mapeamento das informações favorece diagnósticos e intervenções. Os mapas apresentam-se adicionalmente como uma linguagem que possibilita a troca de informações dentro de equipes multidisciplinares.

III) Criação do Banco de Dados Plano Diretor Municipal:

Os dados adquiridos foram organizados, padronizados e sistematizados de várias formas e sobreposições, conforme demanda de cada atividade.

Realizado o mapeamento das informações físico-territoriais (geomorfologia, solos, geologia, clima, vegetação, hidrologia, e áreas de risco à ocupação) e urbanísticas (vegetação, infraestrutura e equipamentos urbanos), de acordo com a disponibilidade e qualidade dos dados existentes.

O resultado do mapeamento de dados brutos, anterior a qualquer tipo de análise, pode ser chamado de Mapa Temático. O conteúdo dos mapas, condicionado pela disponibilidade e qualidade dos dados existentes, será inserido no ambiente digital de forma padronizada, com a possibilidade de trabalhar com a imagem de satélite para tal fim.

Os mapas são elaborados a partir da compatibilização da cartografia já existente com a carta imagem coletada. O conteúdo básico dos mapas temáticos é o seguinte:

- Limites: Divisa municipal, perímetro urbano.
- Hidrografia: Cursos d’água, corpos d’água, nascentes.
- Relevo: Altimetria, geologia, cobertura vegetal, pedologia.
- Sistema viário: Ferrovias, rodovias, estradas vicinais, vias urbanas.
- Uso atual do solo: Áreas verdes, áreas edificadas e vazios urbanos.
- Saneamento: Abastecimento de água, esgoto, drenagem de águas pluviais.

- Equipamentos: Educação, saúde, lazer, cultura, esportes, segurança, institucionais.
- Áreas verdes: Praças, parques, bosques, áreas de preservação.
- Serviços: Coleta de resíduos sólidos, iluminação pública, pavimentação.

IV) Avaliação Temática Integrada

A partir do levantamento de dados, foi feita uma avaliação da realidade municipal, de acordo com aspectos específicos. Elaborada análise individualizada de cada informação, sua inter- relação e inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais.

As informações citadas convenientemente espacializadas em mapas, em escala adequada para a demonstração da informação gradativa, apresentados em formato A4 e em meio digital. Nesta etapa deverão ser levantadas às expectativas do Governo do Município (Executivo e Legislativo) quanto aos objetivos e metas do desenvolvimento municipal, atual e para os próximos 10 anos, a serem alcançados com a implementação do Plano Diretor Municipal, e sua consequente atualização e acompanhamento permanentes.

Foram avaliados os seguintes aspectos do município:

A) Aspectos Regionais

- Vocação e potencial estratégico dentro da região e principais fatores que concorrem para o desenvolvimento municipal;
- Centralidade, área de influência e relações com municípios vizinhos;
- Principais condicionantes, deficiências e potencialidades:
  - Do ponto de vista ambiental;
  - Do ponto de vista da infraestrutura;
  - Do ponto de vista socioeconômico;
  - Do ponto de vista da distribuição espacial da população (rural e urbana).

B) Aspectos Ambientais (tendo como referência as bacias e micro bacias hidrográficas)

- Identificação das condições de clima, geomorfologia, condicionantes geotécnicos, declividades, hipsometria, vertentes, drenagem natural, recursos hídricos, biota e áreas de preservação;
- Caracterização dos espaços potenciais para áreas de expansão urbana, de conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer, assim como locais para arborização pública.

C) Aspectos Socioeconômicos

- Avaliação de dados referentes à população, no mínimo dos últimos 10 anos, taxa de crescimento, evolução, densidade demográfica, migração, condições de saúde e educação/escolaridade, oferta de emprego, renda, consumo de água e energia, perfil produtivo, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo);
- Caracterização do potencial turístico do Município, incluindo os recursos naturais.

D) Aspectos Sócio espaciais

- Evolução urbana, uso do solo urbano e a demanda por solo urbano atual e para os próximos 10 (dez) anos, identificando os principais entraves espaciais existentes;
- Tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbanas e rurais;
- Análise da tipologia habitacional e da demanda;
- Identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina avaliando seu impacto

ambiental e urbanístico;

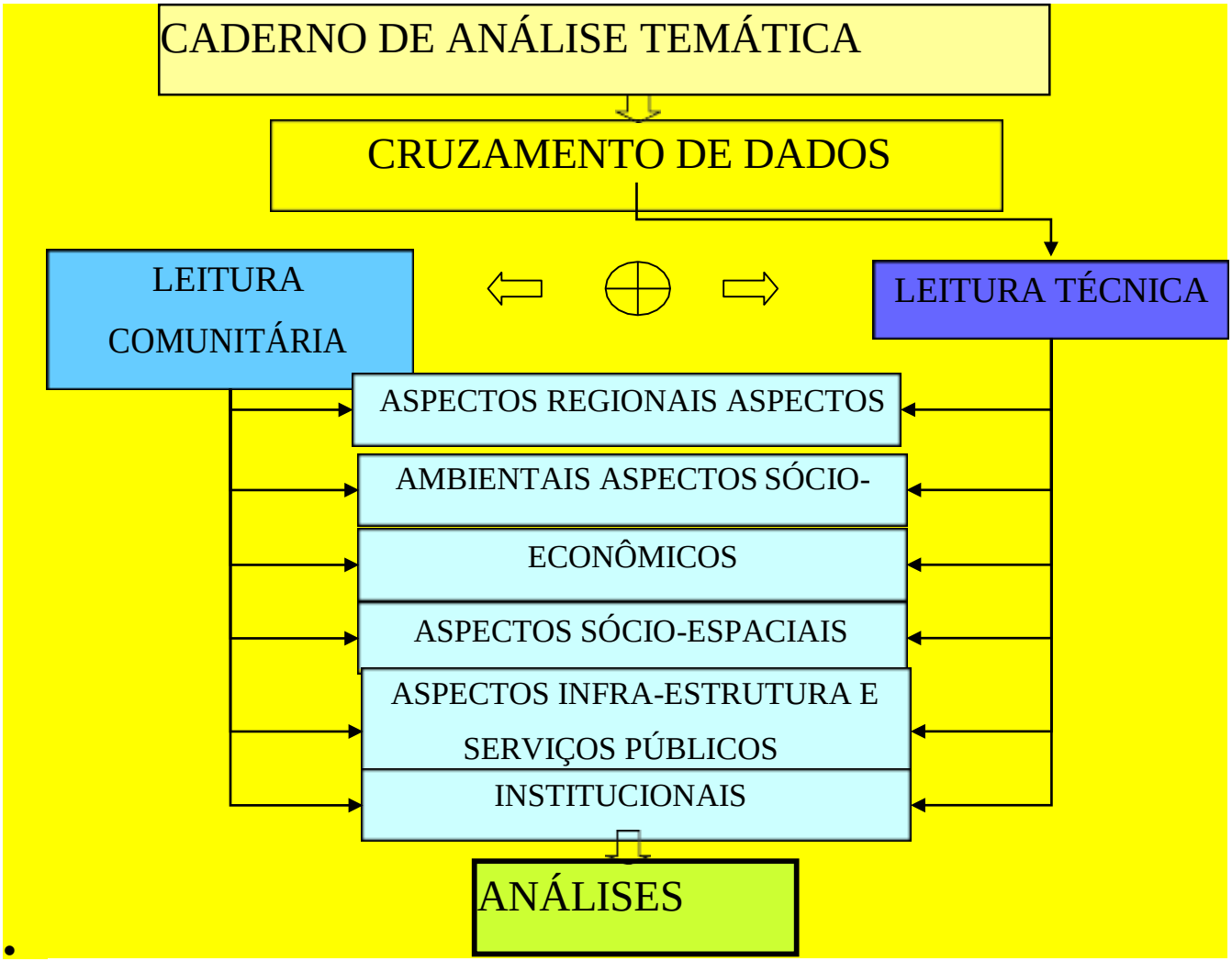
- Identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com a capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura).

E) Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos

- Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos);
- Sistema viário e transporte coletivo;
- Energia elétrica e iluminação pública;
- Telecomunicações;
- Equipamentos sociais (equipamentos de saúde, educação, assistência social, cultura e esporte, segurança pública, recreação).

F) Aspectos Institucionais:

- Caracterização das unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal que se relacionam com a gestão do Plano Diretor Municipal.
- Análise da legislação vigente no município (Plano Diretor Municipal / Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano) e leis (Perímetro Urbano, Expansão Urbana, Parcelamento do Solo para Fins Urbanos, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Sistema Viário, Códigos de Obras e Posturas, Lei de Procedimentos Administrativos e leis que alteram as leis anteriores. O enfoque da análise deve ser a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos de cada lei, em particular em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente;
- Análise inter-relacional da legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- Identificação da capacidade de investimento do município, visando à priorização dos investimentos caracterizados como necessários, para a efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano Diretor Municipal;
- Sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os);
- Estado atual de arrecadação própria do município, sua evolução anual e projeção para os próximos 10 anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento).



V) Processo de Participação – 2ª Audiência Pública

A participação da comunidade na elaboração do Plano Diretor Municipal foi garantida através das Audiências Públicas que serão realizadas no decorrer dos trabalhos. Conforme determina o Estatuto da Cidade, as audiências são apresentações que o poder público deve fazer em alguns momentos, quando estão em jogo projetos ou Planos de grande importância para o conjunto ou para partes da cidade. Além disso, todo o desenvolvimento dos trabalhos será disponibilizado na secretaria de planejamento do município, permitindo sugestões e o acompanhamento de toda a população. A função é divulgar os trabalhos e proporcionar a troca de informações entre a sociedade, a Equipe Técnica Municipal.

As Audiências fornecem resultados importantes para a continuidade do processo. No período entre a ocorrência das Audiências, as organizações representativas da comunidade devem entregar suas demandas para a Equipe Técnica. Os projetos priorizados deverão ser transcritos em forma ordenada pela Equipe apresentados na próxima Audiência, na qual serão estabelecidos critérios de priorização das demandas das organizações representantes da

comunidade na documentação previamente preparada, obtendo-se desta forma um conjunto de projetos do município priorizados por todos os dirigentes e pela equipe.

A importância da participação da sociedade civil na definição do desenvolvimento do Plano Diretor do município será ressaltada em todas as Audiências Públicas, pois a participação da sociedade civil facilita a explicitação das demandas das distintas comunidades para que sejam levadas em conta no desenvolvimento dos trabalhos. As decisões tomadas são de responsabilidade compartilhada entre as organizações de base, o executivo e o legislativo municipais, a sociedade civil (tanto na forma de decisões como no controle da implantação do Plano Diretor Municipal) e as equipes técnicas responsáveis consolidando a participação popular e o exercício da cidadania.

Durante a elaboração do Plano Diretor Municipal de FÊNIX foram realizadas 3 (três) Audiências Públicas, cada uma contendo sua ata respectiva. Nas Audiências Públicas são realizadas apresentações e debates referentes ao Plano Diretor Municipal.

Processo de Participação - 2ª Audiência Pública ocorreu durante a Terceira Fase de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal, ou seja, após a Avaliação Temática Integrada e antes da versão final da definição das propostas e diretrizes.

Conteúdo da 2ª Audiência Pública realizada no dia 21 de junho de 2018, sendo transcrita os relatos e discussões na íntegra em ata.

- Necessárias ratificações e Adequações no Plano Diretor Municipal, pois o mesmo ao qual fora editado no Ano de 2012 passou a suprimir feitos e leis municipais já anterior a 2005,
- Ratificar as Lei Complementar nº 24/2012 e Lei Complementar nº 25/2012,
- Cumprimento das diretrizes do Plano Diretor de 2012
- Plano de Arborização,
- Plano de Saneamento Básico
- Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município.

3. Metodologias Específicas - Planejamento Estratégico

I. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico planeja o desenvolvimento baseando-se nas potencialidades do município, pressupondo as seguintes estratégias básicas, a serem definidas no Plano Diretor Municipal:

- Ordenar a estrutura urbana de maneira a atender às expectativas geradas pelo planejamento estratégico;
- Tornar a cidade atrativa e competitiva, com novos investimentos;
- Impulsionar o desenvolvimento econômico em harmonia com o desenvolvimento social;
- Considerar os aspectos ambientais como base para o planejamento físico e econômico;

- Incentivar a parceria com a iniciativa privada e governo;
- Possibilitar um crescimento em concordância com a rede de infraestrutura e serviços;
- Ser de fácil compreensão e implantação, adaptável às mudanças que se fizeram necessárias;
- Contar com a participação da população.

II. Planejamento Estratégico e Situacional

Seus objetivos gerais são:

- Garantir a realização de projetos cujas diretrizes englobem várias ações da administração municipal;
- Trabalhar de forma planejada, possibilitando ao governo uma visão integrada de suas ações;
- Otimizar os recursos financeiros;
- Diminuir e otimizar os prazos de cada diretriz a ser alcançada;
- Alcançar a maior eficácia possível nos resultados.

III. Estratégia Prospectiva

.

A partir do cenário atual (cena de partida) poderá ser organizada a estratégia prospectiva de acordo com visões distintas, que caracterizam os tipos de cenários, cujo processo metodológico de conjugação é apresentado no diagrama logo a seguir:

Cenário tendencial**:** visa a criar uma visão global do futuro, por sobre o passado e o presente, apoiando-se em uma síntese de projeções-chaves, congregando elementos das análises temáticas, indicando os pontos controversos e apontando as prováveis tendências, as maiores incertezas e os riscos das possíveis rupturas, a traduzir sua antecipação; representa a continuidade do "status quo" em uma atitude de "laissez faire";

Cenário ideal: formula proposições de ações para se preparar às mudanças globais pressentidas no cenário tendencial (pré-atividade), mas também para avançar no sentido dos objetivos estratégicos e dos projetos (pró-atividade), traduzindo a apropriação coletiva da prospectiva;

Cenário de desenvolvimento estratégico: propõe um plano estratégico global, onde cada objetivo é associado a ações e vice-versa, realizando uma síntese do cenário tendencial com o ideal, de modo a engajar os responsáveis pela governança estadual; além dos tradicionais enfoques de natureza social e econômica, inclui também o territorial-ambiental, propondo ações de ordenamento espacial e de uso sustentável dos recursos naturais.

6. Quarta Fase: Minutas para Legislação Básica

Nesta Fase foi avaliado o desenvolvimento decorrente das Lei implantadas pelo Plano Diretor de 2012, acompanhadas de mapas em escalas apropriadas, que regulamentam as normas do município, apoiado no conhecimento institucional de administração municipal.

Foram apresentadas as alterações necessárias nas lei que foram ratificadas em audiência pública e aprovadas na Câmara de Vereadores na data de 11 de setembro de 2018.

Lei 34/2018 - Altera a redação do inciso IV do Artigo 2º, os §§ 1º e 2º do artigo 21 e artigo 24, todos da Lei Complementar 25/2012 e da outras providências.

Lei 35/2018 - Altera a redação do artigo 4º, o §1º do artigo 4º e o Memorial descritivo do § 1º do artigo 4º da Lei Complementar 24/2012 e da outras providências.

7. Quinta fase: Plano de Ação e Investimentos

Indicação de ações e projetos

Nesta Fase, indicam-se ações e os projetos prioritários tendo em vista a implementação do Plano Diretor Municipal, apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados, para os próximos 5 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária, incluída a previsão de capacidade de endividamento municipal.

Este Plano de Ação e Investimento foi elaborado balizado para permitir aos Municípios do Estado do Paraná atendendo ao Decreto Estadual nº 2581, de 17 de Fevereiro de 2004.

Processo de Participação – 3ª Audiência Pública

A Terceira Audiência Pública ocorreu no final do processo de elaboração da Adequação do Plano.

Conteúdo da Terceira Audiência Pública:

A avaliação dos resultados obtidos nas atividades anteriores que compreenderam a correção de informações em desacordo com a realidade e a atualização dos textos e mapas dos aspectos físico-espaciais e de infraestrutura e serviços públicos, para a preparação do produto final, passa a seguir descrever as principais correções

No aspecto histórico, relatando com imagens que não consta no PDM em vigência o Distrito de PORTEIRA PRETA – criado pela Lei Estadual nº 5851, de 26-09-1968, que conflita seu perímetro com o do Distrito de Bela Vista do Ivaí criado anteriormente pela Lei Estadual nº 5111 de 13-05-1965, essa correção faz se necessária para que possa ser efetuada devida alteração na Lei Estadual, já que este distrito não mais se configura como aglomeração e não possui infra estrutura para coexistir.

Outra situação histórica a ser definida é a da Igreja da Serrinha – é citada no PDM em vários momentos com nomes diferentes, que com o histórico fornecido pela paróquia fica esclarecido, com datas e imagens que a Capela Santo Inácio de Loyola criada pelo fundador em 1928, é localizada na entrada da cidade, a Capela São Vicente de Paula instalada no centro da cidade em 1948 deu lugar a Paróquia Divino Espírito Santo, com data de inauguração em 1975, que permanece até os dias de hoje.

As atualizações dos mapas da cidade com as novas configurações físico-espaciais e as principais modificações na infraestrutura urbana devido as novas obras que estão em execução.

O Plano de Ações e Investimentos que faz parte integrante do PDM e que foi atualizado com as estimativas de receitas e despesas do município e dos projetos já realizados, os em andamento e os futuros que fazem parte da nova perspectiva do município que integrarão a redação dos documentos legais que levarão Fênix ao cenário desejado para 2022.

Produtos Finais

Todos os documentos serão ajustados aos resultados das Audiências Públicas. O documento com a versão final de todos os produtos será apresentado, preferencialmente, em 01 (um) único volume, em 02 (duas) vias devidamente encadernadas, dentro das normas técnicas, em papel formato A4. Os mapas – digitais ou digitalizados, devidamente atualizados, serão apresentados em formato A4 ou A3 (dobrados em A4). Este documento também será entregue em meio digital – CD-ROM, com os textos em formato de extensão DOC. Os mapas serão entregues no formato dwg. As tabelas estarão no formato.exe.

Todo o material produzido, decorrente da execução das atividades, ficará de posse e será propriedade do Município, sendo que um conjunto dos documentos – 01 (uma) via impressa e 01 (uma) via em meio digital será entregue à SEDU/PARANACIDADE.

8. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**: Guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. Brasília, 2005.160p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Guia para Implementação do Estatuto das Cidades**. Brasília, 2001

PARANÁ. **Termo de Referência**. SEDU/Paranacidade - Curitiba, 2008.

PARANÁ. Governo do Estado. **Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégicos – PRDE.** SEDU/Paranacidade/Ipardes, 2007.

FOTOS DAS AUDIÊNCIAS





1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – 15 de setembro 2017





2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – 22 de junho 2018





3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – 14 de fevereiro 2019.

VOLUME I

2º FASE ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS **24**
LISTA DE FIGURAS **25**
LISTA DE TABELAS **29**
INTRODUÇÃO 31
2ºFase: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA **31**
I.Identificação da base de dados **31**
II. Levantamento de Dados **31**
III. Avaliação Temática Integrada **31**
ASPECTOS REGIONAIS **32**
HISTÓRICO **32**
FÊNIX **34**
Formação Administrativa **36**
O Município no Espaço Regional 39
Microrregiões Campo Mourão e Goioerê 40
Rodovias 52
Indicadores regionais 555
Informações Geopolíticas do Município 778
Limites e confrontações 778
Metodologias CDP 81
ASPECTOS AMBIENTAIS 83
Clima 83
Relevo 86
Hidrografia 88
Pontos de Poluição 92
Vegetação 96
Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo 99
Condicionantes Geotécnicos 101
Hipsometria 105
Condicionantes, Potencialidades e Deficiências 108
ASPECTOS SÓCIOS ECONÔMICOS 108
Distribuição da População no Território 108
Perfil Econômico 116
Condicionantes Econômicos 118

Setor Primário – Agricultura.....119
Setor Secundário – Indústria 124
Setor Terciário – Comércio e Serviços 127
Condicionantes, Potencialidades e Deficiências.....130
ASPECTOS SÓCIOS ESPACIAIS.....131
Evolução e Ocupação do Solo Urbano 131
Uso da Ocupação do Solo Urbano 134
Demanda do Solo Urbano 135
Uso e Ocupação do Solo Rural 136
Comunidades e Vilas Rurais de Fênix 137
Condicionantes, Deficiências e Potencialidades 138
ASPECTOS DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.....139
Abastecimento de água 139
Esgotamento Sanitário 143
Drenagem.....144
Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos.....146
Energia Elétrica e Iluminação Pública.....148
Pavimentação.....150
Hierarquia das Vias Municipais.....151
Arborização Urbana.....154
Passeios Públicos 156
Equipamentos Urbanos 157
Saúde..... 157
Educação 165
Assistência Social.....169
Cultura..... 171
Esporte..... 173
Evento esportivo.....173
Turismo 174
Rota da Fé.....175
Estação Ecológica.....176
Eco Turismo 177
Segurança Pública 178

Recreação - Lazer 179
Transporte 180
Telecomunicações 181
Telefonia 182
Condicionantes Potencialidades e Deficiências. 182
ASPECTOS INSTITUCIONAIS 184
Estrutura Administrativa 184
Legislação Municipal 184
Sistema de Informações Municipais 185
Legislação Estrutura Administrativa 185
Arrecadação 197
Evolução e Composição das Receitas e Despesas 197
Condicionantes Deficiências e Potencialidades 199
ANÁLISE 199
CONCLUSÃO 200
REFERÊNCIAS 202

LISTA DE SIGLAS

AMUVI	Associação dos Municípios do Vale do Ivaí.
AMPR	Associação dos Municípios do Estado do Paraná
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
CETIS	Centro de Tecnologia da Informação em Saúde
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNDETEC	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO	Leis de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei do Orçamento Anual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAI	Plano de Ação e Investimentos
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PARANACIDADE	Serviço Social Autônomo Paranacidade
PDM	Plano Diretor Municipal
PPA	Plano Plurianual
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRDE	Planos Regionais Desenvolvimentos Estratégicos Estado do Paraná
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEDU	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
VAF	Valor Adicional Fiscal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do Grau de Urbanização – Paraná e Mesorregião Centro-Ocidental. 31
Figura 2: Planta da segunda fundação de Villa Rica del Espirito Santo, 32
Figura 3 e 4: Maquete Villa Rica 1589 a 1632 35
Figura 5: Pesquisas arqueológicas Villa Rica 35
Figura 6 e 7: construída em 1928, Capela Santo Inácio de Loyola, 36
Figura 8: construída em 1948 Capela São Vicente de Paula, 36
Figura 9 e 10: construída 1970 inaugurada 1975 Paróquia Divino Espírito Santo 36
Figura 11: Acesso ao Parque Estadual Vila del Espírito Santo 2012 36
Figura 12: Acesso ao Parque Estadual Vila del Espírito Santo 2019 36
Figura 13: Localização da Mesorregião Centro Ocidental no Estado do Paraná 37
Figura 14: Microrregiões do Paraná 37
Figura 15: Fênix na região Centro-Ocidental do Paraná 38
Figura 16: Taxas médias geométricas de crescimento anual da população 39
Figura 17: Taxas líquidas migratórias estimadas 40
Figura 18: Mapa Região Centro Ocidental do Paraná. 41
Figura 29: Mapa da População Urbana Residente nos Municípios. 44
Figura 20: Mapa de Hidrografia Mesorregião Centro Ocidental 45
Figura 213: Mapa de Hidrografia do Paraná. 45
Figura 22: Cobertura Florestal Mesorregião Centro-Ocidental. 48
Figura 23: Declividade da Mesorregião Centro-Ocidental 49
Figura 24: Uso Potencial, Mesorregião Centro-Ocidental. 50
Figura 45: Aeroporto Geraldo Guias de Aquino – Campo Mourão – PR. Fonte: SETR (2009) 51
Figura 56: Aeroporto Regional Silvio Name Júnior – Maringá – PR. Fonte: SETR (2009). 52
Figura 27: Mapa Infraestrutura Viária, Portos e Aeroportos – PR 52
Figura 68: Rodoviário de Fênix. 53
Figura 29: Nível de Centralidade dos Municípios na Mesorregião Centro - Ocidental Paranaense. 55
Figura 307: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 57
Figura 31: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na mesorregião Centro-Ocidental do Par 58
Figura 32: Mapa de grau de crescimento do IDH-M e componente com maior crescimento. 59
Figura 83: Expectativa de Vida ao Nascer 61
Figura 34: Taxa de crescimento geométrico. 61
Figura 95: Taxa de Analfabetismo. Fonte: IPARDES (2000). 63
Figura 106: Renda per capita. Fonte: IPARDES (2000) 64
Figura 117: Desigualdade de Renda – Índice Gini. Fonte: IPARDES (2000). 64
Figura 38: Mapa com Culturas Predominantes na Pauta do Município – 2001 69
Figura 129: Mapa Domicílios Urbanos com Serviços de Saneamento Básico/2000. 72
Figura 4013: Mapa Número Médio de Séries Concluídas pela População de 15 anos ou mais de 76
Figura 41: Limites do Município. Fonte: IPARDES (2004) 76
Figura 42: Fênix- Paraná. 78
Figura 43: Mapa Rodoviário do Paraná 79
Figura 144: Mapa Temperatura Média Anual Fonte: IAPAR, 2000 81
Figura 45: Mapa Precipitação Média Anual 82
Figura 46: Classificação Climática do Estado do Paraná segundo Köppen 82

Figura 157: Mapa Umidade Relativa Anual. 83
Figura 48: Direção Predominante dos Ventos no Estado do Paraná (frequência média anual 84
Figura 49: Mapa Geologia do Paraná 85
Figura 50: Uso potencial do solo. 85
Figura 51: Uso Potencial da mesorregião. 86
Figura 52: Mapa da Hidrografia da Mesorregião Centro-Ocidental 87
Figura 53: Hidrografia com Ampliação em Fênix. 89
Figura 164: Mapa das Bacias do Estado do Paraná, Referenciando o Município de Fênix. 90
Figura 175: Degradação do solo – Fênix. 91
Figura 186: Queima da cana. 92
Figura 197: Unidades de preservação. Fonte: ITCG (2010). 96
Figura 208: Áreas prioritárias de conservação e restauração segundo o IAP. Fonte: IAP. 96
Figura 59: Trilhas do parque com ruínas. 98
Figura 60: Lagoa, destino de uma das trilhas do parque. 98
Figura 61: Geomorfologia da região – Fênix. Fonte: ITCG (2011). 100
Figura 62: Tipos de solo da região. Fonte: ITCG (2011). 100
Figura 63: Aptidão do solo – Região de Fênix. Fonte: ITCG (2011). 101
Figura 6421: Formas Fitogeográficas – Fênix. Fonte: ITCG(2011). 102
Figura 225: Cobertura vegetal da região. Fonte: IPARDES (2004). 103
Figura 236: Declividade de Fênix. Fonte: ITCG (2011). 104
Figura 247: Hipsometria do Estado do Paraná. 104
Figura 258: Mapa de Declividade Mesorregião Norte Central do Paraná 105
Figura 69: Levantamento de Altimetria do Paraná. Fonte: EMBRAPA (2005). 105
Figura 70: Evolução Populacional de Fênix. 109
Figura 71: População Urbana Feminina e Masculina 110
Figura 72: População Rural Feminina e Masculina de Fênix. 111
Figura 263: População pela Faixa Etária, Fênix. 112
Figura 274: Evolução da Produção Agrícola de 1997 a 2009. 118
Figura 285: Produção de Cana-de-açúcar no Paraná. 119
Figura 76: Distribuição do Valor Bruto de Produção por produto na região centro-ocidental. 119
Figura 297: Produção de Soja no Paraná. 120
Figura 78: Produção de Milho no Paraná. 120
Figura 79: Rebanho de bovinos no Paraná. 121
Figura 80: Produção de casulos do bicho da seda no Paraná. 122
Figura 81: Participação no valor adicionado fiscal da indústria. 124
Figura 82 e 83: Indústria em Fênix 125
Figura 304: Valor adicionado ao comércio. Fonte: IPARDES (2009). 126
Figura 315: Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro (comércio/serviço). 127
Figura 326: Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro (comércio/serviço). 127
Figura 87: Agência bancária em Fênix (Pça Costa e Silva). 127
Figura 338: Evolução da ocupação urbana. 129
Figura 89: Sede Urbana de Fênix. 131
Figura 90 e 91: Paço Municipal 2019. 132
Figura 92: Câmara Municipal 2019. 132

Figura 93: Comunidades Rurais do Município 136
Figura 94: Abastecimento de Água do Município. 138
Figura 345: SANEPAR – Fênix. 139
Figura 356: Abastecimento de Água em Fênix. 140
Figura 367: Unidades Atendidas em Fênix em 2009. 140
Figura 378: Evolução de Abastecimento e Ligações de Água de 1983 a 2010. 141
Figura 389: Instalações Sanitárias em Fênix. Fonte: IBGE (2000) 142
Figura 100: Drenagem Urbana do Município. 143
Figura 101: Rua Iapó sem sistema de drenagem em 2012 144
Figura 102 e 103: Rua Iapó sistema de drenagem em 2019 144
Figura 394: Evolução do consumo de energia elétrica 147
Figura 405: Centro de distribuição de Energia Elétrica Fênix. 148
Figura 416: Pavimentação Urbana de Fênix 2019 149
Figura 427: Av. São Vicente de Paulo 151
Figura 438: Rua Laranjal 151
Figura 449: Sinalização Viária Fênix. 151
Figura 110: Percentual de espécies com maior frequência. 153
Figura 111: Percentual de espécies com maior frequência. 153
Figura 112: Representação esquemática de uma quadra com a distribuição das árvores 154
Figura 113: Total de Internações em Fênix em 2009. 158
Figura 454: Evolução das condições de nascimento. 159
Figura 465: Causas de Mortalidade em Fênix. 160
Figura 116: Cobertura vacinal básica por tipo imunobiológico 162
Figura 477: Hospital Municipal 163
Figura 488: Estabelecimentos de Ensino de Fênix 164
Figura 499: Evolução do número de matrículas nas redes de ensino 166
Figura 5020: Taxa de Analfabetismo 167
Figura 511: Asilo São Vicente 168
Figura 52: Casa da Amizade. 168
Figura 53: CRAS. 168
Figura 543: EXPOFÊNIX 2018. 169
Figura 554: Centro Cultural Acyr José Correia. 170
Figura 565: HALLY FLUVIAL 2018 170
Figura 576: Campo de Futebol. 171
Figura 587: Quadra Poliesportiva 171
Figura 598: Mini Quadra Poliesportiva 2018 172
Figura 129: Caminhada da Natureza 172
Figura 130: Acesso ao Parque Estadual 2018 172
Figura131: Entrada do Parque Estadual 2018 172
Figura 602: Urca funerária 173
Figura 613: Rota da Fé 174
Figura 624: Capela Santo Inácio de Loyola 174
Figura 13563: Interior da capela dedicada a Santo Inácio. 174
Figura 646 e 137: Estação Ecológica 175

Figura 658: Vista panorâmica da Fazenda Água Azul 176
Figura 669: Museu – Hotel Fazenda Agua Azul 176
Figura 140: Destacamento de Polícia Militar 177
Figura 141: Museu Estadual Vila Rica del Espirito Santo 178
Figura 142: Terminal Rodoviário 178
Figura 67: Agência de Correios 180
Figura 144: Antena de Telefonia em Fênix. 180
Figura 68: Orelhão em Fênix. 180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Centro-Ocidental do Paraná: população total, urbana e rural – 1970/2000 32

Tabela 2: Mesorregião Geográfica Nº 02 e Algumas das Microrregiões que se destacam 42

Tabela 3: Grau de Urbanização da Mesorregião Norte Central. 43

Tabela 4: População Total, Grau de Urbanização, 43

Tabela 5: Imigrantes, Emigrantes e trocas líquidas migratórias 44

Tabela 6: Área Total e Áreas das Terras Indígenas nas Mesorregiões do Estado do Paraná. 48

Tabela 7: Relação de Espécies de Mamíferos da Região na Mesorregião Centro-Ocidental 48

Tabela 8: Relação de espécies da Avifauna da Região Centro-Ocidental 49

Tabela 9: Relação de Municípios os Referenciais em População Estimada, Km² e PIB 54

Tabela 10: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, dos Municípios da Microrregião 57

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Fênix. 58

Tabela 12: Municípios da Microrregião com Expectativa de Vida 61

Tabela 13: Municípios da Microrregião com Taxa de Analfabetismo 63

Tabela 14: Valor da produção agrícola de alguns Municípios 66

Tabela 15: Valor da produção das principais lavouras 69

Tabela 16: Total de domicílios permanentes Urbanos, Rurais 72

Tabela 17: Indicadores de Atendimento Educacional de Frequência Faixa Etária 74

Tabela 18: Alunos Matriculados na Pré-Escola, ensino Fundamental e ensino Médio em 2009 75

Tabela 19: Instituições de ensino superior na mesorregião Centro-Ocidental 76

Tabela 20: Informações Geopolíticas do Município 78

Tabela 21: Aspectos Regionais - Principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades 81

Tabela 22: Rios e Córregos que banham o Município de Fênix afluentes e subafluentes 90

Tabela 23: RPPN de Fênix. 96

Tabela 24: Aspectos Ambientais no Município de Fênix – 2018 107

Tabela 25: População, variação absoluta e percentual 108

Tabela 26: Comparativo Densidade Populacional Municipal 109

Tabela 27: Distribuição da população urbana e rural de Fênix 110

Tabela 28: População Urbana. 111

Tabela 29: População Rural. 111

Tabela 30: População Censitária Segundo as Faixas Etárias e Sexo – 2010. 112

Tabela 31: População Economicamente Ativa (PEA) Segundo Zona e Sexo – 2000 113

Tabela 32: Domicílios de Fênix – 2000. 113

Tabela 33: População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas 114

Tabela 34: Número de Estabelecimentos e Empregos Segundo as Atividades Econômicas 114

Tabela 35: Valor Adicionado Fiscal segundo os Ramos de Atividades 118

Tabela 36: Produção Agrícola do Município de Fênix 118

Tabela 37: Produção da Pecuária e Aves 2009 121

Tabela 38: Produção de Origem Animal – 2008 122

Tabela 39: Aspectos Socioeconômico no Município de Fênix 129

Tabela 40: Evolução da Ocupação Urbana 131

Tabela 41: Distribuição da população urbana e rural de Fênix. 135

Tabela 42: Aspectos Sócio Espaciais no Município de Fênix *137*
Tabela 43: Abastecimento de Água *140*
Tabela 446: Esgotamento Sanitário *143*
Tabela 457: Destino do Lixo *146*
Tabela 468: Gravimetria dos resíduos domiciliares *147*
Tabela 479: Gravimetria dos resíduos recicláveis *147*
Tabela 50: Consumo e número de consumidores de energia elétrica 2009. *148*
Tabela 48: Nomenclatura das Principais Vias Urbanas de Fênix *153*
Tabela 52: Critérios para espaçamento *155*
Tabela 493: Estabelecimentos de saúde *157*
Tabela 504: Leitos de internação. *158*
Tabela 515: Profissionais atuantes no município de Fênix (2009 *158*
Tabela 526:Internações. *158*
Tabela 537: Informações Sobre Nascimentos *160*
Tabela 548: Mortalidade Proporcional (%) Por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas *161*
Tabela 559: Mortalidade Causas. *161*
Tabela 561: Cobertura Vacinal. *162*
Tabela 572: Indicadores da Atenção Básica. *163*
Tabela 583: Estabelecimentos de Ensino Fênix *165*
Tabela 594: Demonstrativo da evolução do número de matrículas. *166*
Tabela 605: Taxa de Analfabetismo Segundo as Faixas Etárias. *167*
Tabela 616: Acidentes de Trânsito em 2009 *178*
Tabela 627: Aspectos Infra Estrutura e Serviços Públicos no Município de Fênix– 2018 *181*
Tabela 63: Cargos Comissionados. *185*
Tabela 64: Receitas e Despesas do Município de Fênix- PR *197*
Tabela 65: Aspectos Institucionais no Município de Fênix – 2018 *198*

INTRODUÇÃO

2ºFase: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

II. Identificação da base de dados necessária ao desenvolvimento do Plano;

A base cadastral do município e da área urbana sobre a qual se desenvolverão os trabalhos deverá ser fornecida pela prefeitura municipal compatível com o sistema CAD, onde serão elaborados os mapas temáticos.

A estratégia utilizada foi levantar e analisar informações secundárias, verificar a consistência e reconhecimento dos conjuntos de informações primárias necessários à execução dos diversos procedimentos de análise, interpretar a prospecção a serem adequados aos objetivos específicos propostos no Plano Diretor Municipal de 2012.

III. Levantamento de Dados

Tal atividade consiste no levantamento e aquisição de todas as informações relativas ao município, incluindo legislação municipal vigente, estudos, planos e projetos existentes para a região e para o município, em órgãos federais, estaduais (EMATER, COPEL SANEPAR, IAP, DEFESA CIVIL), municipais e outros, através da pesquisa em acervo documental, de observação de campo e da identificação dos projetos e ações previstas e em desenvolvimento para o município de Fênix, bem como aqueles estruturadores que estejam ocorrendo em outros municípios, mas que possam ter qualquer reflexo para o município.

IV. Avaliação Temática Integrada

A partir do levantamento de dados, foi feita uma avaliação da realidade municipal, de acordo com aspectos específicos. Foi elaborada análise das informações, sua inter-relação e inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais.

As informações citadas estarão convenientemente especializadas em mapas, em escala adequada para a demonstração da informação gradativa, apresentados em formato A4 ou A3 e em meio digital.

Nesta etapa deverão ser levantadas às expectativas do Governo do Município (Executivo e Legislativo) quanto aos objetivos e metas do desenvolvimento municipal, atual e para os próximos 5 anos que permanece em vigência o PDM, e sua consequente atualização e acompanhamento permanentes.



ASPECTOS REGIONAIS

HISTÓRICO

A ocupação do território abrangido pela mesorregião Centro-Ocidental começou no período colonial, através de exploradores espanhóis e de bandeirantes, e se intensificou com os efeitos da Guerra do Paraguai, no século XIX. Entretanto, a ocupação efetiva da região ganha impulso nos anos 50 e 60, no contexto da fronteira agrícola paranaense, com o a chegada das colônias de povoamento implantadas pelo poder público e por companhias privadas (IPARDES, 2004).

Por meio do loteamento das terras para venda em pequenas parcelas, milhares de trabalhadores foram atraídos, formando pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para comercialização. Segundo IPARDES (2004), diferentemente do que ocorreu no norte do estado, o café não se instalou na área centro-ocidental com a mesma força, dividindo com outras culturas (milho, arroz, feijão, hortelão, algodão), com a suinocultura e com a exploração madeireira a produção.

Os fluxos populacionais na região foram oriundos das frentes colonizadoras do café no norte do estado, formado por paulista, mineiros e nordestinos e também pelas áreas do oeste e sudoeste do Paraná, integrado por gaúchos, catarinenses e descendentes de colonos europeus.

Sendo assim, a mesorregião Centro-Ocidental alcançou cerca de 530 mil habitantes no início da década de 70. A partir desse período instaurou-se no Paraná, avançadas tecnologias de cultivo, de substituição da cultura cafeeira pela produção de commodities (soja/trigo) e ampliação das áreas de pastagens, e de alterações radicais nas relações de trabalho, pois essas atividades demandavam menos mão-de-obra. Desse modo, entre 1970 e 1980, a mesorregião foi uma das que evidenciaram as mais altas taxas de decréscimo populacional. Nas décadas seguintes esse processo permaneceu dos mais elevados do Estado, chegando a se apresentar como a mesorregião de maior taxa de evasão rural e menor ritmo de incremento urbano do Estado, se tornando a região de menor peso populacional. Na Tabela 1 pode-se observar os impactos demográficos no decorrer dos anos na mesorregião.

No bojo das transformações modernizantes das atividades agrícolas, o meio rural da região vem experimentando saldos migratórios negativos bastante elevados no transcorrer das últimas décadas do século XX, dos mais expressivos do Estado, mantendo esse destaque também nos anos 90. Chama a atenção o fato de que mesmo suas áreas urbanas começam a experimentar saldos e taxas líquidas de migração negativos, reforçando o caráter expulsor do Centro- Ocidental e o predomínio das perdas populacionais para fora da região.



Tabela 66 – Centro-Ocidental do Paraná: população total, urbana e rural – 1970/2000. Fonte: IBGE, 2003.

PERÍODO	TOTAL	URBANA (%)	RURAL (%)
1970	528.734	19	81
1980	417.452	41	59
1991	387.451	61	39
2000	346.648	73	27

A mesorregião Centro-Ocidental teve a ocupação de suas cidades de forma muito repentina: em 1970, ainda detinha no meio urbano pouco mais de 100 mil habitantes. Essa população urbana dobrou em 20 anos, alcançando em 2000 mais de 250 mil habitantes, concentrados em aproximadamente 30% em Campo Mourão.

Nesse ano, a mesorregião atingiu o grau de urbanização de 72,6%. Situada entre as mesorregiões menos urbanizadas do Paraná, desenvolveu sua trajetória de urbanização num ritmo ainda mais intenso que o do próprio Estado, partindo de uma base inferior e aproximando- se, ao passar dos anos, do patamar paranaense – em 1970, o Paraná já possuía mais de 36% de sua população vivendo em áreas consideradas urbanas, enquanto a mesorregião Centro-Ocidental possuía apenas 19,0% nessas áreas. Em 2000, a região superou os 72,6% e o Estado atingiu 81,4%. Esses dados podem ser mais bem visualizados na **Figura 1.**

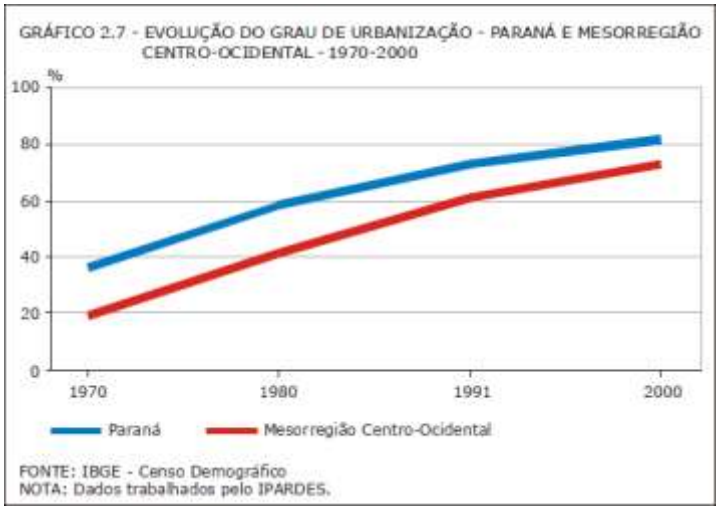


Figura 1: Evolução do Grau de Urbanização – Paraná e Mesorregião Centro-Ocidental. Fonte: IPARDES (2004).

Desde 1970, Campo Mourão manteve-se como o município mais urbanizado da mesorregião, apresentando relativo desnível em relação aos demais. Nessa época, apenas 36,0% de sua população vivia nas cidades. Em 2000, seu grau de urbanização atingiu 92,9%. Goioerê, o segundo município mais urbanizado, detinha o grau de 18,5%, alcançando 82,5%, no último período. Nesse ano, a maior parte dos municípios da mesorregião encontrava-se na faixa de urbanização com graus entre 50 e 75%, com apenas 20% dos municípios no estrato de grau de urbanização inferior a 50% – percentuais que apontam para uma horizontalização

do processo de urbanização ainda mais acentuada que no Estado, onde uma proporção maior de municípios (29,1%) ainda situava-se nesse estrato. No extremo mais urbanizado, a categoria de grau de urbanização superior a 90% abrange 9,3% dos municípios do Paraná e apenas 4% do Centro-Ocidental, correspondendo unicamente a Campo Mourão. Fênix, em 2000, possuía 3.836 habitantes e grau de urbanização de 77,62%.

Fazem parte do Oeste-Ocidental do Paraná, segundo a classificação do IBGE (2000), os municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Ubiratã, Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, **Fênix**, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

FÊNIX

A história do município de Fênix, remonta ao ano 1576, quando jesuítas espanhóis fundaram a cidade de Vila Rica do Espírito Santo, localizada no pontal formado pelos rios Ivaí e Corumbataí. Essa cidade, em 1632, foi sitiada, destruída e incendiada pelos bandeirantes paulistas comandados por Antônio Raposo Tavares. As suas ruínas existe até hoje e estão localizadas a apenas três quilômetros da atual sede do município de Fênix. [1]

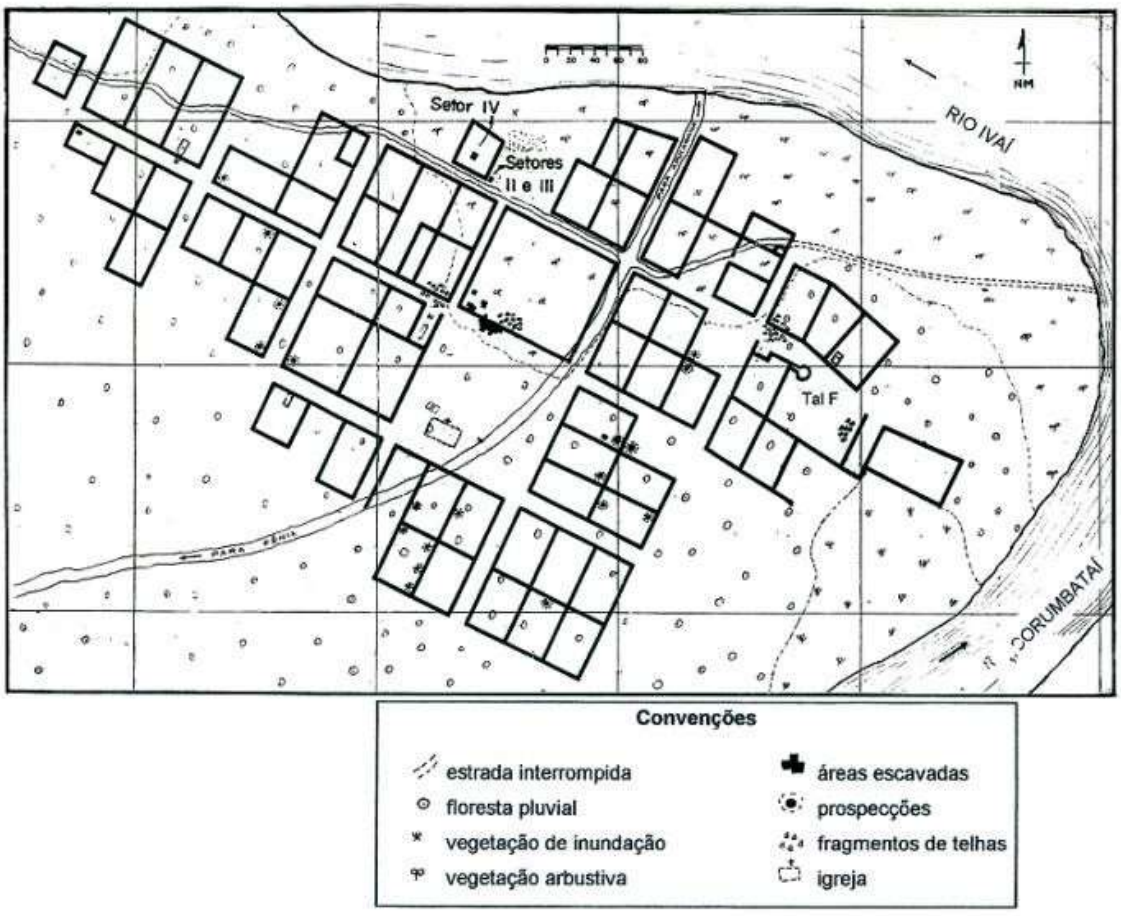


Figura 2: Planta da segunda fundação de Villa Rica del Espirito Santo, resultante dos levantamentos efetuados de 1959 a 1960 pelos arqueólogos Blasi e Chmyz, e complementados e retificados em 1968 por Blasi e pelo desenhista Ney Barreto.

Fonte: PARELLADA (1990b, p. 52),

No canto sudoeste da praça central estão as ruínas da igreja, medindo 15x 27m, e construída pela técnica da taipa de pilão, com cobertura de telhas tipo colonial, e certamente beirais. Esta igreja, dedicada a São João Batista, era da Companhia de Jesus, possuindo três naves (MCA I, 1951, p. 19). Uma tentativa da reconstituição da parte frontal da igreja foi feita por PARELLADA (1990b, p. 52), com dados de volume das ruínas das paredes da igreja, e por comparação com informações históricas e igrejas construídas na mesma época.

Em 5 de agosto de 1928 o engenheiro Dr. Joaquim Vicente de Castro, firmou contrato com o Governo do Estado do Paraná para a construção de diversas estradas nas mais diferentes regiões e em 1932 recebeu como pagamento, uma vasta área de terras formada pela Gleba Corumbataí, Rio Dez, Arurão, Colônia Mourão I e Mourão II.

Estas terras consideradas das melhores e mais férteis do país, eram entrecortadas por córregos e rios, sendo os principais: Rio Ivaí, Rio Corumbataí, Arurão, Bagre e Bagrinho. [2]

A primeira Igreja Católica de Fênix é uma pequena capela situada no alto de um pequeno morro na entrada da cidade, idealizada pelo engenheiro Doutor Joaquim Vicente de Castro, fundador do município de Fênix, é construída em 1928, a qual foi chamada de Capela Santo Inácio de Loyola, lembrando o fundador da Ordem dos Jesuítas. Esta capela subsiste ainda e foi recentemente reformada. [3]

Dr. Joaquim Vicente De Castro, dividiu a área em lotes que foram vendidos; parte a Geremias Lunardelli, Família Junqueira Franco e a Imobiliária Paraná Ltda (IMPAR), ficando ele com a maior parte, que foram colocadas à venda para pequenos agricultores.

Em 1942 já existiam sítios e fazendas com produção cafeeira e lavouras de hortelã. Em 1949 o Dr. Joaquim elaborou um projeto de colonização e formação de uma cidade,

à qual deu a denominação de Fênix. [2]

Em 1950, o mesmo Joaquim Vicente de Castro loteou parte da gleba Corumbataí e parte da gleba São Vicente, dando início às vendas, sendo um dos primeiros compradores de lotes, José de Moura, nascendo aí o povoado de Fênix. Com início do povoamento, providenciou- se, também a construção de uma capela dedicada a São Vicente de Paula. [1]

Outra capela com o nome de São Vicente de Paula foi construída em 1948 estando localizada mais no centro da pequena cidade. Quem atendia na capela eram os padres de Barbosa Ferraz. [3]

Plantada em território pertencente ao Município de Campo Mourão, passou a atrair moradores oriundos dos mais diversos pontos do país. A boa localização aliada à boa qualidade das terras propiciou um acelerado desenvolvimento.

Em 1954 a cidade de Fênix contava com comércio dos mais desenvolvidos e a área rural com excelentes produções de café, hortelã e outros cereais.

Em 6 de janeiro de 1955 através da Lei Estadual n. 5.467 foi elevada à categoria de Distrito Judiciário de Campo Mourão. Nessa data assumiu o cargo de Fiscal Distrital, nomeado pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão o Sr. Erny Simm.

O progresso acentuado da agricultura, do comércio e dos demais segmentos da comunidade motivou um movimento visando a emancipação político-administrativa.

O objetivo dos moradores foi concretizado no dia 25 de julho de 1960, sendo Fênix, elevada a município e desmembrada de Campo Mourão, através da Lei Estadual nº 4.245. O projeto de emancipação foi de autoria dos Deputados: Anybal Cury e Jorge Amim Maia.

E foi a partir de 1960 que passou a ter como prefeito nomeado o Dr. Paulo Júlio Fonseca Bittencourt, que criou um Conselho Municipal para auxiliá-lo. Era constituído pelos senhores: Adair Silva(secretário), Carlos Ary Eichmann (tesoureiro), e ainda os fiscais: José Bernardo de Moura, Helmuth Sontag, Espiridião Parente de Miranda. Este ocupou interinamente o cargo de prefeito nomeado por ocasião da substituição do Dr. Paulo pelo Sr. Rubens Vasconcelos Calixto (2º prefeito nomeado).

A primeira eleição municipal ocorreu no dia 8 de outubro de 1961 e apontou como primeiro prefeito eleito o Sr. Alcides Ferreira.

A instalação solene dos Poderes Executivo e Legislativo aconteceu no dia 3 de novembro de 1961. [2]

Em 08 de março de 1970 a Capela passou a ser paróquia, recebendo a denominação de Paróquia Divino Espírito Santo. O nome escolhido, deve-se ao fato de ser o Espírito Santo o sopro de Deus que conduz a Igreja e por se ter no município o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, local onde estão as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo, cidade fundada pelos Jesuítas e que foi destruída pelos bandeirantes em 1632. Assim, em 1970, quando o local se tornou paróquia, foi registrado o nome do Padroeiro: Divino Espírito Santo. Logo após iniciou - se a construção de uma nova Igreja, inaugurada em 01 de novembro de 1975. Esta Igreja foi consagrada em 16 de outubro de 1983. [3]

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Fênix, pela lei municipal nº 13, de 10-08-1954, subordinado ao município de Campo Mourão.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Fênix, figura no município de Campo Mourão. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Fênix, pela lei estadual nº 4245, de 25-07-1960, desmembrado de Campo Mourão. Sede no antigo distrito de Fênix. Constituído de 2 distritos: Fênix e quinta do Sol, ambos desmembrados de Campo Mourão. Instalado em 05 - 11-1961.

Pela lei estadual nº 4778, de 29-11-1963, desmembra do município de Fênix o distrito de Quinta do Sol. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 5111, de 13-05-1965, é criado o distrito de Bela Vista do Ivaí e anexado ao município de Fênix.

Pela lei estadual nº 5851, de 26-09-1968, é criado o distrito de Porteira Preta e anexado ao município de Fênix. [1]

[1] - *Gentílico: fenexense*

[2] - *dados da Prefeitura Municipal de Fênix*

[3] - *dados da Paróquia Divino Espírito Santo – Fênix – PR*



Figura 3 e 4: Maquete Villa Rica 1589 a 1632
Fonte: Claudia Parellada 2016



Figura 5: Pesquisas arqueológicas Villa Rica cidade espanhola XVII em Fenix PR
Fonte: Claudia Parellada





Figura 6 e 7: construída em 1928,
Capela Santo Inácio de Loyola,
Fonte: Prefeitura Municipal de Fênix.



Figura 8: construída em 1948,
Capela São Vicente de Paula,
Fonte: Prefeitura Municipal de Fênix



Figura 9: construída 1970 inaugurada 1975
Paróquia Divino Espirito Santo,



Figura 10: Paróquia Divino Espírito Santo
Fonte: Prefeitura Municipal de Fênix



Figura 11: Acesso ao Parque Estadual Vila del Santo Espirito Santo 2012



Figura 12: Acesso ao Parque Estadual Vila del Espírito 2019.

O Município no Espaço Regional

A Região Centro-Ocidental do Paraná está identificada como território da Mesorregião Geográfica Centro Ocidental do Estado do Paraná. Esta mesorregião está dividida em duas microrregiões, a saber: Campo Mourão e Goioerê.



Figura 13: *Localização da Mesorregião Centro Ocidental no Estado do Paraná.*
Fonte: *IPARDES.*



Figura 14: *Microrregiões do Paraná.*
Fonte: *SEMA 2003*

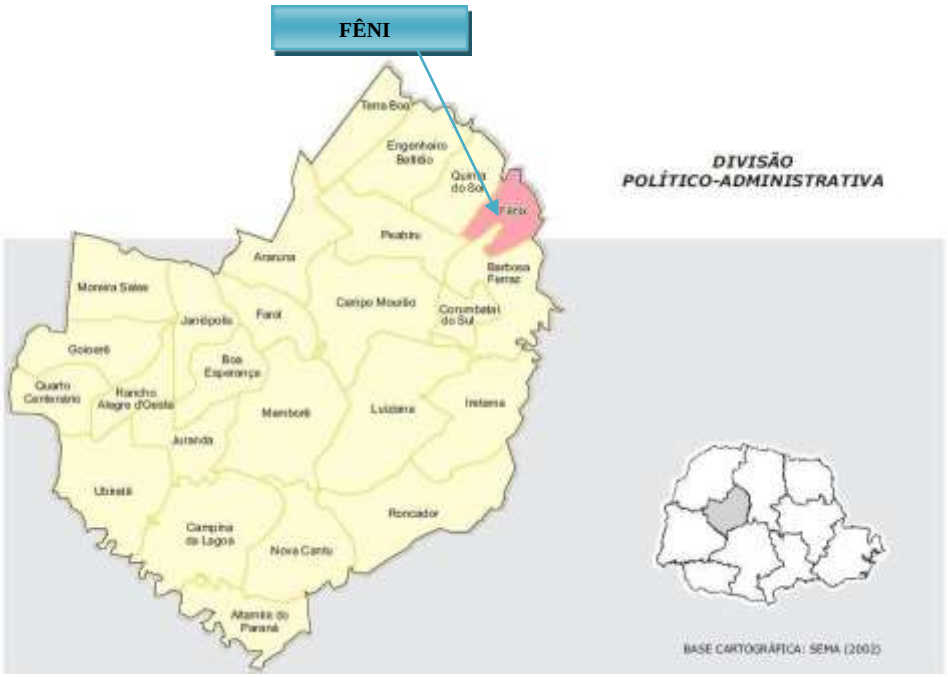


Figura 15: *Fênix na região Centro-Ocidental do Paraná.*
Fonte: *SEMA, 2002.*

Microrregiões Campo Mourão e Goioerê

A mesorregião Centro-Ocidental Paranaense está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.191.893,6 hectares, que corresponde a cerca de 6,0% do território estadual. Faz fronteira ao norte com a mesorregião Noroeste, a oeste com a mesorregião Oeste, ao sul com as mesorregiões Oeste e Centro-Sul e a leste com as mesorregiões Centro-Sul e Norte Central. Possui como principal divisa geográfica, a leste, o rio Ivaí, e a oeste o rio Piquiri. É constituída por 25 municípios, dos quais se destaca Campo Mourão, em função de sua dimensão populacional e nível de polarização (IPARDES, 2004).

De acordo com o IBGE (2009) as duas microrregiões detêm uma população estimada em 323.304 de habitantes, sendo que estes se subdividem em:

- Microrregião Geográfica de Campo Mourão: 203.768 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Goioerê: 119.536 habitantes.

Para os historiadores, o traço mais característico do povoamento do Centro-Ocidental do Paraná decorre do encontro de dois fluxos populacionais de procedências distintas, que a tornaram uma região de transição, com a forte presença de elementos da formação sócio- econômico-cultural típicos das áreas de origem. O primeiro fluxo derivou-se das frentes colonizadoras do café do norte do Estado, e era formado principalmente por paulistas, mineiros e nordestinos. O segundo, oriundo das áreas oeste e sudoeste do Paraná, era integrado por gaúchos e catarinenses, descendentes de colonos europeus. Assim, a região "...apresenta, na

lavoura, certos padrões que a fazem assemelhar-se à porção setentrional do Estado e, na pecuária (criação de suínos), características que a ligam ao oeste" (MESQUITA e TIETZMAN SILVA, 1970, apud HESPANHOL, 1993).

Nesse contexto, a mesorregião Centro-Ocidental alcançou o início da década de 70 concentrando cerca de 530 mil habitantes, representando uma área razoavelmente populosa do interior do Estado. Apesar do intenso surgimento de cidades verificado na região no transcorrer do processo de ocupação, a maior parte da população ainda residia no meio rural.

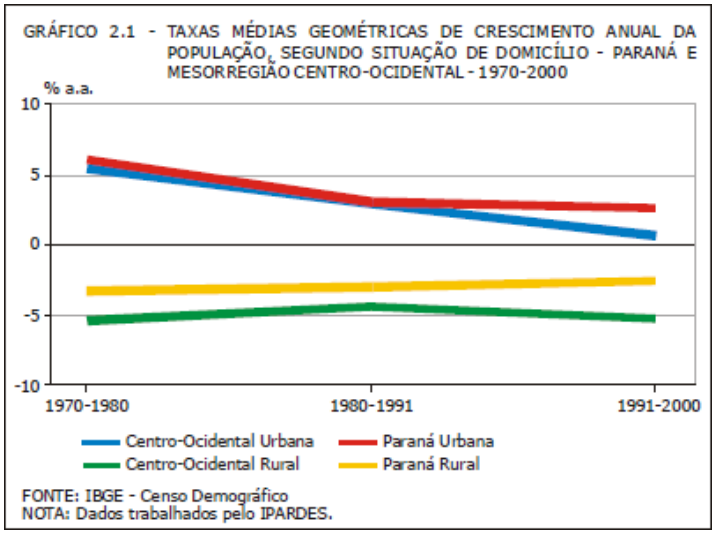


Figura 16: *Taxas médias geométricas de crescimento anual da população.*
Fonte*: IBGE (2000).*

Entretanto, devido as mudanças de produção e relações de trabalho, entre 1970 e 1980 a mesorregião foi uma das que evidenciaram as mais altas taxas de decréscimo populacional, tanto em termos rurais quanto no que se refere ao conjunto da população. Nas décadas seguintes esse processo permaneceu dos mais elevados do Estado, acentuando-se, inclusive, no último decênio, período em que o Centro-Ocidental destacou-se como a mesorregião de maior taxa de evasão rural e de menor ritmo de incremento urbano, de sorte a se tornar a região de menor peso populacional dentre as mesorregiões paranaenses.

Sem dúvida, o componente migratório, nesse cenário demográfico, vem tendo um peso substantivo. No bojo das transformações modernizantes das atividades agrícolas, o meio rural da região vem experimentando saldos migratórios negativos bastante elevados no transcorrer das últimas décadas do século XX, dos mais expressivos do Estado, mantendo esse destaque também nos anos. Chama a atenção o fato de que mesmo suas áreas urbanas começam a experimentar saldos e taxas líquidas de migração negativos, reforçando o caráter expulsor do Centro-Ocidental e o predomínio das perdas populacionais para fora da região Embora a mesorregião receba consideráveis fluxos imigratórios, particularmente vindos de outras áreas

do Estado, suas perdas são bem mais volumosas, provocando um saldo negativo nas trocas populacionais.

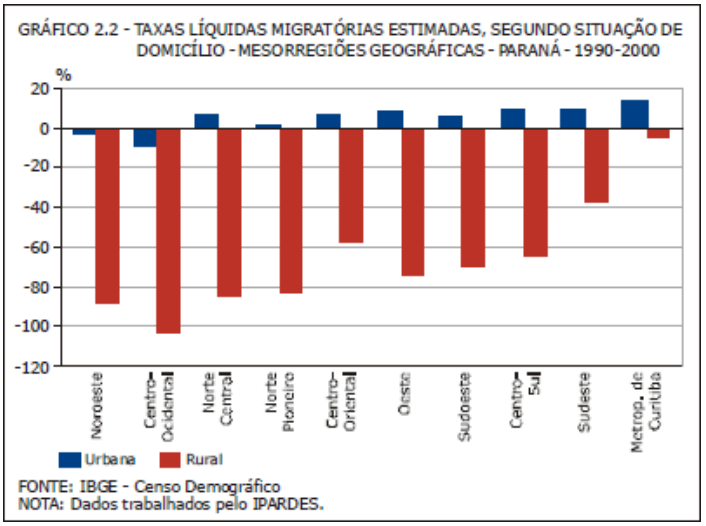


Figura 697: *Taxas líquidas migratórias estimadas.*
Fonte*: IBGE (2000).*

Subjacentes às alterações na dinâmica de crescimento populacional da região, fortemente condicionadas pelos processos migratórios, interagem também as mudanças no comportamento reprodutivo e no perfil de mortalidade da população, observadas no período. Desde meados da década de 60 várias regiões do Brasil passaram a experimentar uma trajetória firme e continuada de declínio da fecundidade, inserindo o país em um quadro irreversível de transição demográfica. (MAGALHÃES, 2003).



Figura 18: *Mapa Região Centro Ocidental do Paraná.*
Fonte*: IBGE/2000*

O Município de Fênix integra a Mesorregião Geográfica nº 02 – Centro-Ocidental Paranaense, e Microrregião geográfica nº 05 – Campo Mourão.

Tabela *67****:*** *Mesorregião Geográfica Nº 02 e Algumas das Microrregiões que se destacam.*

04 - Microrregião Geográfica Goioerê	05 - Microrregião Geográfica Campo Mourão
Altamira do Paraná	Araruna
Boa Esperança	Barbosa Ferraz
Campina da Lagoa	Campo Mourão
Goioerê	Corumbataí do Sul
Janiópolis	Engenheiro Beltrão
Juranda	Farol
Moreira Sales	**Fênix**
Nova Cantu	Iretama
Quarto Centenário	Luiziana
Rancho Alegre D'Oeste	Mamborê
Ubiratã	Peabiru
	Quinta do Sol
	Roncador
	Terra Boa

Fonte: IPARDES; 2011.

Nessa Mesorregião (02) a população teve um avanço da década de 70 até o ano de 2000, chegando ao grau de urbanização de 72,6%.

Tabela 68: *Grau de Urbanização da Mesorregião Norte Central.*

ANO	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
1970	19,0
1980	40,8
1991	61,0
2000	72,6

Fonte: IPARDES/IBGE.

Tabela 69: *População Total, Grau de Urbanização, taxas médias de crescimento da população por situação de domicílio, segundo mesorregião geográfica, Paraná – 1970 a 2000.*

Mesorregião	Pop 2000	Grau de Urb. 2000	Taxa média Geométrica de Crescimento Anual								
			Pop. Total			Pop. Urb			Pop. Rural		
			70/80	80/91	91/00	70/80	80/91	91/00	70/80	80/91	91/00
Noroeste	641.084	77.3	-2.80	-0.17	-0.25	3.80	1.95	1.09	-5.91	-5.22	-4.20
Centro Ocidental	**346.648**	**72.6**	**-2.34**	**-068**	**-1.24**	**5.42**	**3.01**	**0.71**	**-5.35**	**-4.36**	**-5.07**
Norte Central	1.829.068	88.4	-0.28	0.93	1.24	4.74	2.99	2.18	-5.58	-4.67	-4.00
Centro Pioneiro	548.190	75.1	-2.09	-0.26	-0.15	2.65	2.53	1.61	-4.91	-3.71	-4.11
Centro Oriental	623.356	81.2	2.90	1.35	1.46	4.64	3.15	2.54	0.70	-2.32	-2.21
Oeste	1.138.582	81.6	2.47	0.51	1.28	12.48	3.78	2.77	-2.33	-4.47	-3.51
Sudoeste	472.626	59.9	1.56	-0.78	-0.13	7.61	2.78	2.57	-0.33	-3.03	-3.16
Centro Sul	533.317	60.9	2.97	0.93	0.69	8.39	2.63	3.36	0.55	-0.40	-2.42
Sudeste	377.274	53.6	1.23	1.30	0.89	4.34	2.73	3.09	-0.26	0.31	-1.17
Metropolitana de Curitiba	3.053.313	90.6	4.95	2.84	3.13	6.74	3.18	3.28	-1.96	0.44	1.82
Paraná	9.563.458	81.4	0.97	0.93	1.40	5.97	3.01	2.59	-3.32	-3.03	-2.61

Fonte: IPARDES/IBGE.

No bojo das transformações modernizantes das atividades agrícolas, o meio rural da região experimentou saldos migratórios negativos bastante elevados no transcorrer das últimas décadas do século XX, dos mais expressivos do Estado, mantendo esse destaque também nos anos 90 (Tabela 4). Mesmo suas áreas urbanas começam a experimentar saldos e taxas líquidas de migração negativos.

Os dados relacionados à movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000 confirmam essa tendência. Embora a mesorregião receba consideráveis fluxos imigratórios, particularmente vindos de outras áreas do Estado, suas perdas são bem mais volumosas, provocando um saldo negativo nas trocas populacionais.

Tabela 70: *Imigrantes, Emigrantes e trocas líquidas migratórias intermesorregionais (intra – estaduais) e interestaduais de data fixa¹ Segundo mesorregiões geográficas, Paraná 1995/2000*

Imigrantes				Emigrantes			Trocas líquidas		
Mesor Região	Intermesor-regionais	Interestaduais	total	Intermesor-regionais	Interestaduais	total	Intermesor-regionais	Interestaduais	total
Noroeste	23.045	23.239	46.284	35.692	33.009	68.701	-12.647	-9.770	-22.417
Centro Ocidental	13.661	7.437	21.098	33.168	20.000	53.168	-19.506	-12.563	-32.070
Norte Central	60.726	69.279	130.006	52.892	59.528	112.419	7.835	9.751	17.586
Centro Pioneiro	15.058	19.713	34.771	24.820	24.014	48.834	-9.762	-4.301	-14.063
Centro Oriental	22.261	10.313	32.573	24.906	9.263	34.168	-2.645	1.050	-1.595
Oeste	33.562	35.710	69.272	50.646	52.469	103.116	-17.084	-16.760	-33.844
Sudoeste	10.656	13.698	24.355	27.245	32.655	59.900	-16.589	-18.956	-35.545
Centro Sul	20.218	8.490	28.708	31.934	16.681	48.615	-11.716	-8.192	-19.907
Sudeste	10.134	5.078	15.212	18.792	8.084	26.876	-8.658	-3.006	-11.664
Metropol. de Curitiba	133.124	104.356	237.480	42.353	66.952	109.306	90.771	37.404	128.175
Paraná	342.447	297.311	639.759	342.447	322.655	665.103	0	-25.344	-25.344

Fonte:IBGE.
Nota:dados trabalhados pelo Ipardes.

Desde meados da década de 60 várias regiões do Brasil passaram a experimentar uma trajetória firme e continuada de declínio da fecundidade, inserindo o país em um quadro irreversível de transição demográfica. A população do Paraná acompanhou esse processo e, apesar da existência de diferenciais regionais entre-estaduais, já no início dos anos 90 demonstrava padrões de controle efetivo e continuado do tamanho de suas proles. O número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher no transcorrer do período reprodutivo, estimado para o Estado na década de 1980, situava-se em 2,7, nível igualmente experimentado pela população da mesorregião Centro-Ocidental (MAGALHÃES, 2003).

Dos municípios que compõe a Mesorregião Centro-Ocidental, Campo Mourão e Goioerê possuem o maior número de habitantes.

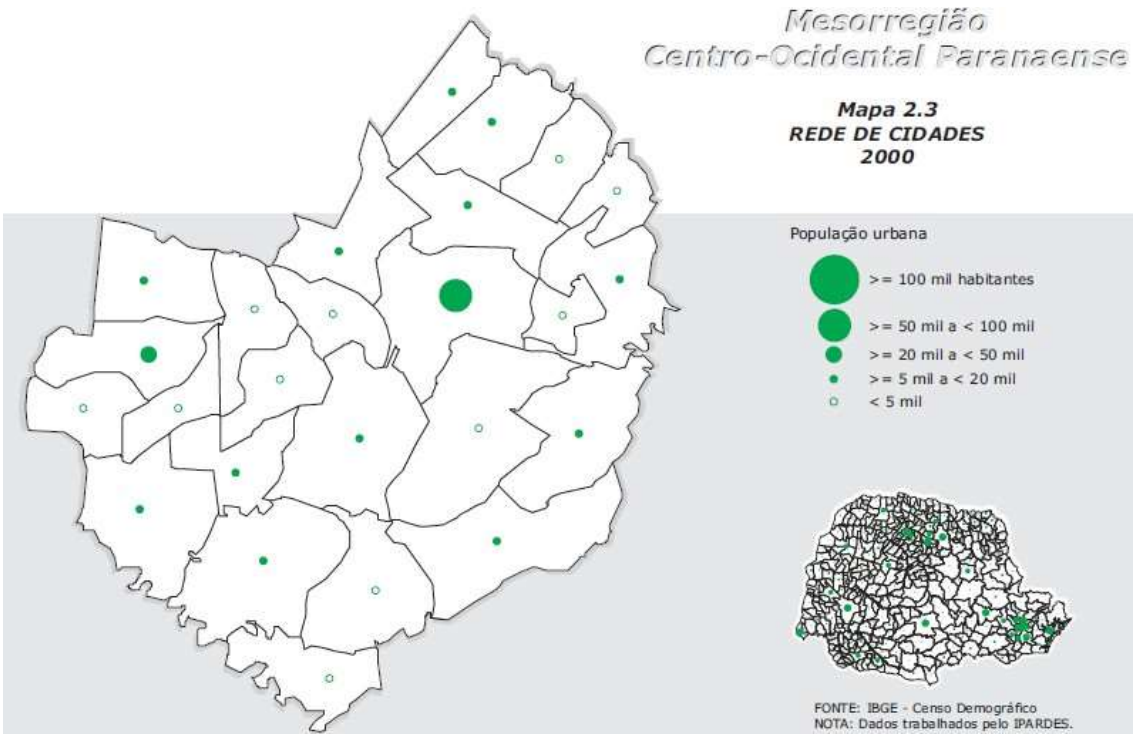


***Figura 709**: Mapa da População Urbana Residente nos Municípios.*
***Fonte**: IPARDES 2003.*

Quanto às condicionantes ambientais podemos relatar que o potencial hídrico da região é caracterizado pela presença de duas bacias hidrográficas, a do rio Ivaí e a do Piquiri, ambos com curso parcial na região.

O rio Ivaí tem um curso total de 685 quilômetros, dos quais 80 km encontram-se no trecho da mesorregião, e representam a porção do médio Ivaí. Este tem suas nascentes nos contrafortes da Serra da Esperança e Ribeira com os nomes de rio dos Patos e rio São João, situados na mesorregião Sudeste. Os principais afluentes do rio Ivaí são os rios Corumbataí, Muquilão e Mourão, que possuem em seus cursos pequenos saltos e cachoeiras. Na bacia do rio Ivaí estão localizadas as Usinas Hidroelétricas de Mourão e de Cristo Rei, consideradas pequenas em relação à potência geradora.

O rio Piquiri tem um curso com extensão total de 485 quilômetros, dos quais 150 km encontram-se na mesorregião Centro-Ocidental, correspondendo à porção média do rio Piquiri. Sua nascente localiza-se na Serra São João (Terceiro Planalto), que representa o divisor de águas entre os rios Ivaí e Piquiri, e o sistema rio Jordão, na região Centro-Sul. Seus principais afluentes são os rios Goioerê, Goiô-Bang ou Tricolor, e dos Macacos. Na bacia do rio Piquiri está presente a Usina Hidroelétrica de J. Monteiro, considerada pequena quanto à potência.

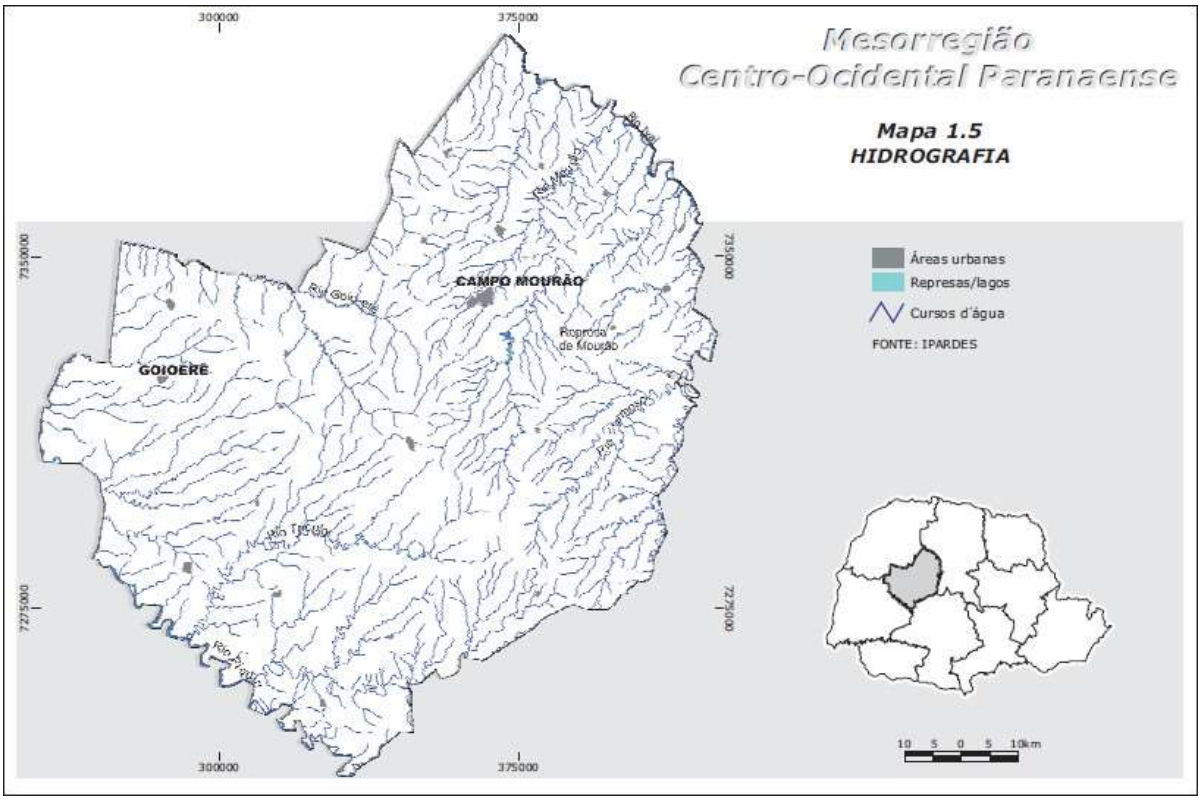


Figura 20: *Mapa de Hidrografia Mesorregião Centro Ocidental.*
Fonte: *IPARDES*.



Figura 2171: *Mapa de Hidrografia do Paraná.*
Fonte: *IPARDES*.

Segundo Maack (1986) a região apresenta dois tipos de clima. Nas zonas de menores altitudes, nos vales dos rios Piquiri e Ivaí, predomina o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), de verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. Nos meses mais quentes, a temperatura média é superior a 22°C, e, nos meses mais frios, inferior a 18°C. A temperatura anual é de 20°C, com chuvas entre 1.300 e 1.600 mm e umidade relativa do ar de 75%, sem deficiência hídrica. Nas zonas de maiores altitudes ao longo dos principais divisores d'água ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), de verões frescos e geadas severas e frequentes, sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C, e, dos meses mais frios, inferiores a 18°C. A temperatura média anual é de 19°C, com chuvas entre 1.600 e 1.700 mm e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica.

A mesorregião encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos: a Floresta Estacional Sem decidual (FES), a Floresta Ombrófila Mista (FOM), e em pequenas proporções as Estepes (Cerrado). Segundo o levantamento fitogeográfico feito por Maack (1950), a cobertura vegetal original da mesorregião era composta de 69,5% de FES, sendo que 24,8% era de FES original, 15,7% de FES aluvial original e 29% de FES alterada. O restante da cobertura vegetal era formado por 30% de FOM original e 0,5% de Cerrado. Os desmatamentos ocorridos decorrentes da ocupação do território determinaram uma redução nos recursos florestais, dos quais tem-se, atualmente, 63.443,7 hectares de cobertura florestal, os quais correspondem a 5,3% da cobertura original da região. O total da área de floresta ainda existente representa 2,5% da cobertura do Estado, posicionando a região como a de menor contribuição na cobertura florestal do Paraná.

Entre os municípios da mesorregião, em termos de presença de cobertura florestal, ressalta-se, em primeiro lugar, Roncador, com 12,4% da cobertura florestal da mesorregião, seguido de Terra Boa, com 9,5% da cobertura florestal, e em terceiro lugar Luiziana, com 8,2%. Em outro extremo destacam-se, devido à escassez de cobertura florestal, com taxas abaixo de 0,5%, os municípios de Boa Esperança, Farol, Janiópolis e Rancho Alegre d'Oeste. Áreas com reflorestamento abrangem um total de 6.966,6 hectares, representando 0,6% da área total da mesorregião. **Fênix** possui 1930,8 ha de cobertura vegetal, correspondendo a 3,04% da cobertura florestal da mesorregião.

A região possui um total de 31 Unidades de Conservação, sendo 30 de proteção integral nos âmbitos de governo estadual e municipal, e uma de uso sustentável estadual. Destas áreas protegidas, destacam-se o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, em **Fênix**, com 353,9 hectares; o Parque Estadual Lago Azul, com 1.749,0 hectares; e a Reserva Florestal de Figueira, com 100,0 hectares de floresta nativa. As áreas dessas Unidades de Conservação,

somadas às demais áreas de Parques Municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), conferem à região 4.675,3 hectares de florestas nativas protegidas, representando respectivamente 0,4% do território e 7,4% do total da cobertura florestal da mesorregião. Aliado a isso a mesorregião Centro-Ocidental não apresenta terras indígenas, como pode ser visualizado na Tabela 6.

Tabela 71: *Área Total e Áreas das Terras Indígenas nas Mesorregiões do Estado do Paraná.*

TERRAS INDÍGENAS					
MESORREGIÃO	Área total (ha)	Área (ha)	% na Área Total	% Mesorregião /Estado	
Noroeste	2.481.601.5	0.0	0.00	0.00	
Centro-Ocidental	**1.191.893.6**	**0.0**	**0.00**	**0.00**	
Norte-Central	2.453.217.2	8.940.5	0.36	12.23	
Norte - Pioneiro	1.572.706.1	3.633.8	0.23	4.97	
Centro-Oriental	2.178.254.3	2.129.6	0.10	2.91	
Oeste	2.290.855.9	1.915.9	0.08	2.62	
Sudoeste	1.163.842.8	9.527.5	0.82	13.03	
Centro-Sul	2.638.104.8	45.086.8	1.71	61.66	
Sudeste	1.700.649.1	200.8	0.01	0.27	
Metropolitana de Curitiba	2.301.511.9	1.685.00	0.07	2.30	
Paraná	19.972.637.2	73.119.9	0.37	100.00	

Fontes:SEMA,FUNAI
Nota:dados trabalhados pelo Ipardes

Com relação à biodiversidade faunística, a ausência de grandes extensões de terras com formações florestais originais, juntamente com a carência de levantamentos faunísticos, conferem à mesorregião um quadro de desconhecimento da situação real e atual da biodiversidade animal. Quase não há registros de campo e coletas atuais quanto à mastofauna, e os poucos dados disponíveis referem-se à fauna de mamíferos do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, no município de Fênix (ITCF, 1987). Dados atuais indicam a presença, nessa área, de algumas espécies de mamíferos e aves ameaçadas de extinção, conforme pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 72: *Relação de Espécies de Mamíferos da Região na Mesorregião Centro-Ocidental que se Enquadram em Categoria Crítica á sua Preservação – Paraná 1995*

Espécie	Nome comum	Status
Alouatta Fusca	Bugio	Vulnerável
Cebus apella	Macaco-prego	Vulnerável
Leopardus Pardalis	Jaguatirica	Ameaçada de extinção
Leopardus Tigrinus	Gato do mato pequeno	Ameaçada de extinção
Myrme cophaga tridactila	Tamanduá-bandeira	Ameaçada de extinção
Pecari tajacu	Cateto	Rara

Fontes:SEMA,FUNAI
Nota:dados trabalhados pelo IPARDES.

Com relação à biodiversidade das aves, assim como a dos mamíferos, a região caracteriza-se pela ausência de levantamentos faunísticos recentes e sistematizados. Do total de cerca de 700 espécies que ocorrem no Paraná, 124 espécies foram registradas nesta região,

no Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, o que representa aproximadamente 18% da avifauna do Estado, demonstrando, portanto, um baixo índice de diversidade avifaunística no Centro-Ocidental. As aves ocorrem em distintos ambientes: florestas, capoeiras, ambientes abertos (estepes), ambientes aquáticos (rios e lagos) e áreas alteradas (ITCF, 1987). No que diz respeito à conservação das espécies, poucas ocorrem na categoria crítica com relação à sua preservação. Algumas espécies com status preocupante podem ser observadas na Tabela 8.

Tabela 73: *Relação de espécies da Avifauna da Região Centro-Ocidental que se enquadra em categorias críticas com relação a sua preservação – Paraná 2001.*

Espécie	Nome comum	Status
Cairina moschata	Pato-do-mato	Vulnerável
Penelope superciliaris	Jucupemba	Vulnerável
Clavaris pretiosa	Pomba-azul	Vulnerável
Anaurospiza moesta	Cigarra-da-taquara	Ameaçada de extinção
Hypoedalus guttatus	Chorão-carijó	Indeterminada
Pionopsitta pileata	Cuiú-cuiú	Indeterminada
Oxyruncus cristatus	Araponga do horto	Indeterminada

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

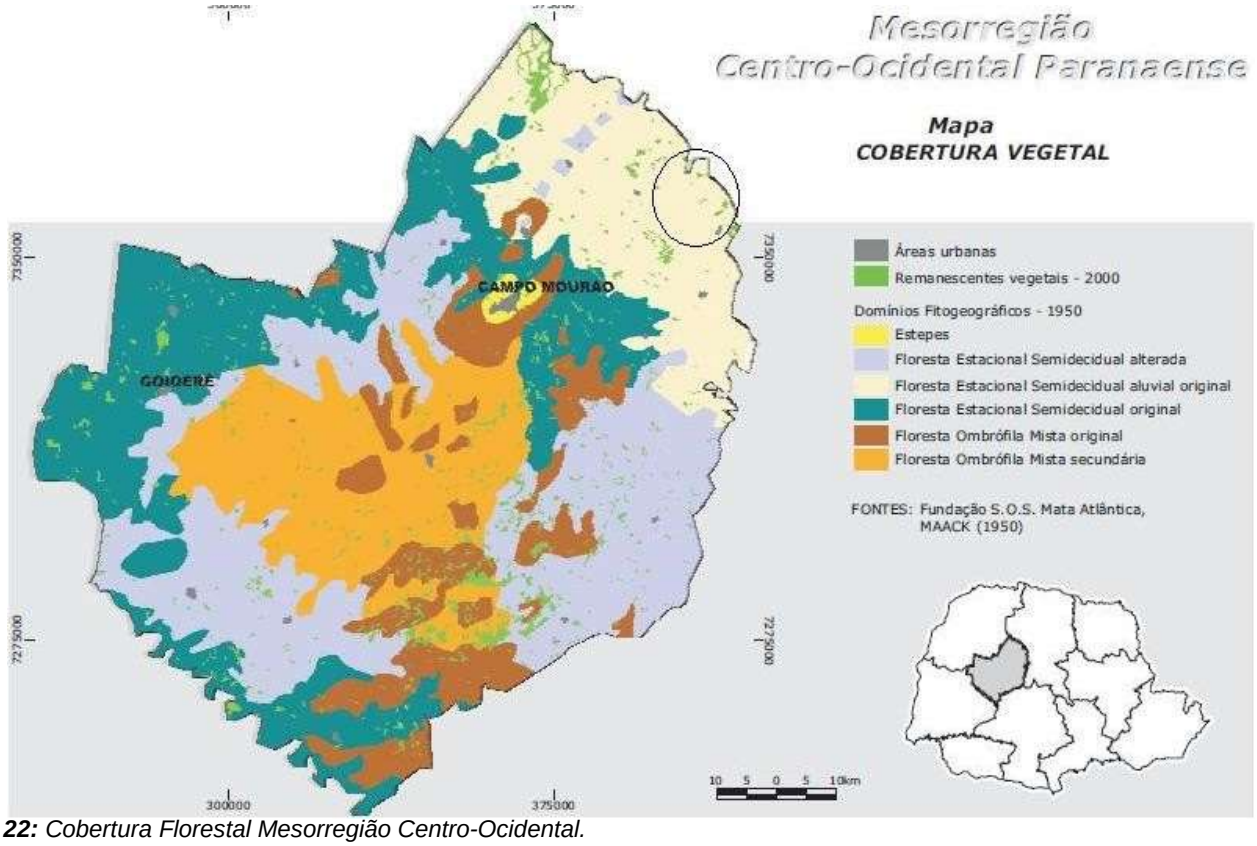


Figura 22: *Cobertura Florestal Mesorregião Centro-Ocidental.*
Fonte: *IPARDES, 2003*

O Centro-Ocidental apresenta um relevo compartimentado em duas regiões fisiográficas distintas. A principal delas corresponde a um relevo plano a suave ondulado, ocupando 70% da área mesorregional , com declividades de 0 a 10% (até 6 graus de inclinação do terreno) e com predomínio de solos com aptidão boa e regular, com problemas de fertilidade para uso

agrícola. Em 25% deste compartimento ocorre o arenito Caiuá, nos municípios de Moreira Sales, Janiópolis, Farol, Araruna, Terra Boa, Campo Mourão, Mamborê, Boa Esperança, Rancho Alegre d'Oeste e Goioerê. Os solos oriundos do arenito Caiuá apresentam associação de tipos bom e regular, por problemas de erosão.

No outro compartimento, situado nas porções leste e sul, o relevo é ondulado a fortemente ondulado e corresponde a 30% da área da mesorregião. Apresenta declividades entre 10 a 45% (até 24 graus) e solos inaptos ao uso agrícola, associados a solos aptos do tipo regular com problemas de erosão. Fazem parte deste compartimento os municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Iretama, Roncador, Nova Cantu, Campina da Lagoa e Altamira do Paraná.

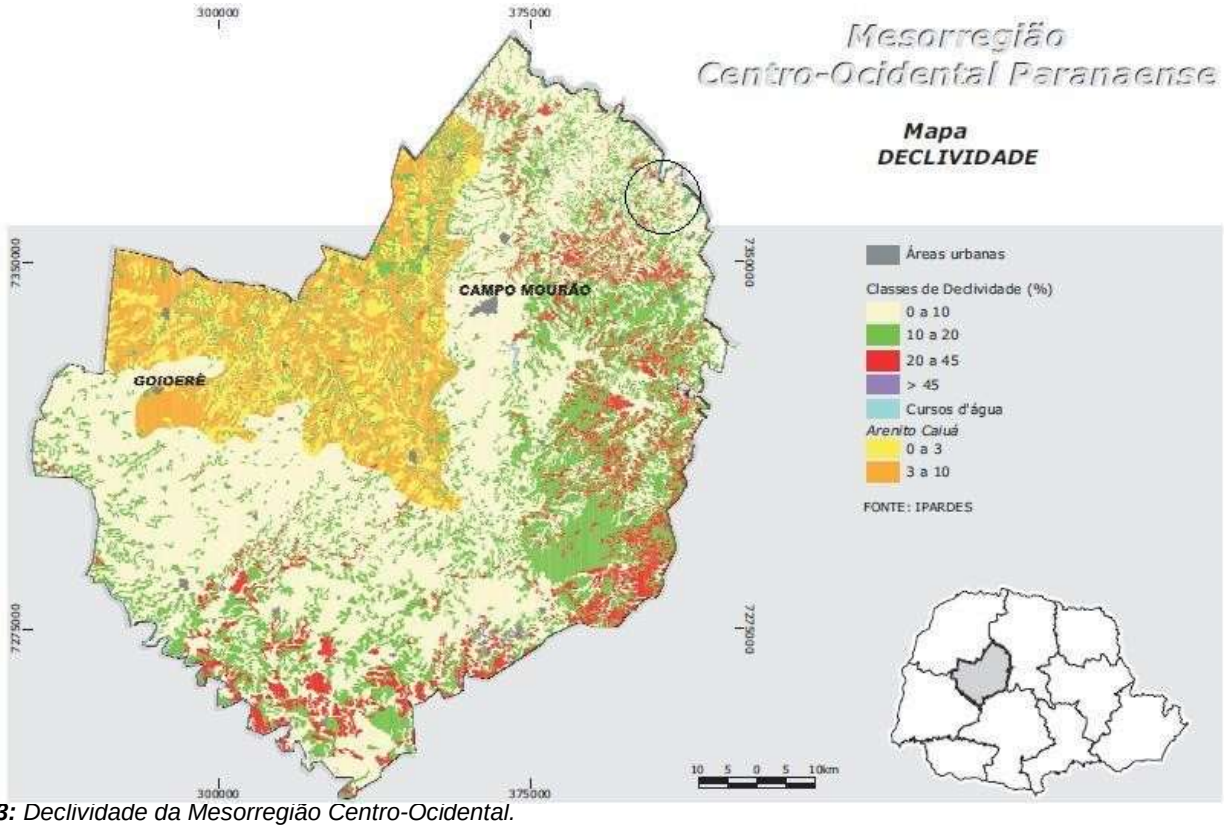


Figura 23: *Declividade da Mesorregião Centro-Ocidental.*
Fonte*: IPARDES 2003.*

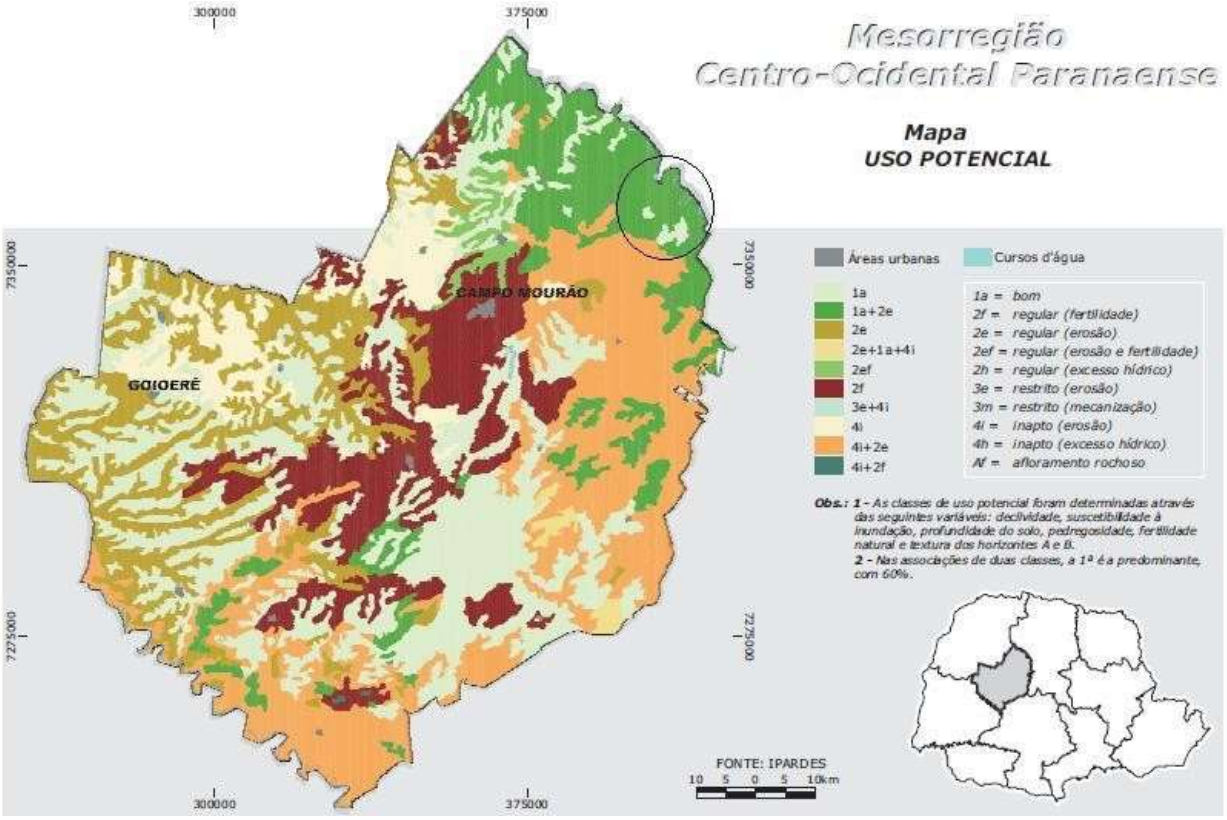


Figura 24: *Uso Potencial, Mesorregião Centro-Ocidental.*
Fonte: *IPARDES, 2003*

Rodovias

O sistema viário da mesorregião Centro-Ocidental reproduz a relação de interdependência apresentada por seus municípios, sendo conferido a Campo Mourão o papel concentrador das funções urbanas mais complexas. Assim, partem de Campo Mourão, conformando um sistema radial, as rodovias de acesso à maioria dos municípios ali situados.

Das rodovias que partem de Campo Mourão, destacam-se três: a PR-317, de ligação com Maringá, a BR-369, de acesso a Cascavel, e a junção da BR-487 com as PR-460, PR-239 e BR-466, que leva a Guarapuava. A PR-317, cujo traçado se desenvolve na direção norte-sul, representa importante via de ligação da mesorregião com a aglomeração urbana do Norte Central. A parcela da rodovia que está inserida na mesorregião passa pelos municípios de Peabiru e Engenheiro Beltrão. Está atualmente incluída no programa de transferência da operação à iniciativa privada, possuindo boas condições de trafegabilidade, segundo critérios de classificação do Departamento de Estradas de Rodagem (PARANÁ, 2004d).

Num traçado contínuo, fazendo parte de um mesmo eixo componente do sistema concessionado, encontra-se a BR-369, unindo Campo Mourão a Cascavel – atravessando Mamborê e Juranda, dentro dos limites da mesorregião –, onde atinge a BR-277. É, portanto, por meio desse eixo que ocorrem os fluxos entre as mesorregiões Oeste Paranaense e a Norte

Central ou, num contexto mais abrangente, entre as fronteiras com Paraguai e Argentina e o Estado de São Paulo. Sua conservação é igualmente considerada satisfatória.

A articulação da mesorregião com a capital do Estado se faz por meio da rodovia formada pela conjunção da BR-487 (porção a sudeste de Campo Mourão) com a PR-460, a PR-239 e a BR-466, alcançando primeiramente Guarapuava, na mesorregião Centro-Sul, para posteriormente utilizar a BR-277.

Segundo IPARDES (2004), de modo geral as sedes municipais têm seu acesso assegurado por meio das rodovias federais e estaduais, com exceção de alguns municípios, que dependem de ligações secundárias.

Quanto aos Aeroportos públicos mais próximos do município de Fênix podemos citar o Aeroporto de Campo Mourão e o de Maringá, que apesar de pertencer à outra mesorregião é utilizado pelos moradores de Fênix.

O aeroporto de Campo Mourão, denominado de Aeroporto Geraldo Guias de Aquino, localizado na Rua Brasil, 835, distando aproximadamente 62 km de Fênix. A prefeitura municipal de Campo Mourão é encarregada da administração do aeroporto. As dimensões da pista são de 1400x30m, de revestimento asfáltico. Não opera com linha regular, instrumentos e no período noturno. Em 2007 realizaram-se 579 pousos e decolagens.



Figura 725: Aeroporto Geraldo Guias de Aquino – Campo Mourão – PR. Fonte: SETR (2009)

O novo Aeroporto de Maringá inaugurado em 2000, e denominado Aeroporto Regional Silvio Name Júnior, é localizado na Rodovia PR-317, Km 107, com pista de dimensões de 2100x45m, com pavimentação asfáltica, tendo um número de 666 pousos e decolagens por mês (Infraestrutura Aeroportuária do Paraná 2006), tem suporte para aeronaves tipo BOEING 737-400. Conta com voos regulares para São Paulo, Curitiba, Salvador, Brasília e Manaus. Também opera à noite e por instrumentos. Esse aeroporto dista aproximadamente 87 km de Fênix.



Figura 736: Aeroporto Regional Silvio Name Júnior – Maringá – PR. Fonte: SETR (2009).

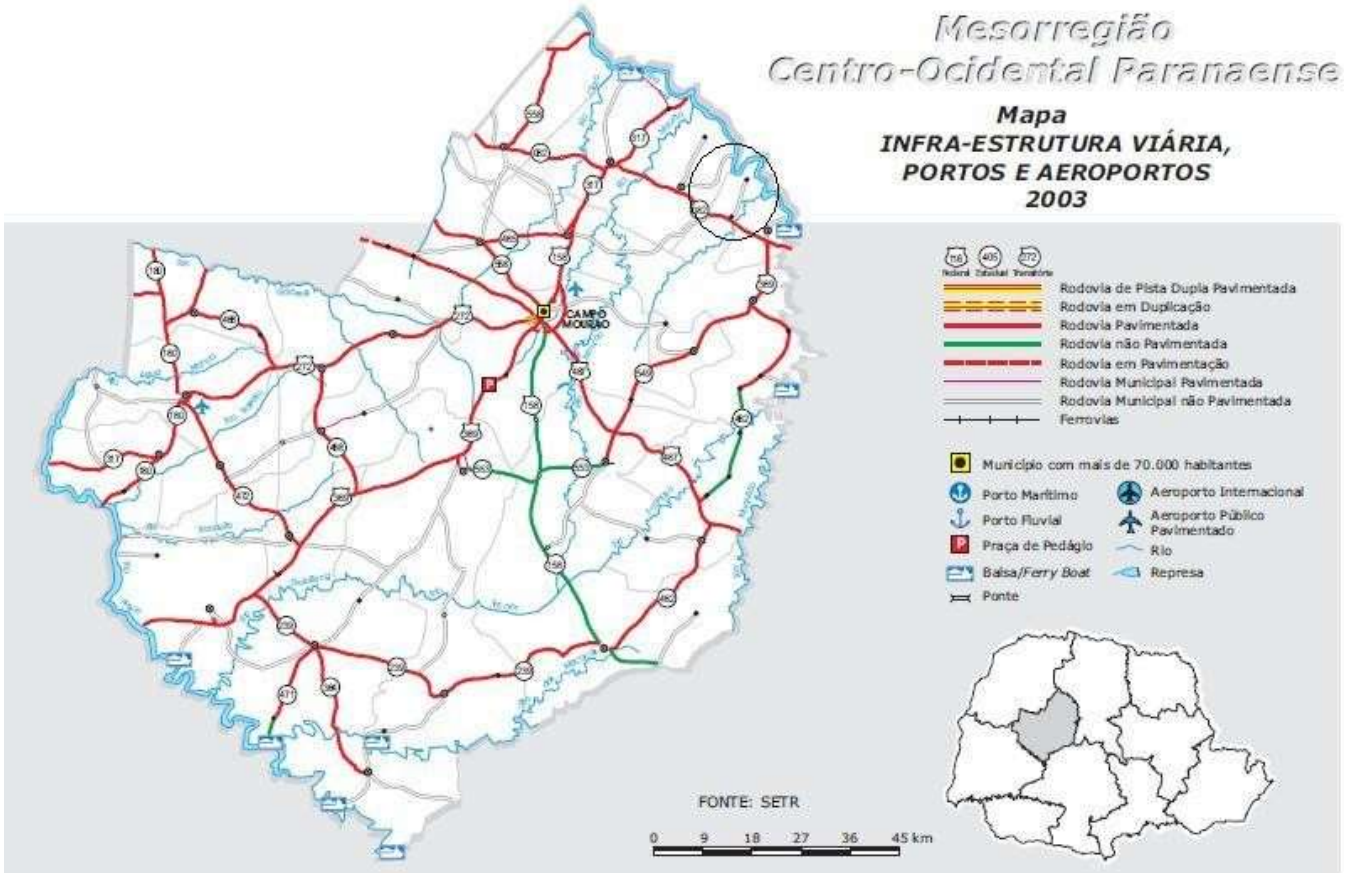


Figura 27*: Mapa Infraestrutura Viária, Portos e Aeroportos – PR*
Fonte: *Governo do Estado do Paraná Disponível em: http://webgeo.pr.gov.br/website/setr/viewer.htm.*



Figura 748: *Rodoviário de Fênix.*
Fonte: *Disponível em:www.googlemapas.com acessado em 28 de Abril de 2018.*

Indicadores regionais

A Tabela 9 apresenta a relação dos municípios da microrregião.

Tabela 74: Relação de Municípios da Microrregião Com os Referenciais em População Estimada, Km² e PIB Per Capita.

Municípios	População Censo 2010	Área de unidade Terr.(km2)2011	PIB per capita 2008 (R$)
Altamira do Paraná	4.306	387,315	8.825
Araruna	13.424	491,078	13.617
Barbosa Ferraz	12.653	531,968	7.298
Boa Esperança	4.568	311,225	24.328
Campina da Lagoa	15.393	797,598	11.343
Campo Mourão	87.287	763,637	18.142
Corumbataí do Sul	4.003	169,528	7.360
Engenheiro Beltrão	13.920	469,424	15.845
Farol	3.472	291,6	21.248
Fênix	**4.802**	**233,811**	**13.767**
Goioerê	29.024	566,028	10.952

Iretama	10.602	568,33	6.631
Janiópolis	6.536	337,687	11.476
Juranda	7.641	345,757	22.760
Luiziana	7.317	908,788	20.534
Mamborê	13.968	782,904	19.452
Moreira Sales	12.606	357,358	10.814
Nova Cantu	7.425	550,591	10.265
Peabiru	13.622	467,212	10.240
Quarto Centenário	4.856	320,23	18.918
Quinta do Sol	5.085	326,085	15.027
Rancho Alegre D'Oeste	2.847	239,942	19.418
Roncador	11.544	741,053	11.503
Terra Boa	15.791	325,656	8.124
Ubiratã	21.562	652,759	14.004

Fonte: IBGE.

Campo Mourão, município com nível de centralidade forte para médio (IBGE, 2000), tem sua dinâmica urbana estruturada principalmente em função da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo). Destaca-se pelo rol de atividades urbanas mais diversificadas, comparativamente aos demais municípios da região, sendo nitidamente o centro mesorregional de comércio e serviços. Além deste, o único centro que sobressai é Goioerê, com nível de centralidade médio. O principal papel desses centros é sustentar localmente as atividades da base produtiva regional. Ambos são polarizados diretamente por Maringá, integrando o subsistema urbano da porção norte-paranaense (MOURA e WERNECK, 2001). A despeito do papel que essas centralidades assumem no âmbito da região, nenhuma recebeu posição de destaque na hierarquia de centros da rede urbana brasileira (CONFIGURAÇÃO, 2002).

Organizada a partir dessas centralidades, a rede de cidades da mesorregião Centro- Ocidental articula um conjunto de municípios dos quais apenas Campo Mourão possuía, em 2000, população total e urbana superior a 50 mil habitantes, tendo atingido esse marco entre os anos de 1980 e 1991. Goioerê e Ubiratã situavam-se na faixa de tamanho entre 20 e 50 mil habitantes, quanto à população total, porém apenas o primeiro tinha a população urbana também nesse estrato de tamanho. Dos demais municípios, praticamente metade possuía entre 5 e 20 mil habitantes urbanos, e quase outra metade possuía menos de 5 mil. No entanto, o primeiro conjunto agregava 47,4% dos moradores urbanos da mesorregião, enquanto o segundo apenas 13,2%. Farol e Corumbataí do Sul eram os municípios com menor população urbana, ambos com pouco mais de 1,9 mil habitantes.

Com fraca possibilidade de retenção populacional e restrita capacidade de maior diversificação funcional urbana, a tendência para a região é de manutenção dos atuais padrões



de urbanização, sem indicativos de formação de áreas de concentração, o que se confirma no baixo crescimento populacional de seus municípios.

Em 2000, 73% dos habitantes da mesorregião residiam em áreas urbanas. Entretanto, como em muitos municípios mais de 50% da população ainda vive em áreas rurais, a maioria dos municípios do Centro-Ocidental é classificada, pelo IBGE, como de tipos rural ou em transição para o urbano. Campo Mourão e Goioerê são os municípios que exercem centralidade na mesorregião, dando suporte às demandas da base produtiva regional, porém ambos são polarizados por Maringá, integrando o subsistema urbano do norte paranaense.

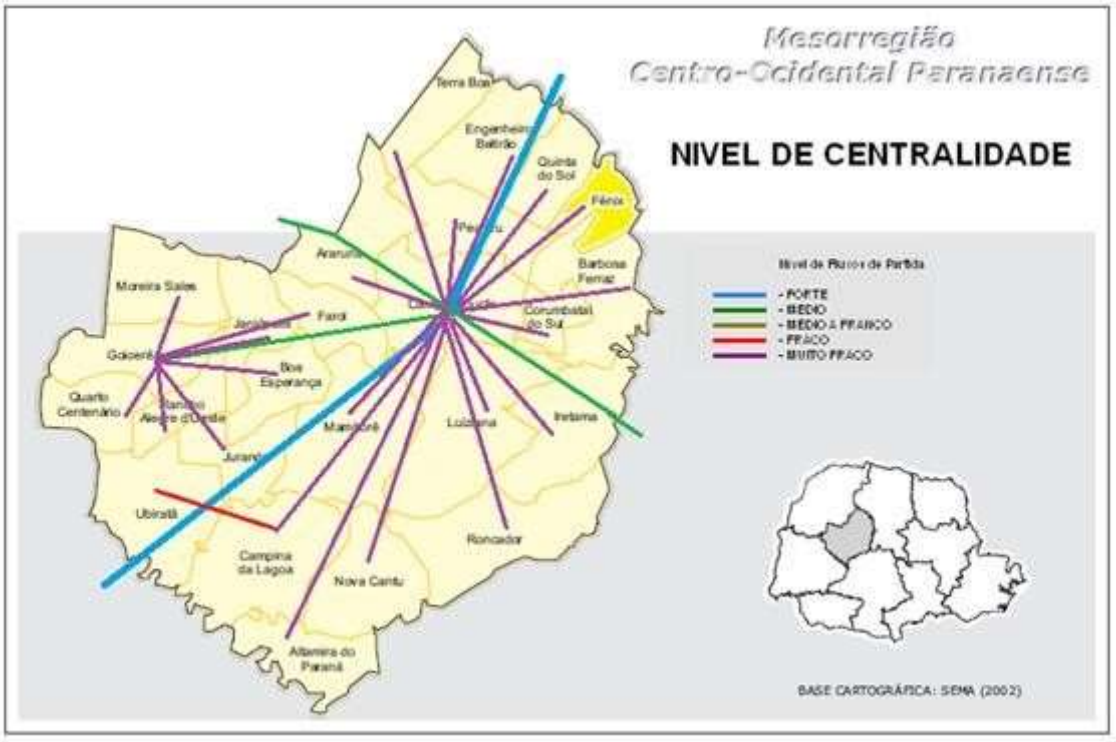


Figura 29: *Nível de Centralidade dos Municípios na Mesorregião Centro - Ocidental Paranaense.*
Fonte*: Ipardes*

Quanto aos indicadores podemos citar o Índice de Desenvolvimento Humano que foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

Segundo pesquisa do IPEA, Fundação João Pinheiro (MG) e PNUD, o Brasil melhorou sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nos últimos nove anos, passando de 0,707, em 1991, para 0,769, em 2000. Em comparação com 1991, o índice aumentou para todos os estados e quase todos os municípios brasileiros. Na classificação

internacional, o Brasil continua sendo um país de médio desenvolvimento humano. Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios os parâmetros são os mesmos: educação, longevidade e renda da população, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora analisem os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDH-M) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. Em janeiro de 2003, o IPARDES publicou o Índice de Desenvolvimento Humano – Anotações sobre o Desempenho do Paraná, onde analisa o comportamento dos municípios paranaenses quanto ao Ìndice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2000 (IDH-M) e de seus componentes. Neste documento, Curitiba apresenta-se como o município com o melhor IDH-M do Estado, com um índice de 0,788.

Na mesorregião Centro-Ocidental nenhum município apresenta o IDH-M 2000 em posição acima da média do Estado. É importante destacar que a variação do índice entre 1991 e 2000 foi bastante positiva para o conjunto dos municípios, acompanhando a melhora generalizada do Estado, mas não o suficiente para uma mudança significativa de posição no ranking estadual.

Tabela 75: *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, dos Municípios da Microrregião.*

MUNICÍPIO	IDH_M	IDH_L	IDH_E	IDH_R
Altamira do Paraná	0,677	0,709	0,747	0,576
Araruna	0,732	0,717	0,833	0,647
Barbosa Ferraz	0,7	0,694	0,788	0,618
Boa Esperança	0,722	0,645	0,881	0,641
Campina da Lagoa	0,71	0,656	0,826	0,647
Campo Mourão	0,774	0,717	0,891	0,715
Corumbataí do Sul	0,678	0,694	0,775	0,566
Engenheiro Beltrão	0,762	0,731	0,856	0,7
Farol	0,701	0,691	0,792	0,621
Fênix	**0,736**	**0,751**	**0,824**	**0,633**
Goioerê	0,746	0,688	0,872	0,679
Iretama	0,699	0,706	0,772	0,62
Janiópolis	0,692	0,669	0,808	0,598
Juranda	0,731	0,696	0,846	0,652
Luiziana	0,704	0,694	0,81	0,607
Mamborê	0,745	0,725	0,872	0,638
Moreira Sales	0,703	0,656	0,819	0,635

Nova Cantu	0,698	0,656	0,824	0,614
Peabiru	0,736	0,694	0,859	0,656
Quarto Centenário	0,7	0,656	0,835	0,608
Quinta do Sol	0,712	0,701	0,812	0,623
Rancho Alegre D'Oeste	0,698	0,656	0,825	0,613
Roncador	0,701	0,685	0,818	0,601
Terra Boa	0,744	0,753	0,823	0,655
Ubiratã	0,734	0,696	0,859	0,647

***Tabela 76**: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Fênix. Fonte: IBGE*

Índice de Desenvolvimento Humano	**Fênix**	
	1991	**2000**
IDH - Educação	0,754	0,824
IDH – Longevidade	0,653	0,751
IDH – Renda	0,563	0,633
IDH – Municipal	0,656	0,736

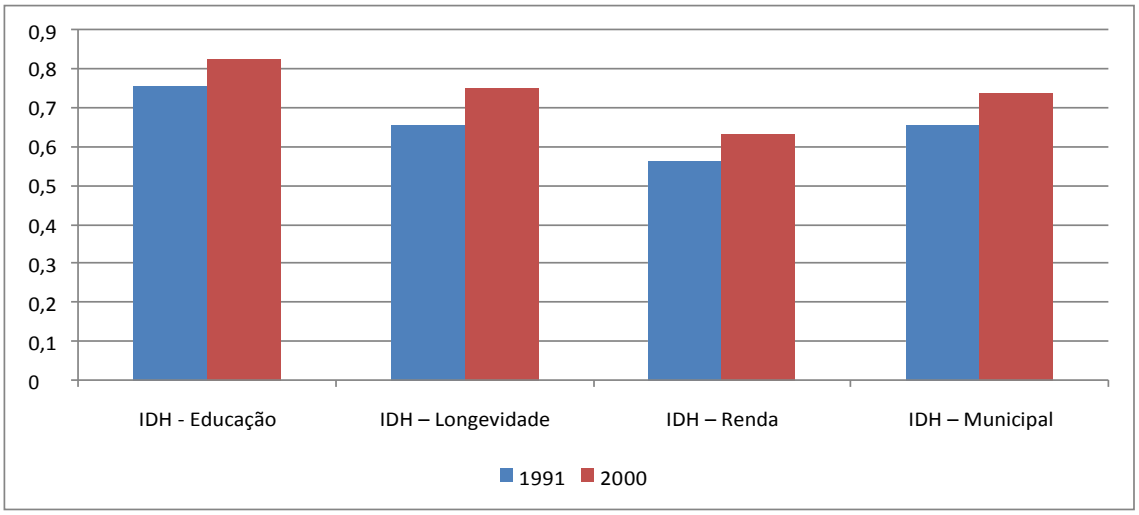


***Figura 3075:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.*
***Fonte:** IPARDES (2004*

Em relação aos indicadores usados para determinar o IDH-municipal observa-se que houve avanços no crescimento dos índices, reflexo importante detectado principalmente em função dos recursos garantidos por lei para educação e saúde, que refletiram no aumento dos índices de educação e longevidade. Contudo o grande "vilão" continua sendo o índice que mede a renda, que na média puxa para baixo o valor do Índice de Desenvolvimento Municipal, visto que a geração de emprego e renda é um dos principais desafios dos gestores municipais.

Ressaltando a necessidade de melhorias básicas no município, temos que para a renda per capita, em Fênix é de R$ 173,32 reais (IPARDES,2000), renda média baixa se comparado aos municípios da região que possui a melhor situação com renda de R$ 283,08 de Campo Mourão, e pior situação de R$ 116,09 de Corumbataia do Sul. O município em estudo possuía neste período uma taxa baixa de pobreza que é de 30,1% (IBGE/IPARDES 2000).

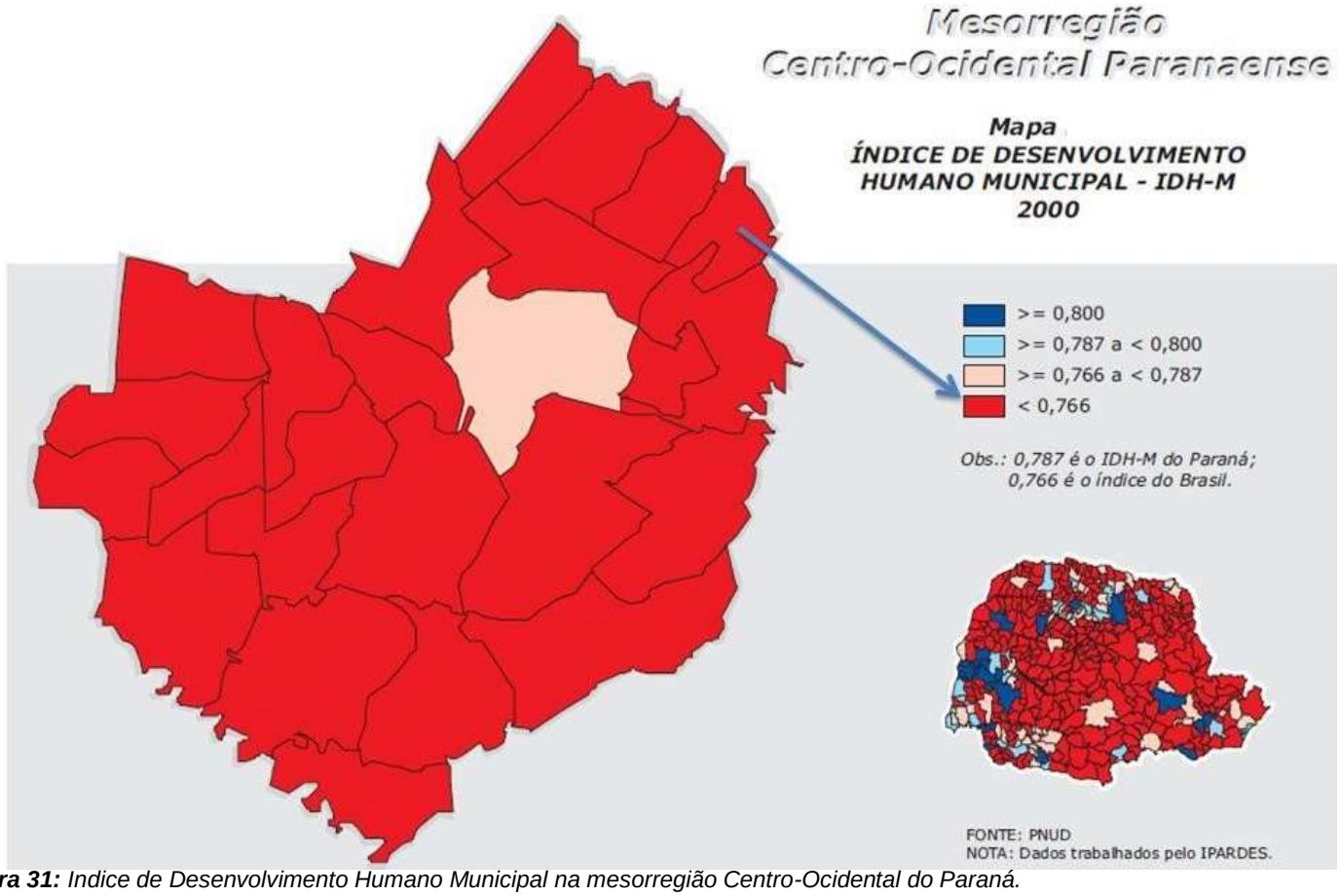


Figura 31: *Indice de Desenvolvimento Humano Municipal na mesorregião Centro-Ocidental do Paraná.*
Fonte*: IPARDES (2004).*

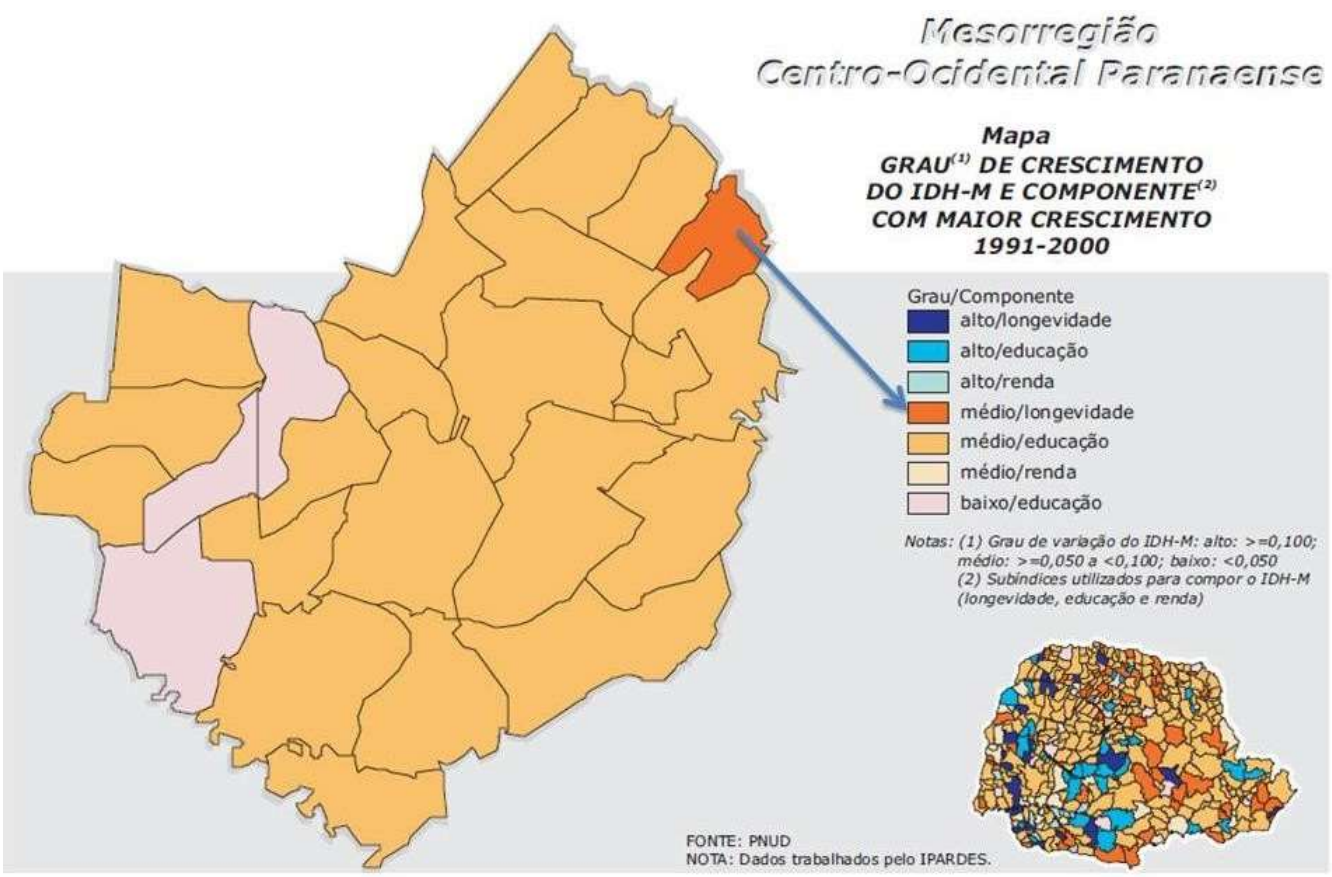


Figura 32: *Mapa de grau de crescimento do IDH-M e componente com maior crescimento.*
Fonte: *IPARDES (2004*).

Em relação à esperança de vida, para a qual a política de saúde tem um importante papel, ao lado de outras que asseguram a qualidade de vida, verifica-se dificuldade bem maior para a consolidação das condições sociais que podem contribuir para ganhos nesse indicador. Segundo o IBGE (2000), o Paraná possui uma esperança de vida ao nascer de 69,8 anos. Do conjunto regional, apenas Fênix (70,07 anos) e Terra Boa (70,19 anos) situam-se pouco acima do patamar estadual. Vale notar que Fênix foi o único município que registrou um ganho significativo na década. Entre os demais estão seis municípios – Campina da Lagoa, Moreira Sales, Quarto Centenário, Nova Cantu, Rancho Alegre d'Oeste e Boa Esperança – que se diferenciam por apresentar esperança de vida relativamente baixa.

Segundo Magalhães (2003), as populações masculina e feminina do Estado no início da década de 90, exibia índices de expectativa de vida ao nascer de 65 anos e de 72 anos, respectivamente, níveis similares àqueles evidenciados pela população da mesorregião Centro-Ocidental.

O grau de urbanização de Fênix em 2010 era de 83,15 %, um dos maiores da mesorregião que em média possui 80,26%. Campo Mourão possui o maior grau de urbanização, sendo de 94,81%.

No entanto na taxa de crescimento total, somente três municípios apresentaram crescimento positivo em 2010, sendo eles: Campo Mourão (0,82%), Araruna (0,26%) e Terra Boa (0,76%). A menor taxa de crescimento foi de Altamira do Paraná (-4,74%). Fênix apresentou taxa de crescimento geométrico de -0,29% em 2010, segundo dados do IBGE.

Na Tabela 12 são apresentados índices municipais do ano de 2000. Apesar de serem antigos, representam bem a situação da região, por não ter ocorrido nenhuma mudança brusca.

Tabela 77: *Municípios da Microrregião com Expectativa de Vida, Grau de Urbanização e Taxa de Crescimento Total, Taxa de Crescimento Rural e Taxa de Crescimento Urbano/2000.*

MUNICÍPIO	Esp. de Vida ao nascer	Grau de Urb (%)	Taxa de Crescimento Total (%)	Taxa de crescimento Rural (%)	Taxa de Crescimento Urbano (%)
Altamira do Paraná	67,53	30,28	-0,68	-1,56	1,71
Araruna	67,99	69,83	0,61	-5,49	5,11
Barbosa Ferraz	66,62	68,99	-2,93	-5,89	-1,23
Boa Esperança	63,68	49,96	-3,29	-5,59	-0,26
Campina da Lagoa	64,37	74,58	-2,07	-6,44	0,01
Campo Mourão	67,99	92,89	0,36	-2,9	0,66
Corumbataí do Sul	66,62	40,4	-3,25	-5,5	1,42
Engenheiro Beltrão	68,85	79,03	-0,46	-8,14	3,24
Farol	66,44	49,05	-1,12	-2,57	0,66
Fênix	**70,07**	**77,62**	**-2,12**	**-6,25**	**-0,51**
Goioerê	66,3	82,47	-1,28	-5,59	-0,06
Iretama	67,39	54,31	-3,67	-6,35	-0,65
Janiópolis	65,15	54,03	-3,01	-5,88	0,34
Juranda	66,78	70,86	-0,87	-8,46	5,48
Luiziana	66,62	54,88	-2,09	-6,02	2,97
Mamborê	68,48	59,47	-0,63	-2,53	0,91
Moreira Sales	64,37	70,05	-2,64	-5,7	-0,97
Nova Cantu	64,37	39,5	-1,42	-2,02	-0,43
Peabiru	66,62	77,79	-0,55	-5,61	1,55
Quarto Centenário	64,37	50,35	-3,91	-5,48	-2,06
Quinta do Sol	67,08	59,98	0,32	0,39	0,27
Rancho Alegre D'Oeste	64,37	66,28	-3,16	-7,97	0,67
Roncador	66,08	50,07	-2,81	-5,79	1,47
Terra Boa	70,19	76,35	0,3	-4,46	2,4
Ubiratã	66,78	78,05	-1,91	-5,88	-0,42

Fonte: Ipardes, 2000.

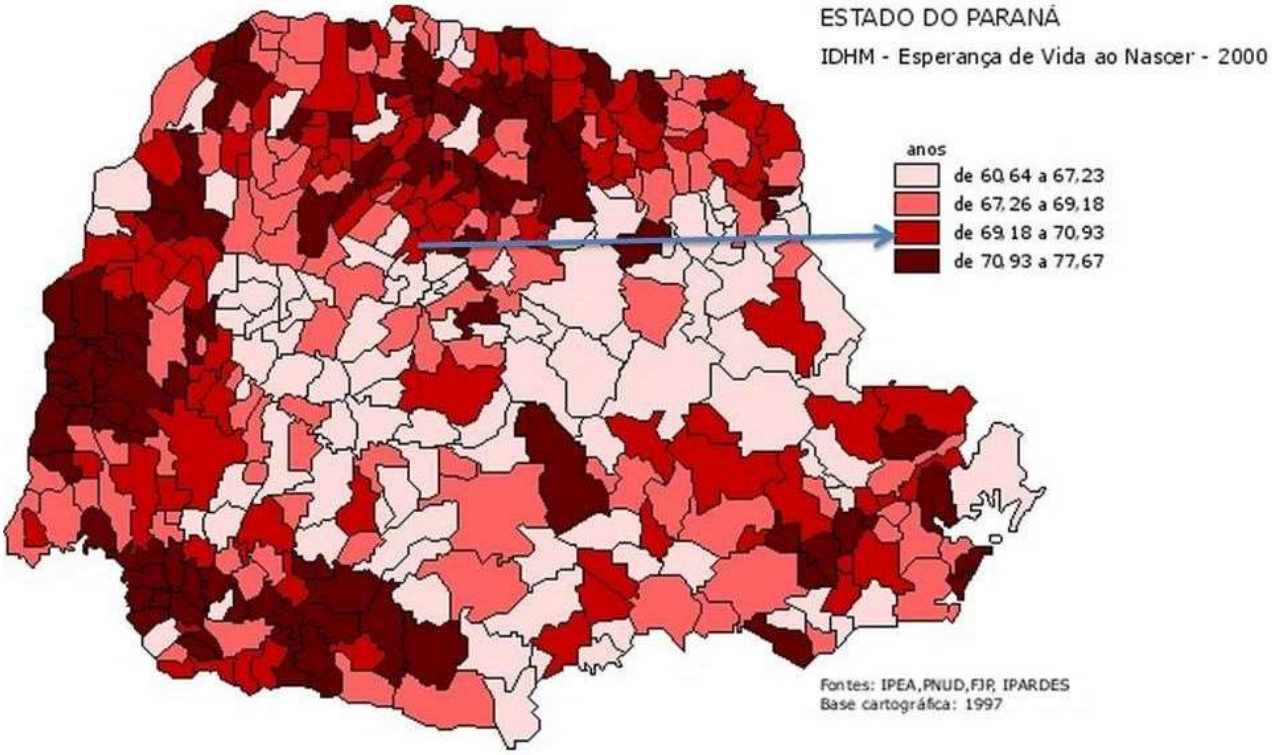


Figura 763: *Expectativa de Vida ao Nascer.*
Fonte*: IPARDES (2000)*

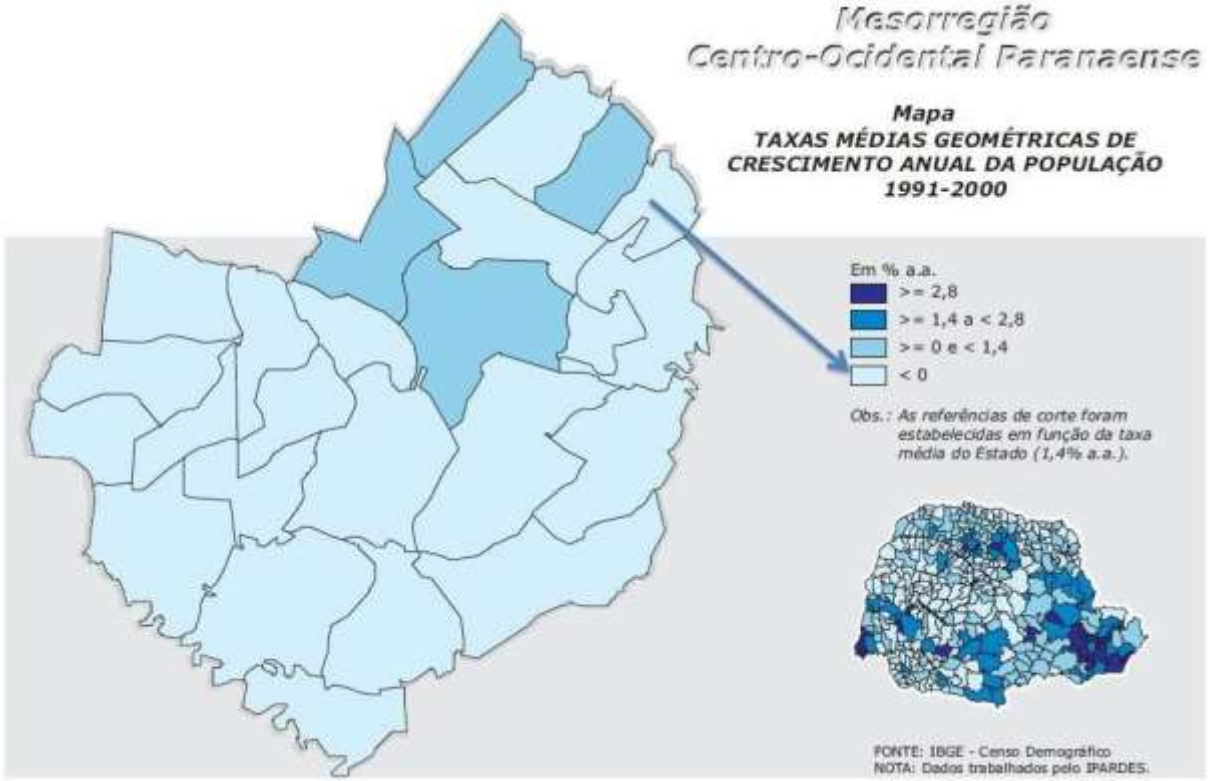


Figura 34: *Taxa de crescimento geométrico.*
Fonte: *IPARDES (2004).*

A taxa de analfabetismo de Fênix é de 19,1% sendo uma taxa mediana em relação a microrregião, na qual a maior taxa é referente ao município de Corumbataí do Sul, de 23,3%, e a menor taxa é de Campo Mourão com 10,7% (Tabela 12). Quanto à renda municipal per capita para o município de Fênix, apresenta-se como uma das rendas per capita da microrregião de nível médio, R$ 17332, tendo o município de Campo Mourão com a maior renda per capita de R$ 283,08. Ressaltando a necessidade de melhorias básicas, percebe-se a necessidade de medidas prioritárias e de integração entre os municípios polos e Fênix que venha a retroceder esses números no município, principalmente relativos à desigualdade de renda e taxa de pobreza.

Quanto à distribuição de renda, na última década, em 66,3% dos municípios brasileiros ou 3.654 cidades ela piorou. Em outras 370 cidades a desigualdade permaneceu inalterada e, em 1.483, houve queda. Na média geral do Brasil, a desigualdade de renda também aumentou na última década e o país já ocupa o sexto lugar entre os países com pior distribuição de renda. Os dados constam do "Atlas do Desenvolvimento Humano", divulgado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Fundação João Pinheiro.

No Brasil, o índice que mede a desigualdade de renda subiu de 0,53 para 0,56 entre 1991 e 2000. Esse índice (índice Gini) pode variar de 0 a 1, sendo 1 a desigualdade máxima. Quanto a Microrregião de Campo Mourão a maior taxa de desigualdade de renda é do município de Iretama (0,62) e a menor é do município de Terra Boa com 0,47. Fênix possui taxa de desigualdade de renda com o valor de 0,54 (Figura 61). Outro indicador importante é taxa de pobreza, onde indica o percentual de famílias com renda familiar mensal per capita de até ½ salário mínimo, em relação ao número total de famílias residentes no município em estudo. A maior taxa de pobreza da Microrregião é do município de Corumbataí do Sul com o índice de 48,6% e Terra Boa com o menor de 18,75%. O município de Fênix é o 5º (menor para o maior) entre os municípios da Microrregião de Umuarama quanto à taxa de pobreza apresenta uma taxa de 30,1%.

***Tabela 78**: Municípios da Microrregião com Taxa de Analfabetismo, Renda Municipal per Capita, Índice Gini e Taxa de Pobreza.*

Município	Taxa de Analfabetismo (%)	Renda Municipal per capita (R$)	Índice Gini*	Taxa de pobreza (%)
Araruna	13,8	188,29	0,52	27,61
Barbosa Ferraz	22,9	158,5	0,6	41,87
Campo Mourão	10,7	283,08	0,57	20,74
Corumbataí do Sul	23,3	116,09	0,52	48,6
Engenheiro Beltrão	14	258,82	0,59	24,18

Farol	21,8	160,71	0,6	45,3
Fênix	**19,1**	**173,32**	**0,54**	**30,1**
Iretama	22,2	159,61	0,62	43,5
Luiziana	19,3	148,15	0,55	41,12
Mamborê	13,8	178,05	0,58	38,26
Peabiru	15,3	198,81	0,55	31,9
Quinta do Sol	21,6	162,58	0,56	35,49
Roncador	18,6	143,17	0,59	46,25
Terra Boa	15,3	196,79	0,47	18,75

* Mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima). Fonte: Ipardes/2000

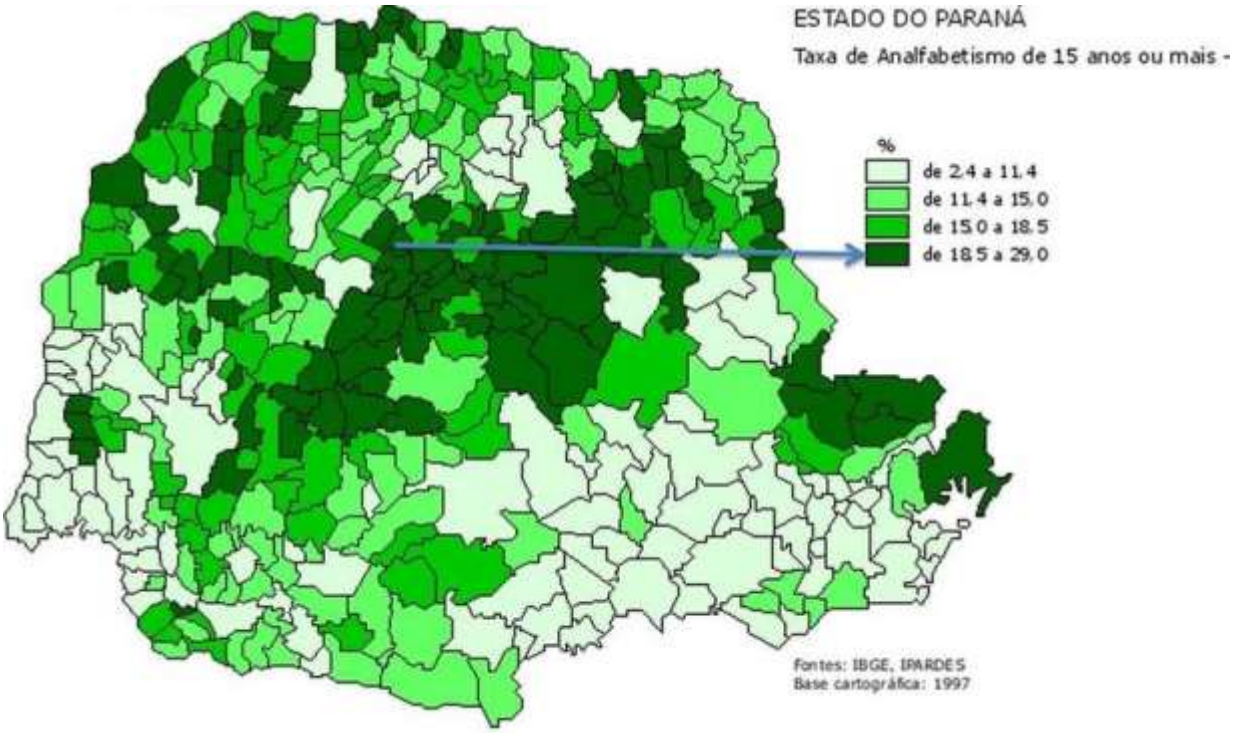


Figura 775: *Taxa de Analfabetismo. Fonte: IPARDES (2000).*

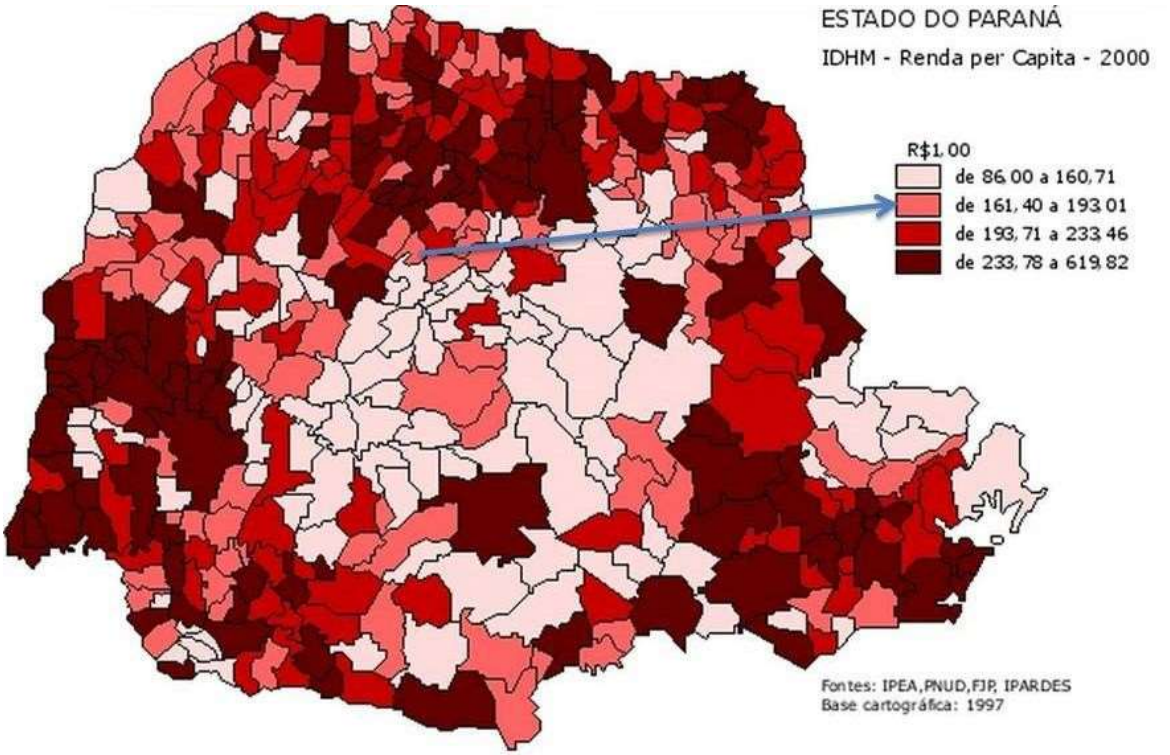


Figura 786: *Renda per capita. Fonte: IPARDES (2000)*

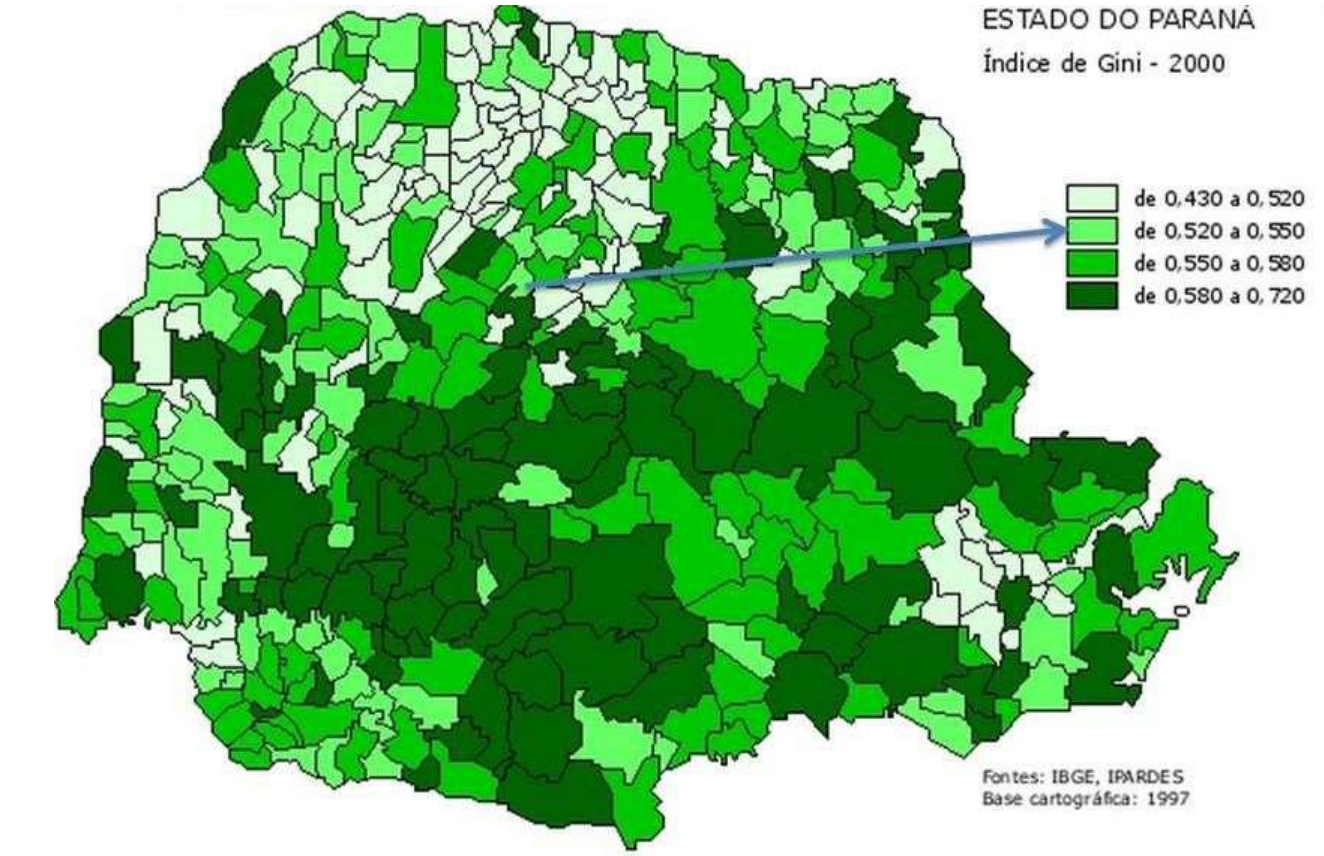


Figura 797: *Desigualdade de Renda – Índice Gini. Fonte: IPARDES (2000).*

Quanto aos aspectos relacionados área de Saúde Pública, podemos dizer que Fênix pertence a 11º Regional de Saúde de Campo Mourão, onde são encaminhados os usuários

para atendimento hospitalar, sendo que os pacientes de Fênix são atendidos com os serviços de assistência básica de saúde no próprio município e os serviços essenciais e hospitalares de médio e grande vulto em hospitais de Campo Mourão, Maringá e Curitiba.

Segundo Ribeiro et al. (2005), a 12º regional da saúde, em Campo Mourão, não executa internamentos para a realização de procedimentos mais complexos. Apenas o município de Campo Mourão produz cerca de 2% de seus internamentos para a execução de procedimentos incluídos no grupo 02. Cinco outros municípios realizam alguns poucos internamentos neste grupo, porém sem relevância quantitativa (Araruna, Goioerê, Juranda, Mamborê e Ubiratã). Pode-se destacar o município de Ubiratã, que executa praticamente a mesma proporção de internamentos classificados nos grupos 1A e 1B. A cidade de Fênix apresentou 867 internações hospitalares em 2004, referentes aos grupos 1A e 1B. Os grupos são separados de acordo com os custos dos procedimentos, sendo que o Grupo 1 A são os de menor custo, enquanto que o grupo 6 o de maior custo.

Quanto ao Indicador de Mortalidade geral do município em estudo em relação ao Estado do Paraná através do perfil epidemiológico no ano de 2008, dados coletados da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, o município de Fênix se apresenta com um coeficiente médio de mortalidade de 6,18 enquanto que o estado apresenta índice inferior, em torno de 6,15. Isto representa que a cada 1.000 Habitantes, de 6 a 7 pessoas, em média, morrem por ano de causas gerais em Fênix.

Em 2000, a mortalidade infantil, Fênix apresentava um coeficiente de 18,5, enquanto que o do Paraná é de 20,3. Já em 2008 esse número subiu para 20,83 no município em questão, enquanto no Paraná o coeficiente baixou para 12,99.

Quanto ao aspecto econômico, a mesorregião Centro-Ocidental, que detém 6,9% do território estadual, participa com 11,5% da produção estadual de grãos. Em Campo Mourão está a sede da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), a maior cooperativa da América Latina. A Coamo possui 18 mil associados, atua em 50 municípios, detendo importante estrutura agroindustrial, com destaque para o processamento de soja e algodão, e é a maior exportadora de produtos agrícolas e agroindustriais do Estado.

O valor da produção agrícola dos municípios da mesorregião centro-ocidental podem ser visualizados na Tabela 14.

Tabela 79: *Valor da produção agrícola de alguns Municípios da Mesorregião Norte Central do Paraná e sua participação em relação ao Estado do Paraná/2001.*

Município	Valor da produção (R$ mil)	Participação na Mesorregião (%)	Participação no Estado (%)
Altamira do Paraná	2081	0,28	0,03
Araruna	18737	2,54	0,27

Barbosa Ferraz	9659	1,31	0,14
Boa Esperança	37139	5,03	0,53
Campina da Lagoa	30796	4,17	0,44
Campo Mourão	60313	8,16	0,86
Corumbataí do Sul	4410	0,60	0,06
Engenheiro Beltrão	47997	6,50	0,68
Farol	27517	3,72	0,39
Fênix	**23329**	**3,16**	**0,33**
Goioerê	30192	4,09	0,43
Iretama	6265	0,85	0,09
Janiópolis	17497	2,37	0,25
Juranda	37147	5,03	0,53
Luiziana	61629	8,34	0,87
Mamborê	85737	11,60	1,22
Moreira Sales	14843	2,01	0,21
Nova Cantu	19223	2,60	0,27
Peabiru	29063	3,93	0,41
Quarto Centenário	29868	4,04	0,42
Quinta do Sol	24818	3,36	0,35
Rancho Alegre D'Oeste	19621	2,66	0,28
Roncador	29987	3,96	0,42
Terra Boa	21685	2,93	0,31
Ubiratã	50094	6,78	0,71
Mesorregião	738957	100,00	10,48
Estado do Paraná	7049396		100,00

Fonte: SEFA, Dados trabalhados pelo IPARDES.

A destinação ou utilização das terras indica que os agregados lavouras e pastagens representam, na mesorregião, 88,1% da área total dos estabelecimentos; lavouras temporárias, com 48,1%, e pastagens plantadas, com 32,5% da área total dos estabelecimentos, são as formas de utilização da terra que se destacam. As lavouras permanentes, basicamente de café, apesar da importância que tiveram na ocupação do território regional, atualmente ocupam apenas 1,3% do total da área. As áreas em descanso ou não utilizadas representam 1,5% do total, e as áreas de matas e florestas ocupam apenas 9,2% da área total.

Comparada ao Estado, a mesorregião apresenta um alto grau de utilização de força mecânica na produção agropecuária, ou seja, 67,3% na região e 52,3% no Estado.

Em termos gerais, a agricultura familiar na região corresponde a 1/3 do valor gerado pela agropecuária, pois, segundo o Censo de 1995, sua participação no valor total da produção foi de 31,9%, sendo 39,5% no valor da produção animal e 30,8% na produção vegetal. No

Estado, a participação da agricultura familiar é de 44% no valor total, 54% no valor da produção animal e 39% no valor da produção vegetal.

O desempenho da produção agrícola da mesorregião está associado diretamente à produção de grãos, e, mais especificamente, à produção de soja e milho, que são importantes insumos agroindustriais. Na década de 90 a produção de soja teve um incremento de 74%, a de milho um incremento de 347% e juntos esses produtos representaram, em 2001, 87% da colheita de grãos da região. Outros produtos que apresentaram excelente performance, em termos de volume produzido, no decorrer da década de 90, foram: mandioca (97%), trigo (90%) e cana-de-açúcar (62%). A composição do valor da produção agropecuária, dividido em agricultura e pecuária, mostra uma região fortemente vinculada à produção de lavouras e com tendência a aumentar a importância da agricultura.

Em 1990, a agricultura respondeu por 84,4% do VBP agropecuário regional. Em 2001 essa participação subiu para 88,7%. A importância relativa da pecuária declinou de 15,7% para 11,3%, nos respectivos anos.

A agroindústria da região, principalmente a cooperativada, voltada fortemente à transformação de produtos agrícolas, tem influência decisiva nas tendências produtivas da região. Em 2001, os agricultores do Centro-Ocidental colheram 2,8 milhões de toneladas de grãos, que corresponderam a 11,5% da produção estadual. Soja, milho e trigo, somados, representam 98% do total de grãos colhidos na região, mesmo padrão observado para o Estado, onde os mesmos produtos responderam por 96% da produção total de grãos. Destes três principais produtos da mesorregião, a soja teve a participação mais significativa, representando 16,1% do total colhido no Estado, seguido de perto pelo trigo, com 15,5%. Além dos grãos, outros produtos da região têm peso importante na pauta agrícola do Estado, como maracujá e melancia. No algodão, mesmo com acentuado declínio do seu cultivo no Estado ao longo da década de 90, esta mesorregião detém 29,8% da produção estadual.

Quanto à pecuária, observa-se uma fraca participação dos efetivos da região em relação ao Estado. Em 2001, e ao longo da década de 90, não houve mudança significativa na posição da região. Muares e asininos, atividades de pouco significado econômico, têm melhor participação no total estadual, com 10,2% e 7,8%, respectivamente. Nos produtos de origem animal, constata-se a mesma situação dos rebanhos, na qual também é muito incipiente o peso da produção da mesorregião no total do Estado, cuja maior participação é verificada para casulos do bicho-da-seda, com 4,5% da produção estadual.

Em relação aos principais produtos da agropecuária paranaense, a região tem participação significativa apenas na produção de soja (3ª posição) e na produção de cana-de- açúcar (4ª posição). Nos demais produtos que compõem a lista dos principais do Estado, destaca-se apenas o milho, no qual a mesorregião ocupa a 6ª posição.



De modo geral, a grande maioria dos municípios reproduz o padrão de produção da mesorregião, com predominância dos cultivos de soja e milho, pois para 23 dos 25 municípios esses dois produtos representam mais de 60% do valor da produção agrícola. Na Tabela 15 observa-se a produção das principais lavouras de cada município da microrregião em estudo. ***Tabela 80:*** *Valor da produção das principais lavouras, segundo os municípios da microrregião de Campo Mourão.*

Soja

Municípios	Milho		Trigo		Algodão		Mandioca		Cana-de-Açúcar	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Araruna	12928	69,0	2055	10,97	757	4,04	62	0,33	2303	12,29	36	0,19
Barbosa Ferraz	4536	46,96	2106	2180	432	4,47	641	6,64	380	3,93	48	0,50
Campo Mourão	37076	61,47	9155	15,18	6923	11,48	1762	2,92	204	0,34	3720	6,17
Corumbataí do Sul	1210	27,44	1594	36,15	268	6,08	288	6,53	23	0,52	12	0,27
Engenheiro Beltrão	28358	59,08	2929	6,10	2447	5,10	454	0,95	145	0,3	13042	27,17
Farol	18429	66,97	4929	17,91	3440	12,50	224	0,81	127	0,46	24	0,09
Fênix	**10980**	**47,07**	**6022**	**25,81**	**2326**	**9,97**	**232**	**0,99**	**304**	**1,30**	**2861**	**12,26**
Iretama	1607	25,65	2220	35,43	250	3,99	414	6,61	241	3,85	24	0,38
Luiziana	37933	61,55	10906	17,70	11193	18,16	120	0,19	156	0,25	480	0,78
Mamborê	56293	65,66	11982	13,98	14169	16,53	414	0,48	228	0,27	146	0,17
Peabiru	20953	72,10	4846	16,67	2098	7,22	82	0,28	262	0,90	310	1,07
Quinta do Sol	14851	59,84	4575	18,43	1925	7,76	235	0,95	393	1,58	2495	10,05
Roncador	17496	59,72	5727	19,55	3275	11,18	406	1,39	384	1,31	10	0,03
Terra Boa	11200	51,65	5202	23,99	1017	4,69	106	0,49	3040	14,02	759	3,50

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal APUD, IPARDES,2001.

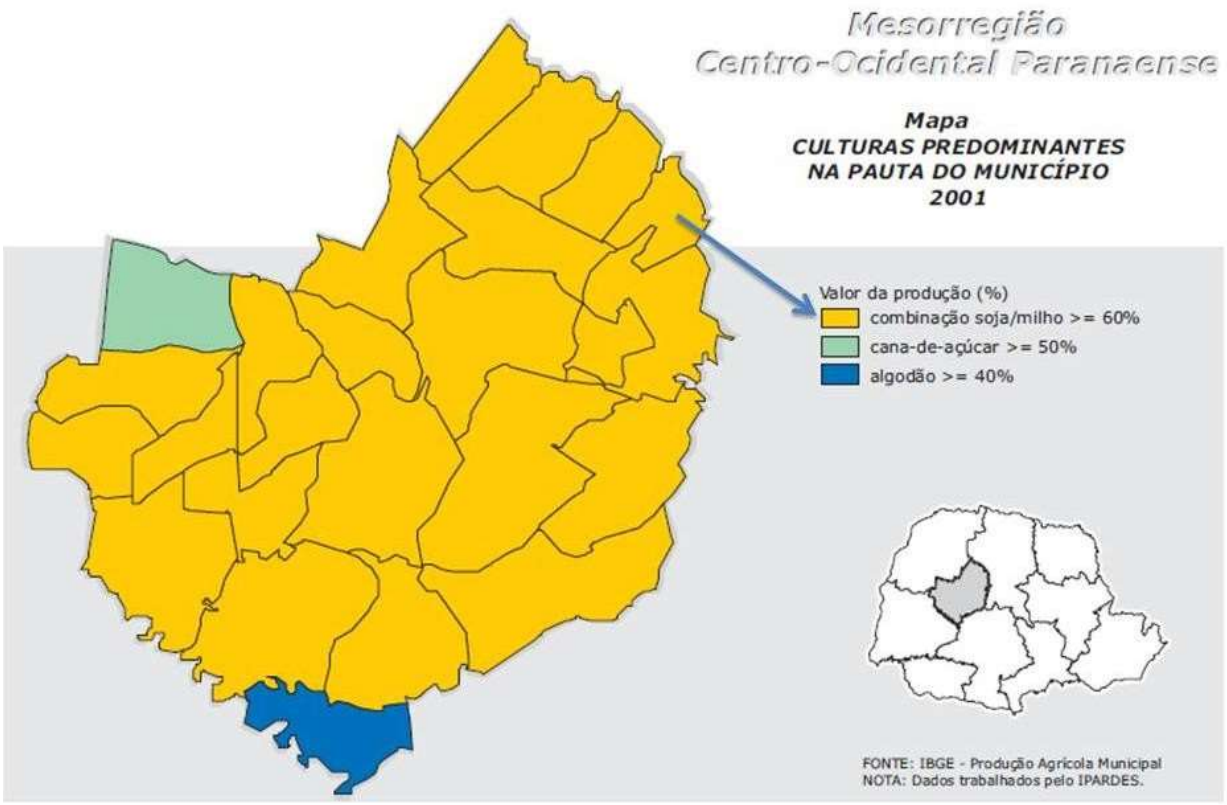


***Figura 38**: Mapa com Culturas Predominantes na Pauta do Município – 2001*
***Fonte:** IPARDES (2004).*

A disponibilidade de serviços de saneamento, englobando a oferta de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo, apresenta-se como mais um indicador das desigualdades sociais ao dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida.

Sob o ponto de vista da abrangência do atendimento, o abastecimento de água por rede na mesorregião Centro-Ocidental já alcançou, a exemplo da maioria das mesorregiões paranaenses, uma cobertura que pode ser considerada bastante extensiva em áreas urbanas, situando-a entre as cinco mesorregiões que superam a média estadual. No entanto, a mesorregião integra o conjunto que registra menor cobertura do serviço nos vários núcleos rurais.

A proporção de domicílios urbanos que ainda se conservam à margem deste atendimento varia entre 7% na mesorregião Sudeste e 1,4% no Noroeste, ficando em torno de 2% na Centro-Ocidental. Em áreas rurais, a extensão desse serviço é resultado, principalmente, de políticas de abastecimento comunitário, beneficiando, nessa região, 18,2% dos domicílios, taxa de cobertura pouco menor que a média do Estado.

Entre os 25 municípios, 21 deles apresentam índices de cobertura da rede de água no meio urbano superior à média do Estado (96,8%). Em patamar muito próximo da

universalização do abastecimento de água por rede distinguem-se Juranda, Peabiru e Terra Boa, além de Altamira do Paraná, que atinge 100%.

Em posição menos favorável estão quatro municípios, entre os quais Campo Mourão, principal centro de referência regional, que registra em torno de 3,6% de domicílios urbanos fora do alcance da rede de abastecimento de água.

Em áreas rurais a rede de abastecimento de água é, de modo geral, bastante incipiente. No entanto, para 9 municípios a abrangência desse serviço encontra-se bastante acima da média estadual, destacando-se pelas maiores coberturas Boa Esperança (48,6%), Terra Boa (37,7%), Janiópolis (35,5%) e Mamborê (34,3%). Em situação de menor cobertura estão 6 municípios para os quais a abrangência desse atendimento não atinge 10% do total de domicílios. No limiar inferior encontram-se Rancho Alegre d'Oeste, sem nenhuma cobertura, e Araruna, Campina da Lagoa e Ubiratã com menos de 5% dos domicílios atendidos.

Em Fênix, são 100% dos domicílios urbanos atendidos por abastecimento de água, e na zona rural são apenas 11,6%.

Por outro lado, a extensão da rede de esgotamento sanitário encontra-se bem aquém do satisfatório, o que reflete um grave e complexo problema socioambiental. Ressalta-se que, comparativamente às demais mesorregiões paranaenses, esse desequilíbrio é bastante acentuado. Dos domicílios urbanos, 100% são atendidos por rede de água e apenas 13,9% estão ligados rede de esgoto. Essa condição coloca a cobertura da mesorregião muito abaixo do patamar médio estadual, de 45,9%.

A gravidade da questão do saneamento é mais intensa no meio rural, impondo, com premência cada vez maior, a grande necessidade de extensão a essas áreas dos serviços de água, lixo e esgoto. As consequências do padrão atual de uso da terra sobre a qualidade das águas tendem a ser agravadas por condições inadequadas de esgotamento doméstico, com riscos crescentes para a saúde da população. Quando se considera o indicador de esgotamento sanitário no meio rural, a mesorregião Centro-Ocidental também ocupa posição comparativamente desfavorável, abaixo da média estadual, já extremamente baixa. A cobertura de esgotamento sanitário é de 6,9%, enquanto no Estado é de 13,6%. Isto significa que mais de 90% dos domicílios rurais contam com sistemas de esgotamento sanitário muito precários, como fossa rudimentar ou despejos em valas, lagos ou rios.

Internamente à mesorregião, observa-se que apenas em Corumbataí do Sul a proporção de domicílios urbanos ligados à rede de esgoto encontra-se similar à média do Estado (46%). Campo Mourão, com grande defasagem, apresenta cobertura de 30,9% dos domicílios urbanos. No extremo dessa classificação encontram-se 15 municípios para os quais esse serviço é praticamente inexistente, registrando atendimento a menos de 2% dos domicílios, sendo inexistente em Farol e Iretama.

Na área rural, a disponibilidade de esgotamento se apresenta em níveis superiores à média estadual em 4 dos 25 municípios da região. Araruna se distingue pelo índice de cobertura mais elevado (36,8%). Em condições opostas, esse serviço é praticamente inexistente em 7 municípios.

O saneamento público se completa com a coleta de lixo, responsável pela redução dos níveis de poluição urbana e rural. É bastante homogênea a distribuição desse serviço nas áreas urbanas das mesorregiões; poucas têm mais de 6% da população sem a disponibilidade da coleta. A mesorregião Centro-Ocidental situa-se nesse patamar, com 6,4% dos domicílios das áreas urbanas não dispondo deste serviço. A disparidade maior encontra-se nas áreas rurais, onde sua oferta é bem mais restrita; na mesorregião, 86,8% dos domicílios não usufruem da coleta de lixo.

Em áreas urbanas esse é um dos serviços mais abrangentes, embora na grande maioria dos municípios esteja aquém do nível médio estadual (97,1%). Dos 25 municípios, 11 realizam a coleta do lixo domiciliar urbano nesse patamar, entre os quais estão Campo Mourão e Goioerê.

Na área rural, destacam-se 11 municípios nos quais a extensão da coleta de lixo presenta abrangência superior à média do Estado. Em patamar bem mais elevado apontam-se Terra Boa, Boa Esperança, Janiópolis e Quarto Centenário. Em situação oposta alinham-se Araruna, Roncador, Campina da Lagoa e Rancho Alegre d'Oeste, nos quais o serviço de coleta de lixo é praticamente inexistente.

A Tabela 16 explana todos esses dados dos municípios da microrregião, na qual pode- se observar que Fênix não possui rede de esgoto. São 100% do lixo urbano coletado e 18% do lixo rural.

Tabela 81: *Total de domicílios permanentes Urbanos, Rurais e percentual de atendimento, segundo as condições de saneamento por município PR – 2000.*

Domicílios Atendidos (%)

Municípios	Total de Domicílios		Abastecimento de Água por rede geral (%)		Esgoto Sanitário (%) (¹)		Lixo Coletado (²)	
	Urb.	Rurais	Urb.	Rurais	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.
Araruna	2623	1020	97,7	3,3	1,8	36,8	93,9	1,5
Barbosa Ferraz	2857	1133	98,1	16,8	5,9	15,7	66,2	13,8
Campo Mourão	21250	1502	96,4	18,8	30,9	7,7	98,4	18,3
Corumbataí do Sul	577	728	99,1	10,6	46,0	6,5	92,1	8,4
Engenheiro Beltrão	3295	787	98,7	25,0	10,3	12,0	99,4	13,6
Farol	519	547	96,6	29,3	0,0	0,0	81,0	18,9
Fênix	**1152**	**296**	**99,0**	**11,6**	**0,6**	**18,5**	**95,8**	**18,0**
Iretama	1754	1308	95,4	22,0	0,0	16,9	78,3	16,1
Luiziana	1107	852	98,5	14,3	0,5	3,0	91,1	11,0
Mamborê	2649	1731	98,4	34,3	26,0	4,6	98,8	22,3

Peabiru	3051	812	99,6	6,4	1,5	3,3	94,8	8,6
Quinta do Sol	1032	411	98,3	16,5	3,0	0,0	96,7	14,9
Roncador	1979	1653	98,7	7,1	1,0	2,9	90,6	30,5
Terra Boa	3247	930	99,6	37,7	8,5	3,0	98,3	30,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Dados trabalhados pelo IPARDES, 2003. (1) Para domicílios urbanos foi considerada a condição de ligados á rede pública e para rurais o uso de fossa séptica, (2) Lixo coletado ou depositado em caçambas.

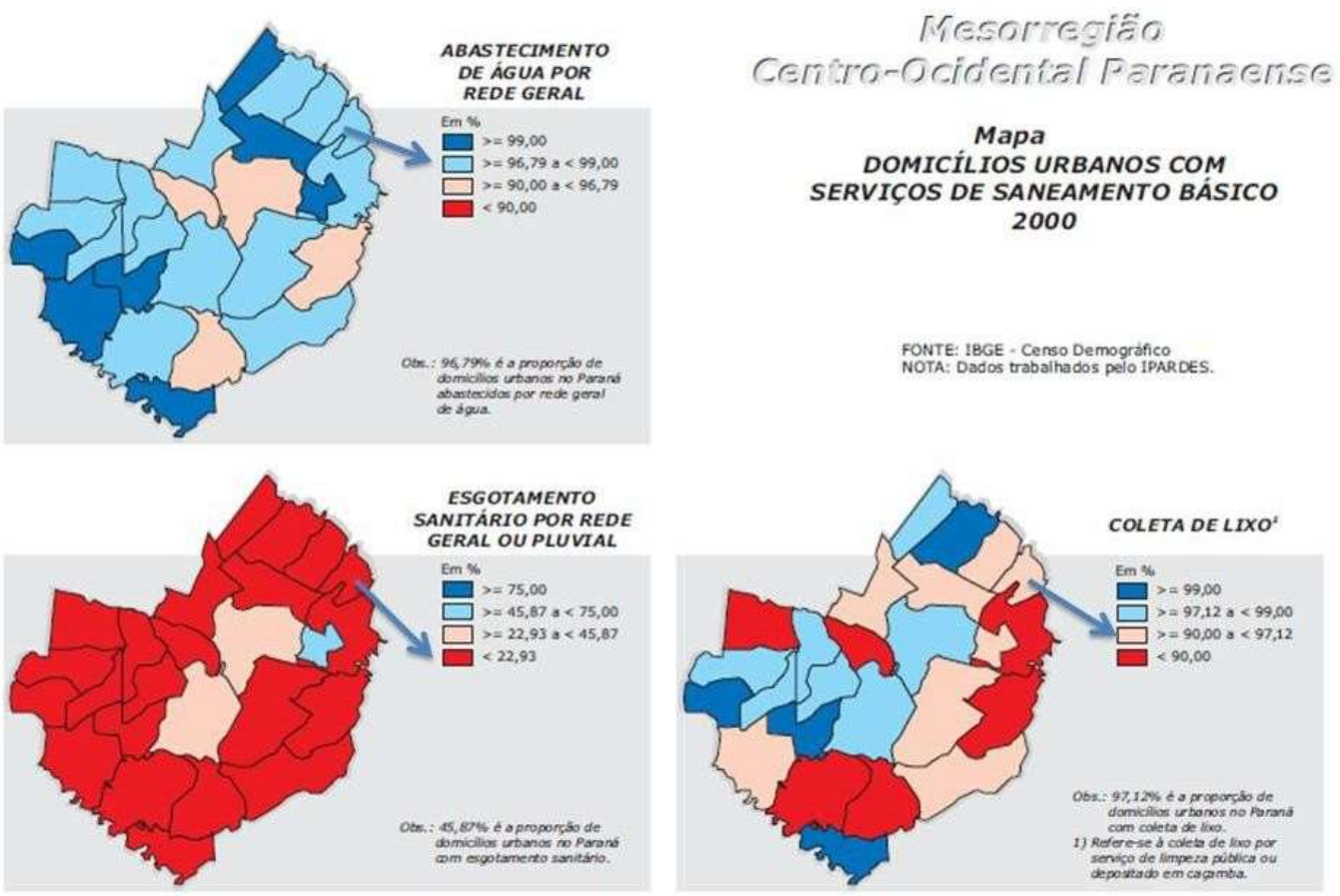


Figura 809: *Mapa Domicílios Urbanos com Serviços de Saneamento Básico/2000.*
Fonte*: IPARDES, 2000****.***

No que tange a educação, a taxa de frequência à escola ou nos Centros de Educação Infantil é uma dimensão associada à desigualdade social, pois sinaliza o acesso aos sistemas de ensino público. Indica a proporção de crianças de cada grupo de idade que está frequentando o sistema de ensino. O acesso aos Centros de Educação Infantil é feito por crianças de 0 a 3 anos, verifica-se que a média do Estado é de 9,67%, dos municípios da microrregião, Corumbataí do Sul possui índice de 1,41%, enquanto que Rancho Alegre d'Oeste possui 17,57%, maior índice da mesorregião. Fênix possui um índice mediano alto em relação aos demais municípios, apresentando 13,61% (IPARDES, 2004).

As crianças de 4 a 5 anos correspondem parte da frequência da pré-escola, os municípios que se destacam na microrregião Fênix (90,60%) e Boa Esperança (82,76%). Por

outro lado, os municípios que detém os menores índices são Altamira do Paraná (28,36%) e Corumbataí do Sul (30,91%), que ficam bem abaixo da média paranaense (53,26%).

As crianças de 7 a 14 anos correspondem ao ensino fundamental, considerado obrigatório para essa faixa de idade, Altamira do Paraná, Araruna, Campina da Lagoa, Corumbataí do Sul, Iretama, Nova Cantu e Roncador, possuem percentuais abaixo da média do estado (95,65%), sendo que o mais baixo deles é de Altamira do Paraná com 83,65%. Fênix possui índice de 98,15% nesta faixa etária.

Os adolescentes de 15 a 17 anos apresentam frequência de 73,09% no Estado e em Fênix de 67,32%. Os jovens de 18 a 22 anos apresentam frequência de 30,22% em Fênix. E para os jovens de 22 anos ou mais, 6,16% frequentam a escola em Fênix, índice muito aquém do desejado, sendo que no Estado esse índice também é baixo, 6,01%.

Todos esses dados podem ser mais bem observados na Tabela 17.

Tabela 82: *Indicadores de Atendimento Educacional de Frequência Faixa Etária de Idade - IBGE 2000*

Município	% 0 a 3 Anos	% 4 a 6 Anos	% 7 a 14 Anos	% 15 a 17 Anos	% 18 a 22 Anos	% 22 anos ou mais
Altamira do Paraná	4,93	28,36	83,65	55,62	27,12	4,83
Araruna	4,88	58,50	95,19	59,90	24,35	4,84
Barbosa Ferraz	8,03	46,68	95,76	72,25	27,14	5,48
Boa Esperança	10,56	82,76	98,99	82,07	32,53	12,53
Campina da Lagoa	5,98	63,11	94,07	79,06	22,58	6,40
Campo Mourão	11,36	74,89	96,94	79,49	37,55	6,97
Corumbataí do Sul	1,41	30,91	91,10	70,26	25,36	5,26
Engenheiro Beltrão	13,98	66,97	97,80	74,22	26,36	6,47
Farol	9,89	77,78	97,74	69,59	16,24	4,26
Fênix	**13,61**	**90,60**	**98,15**	**67,32**	**30,22**	**6,16**
Goioerê	5,41	56,70	96,87	81,24	35,36	7,04
Iretama	3,34	49,27	92,90	65,05	29,70	4,82
Janiópolis	13,11	557,33	996,31	72,15	31,77	3,57
Juranda	4,45	59,01	96,21	71,80	23,98	4,89
Luiziana	5,18	44,74	95,75	78,51	27,77	6,20
Mamborê	7,11	51,36	97,57	78,41	32,22	7,41
Moreira Sales	6,31	52,23	96,14	69,80	37,32	4,57
Nova Cantu	11,95	40,79	93,92	69,50	35,24	8,35
Peabiru	7,94	63,25	97,36	70,11	41,12	5,87
Quarto Centenário	10,94	56,39	99,06	71,70	37,26	9,14
Quinta do Sol	6,22	63,91	97,54	75,29	33,13	7,63
Rancho Alegre D'Oeste	17,57	58,33	95,90	70,92	32,79	5,88

Roncador	2,01	49,76	94,26	71,93	33,28	5,23
Terra Boa	4,46	71,61	96,72	66,87	26,28	2,97
Ubiratã	8,47	59,53	97,41	71,75	39,80	4,98
Estado do Paraná	9,67	53,26	95,65	73,09	33,49	6,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na região existem 10,1 mil alunos matriculados em pré-escola, 83% dos quais na rede pública; na 1ª a 4ª série do ensino fundamental estão matriculados 31,8 mil alunos, sendo 95% em escolas públicas; na 5ª a 8ª séries do ensino fundamental estão matriculados 30,2 mil alunos, 96% em escolas públicas; e no ensino médio as matrículas somam 17,3 mil, das quais 97% estão na rede pública.

Cabe assinalar a presença de estabelecimentos de ensino superior, verificada nos municípios de Campo Mourão e Goioerê. Esses estabelecimentos atendiam, em 2001, a um contingente de 3,8 mil alunos, dos quais 439 estavam concluindo seus estudos naquele ano. Tal como observado em relação à educação básica, para o ensino superior predominam as matrículas em estabelecimentos públicos, abrangendo

80% do total de alunos matriculados.

Tabela 83: *Alunos Matriculados na Pré-Escola, ensino Fundamental e ensino Médio em 2009.*

Municípios	Pré-Escola			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total Geral
	Púb.	**Priv.**	**Total**	**Púb.**	**Priv.**	**Total**	**Púb.**	**Priv.**	**Total**	
Araruna	285	27	312	1824	143	1.967	647	-	647	2.926
Barbosa Ferraz	204	19	223	1998	102	2.100	620	20	640	2.963
Campo Mourão	1.671	467	2.138	12139	1.670	13.809	3.928	439	4.367	20.314
Corumbataí do Sul	65	-	65	698	-	698	215	-	215	978
Engenheiro Beltrão	447	11	458	2035	84	2.119	579	-	579	3.156
Farol	103	-	103	583	-	583	209	-	209	895
Fênix	**170**	**-**	**170**	**692**	**-**	**692**	**356**	**-**	**356**	**1.218**
Iretama	102	-	102	2051	-	2.051	543	-	543	2.696
Luiziana	101	-	101	1276	-	1.276	312	-	312	1.689
Mamborê	384	39	423	2033	204	2.237	612	-	612	3.272
Peabiru	387	13	400	1946	55	2.001	573	-	573	2.974
Quinta do Sol	120	-	120	922	-	922	284	-	284	404
Roncador	257	54	311	2067	94	2.161	535	-	535	846
Terra Boa	345	-	345	2237	-	2.237	666	-	666	1.011
MRG de Campo Mourão	4.641	630	5.271	32501	2.352	34.853	10.079	459	10.538	15.809
Centro-Ocidental Paranaense	6.240	1.062	7.302	51031	3.349	54.380	15.722	626	16.348	23.650
Estado do Paraná	*130.357*	51.197	181.554	1513986	162.621	1.677.128	421.677	52.437	474.114	655.668

Fonte: MEC/INEP (IPARDES, 2009)

Na mesorregião existem 7,3 mil alunos matriculados em pré-escola, 85,5% dos quais na rede pública; no ensino fundamental estão matriculados 54,4 mil alunos, sendo 93,8% em escolas públicas; e no ensino médio as matrículas somam 16,3 mil, das quais 96,2% estão na rede pública.

O número médio de séries concluídas pela população de 15 anos ou mais. Esse indicador não apresenta grande variação entre os municípios do Centro Oeste (Figura 41).

De um modo geral, a população adulta não conseguiu completar as oito séries do ensino fundamental: a média de séries concluídas no Estado é 6,5 e o maior valor atingido na região foi de Campo Mourão (6,53 – 7), já o município em estudo de Fênix fica abaixo disso (entre 4 a 6,53).

Assinala-se ainda a presença de estabelecimentos de ensino superior na mesorregião conforme Tabela 19.

Tabela 84: *Instituições de ensino superior na mesorregião Centro-Ocidental do Paraná – 2003. Fonte: IPARDES (2003).*

SIGLA	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA
UTFPR/PR	Universidade Tecnológica Federal do PR	Campo Mourão	Universidade
CIES	Centro Integrado de Ensino Superior	Campo Mourão	Faculdade
Dom Bosco	Faculdade Dom Bosco de Ubiratá	Ubiratá	Faculdade
FECILCAM	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão	Campo Mourão	Faculdade
UEM	Universidade Estadual de Maringá	Goioerê	Universidade

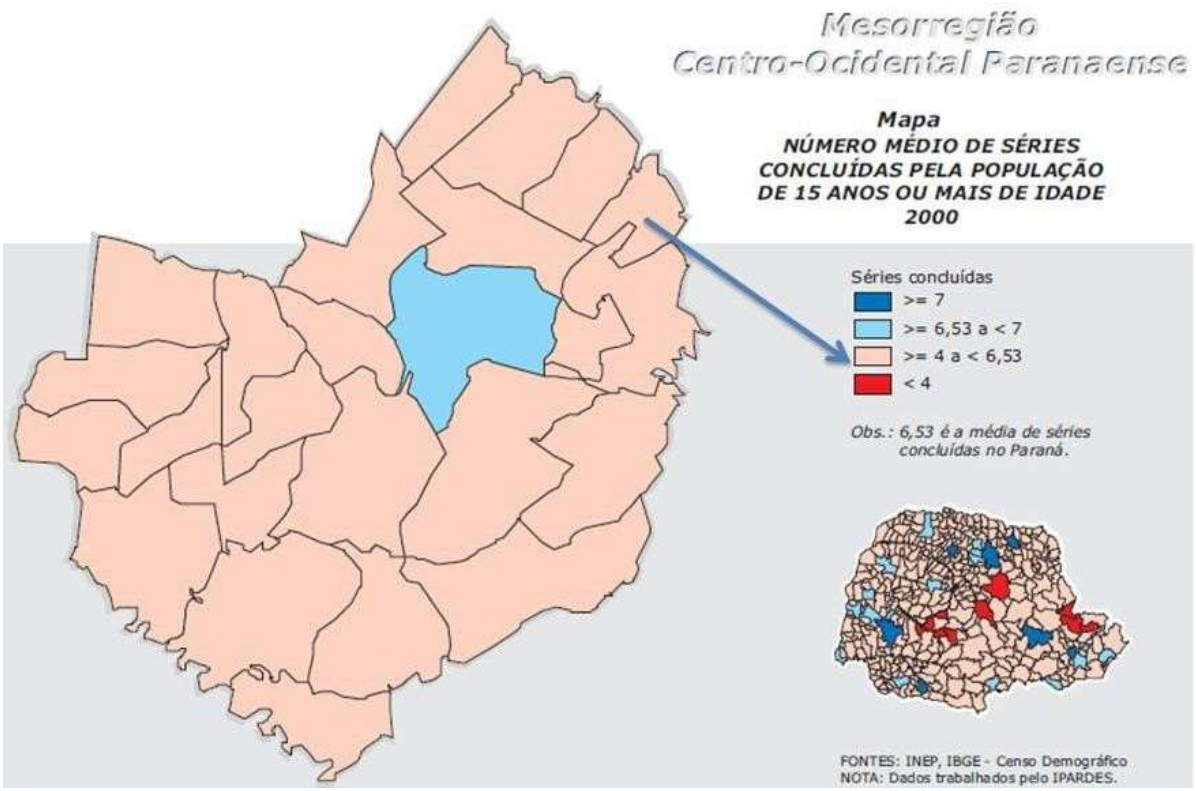


Figura 4081: Mapa Número Médio de Séries Concluídas pela População de 15 anos ou mais de idade – 2000. Fonte: IPARDES, 2000

Informações Geopolíticas do Município

A área total do município de Fênix é de 233,81 km² (IBGE, 2008). Fica à 423 km de distância da Capital, com uma altitude de 440 m acima do nível do mar. E tem seus limites ao leste com município de Peabiru, a Oeste com o município de Fênix, a Norte com o Município de Itambé, e ao Sul com Barbosa Ferraz (IBGE e IPARDES).



Figura 41: *Limites do Município. Fonte: IPARDES (2004).*

Limites e confrontações

1 - COM O MUNICÍPIO DE ITAMBÉ Inicia na foz do córrego do Roncador no rio Ivaí, sobe por este até encontrar a foz do ribeirão Mariza.

2 - COM O MUNICÍPIO DE FÊNIX Inicia na foz do ribeirão Mariza no rio Ivaí, sobe por este até encontrar a foz do rio Corumbataí.

3 - COM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ Inicia no rio Ivaí na foz do rio Corumbataí, sobe por este até encontrar a foz do córrego Urtiguinha.

4 - COM O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ Inicia no rio Corumbataí na foz do córrego Urtiguinha, sobe por este até encontrar a foz do córrego Mariposa, sobe por este até sua cabeceira deste ponto segue por linha seca e reta na direção geral Sudoeste, às margens da estrada que liga Fênix à Barbosa Ferraz até encontrar a cabeceira do oitavo afluente à margem direita do rio Bugre, desce por este até sua foz no rio Bugre, desce por este até sua foz no rio Arurão, sobe por este até encontrar a divisa das glebas 6 e 8 da Colônia Mourão.

5 - COM O MUNICÍPIO DE PEABIRU Inicia no encontro do rio Arurão com a divisa entre as glebas 6 e 8 da Colônia Mourão, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar a divisa entre a gleba 8 da Colônia Mourão e a gleba Arurão.

6 - COM O MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL Inicia no encontro da gleba 6 da Colônia Mourão com a divisa entre a gleba 8 da Colônia Mourão e a gleba Arurão, segue por esta divisa na direção geral Nordeste até encontrar a gleba 12 da Colônia Mourão, segue por esta divisa na direção geral Sudeste, até a cabeceira do ribeirão Roncador, desce por este até sua foz no rio Ivaí.

Tabela 85: *Informações Geopolíticas do Município. Fonte: IPARDES (2009).*

Altitude	440 m
Longitude	51 º 58 ' 45 " W
Latitude	23 º 54 ' 58 " S
Limites	Ao Norte – Itambé Ao Sul – Barbosa Ferraz A Leste – Peabiru e Quinta do Sol A Oeste – Fênix
Área Municipal	233,811Km^2
População Total - 2010	4.802 habitantes
População Urbana – 2000	3.993 habitantes
População Rural – 2000	809 habitantes
Densidade Demográfica	20,54 hab./km^2
Aeroporto mais próximo	62,0 km (Campo Mourão)
Distância Sede á Curitiba	423,0 km
Distância ao Porto de Paranaguá	550,0 km

Fonte: IPARDES/ IBGE – 2003

Segundo o IBGE, a área total do município de Fênix, representa 0,12% do Estado e 1,96**%** da Região. Quanto às influências externas sobre o território do município de Fênix, pode se dizer que a proximidade com o principal município polo da região (Campo Mourão), ajuda a suprir as deficiências locais tanto no que se refere ao setor econômico como de necessidades básicas, contudo esta interferência por outro lado acaba prejudicando a busca de novas oportunidades de desenvolvimento e de consolidar alguns setores no município.



***Figura 42**: Fênix- Paraná.*
***Fonte:** Governo do Estado do Paraná.*

O município está numa distância de 423,0 km da Capital do Estado Curitiba, a 145 km de Londrina e a 95,0 km da sede do município de Maringá.

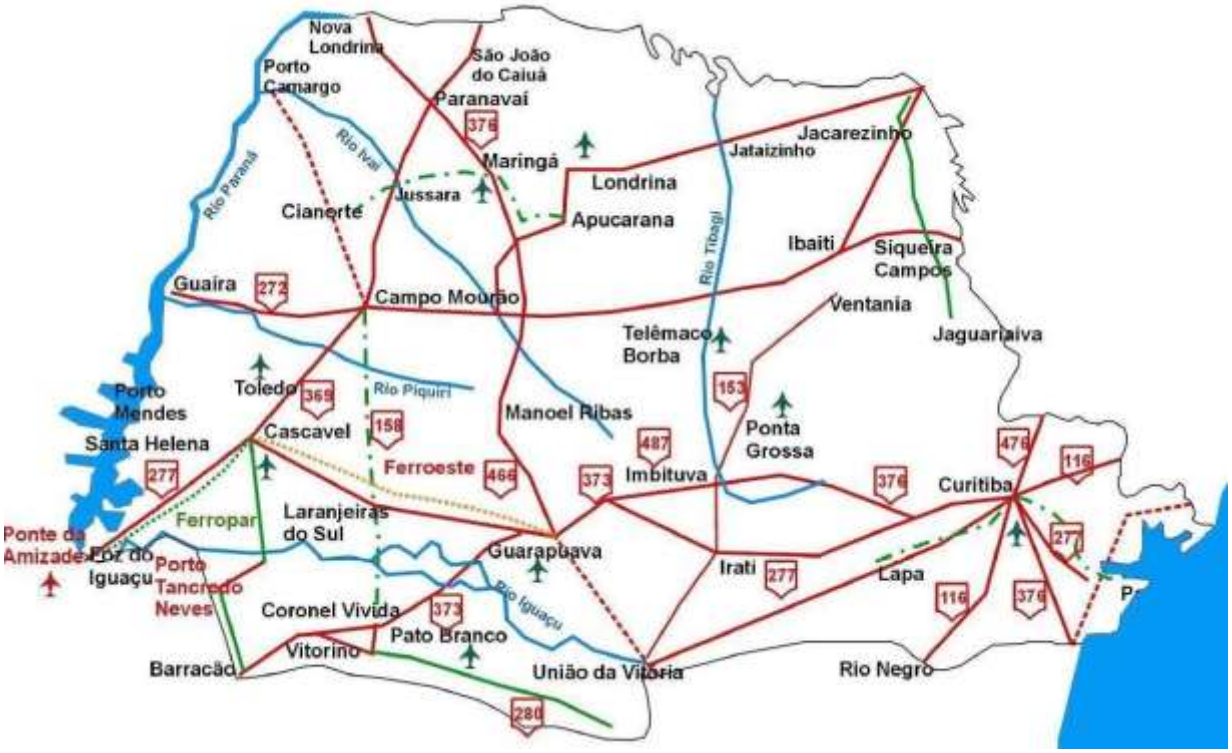


Figura 43: *Mapa Rodoviário do Paraná.*
Fonte: Disponível: *http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index. html&conteudo= ./estadual/pr5.html.*

Metodologias CDP

A metodologia adotada nesta fase é a do CDP **(Condicionantes, Deficiências e Potencialidades)** que se trata de uma sistemática de organização dos dados levantados que possibilita sua análise de forma compreensível, sendo um instrumento de muita eficiência na apresentação e discussão de Planos Diretores Municipais. A visão de forma sintética proporcionada por este método é também extremamente eficaz para a definição de estratégias de ações, visando dar um rumo ao município em relação diversos aspectos. Ao se adotar a metodologia CDP, classifica-se os dados levantados em três categorias básicas:

CONDICIONANTES

As condicionantes são os elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados, devendo ser mantidos ou preservados pelo Plano Diretor Municipal Participativo. O caráter das condicionantes pode ser espacial, funcional, ambiental, de infraestrutura, socioeconômico, administrativo ou legal.

DEFICIÊNCIAS

Entendem-se como deficiências situações que significam problemas qualitativos e quantitativos no contexto urbano e rural e que devem ser alterados, melhorados ou eliminados. Assim como as condicionantes, as deficiências também podem ser de caráter espacial, funcional, ambiental, de infraestrutura, socioeconômico, administrativo ou legal.

POTENCIALIDADES

Entendem-se como potencialidades elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e podem ser incorporados positivamente ao sistema urbano e rural, sanando suas deficiências ou desenvolvendo-o no sentido de melhorar seu estado atual.

Tabela 86: *Aspectos Regionais - Principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades no Município de Fênix em 2011.*

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
REGIONAIS	✓ Área de influência; ✓ Relação com os Municípios vizinhos; ✓ Localização na região Norte Central do Estado.	✓ Necessidade de melhoria nas rodovias que interligam com outros municípios da região, principalmente Campo Mourão, Maringá e Apucarana; ✓ Sede urbana localizada na parte leste do território, de forma descentralizada no território, dificultando o acesso das comunidades rurais, principalmente aquelas localizadas na região oeste; ✓ Estabelecer melhorias significativas com relação ao atendimento de Saúde hospitalar na região principalmente na melhoria e ampliação do transporte de pacientes; ✓ Dificuldade nas adequações das estradas rurais para facilitar o escoamento da produção, principalmente a estrada que liga a sede urbana ao distrito de Bela Vista do Ivaí; ✓ Falta de organização em Cooperativismo ou associativismo nas comunidades rurais.	✓ Proximidade com Polos Regionais relevantes (Maringá, Apucarana e Campo Mourão) principalmente no que se refere à agroindústria e capacitação de mão-de-obra; ✓ Município localizado em local estratégico na parte central do Estado do Paraná, com facilidade ao acesso do município; ✓ Município tranquilo com boa qualidade de vida; ✓ Potencializar regionalmente no setor de Turismo rural e ecológico; ✓ Potencializar empreendimentos voltados ao Turismo rural; cadastrar propriedades, incentivar a instalação de equipamentos como Café colonial, trilhas, Cavalgadas hospedarias e pousadas; ✓ Potencial para diversificação da economia local (Agronegócio); ✓ Ampliações das ações da COMCAM como elemento integrador entre os municípios e associados de maneira sustentável; ✓ Localização na parte centro-norte do estado com acessibilidade em várias direções.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Clima

O município de Fênix tem clima Cfa-subtropical úmido, com temperatura média do mês mais quente 22 º C, invernos com temperatura média de 18º C segundo classificação de Köeppen, com verões quentes e com geadas pouco frequentes com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida.

Nas altitudes inferiores a 600 metros, chove de 1200 mm a 1500 mm anuais.

As chuvas diminuem nos meses de inverno e ocorrem com maior intensidade nos meses de verão. Normalmente, o mês de agosto é o menos chuvoso, enquanto que janeiro é o mais chuvoso.

Durante o trimestre mais chuvoso (dezembro, janeiro e fevereiro), a precipitação média é de 176,8 mm e no trimestre menos chuvoso (junho, julho e agosto), apresenta precipitação máxima média igual a 70,1 mm

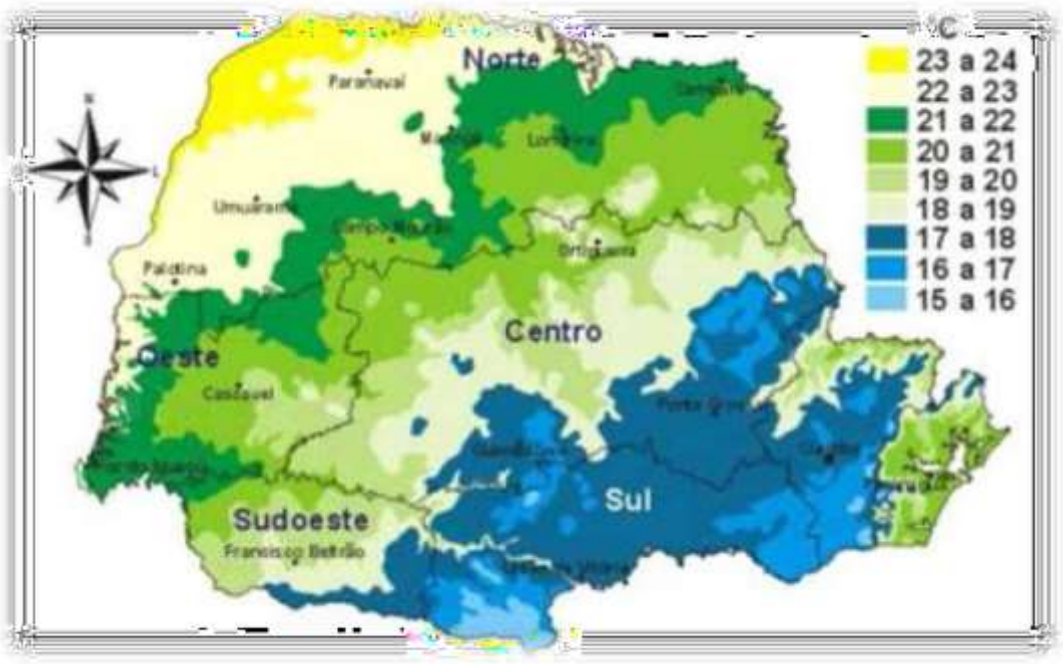


***Figura 824**: Mapa Temperatura Média Anual Fonte: IAPAR, 2000.*

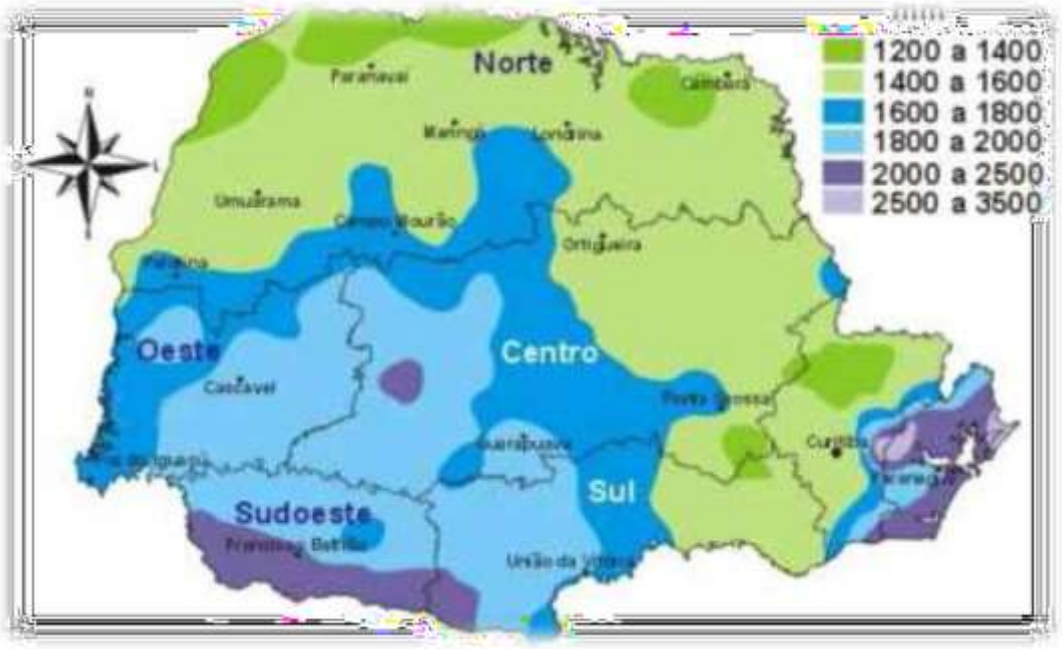


Figura 45: Mapa Precipitação Média Anual Fonte: IAPAR, 2000.



Figura 46: Classificação Climática do Estado do Paraná segundo Köppen Fonte: IAPAR, 2000.



Figura 837: Mapa Umidade Relativa Anual. Fonte: IAPAR.

Quanto aos ventos o Paraná normalmente se encontra sob o domínio da circulação do atlântico, representada pelo Anticiclone Tropical Marítimo (semi – estacionário), que provoca a formação de ventos vindos de Leste, geralmente fracos. Isto resulta na destacada dominância, quase que durante todo o ano, de ventos daquela direção, os quais devido à conformação do relevo, Serra do Mar - Escarpa Devoniana - Serra "Geral" e vales das principais bacias hidrográficas, podem em algumas regiões sofrer uma deflexão ora tendendo para o Quadrante Norte, ora para o Quadrante Sul.

Por ocasião das penetrações de massas polares (Anticiclones Polares migratórios), notadamente no período frio do ano (inverno) a circulação é marcada pela mudança de ventos moderados a fortes com rajadas, vindos do Quadrante Sul, rondando para Oeste ou mesmo girando para Leste, dependendo das rotas assumidas pelos Centros de Alta Pressão. Mesmo assim a sua frequência em termos de percentual de horas totais do ano não afeta a dominância da circulação geral de Leste. No período quente do ano (verão) a formação de chuvas convectivas, esparsas e localizadas pode provocar a formação de ventos de direções variadas, momentâneas, que às vezes assumem intensidades capazes de causarem danos locais.

As rajadas mais fortes são nas direções Sul, Sudoeste, Oeste e Noroeste, precedendo ou combinados com intensas precipitações, constituindo-se em temporais ou tempestades, quer por ocasião da chuva convectiva ou intensa atividade frontal.

Baseados em informações locais os vendavais ocorrem com ventos SUDOESTE, ventos com chuvas OESTE, brisas leves SUDESTE e ar quente de verão NORDESTE

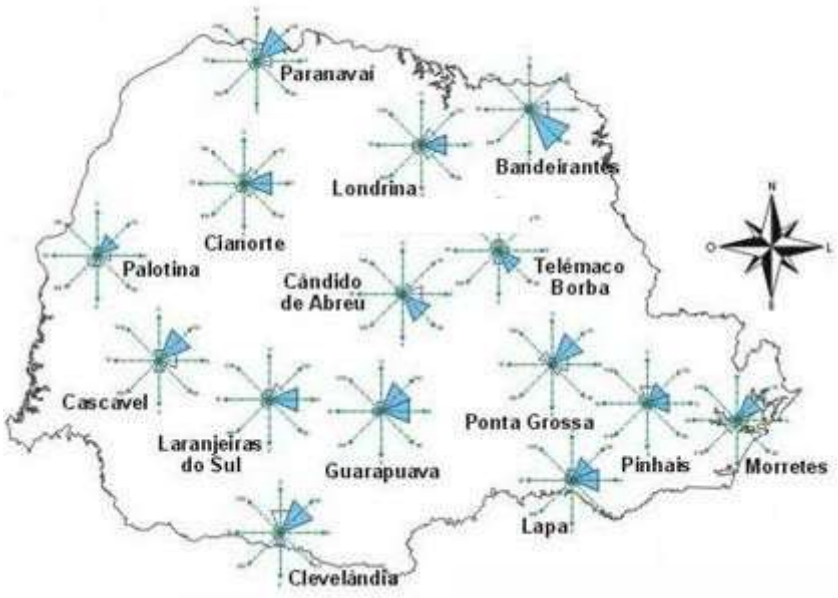


Figura 48: Direção Predominante dos Ventos no Estado do Paraná (frequência média anual). Fonte: IAPAR, 2000.

Relevo

O Centro-Ocidental apresenta um relevo compartimentado em duas regiões fisiográficas distintas. A principal delas corresponde a um relevo plano a suave ondulado, ocupando 70% da área mesorregional, com declividades de 0 a 10% (até 6 graus de inclinação do terreno) e com predomínio de solos com aptidão boa (1a) e regular, com problemas de fertilidade (2f) para uso agrícola. Em 25% deste compartimento ocorre o arenito Caiuá, nos municípios de Moreira Sales, Janiópolis, Farol, Araruna, Terra Boa, Campo Mourão, Mamborê, Boa Esperança, Rancho Alegre d'Oeste e Goioerê. Os solos oriundos do arenito Caiuá apresentam associação de tipos bom e regular, por problemas de erosão (1a, 1a+2e).

No outro compartimento, situado nas porções leste e sul, o relevo é ondulado a fortemente ondulado e corresponde a 30% da área da mesorregião. Apresenta declividades entre 10 a 45% (até 24 graus) e solos inaptos ao uso agrícola, associados a solos aptos do tipo regular com problemas de erosão (4i+2e). Fazem parte deste compartimento os municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Iretama, Roncador, Nova Cantu, Campina da Lagoa e Altamira do Paraná.

O mapa apresentado na Figura 48 mostra o Estado do Paraná e as várias unidades classificadas de acordo com a idade geológica.

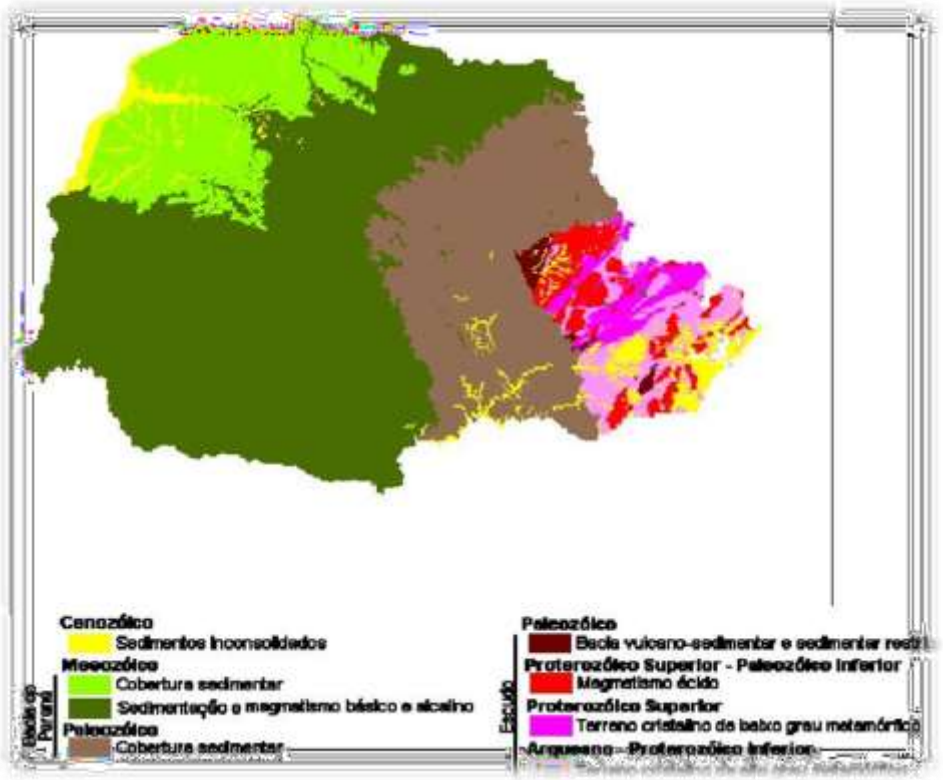


***Figura 49: Mapa Geologia do Paraná Fonte: Mineropar*.**

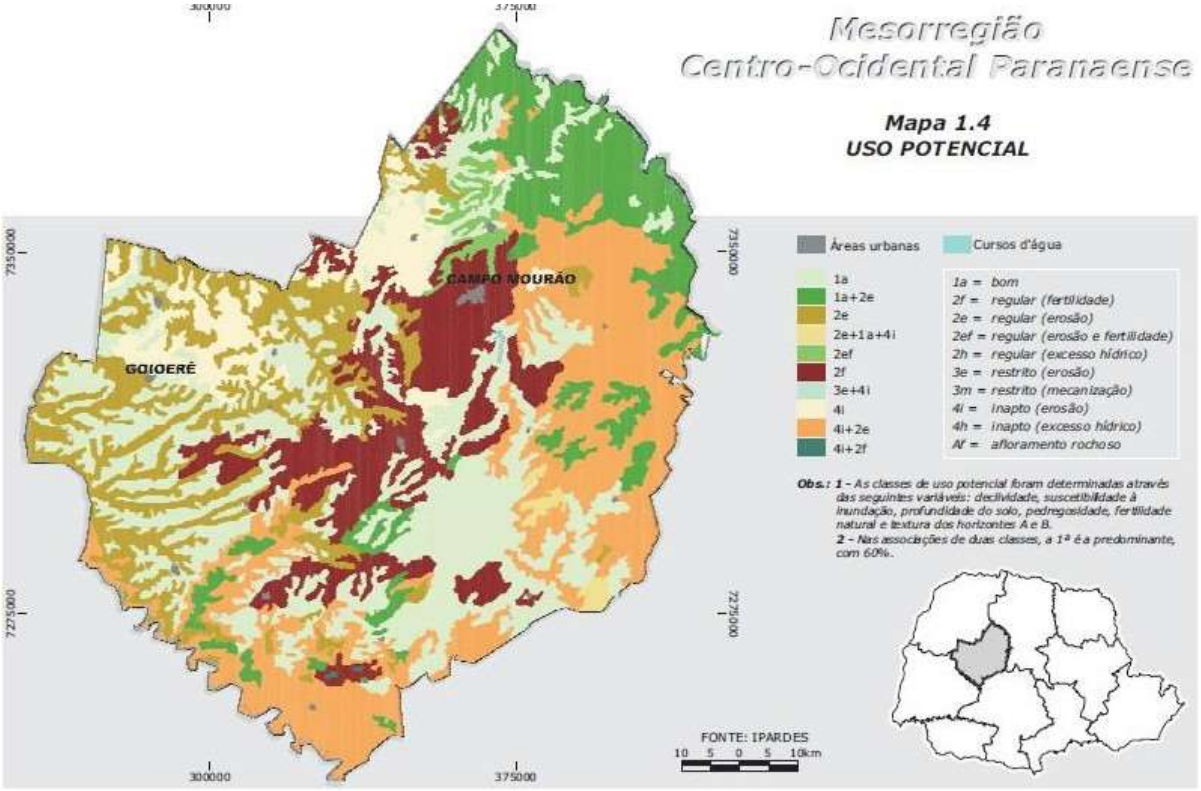


Figura 50: Uso potencial do solo. Fonte: IPARDES (2004).

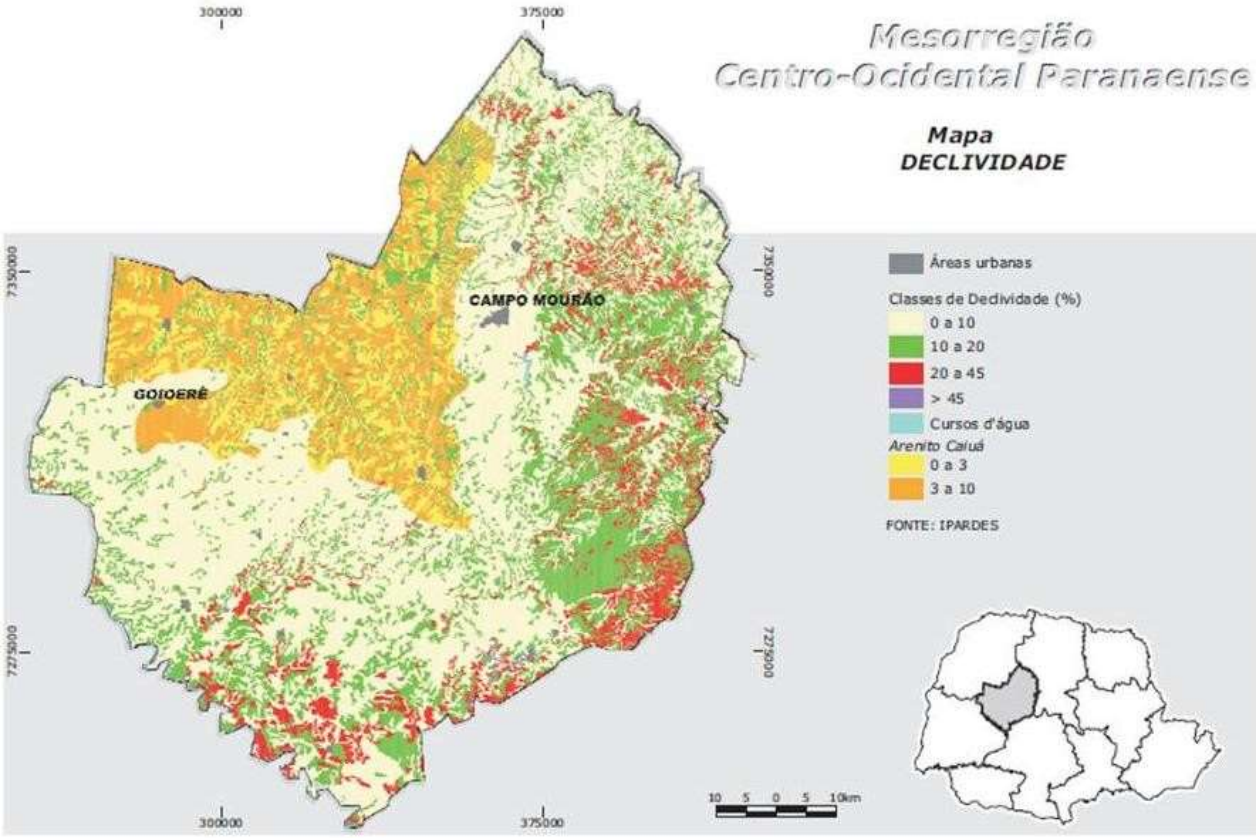


Figura 51: Uso Potencial da mesorregião. Fonte: IPARDES (2004).

Hidrografia

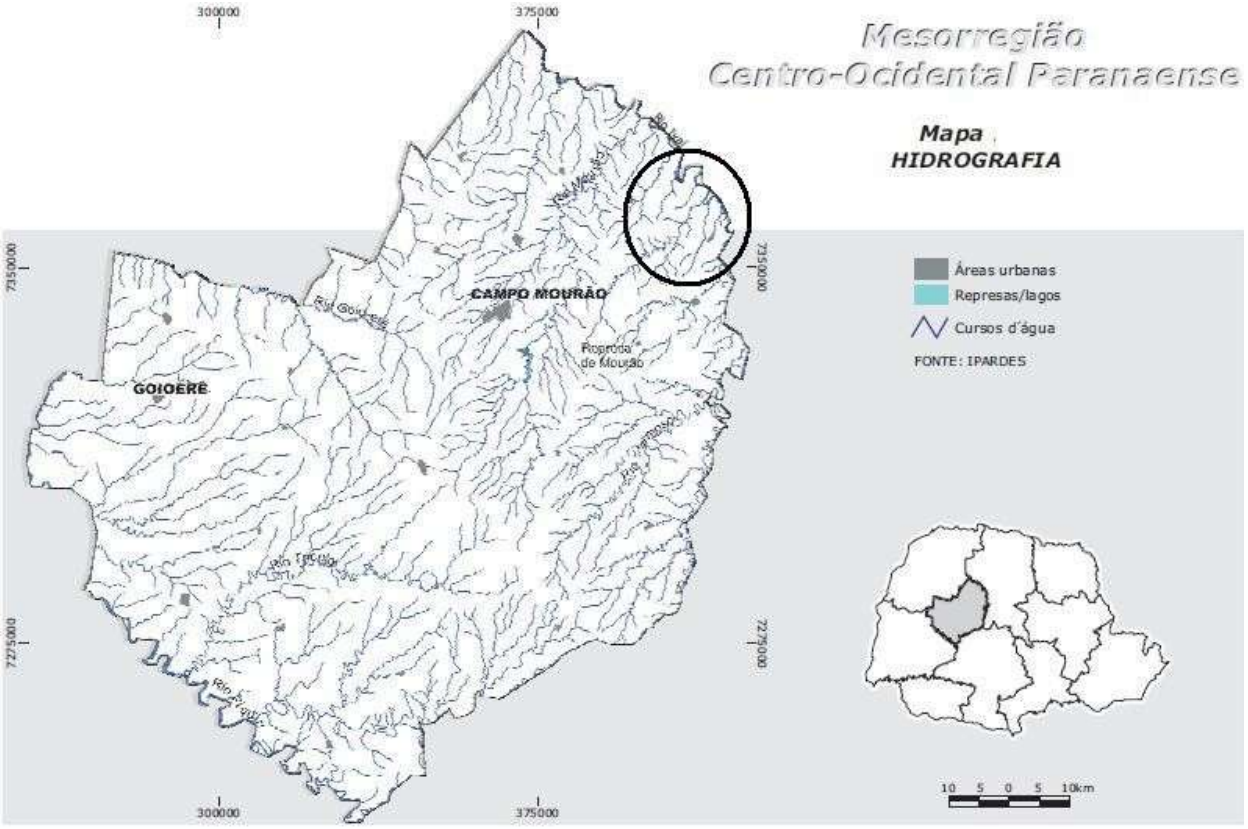
O potencial hídrico da região é caracterizado pela presença de duas bacias hidrográficas, a do rio Ivaí e a do Piquiri, ambos com curso parcial na região. O rio Ivaí tem um curso total de 685 quilômetros, dos quais 80 km encontram-se no trecho da mesorregião, e representam a porção do médio Ivaí. Este tem suas nascentes nos contrafortes da Serra da Esperança e Ribeira com os nomes de rio dos Patos e rio São João, situados na mesorregião Sudeste. Os principais afluentes do rio Ivaí são os rios Corumbataí, Muquilão e Mourão, que possuem em seus cursos pequenos saltos e cachoeiras. Na bacia do rio Ivaí estão localizadas as Usinas Hidroelétricas de Mourão e de Cristo Rei, consideradas pequenas em relação à potência geradora.

O rio Piquiri tem um curso com extensão total de 485 quilômetros, dos quais 150 km encontram-se na mesorregião Centro-Ocidental, correspondendo à porção média do rio Piquiri. Sua nascente localiza-se na Serra São João (Terceiro Planalto), que representa o divisor de águas entre os rios Ivaí e Piquiri, e o sistema rio Jordão, na região Centro-Sul. Seus principais afluentes são os rios Goioerê, Goiô-Bang ou Tricolor, e dos Macacos. Na bacia do rio Piquiri está presente a Usina Hidroelétrica de J. Monteiro, considerada pequena quanto à potência.

Com relação às águas superficiais, existem dez pontos de monitoramento do Índice de Qualidade das Águas (IQA) localizados na mesorregião Centro-Ocidental. Destes, quatro pontos estão situados na bacia do rio Ivaí, sendo dois no rio Ivaí e um no rio dos Macacos. Esses pontos apresentam águas classificadas na categoria boa (IQA=52-79), indicando locais com águas moderadamente comprometidas. Um ponto situado no rio Goiô-Bang ou Tricolor apresentou o IQA entre duas categorias, boa (IQA=52-79) e ruim (IQA=0-36), com a qualidade das águas oscilando de moderadamente comprometidas a muito comprometidas.

Na bacia do rio Piquiri existem seis pontos de análise da qualidade das águas: dois no rio Mourão, sendo que um deles está localizado na Usina Hidrelétrica de Mourão, dois no rio Piquiri e dois no rio Corumbataí. Estes pontos acusam índices na categoria boa (IQA=52-79), indicando locais com águas moderadamente comprometidas (SUDERHSA, 1998).

Figura 52: Mapa da Hidrografia da Mesorregião Centro-Ocidental



Fonte: IPARDES, 2003.

O Município de Fênix está inserido totalmente na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Os principais rios que cortam o município são: Rio Arurão, Rio Ivaí, Rio Corumbataí e Rio do Dez.

As sub-bacias hidrográficas do município de Fênix são as seguintes:

I - Sub-Bacia do Rio Roncador – Sub-bacia localizada na porção extrema oeste fazendo divisa com o município de Quinta do Sol, tendo como principal afluente as águas da Santa Rita.

II- Sub-Bacia do Ribeirão Ariranha - Sub-bacia localizada na porção extrema a oeste na divisa municipal com o município de Quinta do Sol, sendo a menor sub-bacia do território, tendo apenas afluentes no caso as Águas do Monjolo e Águas do Lambari dentro do território de Fênix. O Ribeirão Ariranha sendo o rio principal da sub-bacia encontra-se integralmente dentro do território vizinho de Quinta do Sol.

III- Sub-Bacia do Rio Ivaí-Norte- Sub-bacia localizada na porção extrema ao norte na divisa municipal com os municípios de Itambé e São Pedro do Ivaí, sendo uma das menores sub-bacias do território de Fênix.

IV - Sub-Bacia Água Fortuna – Sub-bacia situada na parte norte do território, entre as sub-bacias do Rio Roncador e sub-bacia Ivaí-Norte com a sub-bacia do Rio Arurão. Sub-bacia de grande importância no território visto que além da sua área rural encontramos situado o Distrito de Bela Vista do Ivaí e a Vila Rural de Boa Esperança.

V - Sub-Bacia do Rio Arurão – Localizada na parte central do município, sendo a maior sub-bacia do território, ocupando quase um terço da área global, tendo como o rio principal no caso o Rio das Arurão, correndo no sentido Sul-Norte e desaguando nas águas do Rio Ivaí tendo como principais afluentes o Rio Bugre, Águas da Primavera, Águas do Lambari, Águas do Encanto, Águas do Manacá e Córrego Águas de São Pedro.

VI – Sub-Bacia do Rio Bugre - Sub-bacia localizada na porção Sul, entre a divisa do Município de Barbosa Ferraz e a sub-bacia do Rio Dez, tendo como principais afluentes as Águas de São Martim, Água Sete alqueires, Águas do Bagrinho e o 8º afluente.

VII – Sub-Bacia do Rio Dez – Sub-bacia localizada na parte central do município, cortando a sede urbana na sua porção oeste, tendo como afluente do Rio Dez na margem direita o Córrego urutu e na margem esquerda o Ribeirão Um, Córrego Bom Jesus, Córrego Cinco e Águas Vila Rica.

VIII – Sub-Bacia do Córrego do Alemão – Sub-bacia de pequeno porte, localizado na parte nordeste do município entre as sub-bacias do Rio Dez e da Sub-bacia do Ivaí-Corumbataí, tendo como comunidade rural a região denominada de Porto Velho.

IX – Sub-Bacia Ivaí-Corumbataí – Principal sub-bacia do território localizada na parte leste do município, sendo que a mesma corta a malha urbana da sede na sua porção leste, estando inserida dentro desta sub-bacia a Reserva Florestal denominada Vila Rica do Espírito Santo (Parque Estadual). Estão Localizadas nesta sub-bacia as pequenas comunidades na parte sudeste de Paineirinha e Urtiguinha. Os principais afluentes do rio Corumbataí nesta sub-bacia são as Águas do Ingá e Córrego Urtiguinha**.** Na Tabela 22 são apresentados os rios e córregos que banham o município.

Tabela 87: *Rios e Córregos que banham o Município de Fênix afluentes e subafluentes. Fonte:*

Mapa cartográfico IBGE e SEMA/PR

Rio principal	Afluente margem direita	Afluente margem esquerda	Subafluente
1. Rio Roncador	Águas da Santa Rita		
2. Água Fortuna	Águas da Onça		
3. Rio Arurão	Águas da Primavera Rio Bugre	Córrego Águas de São Pedro Águas do Lambari Águas do Encanto Águas do Manacá	
4. Rio Bugre	Águas de São Martim Água Sete Alqueires Água do Bagrinho 8º afluente		
5. Rio Dez	Córrego Urutu	Córrego Bom Jesus Córrego Cinco Ribeirão Um Água Vila Rica	
6. Rio Ivaí	-	Rio Roncador Agua Fortuna Rio Arurão Rio Dez Córrego do Alemão	Rio Bugre
7. Rio Corumbataí		Águas do Ingá Córrego Urtiguinha	

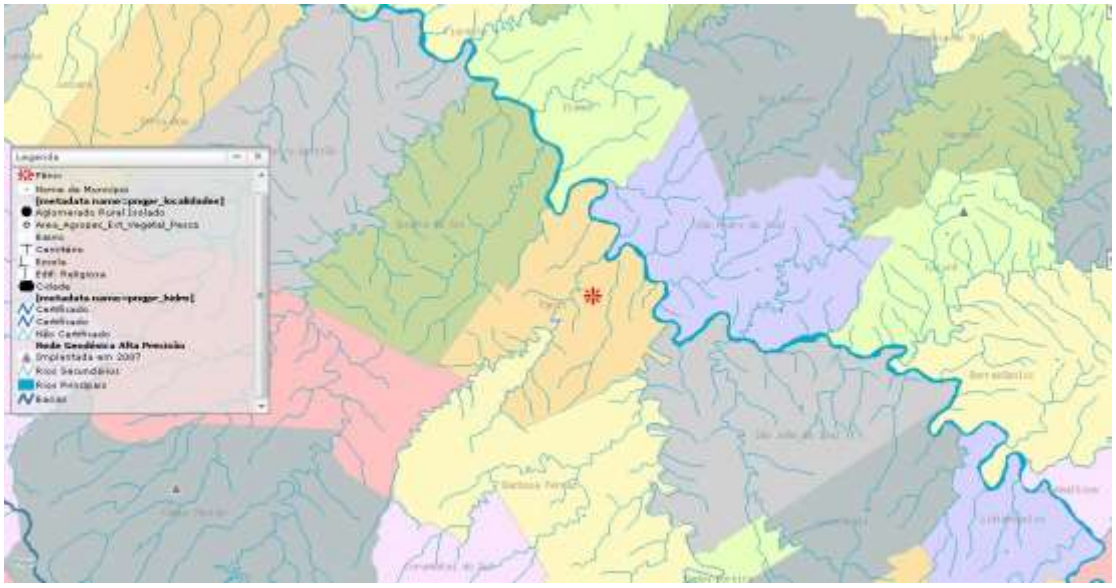


Figura 53: Hidrografia com Ampliação em Fênix. Fonte: ITCG.

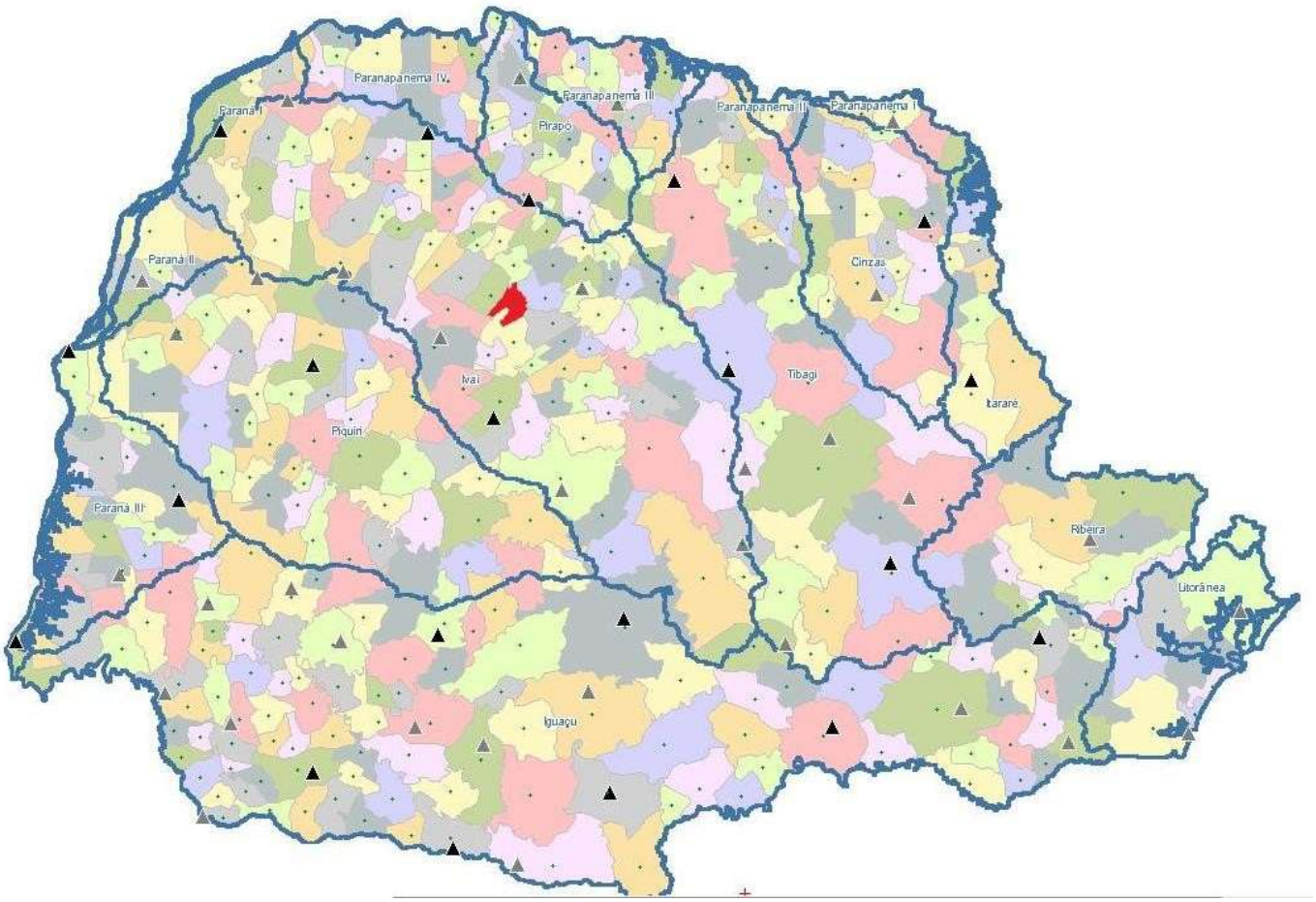


Figura 844: Mapa das Bacias do Estado do Paraná, Referenciando o Município de Fênix. Fonte: ITCG (2010).

Pontos de Poluição

No município foram detectados dois pontos de depósito e acúmulo de lixo não tratado. Ambos se localizam em trechos da Estrada Fênix 005, nos quais são depositados restos de construções e resíduos vegetais.

No município, encontramos também a ausência de conservação do solo em algumas propriedades rurais, cujo trabalho da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) tem sido de alta relevância para reverter o processo de degradação do solo rural, visto que o órgão além dos cursos de capacitação da mão-de-obra rural trabalha no apoio ao homem do campo visando à manutenção e fixação do mesmo na localidade. O município através dos órgãos ambientais deve ter uma preocupação redobrada quanto ao armazenamento das embalagens de agrotóxico, visto que a empresa recolhe somente uma vez por ano e se as mesmas não forem armazenadas adequadamente poderão trazer prejuízo ao solo e subsolo e consequentemente ao morador de Fênix.

Segundo o ITCG (2011), Fênix apresenta áreas de degradação nível forte do solo, conforme pode ser observado na Figura 56. Essas áreas são as que apresentam erosão.

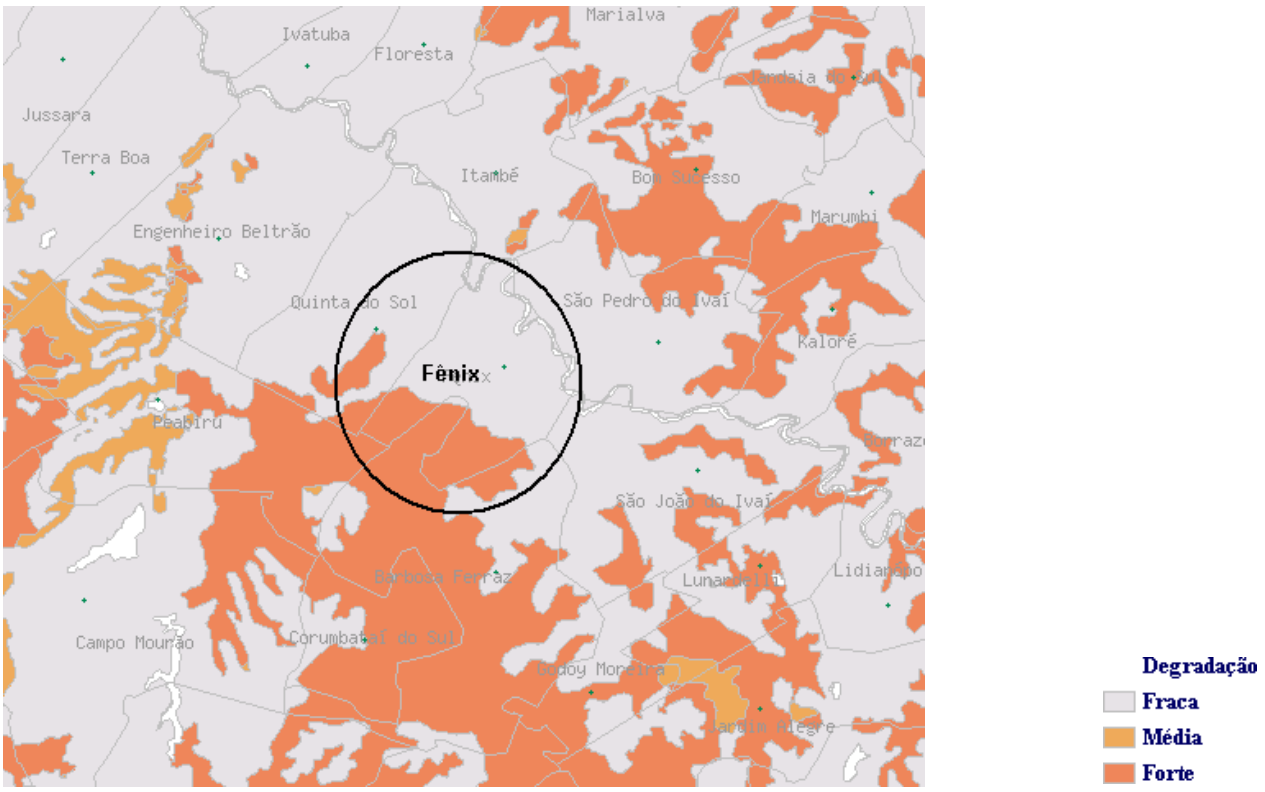


Figura 855: Degradação do solo – Fênix. Fonte: ITCG (2011).

Como o município produz cana-de-açúcar, esse pode ser mais um ponto poluidor.

A produção canavieira se dá através da monocultura da cana. Qualquer monocultura por si só, é causa de danos ambientais. Um dos fatores mais conhecidos de desequilíbrio ambiental da monocultura da cana é a proliferação de pomba amargosa, pois em meio aos canaviais encontra abrigo onde possa nidificar com segurança. Mas o maior problema é a carência de bolsões de reservas florestais e de áreas de preservação permanente, a exceção da Reserva Florestal de Vila Rica do Espírito Santo devidamente conservada. Os plantios de cana normalmente avançam em toda a área anteriormente ocupada com culturas agrícolas ou pastagens (LANGOWSKI, 2005).

Como se trata de uma cultura onde são muito utilizados produtos químicos no cultivo, a poluição do solo e das águas é inevitável. Geralmente são usados agrotóxicos desde o processo de preparação do solo, como produtos para inibir o nascimento de pragas e eliminar insetos. Depois que as plantas nascem novamente é aplicado herbicidas, que, inevitavelmente chegam ao leito dos rios, provocando a poluição de todo o meio ambiente, quer seja ar, água ou solo. Esse uso excessivo de agrotóxicos para controle de pragas acaba contaminado o solo

e, por conseguinte, alcançando os veios de água do subsolo, comprometendo todo um ciclo de águas e, por conseguinte, contaminando também todo o ecossistema que depende dessa água para sobreviver (BARBOSA, 2006).

E, por fim, é feita a queima antes da colheita, processo que lança uma grande quantidade de cinzas sobre as cidades próximas ás lavouras como o que ocorre no município de Fênix.



Figura 866
Fonte: LANGOWSKI (2005).

Embora existam muitos motivos e alternativas para que a prática da queima da cana seja eliminada, ela é uma das práticas mais arcaicas que ainda hoje são usadas com frequência, principalmente pelo aspecto econômico.

A queimada consiste em atear fogo no canavial de forma que aproximadamente 30% da biomassa existente sejam destruídas. A biomassa destruída são as folhas secas e as folhas verdes. Não interessa para a indústria (seja açúcar ou álcool) a movimentação e manejo dessa biomassa constituída por folhas, pois ela não tem participação na produção de álcool ou açúcar na fase industrial. Portanto, considera-se matéria prima descartável.

A prática da queima da cana, como facilitador do processo de colheita, é antiga e largamente utilizada em todo o país, trata-se de uma técnica que permite o aumento da produtividade do trabalhador rural durante a colheita. Além disso, reduz o custo de carregamento da cana de açúcar do campo até a usina, aumentando a eficiência e o rendimento das moendas durante o processo inicial de processamento na indústria.

Segundo SZMRECSÁNYI (1994) citado em LANGOWSKI (2005), a queima anual dos canaviais às vésperas da colheita provoca a destruição e a degradação de ecossistemas, tanto nas lavouras como próximas a elas, além de ocasionar a liberação de poluição atmosférica altamente prejudicial à saúde afetando todo entorno da região canavieira.

Os impactos causados tanto no meio físico, biológico e antrópico são inquestionavelmente negativos. As consequências dessa prática ao ser humano são inúmeras, destacando os riscos de acidentes durante a queimada, depreciação do panorama visual pela exposição dos efeitos da queimada, incômodo proporcionado pela liberação de fumaça e os dados à saúde, causados pela fuligem.

Em relação às consequências danosas para as características físicas do solo temos a alteração da concentração de gases, a diminuição da fertilidade e umidade do solo, a perda de nutrientes voláteis e a exposição do terreno aos efeitos erosivos. A emissão de gás carbônico no período de queimada causa incômodo a população vizinha as lavouras, já do ponto de vista ecológico esse dano atmosférico é suprimido com o tempo uma vez que no período de rebrota

e crescimento do canavial, essa cultura demanda absorver gás carbono como combustível fotossintético.

Porém, além de emitir gás carbono, a queima da cana libera ozônio, um gás altamente poluente que não se dissipa facilmente e que, em baixa altitude, prejudica o crescimento de plantas e o desenvolvimento de seres vivos (SZMRECSÁNYI, 1994; citado em LANGOWSKI, 2005). Szmrecsányi (1994), citado em Langowski (2005) concluiu que o volume de gás ozônio lançado na atmosfera durante o período de queimada chega a duplicar, atingindo padrões inadequados de concentração. Estimativas realizadas por pesquisadores da EMBRAPA (EMBRAPA, 1997) mostram que o aumento da área colhida de cana e da produtividade entre 1990 e 1996 foi responsável por um acréscimo de 17% na produção canavieira, em contrapartida, os índices de emissões de gases de efeito estufa, nesse mesmo período, aumentaram em torno de 10%.

Em relação à fuligem, material particulado liberado durante a queima de compostos carbônicos, trata-se de um material com alta potencialidade danosa à saúde humana. Segundo FERRAZ et al. (2003) citado em Langoswki (2005), estudos realizados no Brasil indicam que esse particulado possui pelo menos 40 tipos de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, trata- se de compostos orgânicos com propriedades mutagênicas e cancerígenas.

Dentre esses compostos, os autores destacam que 16 são considerados contaminantes pela agência norte americana de saúde. Durante o período de safra, as incidências de problemas respiratórios decorrentes da eliminação de fuligem da queimada da cana aumentam consideravelmente, é o que mostra o estudo de BOHM (1998). Esse autor destaca os principais quadros de problemas respiratórios que vão desde uma simples inflamação até infecções crônicas, quadros que podem evoluir consideravelmente ocasionando até mesmo um câncer.

Para Gonçalvez (2003), citado em Langoswki (2005), o problema das queimadas originou-se “de uma solução reducionista, na qual se desconsiderou os problemas que esta prática traria ao meio-ambiente e ao ser humano, em prol unicamente de se aumentar à produtividade do trabalho na cultura, e desta forma aumentar o lucro dos produtores e empresários do setor, o que é característico do capitalismo”. (...)

No município, encontramos também a ausência de conservação do solo em algumas propriedades rurais com outros fins, cujo trabalho da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) tem sido de alta relevância para reverter o processo de degradação do solo rural, visto que o órgão além dos cursos de capacitação da mão-de-obra rural trabalha no apoio ao homem do campo visando à manutenção e fixação do mesmo na localidade. O município através dos órgãos ambientais deve ter uma preocupação redobrada quanto ao armazenamento das embalagens de agrotóxico, pois se as mesmas não forem

armazenadas adequadamente poderão trazer prejuízo ao solo e subsolo e consequentemente ao morador de Fênix.

Vegetação

O Paraná possuía, até fins do século passado, uma cobertura vegetal exuberante, onde se destacavam florestas ricas em espécies vegetais como o Pinheiro, Imbuia, Perobas, Cedros, Canelas, Ipês, Paus-Marfins e tantas outras de grande importância.

Essas florestas abrigavam uma fauna riquíssima, tanto em quantidade como em variedade de espécies.

Os rios eram claros, não poluídos e piscosos, não assoreados e raramente transbordavam. Contribuía também para este fato a normalidade de regime de chuvas.

No início do século XX, dois acontecimentos simultâneos contribuíram para o início de uma acelerada destruição das matas paranaenses: a descoberta do valor econômico do Pinheiro e a implantação da cultura cafeeira. Ao Sul e ao Norte têm início, assim, dois ciclos econômicos bastante distintos, mas com base em um ponto comum: o desperdício.

Sem técnicas, equipamentos e vias de acesso adequados e, principalmente, qualquer consciência para a racionalidade, desperdiçou-se um bem de valor apreciável e perene. A voracidade do imediatismo iria provocar, em menos de meio século, o desaparecimento de duas terças partes das florestas paranaenses, já que, em 1965, a cobertura florestal do Estado era de 32% em relação a cobertura primitiva (Maak, Reinhard).

Foi detectado através do inventário florestal – constituído a partir do levantamento aerofotogramétrico realizado pelo antigo Instituto de Terras e Cartografia, em 1980 – que dos quase 17 milhões de hectares de florestas primitivas, apenas uma fração de aproximadamente 5% permaneceu, irregularmente distribuída em diferentes pontos do Estado.

No Paraná as regiões Norte, Noroeste e Oeste possuem um percentual de florestas na crítica faixa de 0 a 2% em relação a cobertura primitiva. Sendo que a mata ciliar de proteção aos córregos e rios é muito deficiente, praticamente todos os mananciais d'água apresentam problemas de poluição e assoreamento, por escorrimento de águas de chuvas e carregamento de resíduos de agrotóxicos.

O Paraná é um dos estados que mais possuem Reservas Particulares do Patrimônio Natural e conta hoje com aproximadamente 214 RPPN cadastradas e averbadas como determina o Decreto Federal 1922/96 e Decreto Estadual 4262/945.

As RPPN são áreas de conservação ambiental em terras privadas, criadas por iniciativa do proprietário da área, reconhecidas pelo Estado (IAP) ou Federação (ICMBio), a qual possui como princípio legal de manejo a proteção integral e o uso indireto dos recursos naturais.

Através da criação da RPPN, o proprietário, além de estar contribuindo para a preservação do meio ambiente, conta com os seguintes benefícios: Direito de propriedade preservado; Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área criada como RPPN; Prioridade na análise dos projetos, pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente
– FNMA; Preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola, junto às instituições oficiais de crédito, para projetos a serem implementados em propriedades que contiverem RPPN em seus perímetros; Possibilidades de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da unidade e Repasse do ICMS Ecológico.
As 214 RPPN do Paraná perfazem um total de 50.200,76 ha de área conservada, distribuída em 95 municípios. Sendo que 27 delas são de pessoas físicas e 187 de pessoas jurídicas. Esse total de RPPN corresponde a 22,7% das reservas e a 7,4% da área total.
Existem várias reservas nos municípios Mesorregião Centro-Ocidental, como por exemplo em Campo Mourão, Campina da Lagoa, Engenheiro Beltrão, Luiziana, Roncador e Moereira Sales. O município de Fênix também se destaca por possuir reservas particulares cadastradas, sendo elas listadas na Tabela 23.

Tabela 88: *RPPN de Fênix. Fonte: IAP (2008).*

Ano de Criação	Área (ha)	Denominação
1997	134,06	RPPN Estadual Bernard Philuppe Marie Philibert de Laguiche (Conde Laguiche - Cidade Real)
1997	111,32	RPPN Estadual Agro Mercantil Vila Rica Ltda.
1998	60,50	RPPN Estadual José Cândido da Silva Muricy Neto
1998	24,20	RPPN Estadual Ivan Luís de Castro Bittencourt
1998	25,00	RPPN Estadual Hilva Jandrey Marque

As Áreas de Conservação e Preservação Permanente e as Unidades de Conservação são áreas federais, estaduais ou municipais com características naturais relevantes, legalmente instituídas e com limites definidos, às quais se aplicam normas de proteção.

O IAP considera a região da cidade de Fênix como área prioritária para conservação e restauração, conforme Figura 57

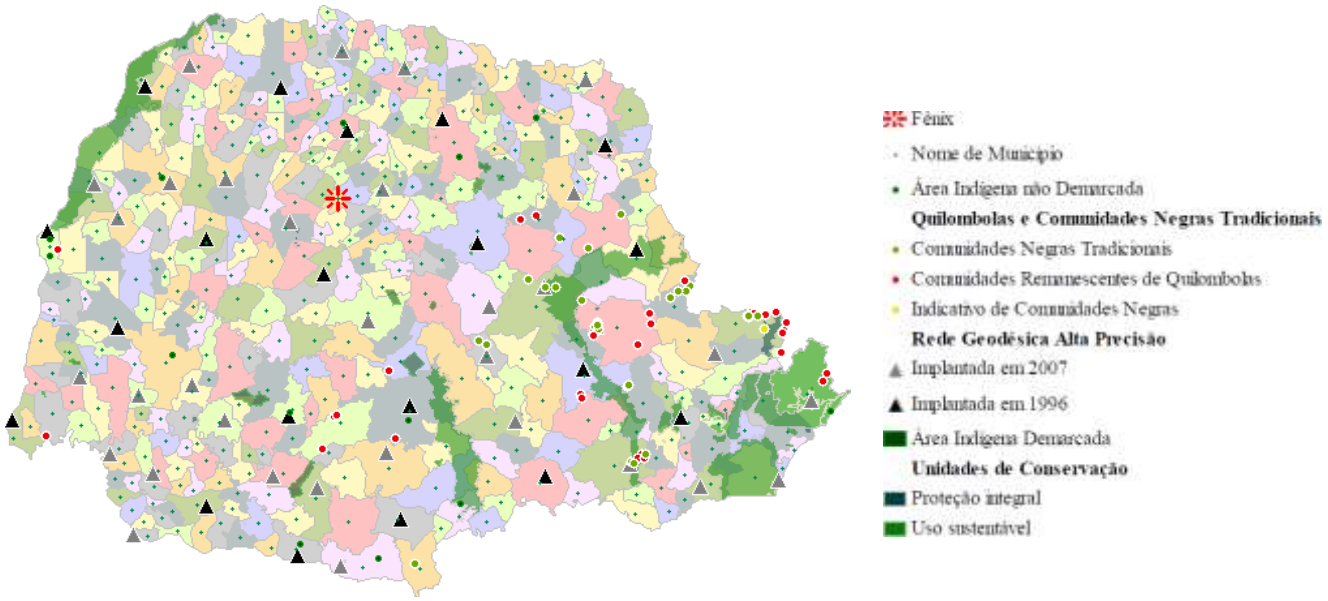


Figura 877: Unidades de preservação. Fonte: ITCG (2010).

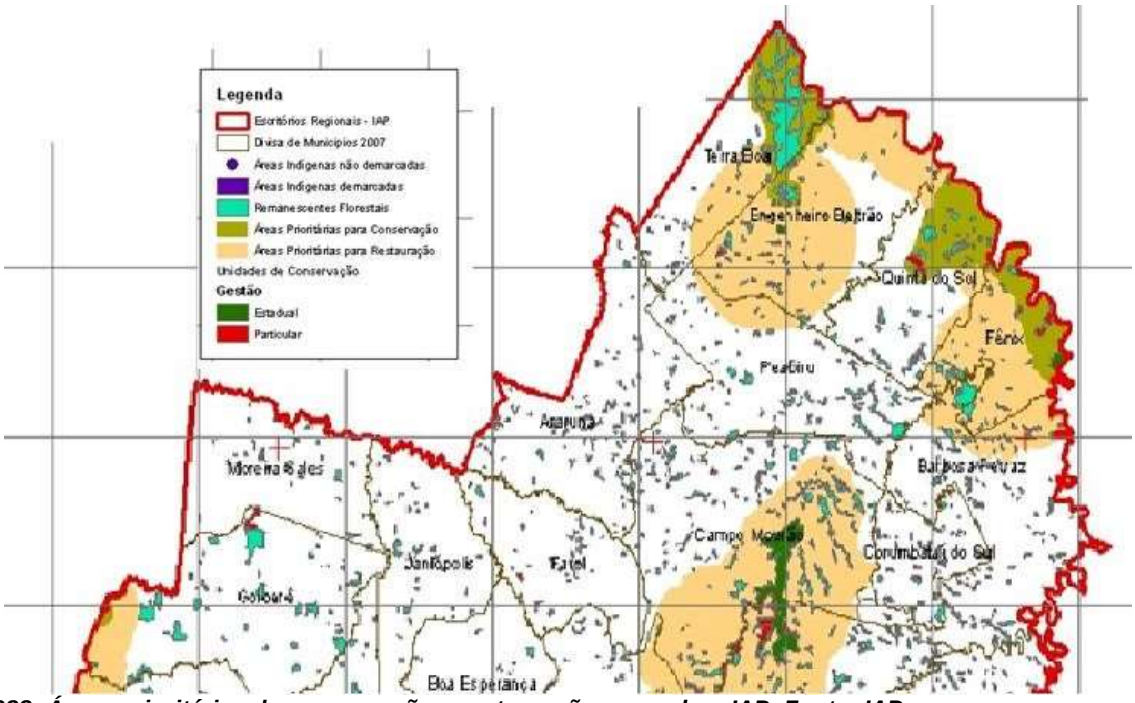


Figura 888: Áreas prioritárias de conservação e restauração segundo o IAP. Fonte: IAP.

A mesorregião encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos: a Floresta Estacional Sem decidual (FES), a Floresta Ombrófila Mista (FOM), e em pequenas proporções as Estepes (Cerrado).

Segundo o levantamento fitogeográfico feito por Maack (1950), a cobertura vegetal original da mesorregião era composta de 69,5% de FES, sendo que 24,8% era de FES original,

15,7% de FES aluvial original e 29% de FES alterada. O restante da cobertura vegetal era formado por 30% de FOM original e 0,5% de Cerrado.

Os desmatamentos ocorridos decorrentes da ocupação do território determinaram uma redução nos recursos florestais, dos quais tem-se, atualmente, 63.443,7 hectares de cobertura florestal, os quais correspondem a 5,3% da cobertura original da região. O total da área de floresta ainda existente representa 2,5% da cobertura do Estado, posicionando a região como a de menor contribuição na cobertura florestal do Paraná.

Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo

Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo (PEVR), situa-se na cidade de Fênix, no Estado do Paraná, e possui 353,68hectares. Encontra-se entre as coordenadas 23º54'S e 51º58'W e seu limite se dá por área de cultivo e pelos rios Ivaí e Corumbataí (ITCF, 1987; MIKICH E SILVA, 2001). A formação florestal do PEVRES é considerada ímpar no Paraná, pois trata-se de uma Floresta Secundária, que em função do tempo de desenvolvimento (cerca de 370 anos) possui atualmente as mesmas características das Florestas Primárias desse tipo.

Criado em 1955 em função do seu valor histórico e arqueológico, por ali estarem localizadas as ruínas de Villa Rica del Espirito Santo. Tombado pelo Patrimônio Histórico em 1948 pela Lei Estadual nº 33. Transformado em Parque somente em 1983.

Desde 1954, está sendo feito grandes estudos na região, sendo desenvolvidos pesquisas arqueológicas e levantamentos históricos, procurando a identificação de novos sítios arqueológicos e o monitoramento dos já cadastrados.

Em 1965 a área foi declarada Reserva Florestal Estadual por meio do Decreto nº 17.790 de 17 de junho de 1965. Foi transformada em Parque pelo Decreto Estadual nº 6.125 de 16 de fevereiro de 1983, sendo denominada atualmente de Vila Rica do Espírito Santo.

O Parque inserido no Bioma de Mata Atlântica, preserva um dos últimos remanescentes da floresta tropical, abrigando diversas espécies de fauna e flora, uma floresta que foi quase extinta na região tornando-se rara, principalmente pelas atividades agropecuárias, onde florestas inteiras foram derrubadas para abrigar, pastagens, plantações e para beneficiar o setor madeireiro.



Figura 59: Trilhas do parque com ruínas. Fonte: (www.mochileiros.com/fenix-pr-parque-de-vila-rica-do-espirito-santo-t33997.html)



Figura 60: Lagoa, destino de uma das trilhas do parque. Fonte: (www.mochileiros.com/fenix-pr-parque-de- vila-rica-do-espirito-santo-t33997.html)

Condicionantes Geotécnicos

O relevo do Estado do Paraná caracteriza-se pela frequência de terrenos de baixada no litoral, onde predomina as planícies de aluvião, e a existência de planaltos e serras de formações rochosas cristalinas, como a escarpa da serra do Mar. Seu relevo é dos mais expressivos, pois 52% do território ficam acima dos 600m e apenas 3% abaixo dos 300m. No relevo paranaense distinguem-se cinco unidades geomorfológicas que se seguem de leste para oeste, de acordo com os trabalhos de Reinhard Maack: Litoral; Escarpa da Serra do Mar; Primeiro Planalto - Curitiba (Planalto Cristalino); Segundo Planalto Ponta Grossa (Planalto Paleozóico); Terceiro Planalto Guarapuava (Planalto do Trapp do Paraná).

O Terceiro Planalto, conhecido também como Planalto de Guarapuava, ocupa cerca de 2/3 da área mais a oeste do Estado. Corresponde geologicamente ao derrame de rochas eruptivas como basalto, diabásicos, meláfiros e aos depósitos de arenitos (Botucatu e Caiuá), da era Mesozoica. O relevo do Terceiro Planalto são as Cuestas, típico de rocha sedimentar.

A mesorregião Centro-Ocidental está localizada, em toda a sua extensão territorial, no Terceiro Planalto ou Planalto do Trapp do Paraná, o qual é constituído por derrames basálticos que conformam uma paisagem bastante uniforme, em relevo suavemente ondulado, determinado pelas formas de mesetas (pequenos planaltos) e patamares (planaltos pouco elevados, em geral arenosos). Possui como principais divisas geográficas o rio Piquiri, configurando-se como limite a oeste, e o rio Ivaí, como limite a leste.

O terceiro planalto pode ser dividido nos seguintes blocos: planalto de Cambará e São Jerônimo, Apucarana, planalto, planalto de Guarapuava e planalto de Palmas. Fênix localiza- se parte no Planalto de Apucarana, parte no planalto de Campo Mourão (Figura 58).

O Planalto de Apucarana situa-se entre os rios Tibagi, Paranapanema, Ivaí e Paraná. Atinge altitudes de 1.125 metros na escarpa (serras do Cadeado e Bufadeira), declinando pra 290 metros ao atingir o rio Paranapanema. O mesmo acontece na direção oeste, quando atinge altitudes de 235 metros no rio Paraná. O Planalto de Campo Mourão compreende as terras localizadas entre os rios Ivaí, Piquiri e Paraná. Atinge altitudes de 1150 metros na escarpa da Esperança, declinando para 225 metros no rio Paraná.

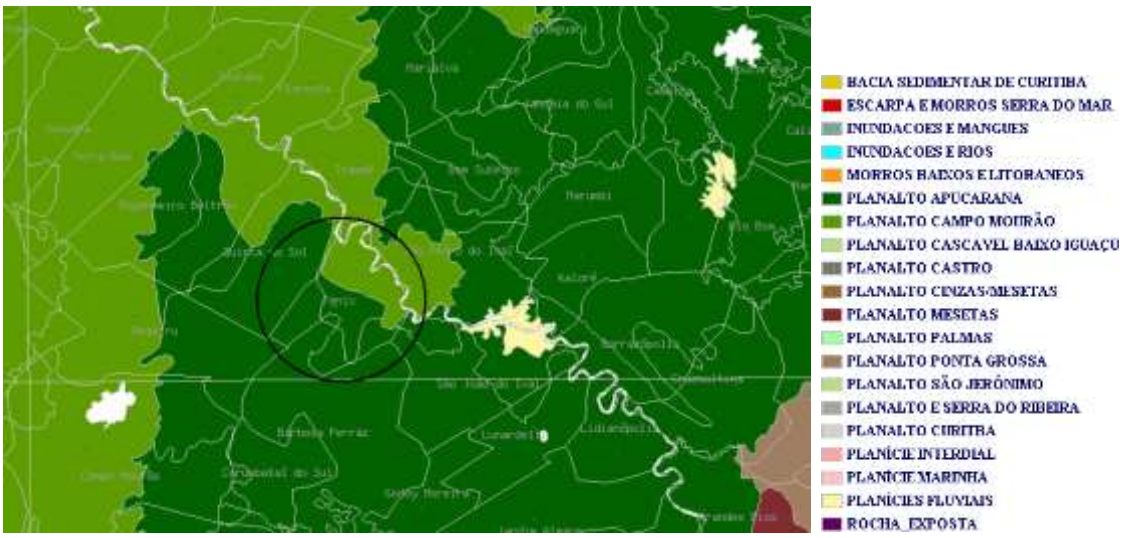


Figura 61: Geomorfologia da região – Fênix. Fonte: ITCG (2011).

A alteração das rochas basálticas, associada ao clima da região, deu origem aos solos de vários tipos, dentre os quais se destacam: os latos solos vermelho-escuros, extremamente ácidos, com baixa fertilidade, suscetíveis ao processo de lixiviação intensa conforme o regime de chuvas; os podzólicos vermelho-amarelos, extremamente ácidos, bem desenvolvidos, profundos, com moderada fertilidade natural e facilmente erodíeis; e os latos solos roxos, solos minerais, não hidro mórficos, muito profundos, podendo ser distróficos e áulicos, de baixa fertilidade natural, e estróficos de alta fertilidade natural (EMBRAPA, 1984). Os solos mais férteis da região estão localizados nos vales dos rios principais.

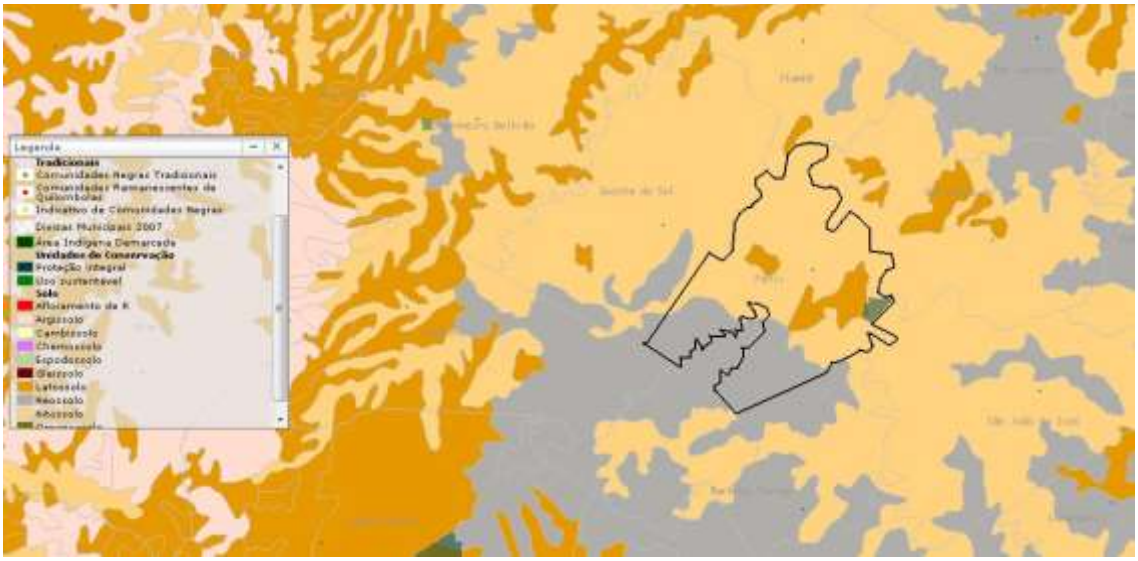


Figura 62: Tipos de solo da região. Fonte: ITCG (2011).

Na Figura 62 podem-se observar os solos na região de Fênix, sendo que os predominantes são os solos Nitossolo, Latos solo e Neossolo, possuindo uma pequena parte de Organossolo.

Nitossolos são solos com 350g/kg ou mais de argila, inclusive no horizonte A, constituídos por material mineral que apresentam horizonte B nítico abaixo do horizonte A, com argila de atividade baixa ou caráter alítico na maior parte do horizonte B, dentro de 150cm da superfície do solo. Os latos solos são constituídos predominantemente de material mineral apresentando horizonte B leptossómico imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A, dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300cm, se o horizonte A apresentar mais que 150cm de espessura. Os Neossolos são solos pouco evoluídos constituídos por material mineral, ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. Por fim, os Organossolos são solos constituídos por material orgânico (teor de carbono orgânico maior ou igual a 80 g/kg de TFSA), que apresentam horizonte hístico.

O substrato rochoso do município de Fênix é formado por rochas ígneas básicas da Formação Serra Geral, compostas por basaltos maciços e amigdalóides, afaníticos, cinzentos a pretos, raramente andesitos, e intercalações de arenitos finos. Entre dois derrames consecutivos, geralmente há intercalações de material sedimentar - arenitos e siltitos - ditos intratrapianos. Representados por basalto amigdaloidal de base, basalto compacto, basalto amigdaloidal, basalto vesicular e brecha basáltica e/ou sedimentar. Essas rochas têm baixo índice de vulnerabilidade à denudação (1,5), com alta resistência ao intemperismo e erosão.

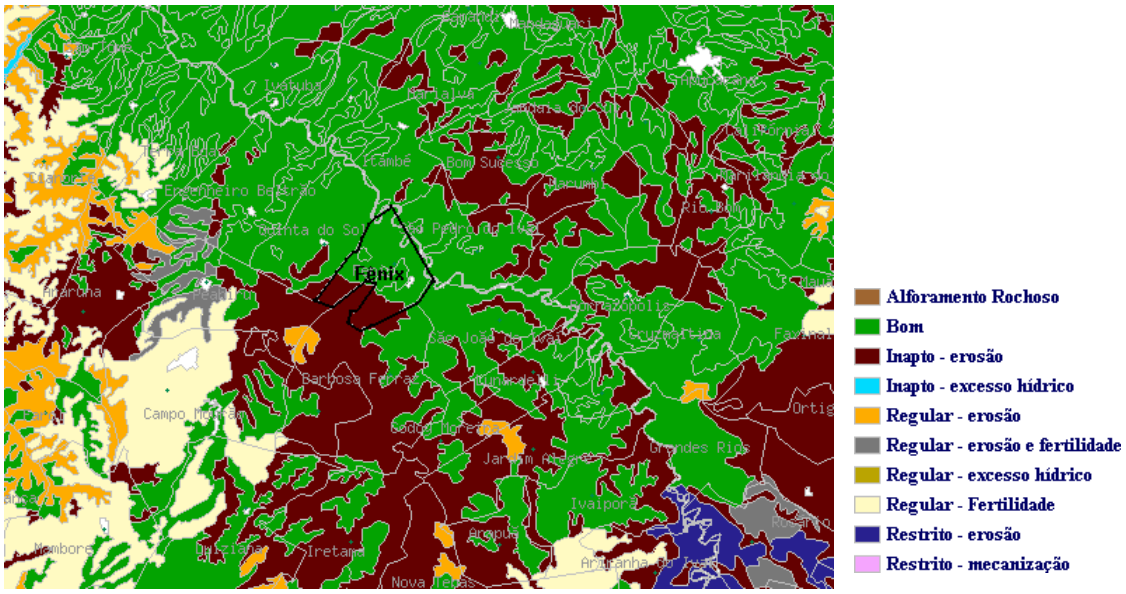


Figura 63: Aptidão do solo – Região de Fênix. Fonte: ITCG (2011).

Quanto à aptidão do solo podemos relatar que a maior parte do município apresenta boas característica de ocupação deste solo voltado à agricultura mesmo com o relevo ondulado, sendo que estas áreas estão circundadas de áreas próprias para pastagens devido ao processo

erosivo do solo das planícies aluvionares em áreas de baixios e fundo de vale. Entretanto existe uma parte significativa da região em que o solo é inapto devido a erosão.

A mesorregião encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos: a Floresta Estacional Semidecidual (FES), a Floresta Ombrófila Mista (FOM), e em pequenas proporções as Estepes (Cerrado). Os desmatamentos ocorridos decorrentes da ocupação do território determinaram uma redução nos recursos florestais, dos quais tem-se, atualmente, 63.443,7 hectares de cobertura florestal, os quais correspondem a 5,3% da cobertura original da região. O total da área de floresta ainda existente representa 2,5% da cobertura do Estado, posicionando a região como a de menor contribuição na cobertura florestal do Paraná.

Fênix encontra-se na Floresta Estacional Semidecidual, conforme mostra a Figura 64.

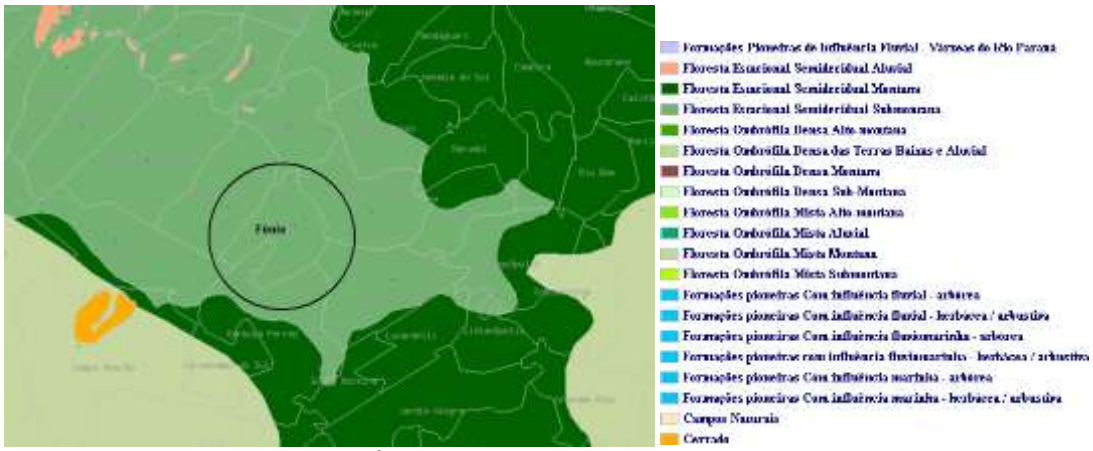


Figura 6489: Formas Fitogeográficas – Fênix. Fonte: ITCG(2011).

A mesorregião Centro-Ocidental caracteriza-se por apresentar uma condição ambiental muito modificada, com a cobertura vegetal reduzida a poucos fragmentos florestais nativos. A região, que originalmente possuía cerca de 95% de seu território com florestas, em 1950 ainda apresentava 70,5% de sua área com cobertura florestal original. A condição de depauperação ambiental que se deu após 1950 é atualmente acentuada devido à ausência de áreas significativas com reflorestamento (0,6% da área do território da mesorregião) e, ainda, à pequena extensão de florestas que estão protegidas como Unidades de Conservação. Dentre estas destaca-se o Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, em Fênix, que além do patrimônio natural representado pelas florestas existentes é contemplado por ruínas que são vestígios arqueológicos da presença dos jesuítas, nos séculos XVI e XVII, nesse município.

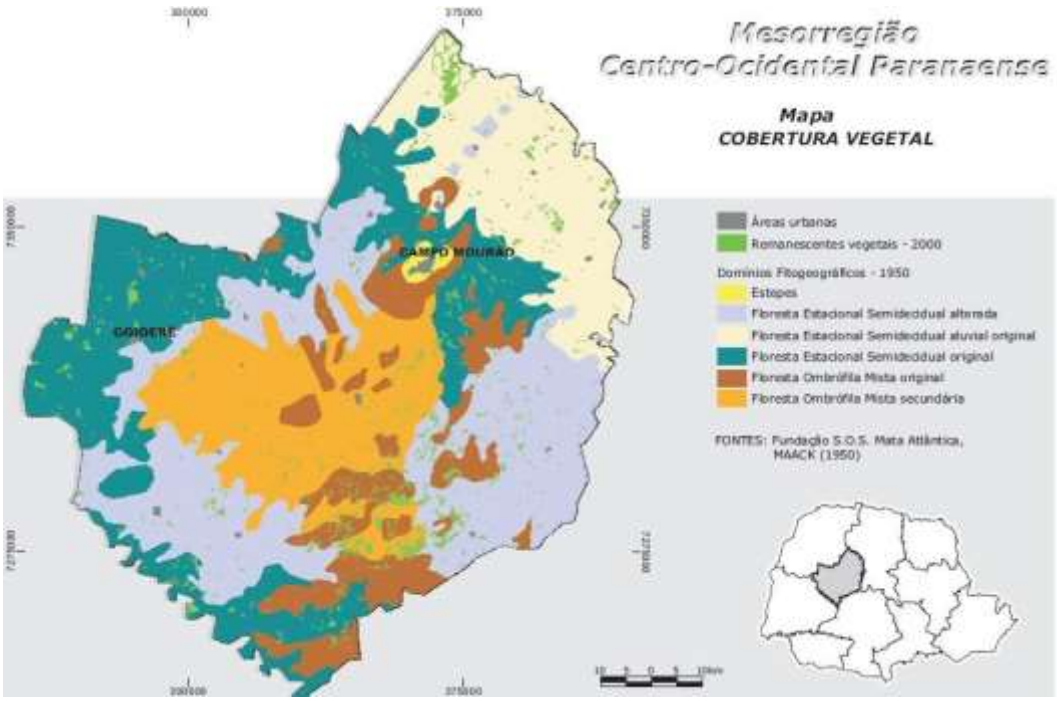


Figura 905: Cobertura vegetal da região. Fonte: IPARDES (2004).

Hipsometria

A hipsometria de um local ou região é a representação altimétrica do relevo com relação a um determinado nível horizontal referencial.

A altitude do município em estudo é de 440 metros (IPARDES/IBGE, 2007), localizado no Terceiro Planalto do Paraná, na região Centro-ocidental do Estado. Neste território há uma conformação de paisagem bastante uniforme, em relevo suavemente ondulado.

A Figura 66 apresenta a declividade da região de Fênix, onde há predominância de declividade de 0 a 10%.

A hipsometria da região propriamente dita é apresentada na Figura 63.

As maiores declividades se encontram na parte sul do território, onde está às áreas mais suscetíveis a erosão. Grande parte do território apresenta declividades medianas entre 0 a 10%, bem como a localização da sede urbana está nesta faixa de declividade o que propicia e facilita a sua expansão. A preocupação maior é a ocupação da malha urbana em relação a região leste, visto que a expansão nesta direção poderá afetar e interferir as qualidades ambientais do Parque Estadual Vila Rica do Espirito Santo. A legislação deverá criar elementos de restrições a expansão neste setor e deverá ter todo o rigor dos critérios de preservação e conservação da mata ciliar para manutenção da qualidade ambiental.

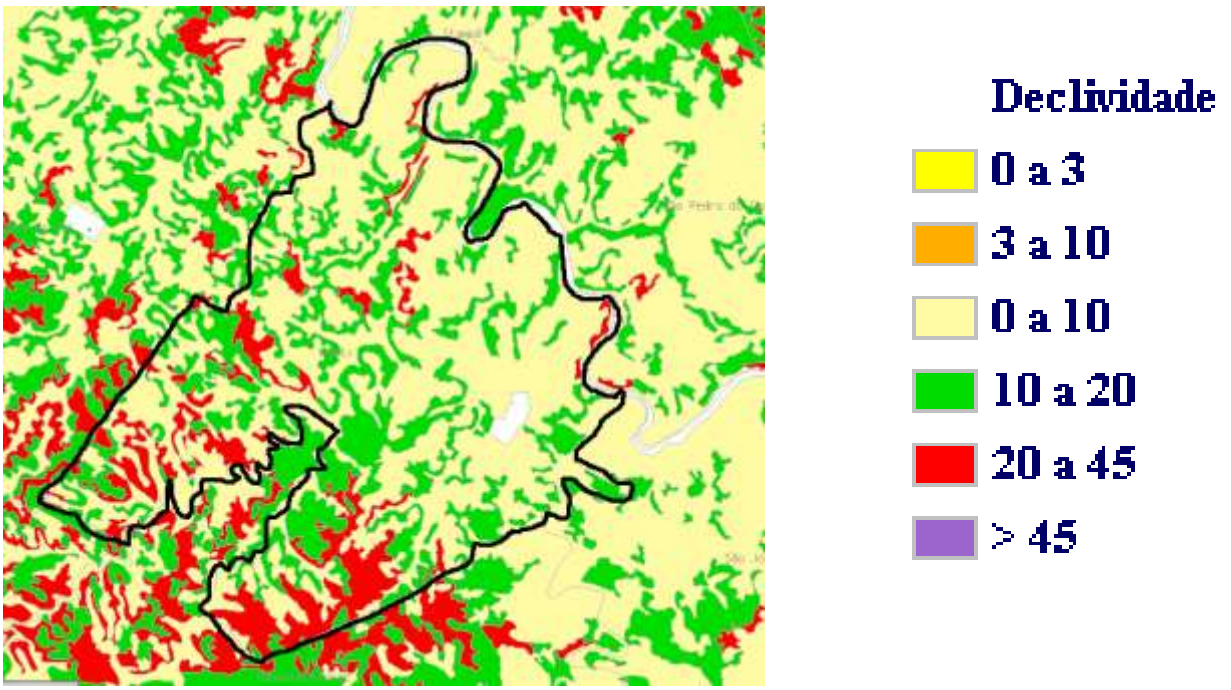


Figura 916: Declividade de Fênix. Fonte: ITCG (2011).

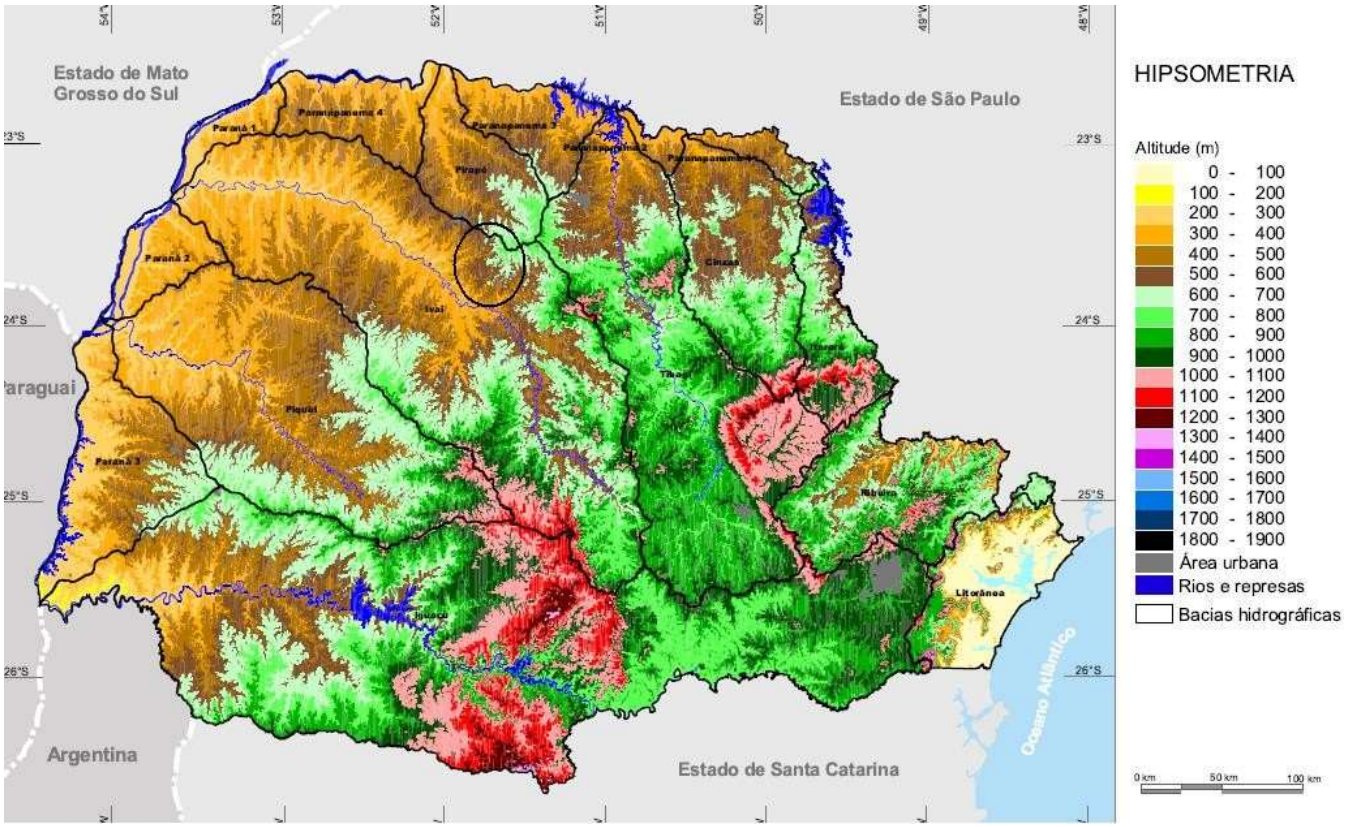


Figura 927: Hipsometria do Estado do Paraná.
Fonte: IPARDES*.*

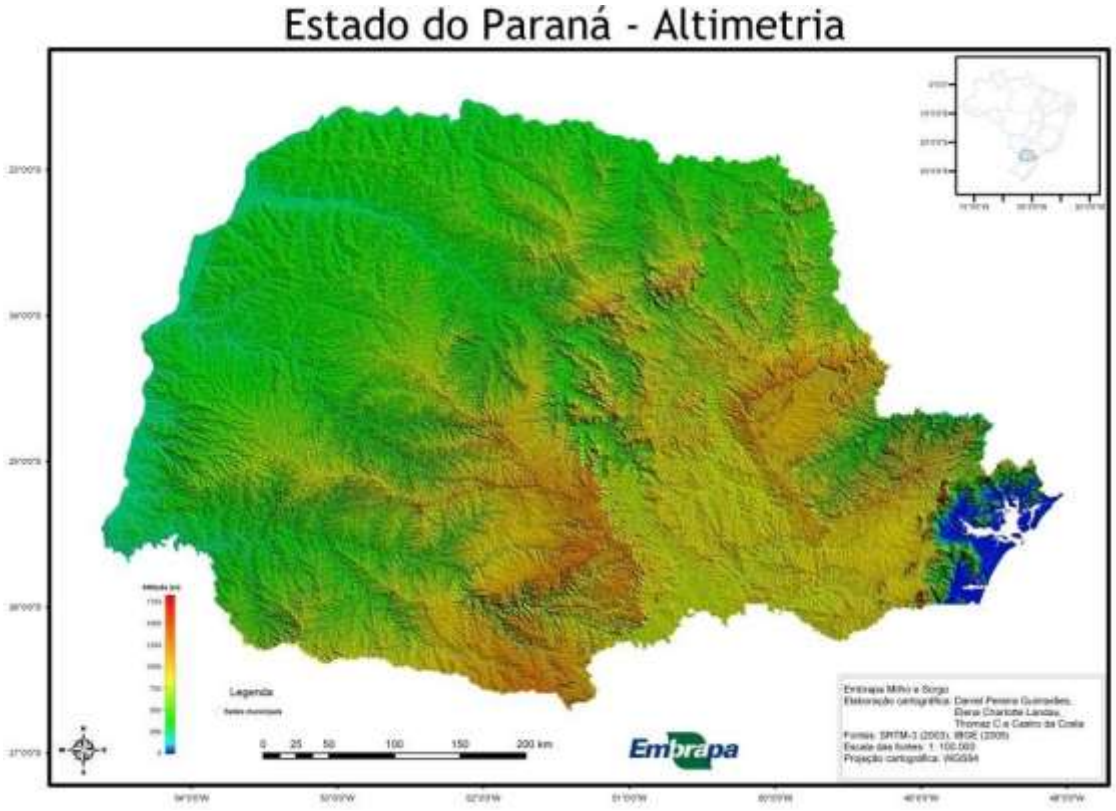


Figura 938: Mapa de Declividade Mesorregião Norte Central do Paraná.
Fonte: IPARDES

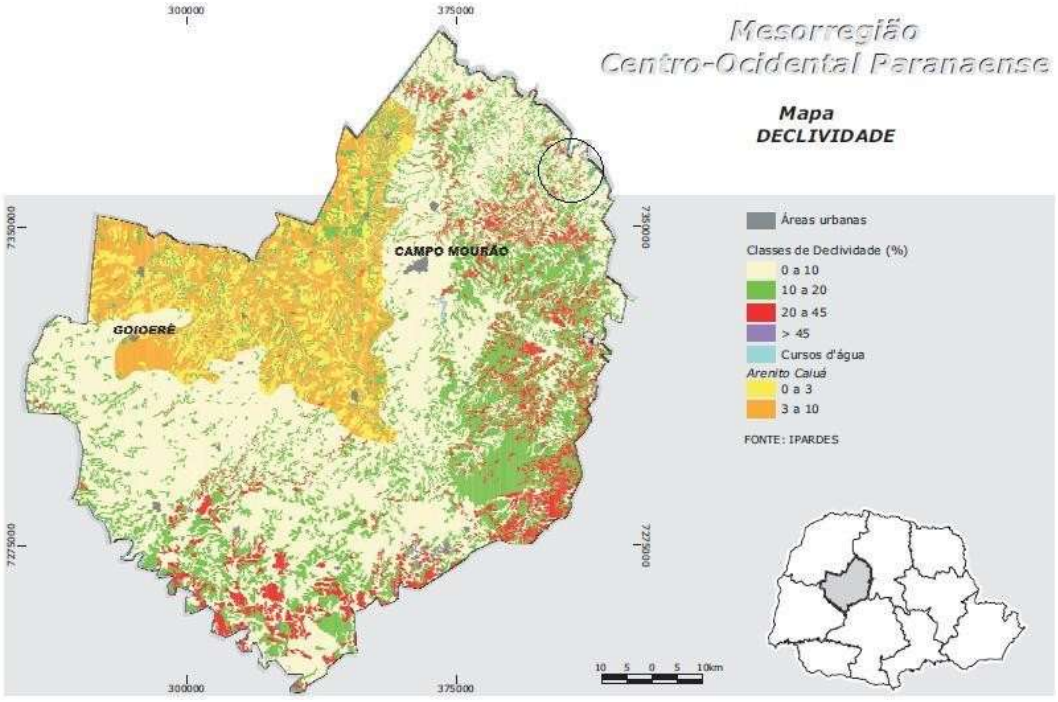


Figura 69: Levantamento de Altimetria do Paraná. Fonte: EMBRAPA (2005).

Condicionantes, Potencialidades e Deficiências

Tabela 89: *Aspectos Ambientais no Município de Fênix – 2018*

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
AMBIENTAIS	✓ Geomorfologia; ✓ O relevo constitui-se como uma das principais limitações da ocupação urbana de uma região; ✓ Condicionantes geotécnicos; ✓ Declividades; ✓ Hipsometria; ✓ Drenagem natural; ✓ Recursos hídricos; ✓ Áreas de preservação permanente; ✓ Município pertence à bacia hidrográfica: Rio Ivaí; ✓ Normas estaduais, federais e pactos internacionais para preservação do meio ambiente e sustentabilidade urbana e rural.	✓ Geologia: áreas com solo tipo Neossolo com dificuldades produtivas na parte Sul do território com áreas propícias a erosão; ✓ Controle da poluição hídrica resultante de agrotóxicos e assoreamento; ✓ Ausência de mata ciliar nas nascentes e fundos de vale; ✓ Vegetação: escassez significativa devido ao alto índice de desmatamento para fins agrícola principalmente nos últimos 10 anos, com poucos remanescentes de vegetação natural; ✓ Deficiências nas microbacias do interior e do revestimento primário das estradas municipais dificultando a qualidade das mesmas e de seus acessos ao município; ✓ Poluição da queima da cana-de-açúcar nas áreas rurais; ✓ Pouco aproveitamento da qualidade ambiental do Parque estadual Vila Rica do Espírito Santo.	✓ Relevo do território na maioria com declividades medianas, com boa expansão da malha urbana em várias direções; ✓ Hidrografia: conservação da sub-bacia Ivaí – Corumbataí devido a qualidade ambiental local com o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo; ✓ Manejo Correto do solo por programas integrados entre Prefeitura, EMATER, SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente; ✓ Aplicação de novas tecnologias para correção do solo rural a fim de aumentar a produtividade; ✓ Ampliação dos programas e projetos para implantação das matas ciliares; ✓ Áreas com potenciais a exploração turística rural, devido aos fortes elementos naturais existentes no município (As RPPNs e o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo); ✓ Gerenciamento das bacias e micro-bacias hidrográficas integradas com os Municípios afetos à mesma.

ASPECTOS SÓCIOS ECONÔMICOS

Distribuição da População no Território

A ocupação da mesorregião Centro-Ocidental ganhou impulso na década de 40, com a implantação das chamadas colônias, pelo governo do Estado e empresas privadas. Essas colônias eram glebas de terras de 5 mil a 10 mil hectares, divididas em lotes rurais, com previsão de área urbana, e deram origem aos municípios. Foram duas as correntes migratórias que até os anos 60 ocuparam efetivamente a região. Uma vinda do Norte, com a expansão do cultivo de café, e a outra do Oeste, que trouxe o poli cultivo e a criação de pequenos animais. Isso caracterizou a região como de transição entre as regiões Norte e Oeste do Estado, em função da presença tanto do café quanto do sistema de poli cultivos alimentares, sem a

predominância de um ou de outro, à semelhança das regiões de origem das correntes migratórias (IPARDES, 2004).

Nesse período, que alcança até o início dos anos 70, a baixa fertilidade natural dos solos, decorrente do alto grau de acidez, foi determinante para o desempenho econômico e estruturação social da região. Por isso, a década de 70, com o processo de transformação da base técnica da produção agrícola, é um marco divisório para a região, em relação ao seu desempenho produtivo. A transformação tecnológica dos processos produtivos e a mudança na pauta de cultivo regional ocorreram simultaneamente, quase como condição uma da outra. Esse processo, caracterizado pelo tripé da modernização agrícola – mecanização, melhoramento genético das sementes e insumos químicos, para elevação da fertilidade dos solos e controle das pragas e doenças –, alterou a trajetória produtiva, econômica e populacional da região. Soja, trigo, algodão e mais recentemente o milho se expandiram acentuadamente. O Estado respondeu com investimentos em infraestrutura econômica, surgiram agroindústrias através do movimento cooperativista e a região passou a expulsar população.

Entre 1970 e 1980, praticamente todos os municípios do Centro-Ocidental registraram elevadas perdas de população rural, e embora o crescimento urbano tenha sido generalizado, prevaleceram taxas negativas para o total da população na maior parte deles. Isso foi resultado de movimentos de expansão da agricultura moderna, com tecnologias de cultivo e alterações radicais nas relações de trabalho, que viriam a reduzir a necessidade de mão-de-obra.

Nas décadas seguintes esses processos demonstraram continuidade, notando-se um recrudescimento dos ritmos de perda rural e total nos anos 90.

Os municípios mais populosos – Campo Mourão e Goioerê – vêm sustentando, de certa forma, seu papel de destaque na região e, em 2000, concentravam cerca de 32% da população total e 40% da população urbana mesorregional. Entretanto, destes, apenas Campo Mourão, no decênio 1991-2000, cresceu a uma taxa positiva, ainda que inferior à média do Estado.

Considerando essas situações, realizou-se uma leitura das várias configurações delineadas no território utilizando um recorte mesorregional bem como as tendências do município em estudo, o qual, ainda que não contemple os vários e diferentes processos, possibilita identificar, em cada uma das situações, marcas que expressam a história de sua ocupação socioeconômica, a dinâmica atual e indicativa de potenciais de mudança.

O centro-ocidental paranaense possuía em 2000 a menor população entre todas as mesorregiões do Estado, 346.648 Habitantes (Tabela 25), apesar de seu grau de urbanização ser mediano em relação às demais regiões.

Tabela 90: *População, variação absoluta e percentual no período de 1970-2000 da mesorregião Noroeste. Fonte: IBGE – Censos Demográficos (2000).*

Mesorregião	População 1970	População 2000	Variação 1970-2000 absoluta	Variação 1970-2000 percentual
Noroeste	528.734	346.648	- 182.086	-34,44%
Total do Paraná	6.929.868	9.563.458	2.633.590	38,00%

O movimento de evasão rural sobressai pelo grau de abrangência estadual e pela força com a qual se realiza. Este fenômeno atingiu a todas as mesorregiões, destacando-se em patamar muito elevado e bastante homogêneo a mesorregião centro-ocidental, com reduções muito elevadas.

Sem dúvida, o componente migratório, nesse cenário demográfico, vem tendo um peso substantivo. No bojo das transformações modernizantes das atividades agrícolas, o meio rural da região vem experimentando saldos migratórios negativos bastante elevados no transcorrer das últimas décadas do século XX, dos mais expressivos do Estado, mantendo esse destaque também nos anos 90.

O município de Fênix foi elevado à categoria de município, pela lei estadual nº 4245, em 25 de Julho de 1960, desmembrando-se de Campo Mourão, que era constituído por dois distritos: Fênix e Quinta do Sol. Pela lei estadual nº 4778, de 29 de novembro de 1963, desmembra-se do município de Fênix o distrito de Quinta do Sol.

Segundo o IBGE, a população de Fênix em 2000 era de 4.942 habitantes, sendo que a população total decaiu 6,64% entre 1970 e 1980 e de 1,97% entre 1980 e 1990. Em 2010, segundo o IBGE a população do município era de 4.802 habitantes, dos quais 2.397 eram homens e 2.405 mulheres.

Quanto ao Comparativo da densidade populacional em 2010 do Estado do Paraná e o município de Fênix, percebe-se que o município apresenta uma densidade (20,54hab/km²) equivalente a 39% da densidade do Estado (52,25hab/km²) conforme mostrado na Tabela 26. Entretanto percebe-se uma queda da densidade demográfica de 2000 a 2010 em Fênix e na mesorregião centro-ocidental, enquanto que no Paraná houve um aumento.

Tabela 91: *Comparativo Densidade Populacional Municipal, Regional, Estadual e Nacional- 2000. Fonte: IBGE – Censo (2000).*

Localidade	Densidade Demográfica (hab/km²)	
	2000	2010
Estado do Paraná	47,85	52,25
Fênix	21,19	20,54
Centro-Ocidental Paranaense	29,04	27,99

A evolução populacional de Fênix e do Paraná pode ser mais bem observada na Figura 70.

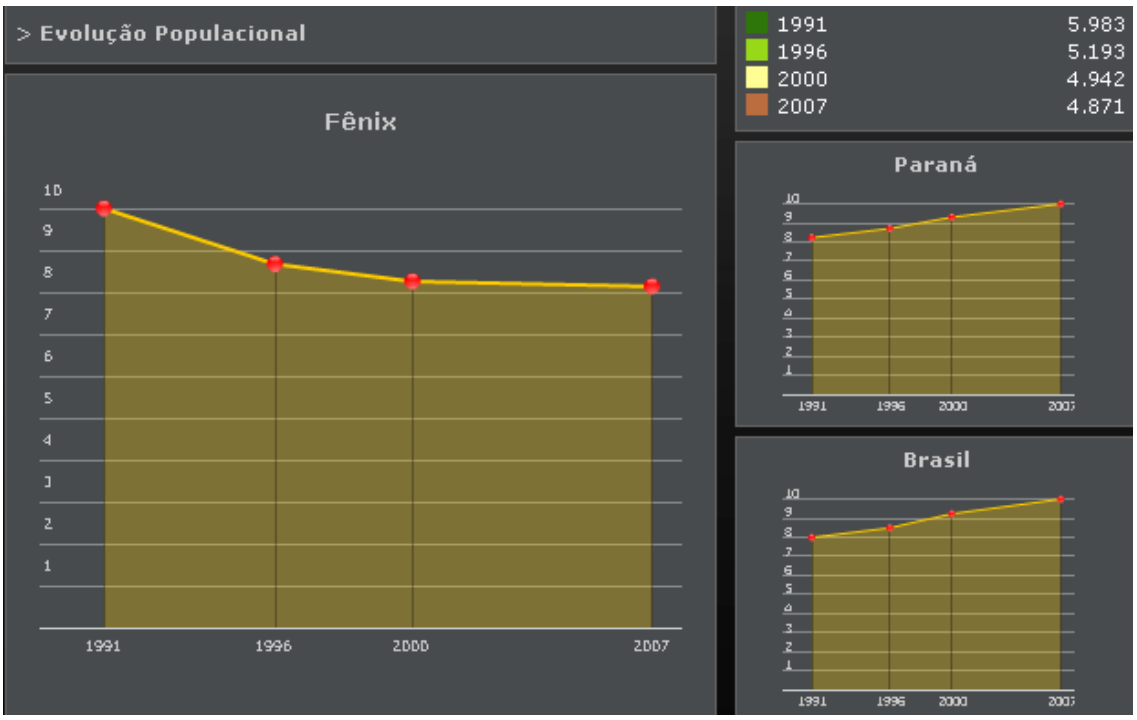


Figura 70: Evolução Populacional de Fênix. Fonte: IBGE (2010).

A Tabela 27 apresenta o decréscimo em relação a populacional do município, a partir do ano de 1980 até 2010 e observa-se que foi decrescente o percentual da população urbana de 1991 até 2010. Já a população rural apresentou decréscimo desde 1980. Consequentemente a população total do município também se apresentou em queda. Percebe- se a perda populacional mais significativa no período de 1980 a 1991 com cerca de -19,6%, de 1991 até 2000, o índice de queda populacional foi na ordem de 17,4%; e de 2000 até 2010 o decréscimo da população foi em torno de 2,8%.

Tabela 92: *Distribuição da população urbana e rural de Fênix. Fonte: IBGE – Censos – Dados estimados (2007).*

Ano	Urbana	Rural	Total
1980	3.416	4.027	7.443
1991	4.016	1.967	5.983
2000	3.836	1.106	4.942
2010	3.995	807	4.802

A população urbana teve altas e baixas durante o período de 1980 até 2010 (Tabela 28), e as proporções de gêneros seguiram na mesma tendência, conforme pode ser melhor visualizado na Figura 69.

Tabela 93: *População Urbana. Fonte: IBGE (2010).*

População Urbana – Fênix - PR 1980		1991	2000	2010
Feminina:	1.729	2.039	1.960	2.040
Masculina:	1.687	1.977	1.876	1.955
Total:	3.416	4.016	3.836	3.995

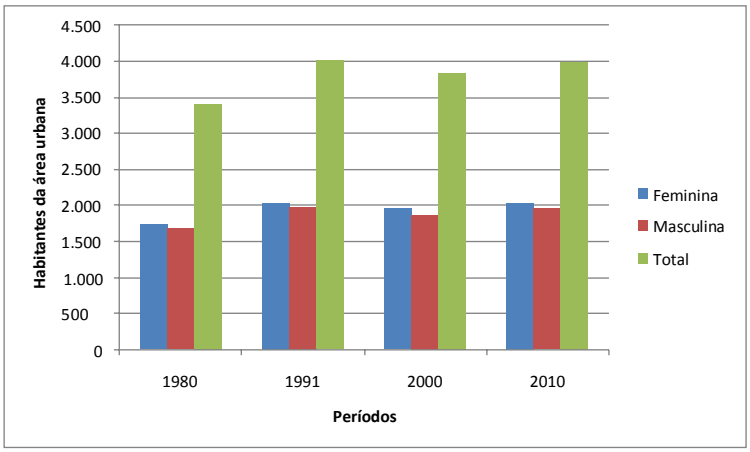


Figura 71: População Urbana Feminina e Masculina Fonte: IBGE (2010).

Quanto à população do município na área rural, com relação ao tipo (masculina e feminina) a maior população em todos os períodos corresponde a de homens, sendo que a maior população masculina ocorreu na década de 80, com 52,2% (Tabela 29 e Figura 69).

Tabela 94: *População Rural. Fonte: IBGE (2010).*

População Rural – Fênix	1980	1991	2000	2010
Feminina:	1.927	948	529	364
Masculina:	2.100	1.019	577	443
Total:	4.027	1.967	1.106	807

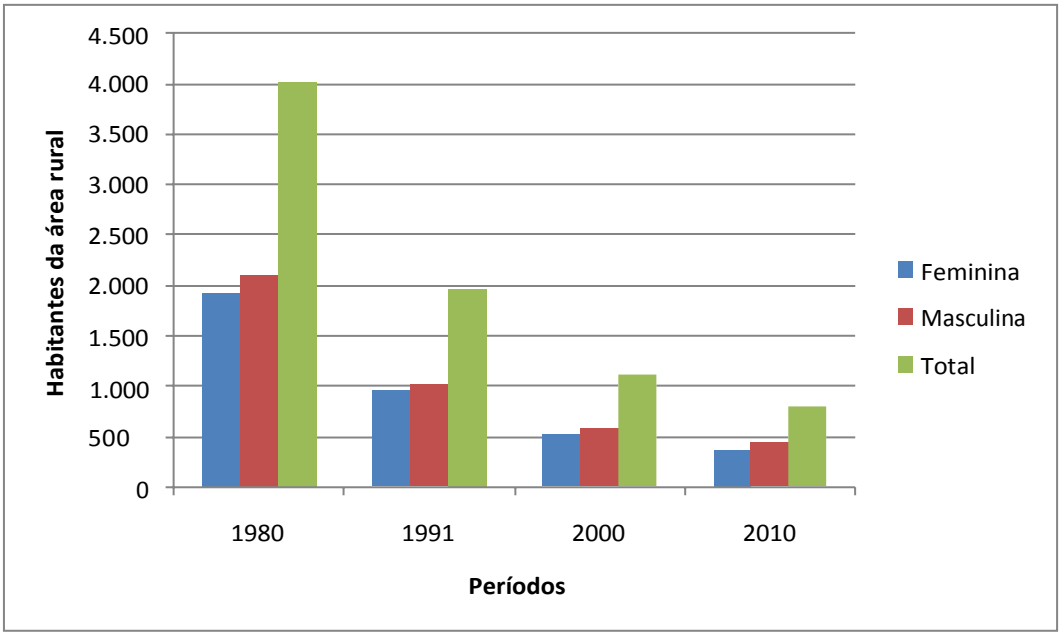


Figura 72: População Rural Feminina e Masculina de Fênix. Fonte: IBGE (2010).

O município de Fênix caracteriza-se por uma população jovem com predomínio na faixa entre 10 aos 24 anos, com equivalências entre os números de homens e mulheres, cada um representando em torno de 50% da população global do município, (Tabela 30).

Tabela 95: *População Censitária Segundo as Faixas Etárias e Sexo – 2010.*

Faixa Etária (anos)	Masculina	Feminina	Total
Menores de 1 ano	36	20	56
De 1 a 4	102	103	205
De 5 a 9	157	175	332
De 10 a 14	207	201	408
De 15 a 19	262	215	477
De 20 a 24	174	173	347
De 25 a 29	151	172	323
De 30 a 34	148	157	305
De 35 a 39	169	190	359
De 40 a 44	198	192	390
De 45 a 49	172	169	341
De 50 a 54	134	155	289
De 55 a 59	126	114	240
De 60 a 64	107	109	216
De 65 a 69	82	81	163
De 70 a 74	71	70	141
De 75 a 79	52	46	98

De 80 e mais	50	62	112
TOTAL	2.398	2.404	4.802

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Resultados da amostra Obs: Total da População Censitária Censo de 2000.

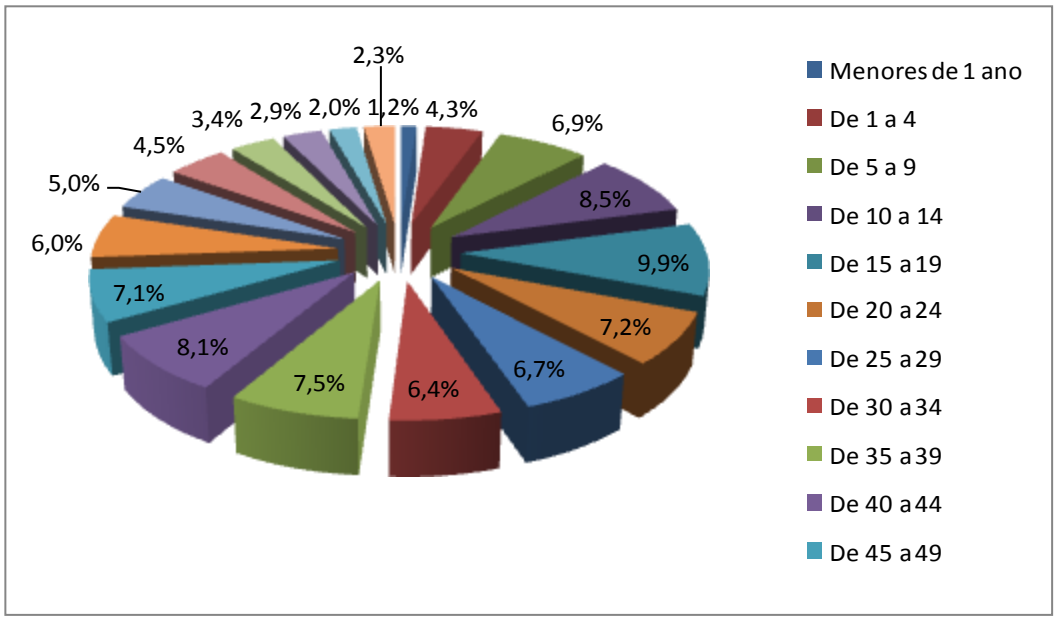


Figura 943: População pela Faixa Etária, Fênix. Fonte: IBGE- 2010.

A Tabela 31 apresenta dados do censo de 2000 da População Economicamente Ativa (PEA), demonstrando que 78% da população total estavam com ocupação concentrada na área urbana e 22% estavam na zona rural, sendo que 65% desta mesma população eram do sexo masculino e 35% do sexo feminino. Percebe-se certa diferença entre as ocupações por zona, contudo existe uma variação significativa entre homens e mulheres. Há um fator importante na zona rural, que devido ao desgaste da atividade e a necessidade da força de trabalho, o predomínio da participação e das ocupações seja feita pelo sexo masculino.

***Tabela 96**: População Economicamente Ativa (PEA) Segundo Zona e Sexo – 2000*

Urbana	Rural	Masculino	Feminino	PEA Total
1.560	440	1.297	703	2.000

Fonte: IPARDES/ IBGE – Censo Demográfico – Resultados da amostra Nota: PEA de 10 anos a mais.

O número de domicílios construídos para fins residenciais levantados pelo IBGE no ano 2000 foi de 1.724 domicílios, sejam eles casas apartamentos ou cômodos, representando um número médio 2,87 pessoas por domicílio no município de Fênix naquele ano. O número de domicílios segundo uso e tipo são apresentados da Tabela 32.

***Tabela 97:** Domicílios de Fênix – 2000. Fonte: IPARDES (2000).*

	URBANA	RURAL	TOTAL

Total de Domicílios	1.265	459		1.724		
Coletivos	4		1		5	
Particulares	1.261	458		1.719		
Ocupados	1.153	297		1.450		
Não Ocupados	108	161		269		
De uso ocasional	17	24		41		
Fechados	1		-		1	
Vagos	90	137		227		

Fonte:IBGE-2000

O Setor Primário (agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca) era o que mais absorvia mão de obra no município no período de 2000, visto sua vocação natural agrícola, empregando cerca de 711 pessoas, representando cerca de 40,3%, de todas as demais atividades econômicas. Destacamos neste mesmo período com forte tendência de crescimento em vista dos investimentos feito no município posteriormente o comércio com 185 pessoas, representando 10,5% do total de pessoas ocupadas nas diversas atividades e a educação com 171 pessoas ocupadas representando cerca de 9,7% (Tabela 33).

Tabela 98: *População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas – Fênix/2000*

Atividades Econômicas	**Nº de Pessoas**
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	711
Indústria da transformação	73
Construção	71
Comercio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	185
Alojamento e alimentação	69
Transporte, armazenagem e comunicação	93
Intermediações financeiras, atividade. Imobiliária, aluguéis, serviços Prestados a empresas	25
Administração pública, defesa e seguridade social	117
Educação	171
Saúde e serviços sociais	50
Serviços domésticos	137
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	64
TOTAL	**1.766**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Resultados da amostra

Tabela 99: *Número de Estabelecimentos e Empregos Segundo as Atividades Econômicas – Fênix/2009*

Atividades Econômicas	**Estabelecimentos**	**Empregos**
Indústria de madeira e do mobiliário	1	-
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	1	5
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	1	1
Construção Civil	3	3
Comércio varejista	29	61
Comércio Atacadista	8	77
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	1	1
Administradoras de imóveis, valores móbil. Serv.técn.profis. aux.ativ.econ.	1	8
Transporte e comunicação	3	5
Serviços de alojamento, alim., reparo,maut., radiodifusão e televisão	7	21
Administração pública direta e indireta	2	201
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	23	25
TOTAL	**80**	**408**

Fonte: IPARDES (2010).

Perfil Econômico

Atualmente, a mesorregião Centro-Ocidental, que detém 6,9% do território estadual, participa com 11,5% da produção estadual de grãos. Em Campo Mourão está a sede da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), a maior cooperativa da América Latina. A Coamo possui 18 mil associados, atua em 50 municípios, detendo importante estrutura agroindustrial, com destaque para o processamento de soja e algodão, e é a maior exportadora de produtos agrícolas e agroindustriais do Estado.

Um olhar mais atento sobre o setor agrícola da mesorregião, através dos dados censitários de 1995, revela que sua estrutura produtiva e as transformações resultantes da expansão capitalista são semelhantes à média estadual e que as diferenças são de intensidade e não de direção. Assim como o Estado, a mesorregião apresenta um elevado grau de concentração da posse da terra. Medido pelo índice de Gini, a concentração regional é de 0,733 e a do Estado é de 0,752 (tabela 4.1). Entre 1985 e 1995, o número total de estabelecimentos diminuiu de 34.156 para 24.041, apontando uma redução de 30%, bem acima da média estadual de 21%. Assim como no Estado, essa redução se deu integralmente nos estabelecimentos menores de 100 hectares e, principalmente, nos estratos até 10 hectares.

A análise da estrutura fundiária, considerando a condição socioeconômica dos produtores, mostra que em 1995, na mesorregião Centro-Ocidental, os agricultores familiares (com até 50 hectares de área total) respondiam por 83,3% do número de estabelecimentos e 25,7% da área. Os empresários rurais (estabelecimentos entre mais de 100 até 500 hectares de área total), com 8,1% dos estabelecimentos, detinham 36,6% da área total. Os estabelecimentos situados no estrato de mais de 50 até 100 hectares, classificados como de transição, representaram 7,5% dos estabelecimentos e 11,5% do total da área. Os maiores estabelecimentos, com 500 hectares e mais, representavam 1,2% do número de estabelecimentos e 26,2% da área recenseada da região.

A predominância numérica dos estabelecimentos rurais classificados como familiares se reflete na participação das diferentes categorias de pessoal ocupado no total de ocupados. Assim, em 1995, entre as 89.943 pessoas ocupadas na agricultura da mesorregião, os membros das famílias representavam 69,2%; os empregados permanentes, 9,8%; e os empregados temporários, 16,5%.

A proporção de estabelecimentos conduzidos por arrendatários na região é o dobro da proporção desses estabelecimentos no Estado. Na parceria as proporções da região também são maiores do que as encontradas para o Estado. Essa situação está fortemente relacionada com o cultivo de algodão, que historicamente, na região, é conduzido por pequenos produtores não-proprietários. Em função das características do desenvolvimento da agricultura, no país, a propriedade da terra exerce um papel fundamental.



A destinação ou utilização das terras indica que os agregados lavouras e pastagens representam, na mesorregião, 88,1% da área total dos estabelecimentos; lavouras temporárias, com 48,1%, e pastagens plantadas, com 32,5% da área total dos estabelecimentos, são as formas de utilização da terra que se destacam. As lavouras permanentes, basicamente de café, apesar da importância que tiveram na ocupação do território regional, atualmente ocupam apenas 1,3% do total da área. As áreas em descanso ou não utilizadas representam 1,5% do total, e as áreas de matas e florestas ocupam apenas 9,2% da área total.

Em relação a economia urbana, a análise da estrutura produtiva das mesorregiões paranaenses na composição da renda da economia do Estado, realizada com base na participação no total do valor adicionado fiscal (VAF), destaca três das dez unidades regionais com participação superior a 10% no período 1975 a 2000. No início desse período, a mesorregião Norte Central liderava a composição do VAF do Estado, respondendo por 25,2% de participação, seguida da mesorregião Metropolitana de Curitiba, 19,9%, e da Oeste, 13,0%. Desde então, aquela mesorregião passou a perder posição em razão do crescimento intenso e concentrador da Metropolitana, que chegou, no ano 2000, a compor 45,9% do VAF do Paraná. A matriz industrial da mesorregião está vinculada à agroindústria, com matéria-prima produzida localmente, como cana-de-açúcar, soja, algodão e mandioca. As atividades da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) – maior cooperativa da América Latina – respondem pela maior parte do VAF agrícola e agroindustrial da mesorregião. Além disso, o segmento mobiliário apresenta um aumento expressivo na região a partir de 1990.

A situação econômica da população do município Fênix é baseada na agricultura com predomínio, em 2009, do cultivo de cana-de-açúcar (297.500 t), milho (52.840 t) e soja (31.230 t).

As atuais condições da agricultura no município de Fênix encontram-se de forma geral boas, pois os agricultores estão ampliando seus investimentos e usando novas tecnologias para aumentar a produção.

A maior dificuldade e a falta de recursos por parte do poder público para melhorias, adequação e pavimentação de estradas municipais que permitam o transporte da produção em qualquer época do ano, desde a lavoura até o destino final.

No caso da pecuária o rebanho Bovino é o mais acentuado com 4.716 cabeças (2009). O setor avícola também tem ganhado espaços significativos no município em estudo, no ano de 2009 foi produzida cerca de 4.373 aves (galinhas, galos, frangos e pintos). A pecuária encontra-se num período de transformação, onde há um aumento significativo por parte dos pecuaristas, no uso de novas tecnologias e investimentos para melhoria e manejo de pastagens e controle de doenças. O setor ainda carece de recursos por parte do poder público para

melhoramento genético, e implantação de um programa eficiente de inseminação artificial, que favoreça o setor leiteiro.

Condicionantes Econômicos

Em análise aos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, observa-se que o município de Fênix apresentou no ano de 2000 uma renda per capita de R$ 173,32, o que pode ser considerado um valor médio se comparada a outro município, como o caso de Campo Mourão, que é a sede da microrregião entre de 283,08 reais. O Estado do Paraná possuía em 2000 uma renda per capita de 321,39 reais.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Fênix, percebe-se períodos de baixa (2004-2005; 2006-2007), mas também de crescimento (2002-2004; 2005-2006; 2007- 2008), como pode ser observado na Tabela 35, na qual mostra também o crescimento do PIB do Paraná no transcorrer dos anos.

Tabela 100: *Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita. Fonte: IBGE, IPARDES (2009).*

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estado do Paraná	8.945	10.935	12.080	12.344	13.152	15.711	16.928
Fênix	9.020	11.510	12.951	11.331	12.786	10.720	13.767

Quanto ao PIB a preço básico segundo o ramo de atividade percebe-se que o setor terciário (comércio e serviços) representa 61% da economia local, seguido do setor primário, que ainda é um grande indutor do desenvolvimento da cidade de Fênix, representando no período de 2008, cerca de 34% da sua economia. O setor secundário (indústrias) possui um índice baixo, inferior a 5% (Tabela 36).

Tabela 101: *PIB a Preço Básico Segundo os Ramos de Atividades – 2007. Fonte: IBGE, IPARDES (2007).*

Ramos de Atividades	Valor (R$ 1.000,0)
Agropecuária	22.055
Indústria	3.061
Serviços	39.306
TOTAL	64.422

Nota: A soma das parcelas difere do total devido aos arredondamentos

Para complementar essa análise anterior, é válido observar o vaor adicionado segundo o ramo de atividade em 2009 do município que encontra-se na Tabela 39.

Vale salientar que o termo “simples nacional” consiste em um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, a partir de 01/07/2007.

***Tabela 102**: Valor Adicionado Fiscal segundo os Ramos de Atividades – Valor R$1,00. Fonte: IPARDES (2009).*

Ramos de Atividades	2009
Produção primária	27.420.620
Indústria	1.403.138
Indústria – Simples Nacional	38.213
Comércio	10.556.816
Comércio - Simples Nacional	1.774.507
Recursos / Autos	21.306
TOTAL	**41.214.600**

Nota: Dados sujeitos à reavaliações pela fonte.

Setor Primário – Agricultura

Em 2001, os agricultores do Centro-Ocidental colheram 2,8 milhões de toneladas de grãos, que corresponderam a 11,5% da produção estadual. Soja, milho e trigo, somados, representam 98% do total de grãos colhidos na região, mesmo padrão observado para o Estado, onde os mesmos produtos responderam por 96% da produção total de grãos. Destes três principais produtos da mesorregião, a soja teve a participação mais significativa, representando 16,1% do total colhido no Estado, seguido de perto pelo trigo, com 15,5%. Além dos grãos, outros produtos da região têm peso importante na pauta agrícola do Estado, como maracujá e melancia. No algodão, mesmo com acentuado declínio do seu cultivo no Estado ao longo da década de 90, esta mesorregião detém 29,8% da produção estadual.

A produção agrícola de Fênix está voltada para o desenvolvimento de monoculturas, tendendo principalmente para o cultivo de cana-de-açúcar, milho, soja e outras porções de cultivo de mandiocas e frutas e ainda produção de origem animal como leite, casulos do bicho da seda, ovos e mel.

***Tabela 103:** Produção Agrícola do Município de Fênix /2009. Fonte: IBGE (2010).*

Lavoura Temporária	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor (R$1000,00)
Arroz	100	400	4000	258
Batata-doce	1	12	12000	7
Café (em coco)	11	16	1455	50
Cana-de-açúcar	3500	297500	85000	8699
Feijão	173	126	728	180
Laranja	4	80	20000	23
Mandioca	150	4050	27000	518
Maracujá	4	40	10000	44
Milho	12000	52840	4403	13633
Soja	19278	31230	1620	23941
Trigo	150	435	2900	178

No Figura 71 demostra a evolução da produção agrícola no período de 1997 a 2009 para Fênix, e fica nítido o processo de crescimento da produção de ano para ano, com uma pequena queda de 1997 a 1988, e outros períodos sem crescimento. Isto se deu por vários fatores dentre eles, os aspectos climáticos diferenciados de um ano para outro, com geadas mais ou menos intensas, a falta de subsídios e apoio ao agricultor no ano de perdas e a falta de estímulo para se manter no setor, tendência integrada com o número de pessoas que deixaram o município e principalmente a área rural.

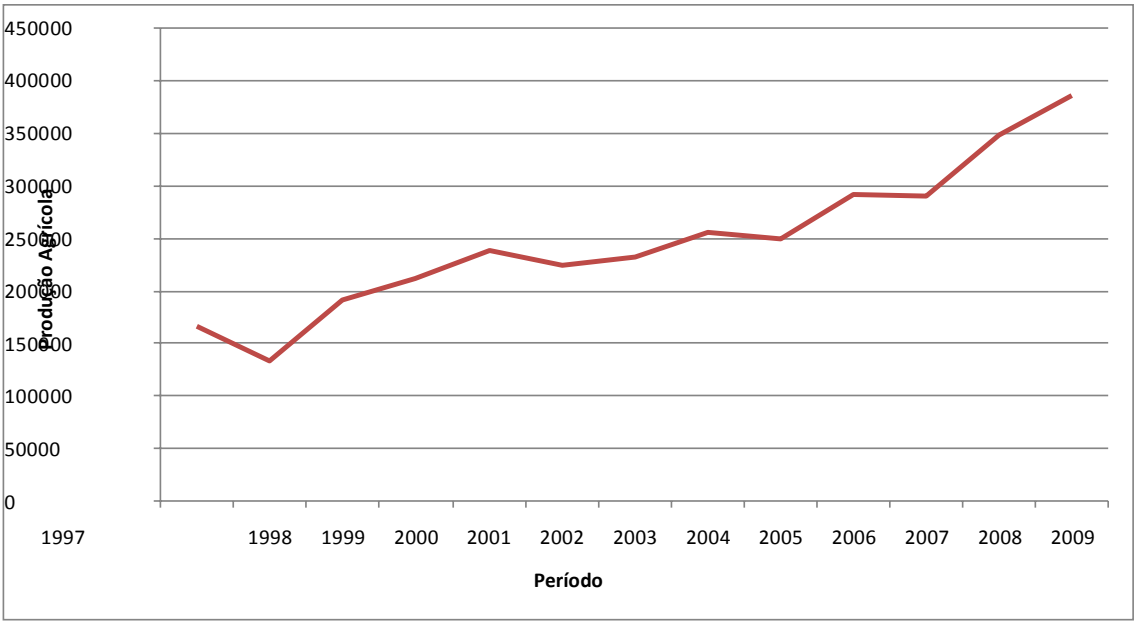


Figura 954: Evolução da Produção Agrícola de 1997 a 2009. Fonte: IPARDES (2010)

Em relação aos principais produtos da agropecuária paranaense, a região tem participação significativa apenas na produção de soja (3ª posição) e na produção de cana-de- açúcar (4ª posição). Nos demais produtos que compõem a lista dos principais do Estado, destaca-se apenas o milho, no qual a mesorregião ocupa a 6ªposição.

Desta forma, assim como muitos municípios da mesorregião centro-ocidental, o município de Fênix possui predominância do cultivo de cana-de-açucar, sendo que está representa sua maior produção agrícola.

A quantidade de cana-de-açucar produzida pelos municípios do Paraná, pode ser visualizado na Figura 72, que mostra que Fênix está entre os municípios que mais produzem no Estado.

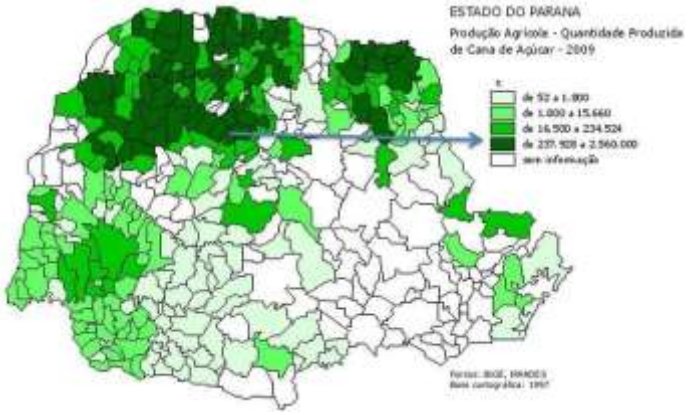


Figura 965: Produção de Cana-de-açúcar no Paraná. Fonte: IPARDES (2008)

A cana-de-açucar representa a maior produção do município de Fênix, entretanto não é um produto que se destaca na região, como pode ser observado na Figura 78 do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, no qual a soja representa 50% da produção da mesorregião.

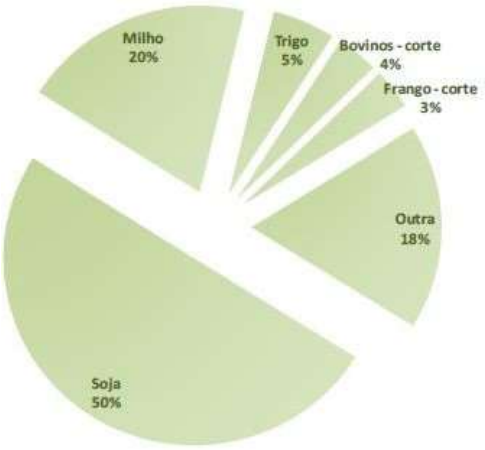


Figura 76: Distribuição do Valor Bruto de Produção por produto na região centro-ocidental. Fonte: EMATER (2008).

Fênix está numa posição mediana em relação ao Estado na produção de soja, conforme Figura 74.

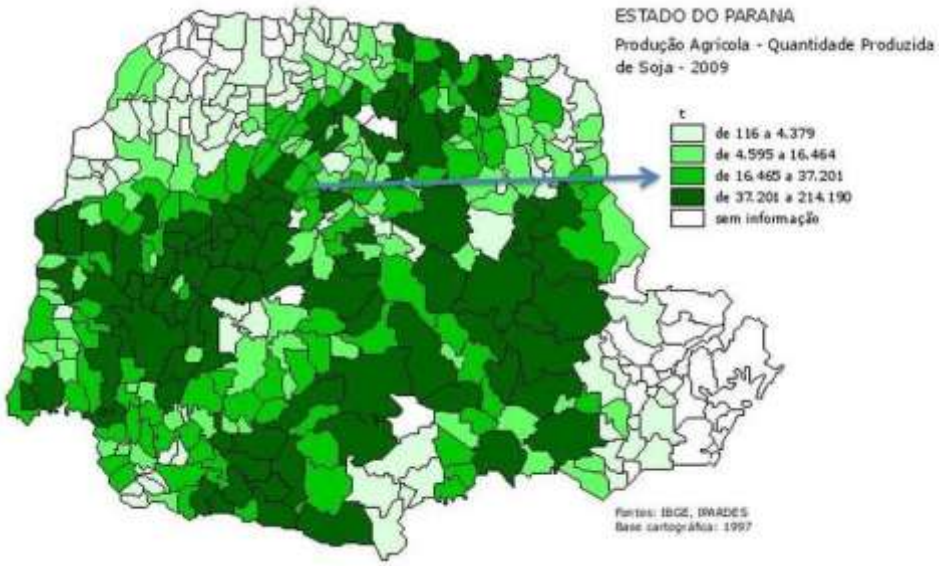


Figura 977: Produção de Soja no Paraná. Fonte: IPARDES (2009).

A produção de milho no município de Fênix é bem acentuada, tendo grande participação na produção total do Estado, pois é uma das regiões de maior produção do produto, conforme pode ser visualizado na Figura 75.

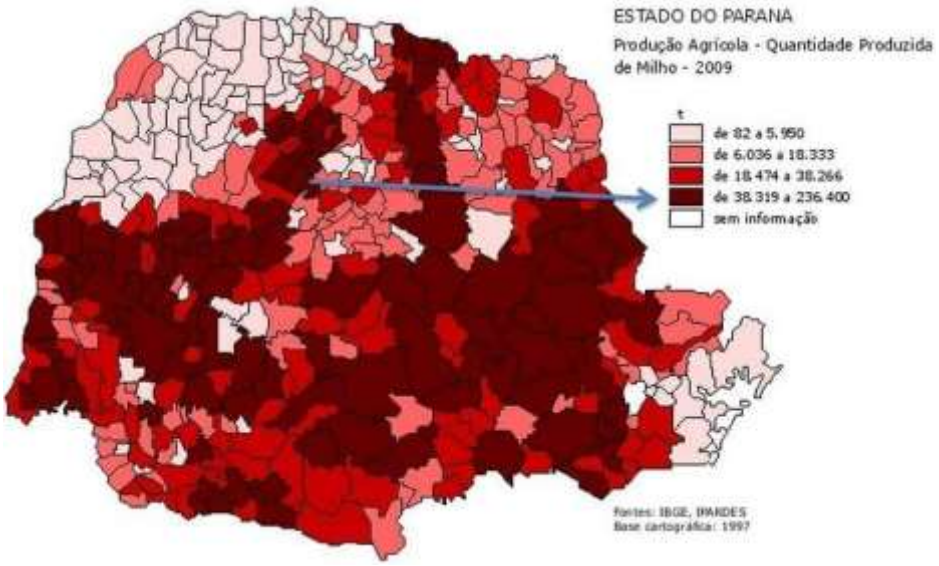


Figura 78: Produção de Milho no Paraná. Fonte: IPARDES (2009).

Em relação a criação animal do município de Fênix, pode-se observar de forma mais ampla, a pecuária e o efetivo de aves na Tabela 39 e a produção de origem animal na Tabela

40. Nas Figuras 81 e 82 é possível observar a contribuição do município na produção de origem animal de dois produtos.

Tabela 104: *Produção da Pecuária e Aves 2009. Fonte: IBGE (2009).*

EFETIVOS	NÚMEROS
Rebanho de Bovinos	4716
Rebanho de Equinos	200
Galináceos	4373
Rebanho de Ovinos	265
Rebanho de Suínos	590
Rebanho de Caprinos	18
Rebanho de Muares	23
Rebanho de Ovinos tosquiados	42
Rebanho de Vacas ordenhadas	1200

Tabela 105: *Produção de Origem Animal – 2008. Fonte: IPARDES (2008).*

Produtos	Valor (R$1000,00)	Produção	Unidade
Casulos do bicho da seda	64	10437	Kg
Lã		65	Kg
Leite	1710	2850	Mil litros
Ovos de galinha	5	5	Mil dúzias

A carne bovina, apesar de perder um pouco de espaço na região ao longo dos anos, o seu VBP continua sendo importante geradora de renda. Em Fênix, houve diminuição de 50% do rebanho de 1980 até 2010, e percebe-se que atualmente o município representa o menor efetivo de rebanhos, conforme Figura 77.

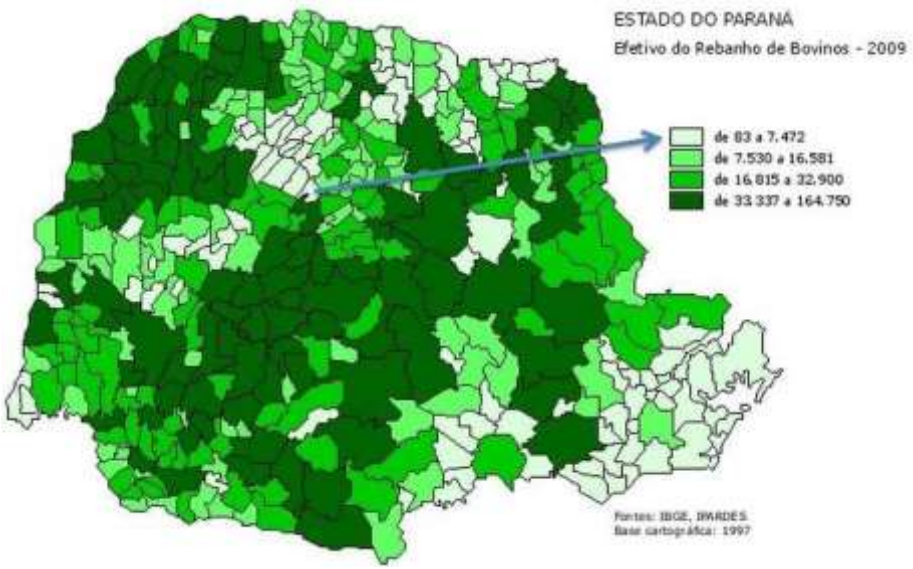


Figura 79: Rebanho de bovinos no Paraná. Fonte: IPARDES (2008).

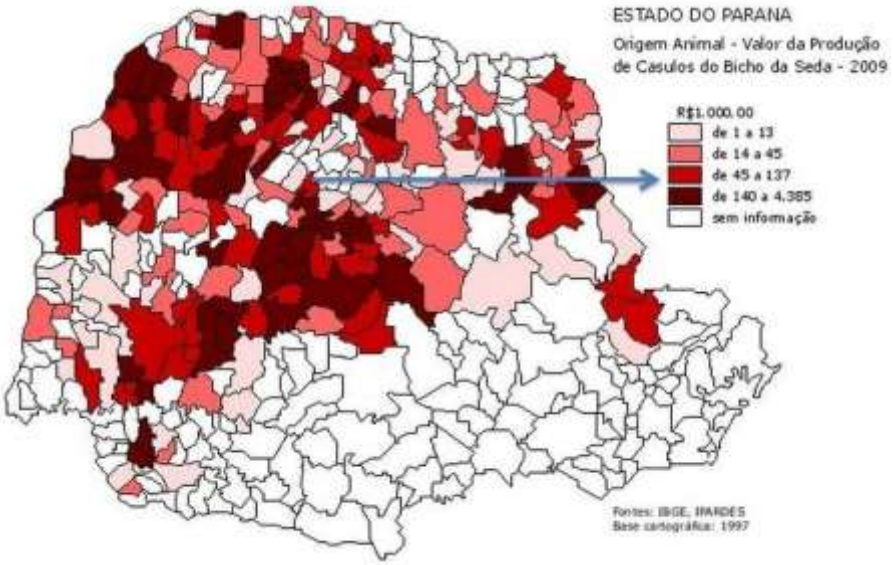


Figura 80: Produção de casulos do bicho da seda no Paraná. Fonte: IPARDES (2009).

Setor Secundário – Indústria

A mesorregião Centro-Ocidental encerra o ano 2002 com 660 estabelecimentos industriais e um quadro de incremento na mão-de-obra ocupada no setor. No entanto, a participação no total do VAF da indústria do Estado permaneceu praticamente inalterada, em 0,8%, nos anos de 1995 e 2002.

A matriz industrial da mesorregião está vinculada à agroindústria, com matéria-prima produzida localmente, como cana-de-açúcar, soja, algodão e mandioca. As atividades da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) – maior cooperativa da América Latina – respondem pela maior parte do VAF agrícola e agroindustrial da mesorregião. Na década de 1990, ganha corpo o segmento do mobiliário, com aumento expressivo do número de estabelecimentos e da participação no VAF mesorregional.

As agroindústrias cooperativadas na região são as seguintes: Coamo, com todas as unidades localizadas em Campo Mourão, atuando nos segmentos margarina, óleos vegetais, moagem de trigo, beneficiamento e fiação de algodão; Cooperativa Agropecuária de Produção Integrada do Paraná (Integrada), com beneficiamento de cereais (Goioerê, Ubiratã, Quarto Centenário) e de algodão (Goioerê); Cooperativa Agropecuária Goioerê (Coagel), com beneficiamento e fiação de algodão (Goioerê); Cooperativa Central Agroindustrial (Concepar), com laticínios (Quarto Centenário); Cooperativa de Laticínios de Mandaguari (Colari), com laticínios (Campina da Lagoa e Barbosa Ferraz); e Cooperativa Agropecuária União (Coagru), com trigo (Campina da Lagoa).

As usinas Sabarálcool, de Engenheiro Beltrão, e Usina Goioerê, de Moreira Sales, compõem o segmento de açúcar e álcool da mesorregião, sendo o de maior expressividade enquanto geração de valor.

Apresentando 21 empresas, com destaque para o município de Araruna (14 estabelecimentos), o segmento derivados da mandioca destaca Pinduca e Helce, de Araruna; Amitec, de Goioerê; Amafil, de Terra Boa; e a Kvitschal & Rieke, de Quinta do Sol.

O segmento de produtos de origem vegetal diversos é composto por 7 empresas na mesorregião, sublinhando-se as unidades de Ubiratã, Goioerê e Quarto Centenário da Cooperativa Integrada, e a empresa Brunetta Balestrin, de Mamborê.

O segmento biscoitos, doces e massas alimentícias apresenta 6 estabelecimentos, destacando-se as empresas Zadimel (biscoitos), de Goioerê, e Naturitos e Produmac, de Terra Boa.

A indústria de moagem de trigo conta com 4 moinhos: a unidade da Coamo, de Campo Mourão; a Coagru, de Campina da Lagoa; Moinho Balestrin, de Mamborê; e Dangelo e Melo, de Roncador.

A elevada produção mesorregional de leite abastece as 20 empresas do segmento de laticínios, com destaque para a Bandeirantes, de Iretama; Cooperativa Colari, de Barbosa Ferraz; Líder, de Peabiru; Cooperativa Concepar, de Quarto Centenário; e Laticínios Campina, de Campina da Lagoa.

No grupo alimentos, outros segmentos revelam importância regional, porém com menor agregação de valor, como indústrias de torrefação de café, beneficiadoras de arroz, conservas de frutas e legumes, abate e processamento de suínos e bovinos, indústrias têxtil de algodão entre outros.

No segmento de vestuário verificou-se aumento significativo no número de estabelecimentos, passando de 44, em 1995, para 110, em 2002, e a participação do segmento no VAF industrial da mesorregião apresentou crescimento, passando de 2,6%, em 1995, para 3,9% em 2002.

No setor madeireiro, o segmento com destaque mesorregional em termos de agregação de valor é o mobiliário, com 57 indústrias em operação, sobressaindo o município de Araruna,18 onde se localizam 13 empresas, entre elas Rorato & Cia, Líder Lar e Strike. Ressaltam-se, ainda, as empresas Realme, de Goioerê, e Delta, de Peabiru. Ainda nesse setor, a mesorregião apresenta 25 serrarias no segmento desdobramento de madeira.

Diferentemente, no segmento de artefatos de papel e papelão são 3 empresas, com destaque para a Auto Adesivos Paraná, de Campo Mourão. Aparecem representados na mesorregião, entre outros, os segmentos celulose, papel e papelão; no grupo metalmecânico, os segmentos equipamentos para agricultura e embalagens metálicas; no setor de material de

transportes, o segmento de cabines, carrocerias e reboques para caminhões; e, na produção de calçados.

Campo Mourão abriga um crescente número de estabelecimentos do segmento de equipamentos médico-hospitalares, com a presença das tradicionais empresas e também os segmentos de higiene e limpeza.

É importante informar que a Exposição Agropecuária e Industrial de Goioerê (Expo- Goio), que ocorre anualmente, no mês de agosto, é um evento que movimenta o ambiente de negócios na mesorregião, completando, em 2003, sua 17ª edição.

Todas essas indústrias da região influenciam de forma direta ou indireta a economia do município de Fênix, que especificadamente apresenta um setor industrial em desenvolvimento, caracterizando o município como produtor de matéria-prima, com um quadro socioeconômico lento mais progressivo e com um baixo valor adicionado fiscal do setor industrial em relação a outros municípios do Estado do Paraná, como pode ser visualizado na Figura 78.

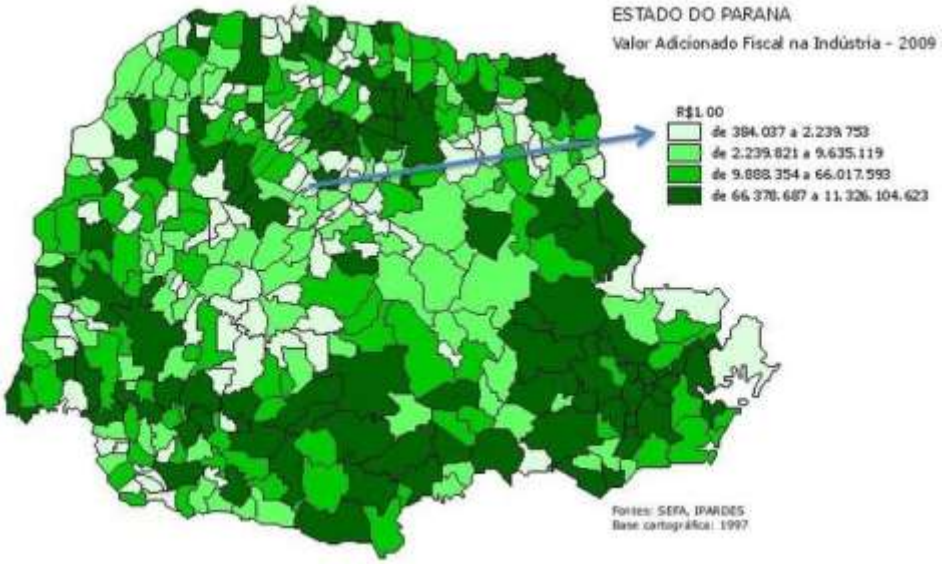


Figura 81: Participação no valor adicionado fiscal da indústria. Fonte: IPARDES (2009).

Em Fênix a principal indústria é a Campagro, que comercializa insumos agrícolas, atuando no desenvolvimento do agronegócio.



Figura 82: Indústria em Fênix.



Figura 83: Indústrias de Fênix.

Setor Terciário – Comércio e Serviços

Entende-se por setor terciário o conjunto de atividades cuja produção, de modo geral, não pode ser medida em unidades físicas. Consideram-se como integrantes do terciário as atividades que estão na órbita da circulação, da distribuição e do consumo, ou seja, resumem- se a atividades direcionadas a atenderem as primeiras necessidades locais, atividades de comércio, intermediários financeiros (bancos, seguradoras), comunicações, transporte, aluguéis, administrações públicas e outros serviços.

Os setores Comércio e Serviços, no âmbito estadual, mostram grande concentração espacial no que concerne à participação do VAF. Segundo dados do ano 2000, a mesorregião Metropolitana de Curitiba respondia pela geração de 48,8% do VAF estadual do Comércio e por 73,4% dos Serviços. A mesorregião Norte Central inseria-se na sequência, com a geração de 21,2% do VAF estadual do Comércio e 15,2% do correspondente ao setor Serviços. A mesorregião Centro-Ocidental ocupava a nona posição entre as mesorregiões, tanto na participação no VAF do Comércio quanto de Serviços, com 2,0% e 0,8%, respectivamente.

No Comércio, a representatividade da mesorregião Centro-Ocidental foi maior nos segmentos comércio por atacado e comércio varejista. A menor participação ocorreu no segmento comércio e reparação de veículos.

Mamborê concentrou as atividades do Comércio no segmento comércio por atacado, Goioerê apresentou um desempenho mais equilibrado entre os segmentos comércio varejista e comércio e reparação de veículos.

No setor Serviços, em que a mesorregião Centro-Ocidental obteve, em 2000, a penúltima participação, repetiu-se o fenômeno observado nas demais mesorregiões paranaenses, de pulverização de atividades do segmento alojamento e alimentação, com registros positivos em praticamente todos os municípios. Destaca-se, contudo, que somente Iretama concentrou 57% desse valor, com 1,2% do VAF estadual do segmento – sob forte influência do resort Termas de Jurema –, e Campo Mourão mostrou a segunda melhor participação, com 0,5%.

No segmento transporte e atividades conexas a mesorregião apresentou sua segunda melhor participação do setor Serviços, porém com forte concentração em Campo Mourão.

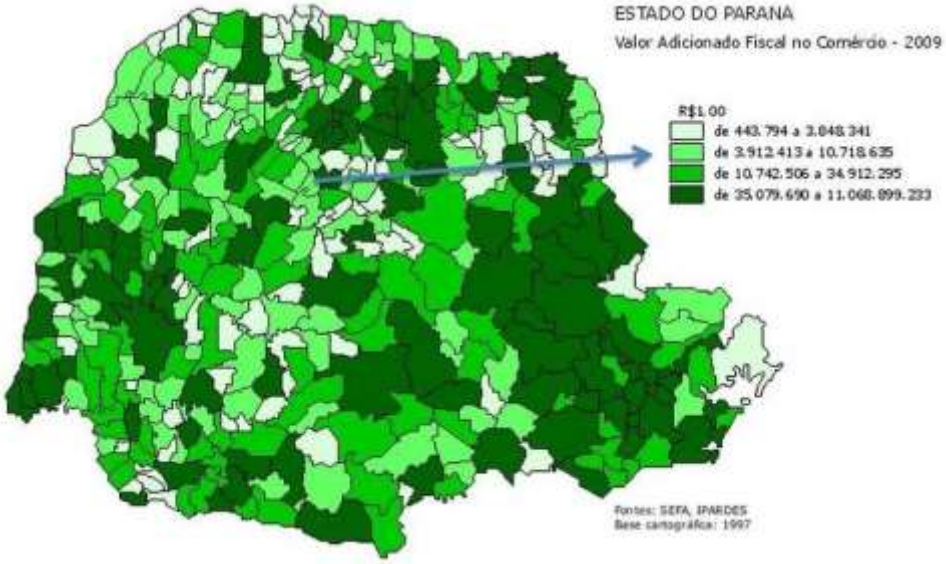


Figura 984: Valor adicionado ao comércio. Fonte: IPARDES (2009).

Em Fênix o comércio e a prestação de serviços resumem-se a atividades direcionadas a atenderem as primeiras necessidades locais.

A atividade comercial local não é expressiva, devido ao fato de municípios vizinhos oferecerem um comércio e serviços com mais opções de escolha. No Município de Fênix há poucos estabelecimentos comerciais e serviços e estão localizados predominantemente ao longo da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro. As tipologias de comércio são pequenos mercados, lojas de venda de confecções, calçados, farmácias, laboratório de análises clínicas e lanchonetes. A prestação de serviços é muito pequena, tem serviço de informática, mecânica

(borracharia), postos de combustíveis, agências bancárias, caixas eletrônicos, entre outros, conforme pode ser visualizado nas figuras que seguem. No setor de serviços, faltam investimentos na qualificação da mão-de-obra, nas mais diversas áreas.



Figura 995: Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro (comércio/serviço).



Figura 1006: Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro (comércio/serviço).



Figura 87: Agência bancária em Fênix (Pça Costa e Silva).

Condicionantes, Potencialidades e Deficiências

Tabela 106: *Aspectos Socioeconômico no Município de Fênix – 2018*

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
SÓCIO-ECONÔMICO	✓ Evolução da população; ✓ Taxa de crescimento; ✓ Densidade Demográfica; ✓ Condições de saúde e escolaridade ✓ Oferta de emprego, renda; ✓ Perfil e potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo).	✓ Falta de mão-de-obra qualificada; ✓ Falta de mão-de-obra especializada em diversos setores estratégicos (construção civil); ✓ Problemas agrários gerados pelo êxodo rural para polos regionais urbanos; ✓ População economicamente ativa pequena na área rural somente 22%; **Problemas sociais:** ✓ A ociosidade de uma parcela da população carente está levando a população jovem se deslocar para municípios polos principalmente os filhos de agricultores – taxa de crescimento rural - 6,25 %; ✓ Falta de recursos para incentivar à instalação de Indústrias; ✓ Deficiência de áreas públicas para ampliação do setor agroindustrial; ✓ Falta de diversificação econômica para atender o distrito de Bela Vista do Ivaí; ✓ Apesar do índice de 30,1% de Taxa de Pobreza, o município de Fênix é o quinto melhor entre os municípios da microrregião, todos os demais apresentam índice maior que Fênix; ✓ Comércio incipiente comparado com outros municípios da microrregião; ✓ Taxa de crescimento do município é pequena e negativa em torno de -2,21%.	✓ Proximidade com polos econômicos regionais como Maringá, Arapongas e Apucarana; ✓ O município apresenta um índice médio de desigualdade social de 0,54 o 4º melhor índice entre os municípios da microrregião; ✓ Trabalho positivo das entidades, conselhos locais e associações comunitárias para diminuir a desigualdade social; ✓ Potencial de crescimento do setor agroindustrial no município: ✓ Potencial turístico – melhoria do turismo rural, trilhas cavalgadas e turismo de pesca; ✓ Investimentos em empresas de médio porte e não poluente, de arranjo local; ✓ Potencialidade de crescimento da renda per capita do Norte Central, visto que a região ainda oferece oportunidades; ✓ Programa de desenvolvimento entre o SEBRAE e Agência de desenvolvimento local; ✓ IDH-2000 demonstra o crescimento no desenvolvimento do município na ordem de 12,2% sendo o 5º município entre os vinte e cinco da microrregião; ✓ Potencial turístico de ordem ambiental, Ecoturismo e acadêmico de pesquisa e visitação.

ASPECTOS SÓCIOS ESPACIAIS

Evolução e Ocupação do Solo Urbano

A ocupação da mesorregião Centro-Ocidental ganhou impulso na década de 40, com a implantação das chamadas colônias, que eram glebas de terras de 5 mil a 10 mil hectares, divididas em lotes rurais, com previsão de área urbana, e deram origem aos municípios.
Foram duas as correntes migratórias que até os anos 60 ocuparam efetivamente a região. Uma vinda do Norte, com a expansão do cultivo de café, e a outra do Oeste, que trouxe o poli cultivo e a criação de pequenos animais.

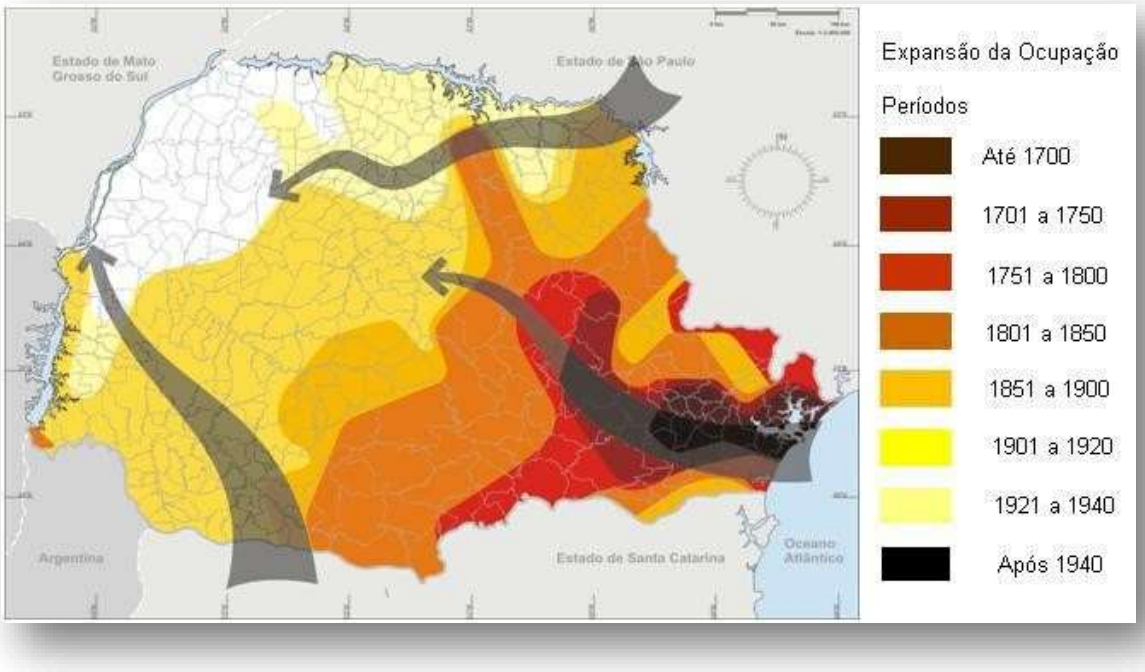


Figura 1018: Evolução da ocupação urbana.
Fonte: PRDE – Planos Regionais Desenvolvimento Estratégico Estado do Paraná, 2000.

O Município de Fênix possui uma área territorial de 233,811 km², (IPARDES, 2008) contendo uma área urbana principal (sede); 01 distrito denominado de Distrito de Bela Vista do Ivaí; e 03 comunidades: Vila rural de Boa Esperança (localizada no distrito), Cantinho do Céu e Vila Rural Novos Caminhos.
No estudo de uso e ocupação do solo urbano, a densidade que em 2009 era de 20,54 hab./km^2 é um dos aspectos relevantes a ser considerado na análise por influenciar no processo de planejamento e gestão de assentamentos humanos.

A densidade demográfica representa o número total da população de uma área urbana específica, expressa em habitantes, por uma unidade de terra ou solo urbano, normalmente utiliza-se o hectare como unidade de referência (ACIOLY, 1998). É um referencial importante para se avaliar técnica e financeiramente a distribuição e consumo de terra urbana, infraestrutura e serviços públicos. A suposição é de que quando ocorre à alta densidade isso repercute na maximização de infraestrutura, o que financeiramente possui inúmeros fatores positivos, no entanto a alta densidade acarreta em consequências que devem ter minimização como a concentração de veículos e pessoas, qualidade do ar, insolação, entre outros fatores.

O relevo do município de Fênix é levemente ondulado e a altitude média é de 650 m (MIKICH & OLIVEIRA 2003). O clima da região, segundo classificação de Köppen, é do tipo Cfa ou subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes. Há tendência de concentração de chuvas entre os meses de dezembro e fevereiro, e o período mais seco do ano ocorre entre os meses de junho e agosto (MAACK 1981, MIKICH & OLIVEIRA 2003). O município pertence a bacia do rio Ivaí, e está inserida no bioma Floresta Atlântica, mais especificamente nos domínios da Floresta Estacional Semidecidual (VELOSO et al. 1991, MIKICH & SILVA 2001).

Como resultado da abrupta ocupação, a configuração florestal atual do município apresenta poucos fragmentos, de pequenas extensões e com diferentes graus de alteração. Além disso, a maior parte das florestas ciliares, que poderiam atuar como corredores naturais para a fauna, fora drasticamente alterada, reduzida ou inteiramente substituída por cultivos agrícolas e pastagens (MIKICH & SILVA 2001, MIKICH et al. 2004).

A sede urbana se desenvolve principalmente ao longo da Avenida Dr. Joaquin Vicente de Castro que juntamente com as ruas que a corta, estruturam a malha urbana.

O acesso a cidade é feito pela BR 369 e PR 462, rodovias pavimentadas, provenientes de Engenheiro Beltrão e Barbosa Ferraz, respectivamente.

Em Fênix, a distribuição da população na sede urbana acontece de forma bastante variada, havendo áreas com baixa, média e alta densidade em função da adequação da malha urbana a topografia. As áreas mais densas na malha urbana são aquelas onde foram implantados os programas habitacionais desde 1982 até 2000. Na parte central ao longo Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro encontramos elevadas taxas de densidade. As áreas na malha urbana com densidade mais baixa são aquelas que estão pouco ocupadas ou até mesmo inaptas à ocupação, bem como aquelas áreas onde se localizam as comunidades do interior com características superficiais urbanas.

Tabela 107: *Evolução da Ocupação Urbana – Loteamentos/ ano de implantação.*

Fonte: *Prefeitura Municipal de Fênix.*

Loteamento	Ano de implantação (decreto)
Planta inicial da cidade	**Início da década de 1950**
Planta 2ªfase	1950 a 1970
Vila Santa Catarina	1981
Loteamento COHAPAR	1982 P/ PROJETO COHAPAR
MUTIRÃO I	1986
MUTIRÃO II	1988
Conj. Habitacional	1990
Vila Verde	1992
Jardim Eldorado	2000



Figura 89: Sede Urbana de Fênix.

A preocupação maior quanto ao uso do solo urbano é a tendência de crescimento em direção inapropriada, no caso em direção ao Parque Estadual Vila Rica do Espiríto Santo e o adensamento das ocupações de moradias precárias em áreas mais perféricas e descontínua da malha urbana.

As zonas de expansão urbana são áreas contíguas às zonas urbanas, de baixa densidade populacional, dedicadas a atividades rurais e destinadas como reserva para a expansão urbana numa projeção de vinte anos, no municipio de Fênix essas áreas serão propostas adequadamente em função da preservação da mata ciliar e de como evitar ocupações indevidas em áreas inadequadas.

Novas legislações serão implantadas para suprir a carência legal, o Plano Diretor Municipal será a grande oportunidade para implementar novos instrumentos da gestão urbana, tendo um papel significativo na elaboração da nova legislação urbanística.

Uso da Ocupação do Solo Urbano

Os dados do Censo de 2000 revelam que de um número total de 1724 domicílios para o município de Fênix, 1265 estão localizados na área urbana representando 73,4% dos domicílios, destes somente 108 não estavam ocupados em 2000, e praticamente todos eles (1261) eram particulares.
As áreas suscetíveis para o comércio, serviço e equipamentos comunitários na sede urbana se desenvolve ao longo da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, sendo que as áreas residenciais se espalham e todas as direções na parte de trás dos lotes frontais a esses grandes eixos e nas demais quadras.




Figura 90 e 91: Paço Municipal 2019.



Figura 92: Câmara Municipal 2019.

Na sede do município existem quatro praças localizadas na Av. Joaquim Vicente de Castro, sendo que uma delas corresponde a Praça Concórdia da Igreja Matriz, o largo 21 de Março, Praça Costa e Silva e a Praça do Terminal Rodoviário.
Na sede do município existe um cemitério municipal, administrado pela própria Prefeitura Municipal de Fênix, localizado na extremidade norte da malha urbana, iniciando na Rua Rui Barbosa com a Rua Ortigueira e seguindo ao longo da Rua Ortigueira até o limite urbano. Não existe capela mortuária no município, e as pessoas utilizam pavilhões comunitários

ou a própria residência para realização dos velórios. O município possui atendimento de serviço funerário da empresa Serluto com sede no município de Barbosa Ferraz.

Quanto os usos institucionais, podemos dizer que os principais equipamentos públicos estão próximos a Praça da Igreja Matriz denominada de Praça Concórdia, localizados no máximo a 350 m, através das principais avenidas radiais a partir da Praça Concórdia. Na Praça Concórdia está localizado o Centro Cultural Acyr José Corrêa bem como o obelisco que referencia a cidade de Fênix.

O município de Fênix possui uma Unidade Básica de Saúde e um Hospital Municipal, ambos localizados na Rua Pedro Livon.

Segundo a Prefeitura Municipal quanto às ocupações irregulares existem áreas indevidas dentro do perímetro urbano da cidade. Uma delas é localizada no prolongamento da Rua Caeté, quadras 3A e 3B, denominado Vila Santa Catarina, com 20 imóveis em cada lote, e a prefeitura realiza atualmente o processo de regularização da área. Outra área encontra-se no final da Rua Rubi, identificado como imóvel nº 09 da quadra 03, onde encontra-se edificado quatro casas. Uma terceira ocupação irregular encontra-se na Rua Imbaúba, esquina com Rua Sete de Setembro no imóvel denominado Praça das Águas.

Até o presente momento existe uma legislação urbanística defasada e desatualizada. É de suma importância um elemento disciplinador do espaço urbano, que contenha dispositivos de polícia administrativa de competência e autonomia do Poder Público Municipal, que vise prevenir os danos sociais que desses possam resultar e garantir o exercício do direito de cidadania e o bem-estar dos habitantes de Fênix. A falta de uma legislação moderna com critérios para o equilíbrio e a coexistência das relações do homem e o meio, acarretaram uma ocupação diversificada, dispersa e sem embasamento técnico de ocupação do solo urbano.

Pretende-se propor um ordenamento de usos predominantes tendo em vista a utilização adequada da potencialidade das áreas, segundo suas características mais relevantes e sua localização, proporcionando uma melhor e mais justa distribuição dos benefícios e serviços públicos de qualidade.

Demanda do Solo Urbano

O município de Fênix apresenta um crescimento constante e diversificado em relação aos usos na malha urbana. O Uso do Solo Urbano está configurado da seguinte forma:

- Área Central: Corresponde ao trecho da Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro até a Praça Concórdia da Matriz, sendo o principal ponto de referência da sede urbana. As quadras foram definidas em planta de origem retilínea sem levar em conta a topografia da mesma. Os principais Equipamentos Comunitários estão localizado nesta área preferencial de atividades típicas de centro de cidade, voltadas para o atendimento da

população em geral, situada principalmente ao longo da Avenida Dr. Dr. Joaquim Vicente de Castro, Rua Pedro Livon e Rua Laranjal.

- Área de Comércio e Serviços: Destinada preferencialmente as atividades de comercio e serviços, estão localizadas ao longo do principal eixo viário a Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro.
- Áreas Residenciais de Baixa Densidade: Compreende áreas onde se prevê uma ocupação mais rarefeita em função das características topográficas e de localização. Geralmente no setor residencial da malha de origem da cidade.
- Áreas Residenciais de Alta Densidade: Se concentra nas ruas próximas ao centro e da Matriz. Principalmente na Rua Palmital, Rua Figueira, Rua Pitanga, Rua Cedro e Rua Jangada.
- Área Industrial: Localizada na entrada e saída da cidade, parte Sul, ao longo da Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro do lado leste, áreas estas que tem como objetivo abrigar atividades de transformação e de serviços de maior porte, além daquelas atividades de apoio aos usos incômodos.
- Área de Proteção Permanente: Composta por mata nativa, que fica entre as Rua Jangada e Jaracatia, e necessita a devida atenção para implantações de medidas que assegure no futuro, uma cidade devidamente adequada às questões ambientais.

Uso e Ocupação do Solo Rural

Tabela 108: *Distribuição da população urbana e rural de Fênix. Fonte: IBGE – Censos – Dados estimados (2007).*

Ano	Urbana	Rural	Total
1980	3.416	4.027	7.443
1991	4.016	1.967	5.983
2000	3.836	1.106	4.942
2010	3.995	807	4.802

O município de Fênix, na década de 80, possuía mais habitantes na zona rural do que na zona urbana, entretanto na década de 90 essa tendência se inverteu, sendo que em 2010 cerca de 83% da população era urbana, e apenas 17% rural.

A perda de População rural é devido ao esvaziamento local muitas vezes somado a falta de recursos e o risco agrícola, o que promoveu o êxodo rural, que levou grandes contingentes populacionais para áreas urbanas ou outros municípios

Comunidades e Vilas Rurais de Fênix

Em Fênix há dois distrito, um consolidado e denominado de Distrito de Bela Vista do Ivaí, localizado a 12 km da sede do município. No distrito existe creche, escolas municipais e estaduais, igrejas, abastecimento de água, serviço de telefonia pública, entre outros estabelecimentos necessários as boas condições de vida.

Juntamente com o distrito de Bela Vista do Ivaí, existe a Vila Rural de Boa Esperança, com 26 casas e também servida com água tratada e telefonia pública.

Outro distrito do Município o Distrito de PORTEIRA PRETA – criado pela Lei Estadual nº 5851, de 26-09-1968, que conflita seu perímetro com o do Distrito de Bela Vista do Ivaí e não se desenvolveu, não tem infraestrutura e comunidade residente, se enfraqueceram nos últimos anos perdendo a característica comunitária de uma civilização mais agrupada com foi o caso da Porteira Preta.

Existe ainda as Comunidades:

1-VILA RICA - A comunidade rural Bairro Vila Rica não possui sistema público de abastecimento de água, tendo sido adotada, até o momento a solução individual,

2 - OURO VERDE A comunidade rural Bairro Ouro Verde não possui sistema público de abastecimento de água, tendo sido adotada, até o momento a solução individual,

3 - 40 ALQUEIRES - A comunidade rural Bairro 40 Alqueires não possui sistema público de abastecimento de água, tendo sido adotada, até o momento a solução individual,

4 - DISTRITO DE BELA VISTA DO IVAÍ - A comunidade rural Distrito de Bela Vista do Ivaí, possui sistema público de abastecimento de água composto por dois poços artesiano, adutora, reservatório elevado e rede de abastecimento de água. A operação e a manutenção do sistema está sob responsabilidade do município.

5 - CANTINHO DO CÉU - A comunidade rural Cantinho do Céu, possui sistema público de abastecimento de água composto por poços artesiano, adutora, reservatório elevado tipo taça e rede de abastecimento de água. A operação e a manutenção do sistema está sob responsabilidade da Comunidade.

6 - VILA RURAL BOA ESPERANÇA - A comunidade Vila Rural Boa Esperança, possui sistema público de abastecimento de água composto por poços artesiano, adutora, reservatório elevado tipo taça e rede de abastecimento de água. A operação e a manutenção do sistema está sob responsabilidade da Comunidade.

7 - VILA RURAL NOVOS CAMINHOS - Devido à proximidade com a Sede do Município, a comunidade rural Vila Rural Novos Caminhos, possui abastecimento de água através de interligação ao sistema público de abastecimento de água da concessionária prestadora dos serviços de saneamento de água e esgoto deste município. A operação

e a manutenção do sistema está sob responsabilidade da prestadora de serviço.

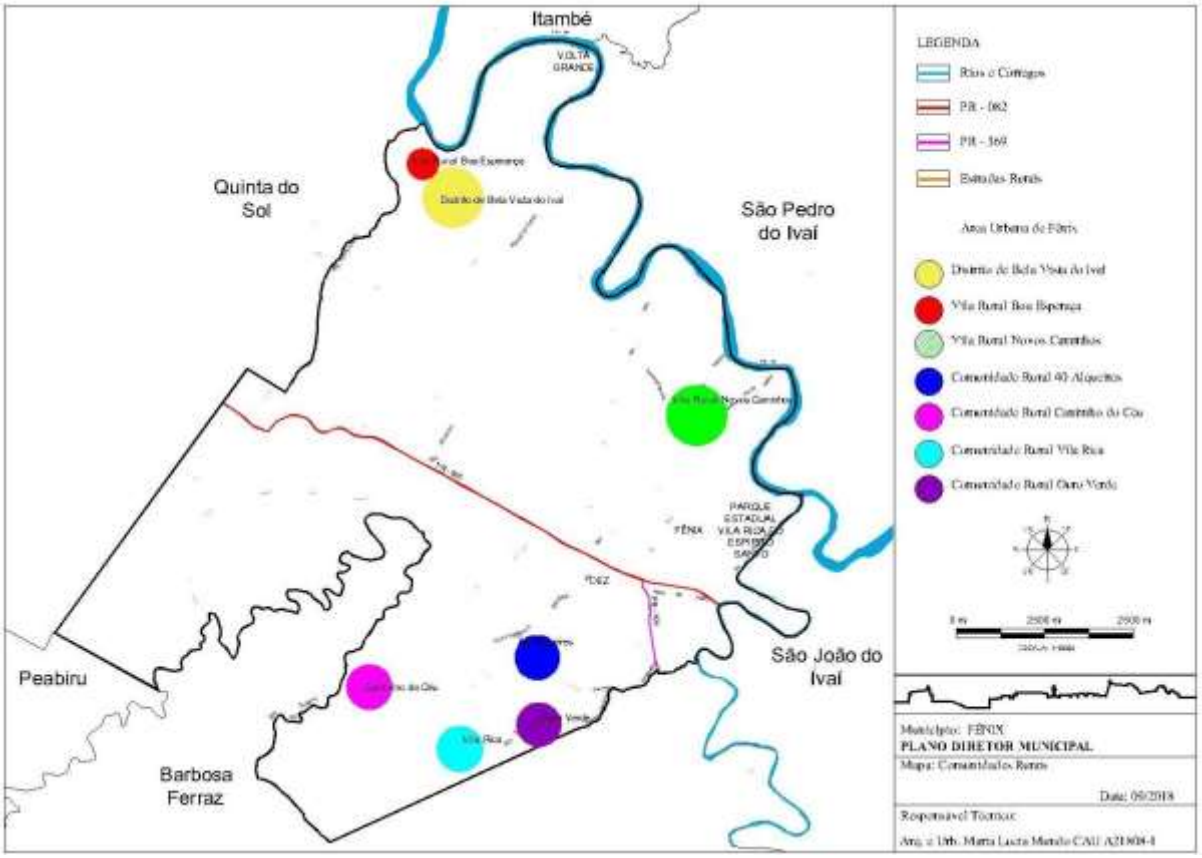


Figura 93: Comunidades Rurais do Município.
Fonte: Plano de Saneamento Básico do Município de Fênix 2018.

Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Tabela 109: Aspectos Sócio Espaciais no Município de Fênix– 2018

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
SÓCIO-ESPACIAIS	✓ Evolução e ocupação do solo urbano; ✓ Uso e ocupação do solo Urbano; ✓ Demanda do Solo Urbano; ✓ Uso e ocupação do solo rural.	✓ Baixa exploração do potencial turístico rural no território municipal; ✓ Sistema Viário: Adequar a expansão da cidade com sistema viário compatível com a hierarquia de vias; ✓ A Malha Urbana a nordeste/leste, dificuldade de ocupação nesta direção (expansão) em função do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo; ✓ Uso do solo urbano bem diversificado com o setor industrial dentro da malha urbana - caso da Campagro – Insumos agrícola Ltda; ✓ Vazios urbanos principalmente na faixa	✓ Boa disponibilidade espacial em estabelecer áreas adequadas à expansão do perímetro urbano; ✓ Boas áreas de pequenas praças para fortalecimento paisagístico; ✓ Boa arborização urbana; ✓ Potencial de expansão no setor agroindustrial com desenvolvimento e incentivo ao agronegócio; ✓ Diversificação de Culturas; ✓ Potencializar um parque urbano na porção oeste da malha urbana – Rua Jangada; ✓ Potenciais turísticos com elementos naturais significativos na Reserva Florestal Vila Rica do Espírito Santo;

		noroeste e nordeste da malha urbana; ✓ Recuperar a área junto às nascentes do afluente Rio Dez, transformando em parque urbano (setor oeste da malha urbana); ✓ Falta de Hierarquia viária com grandes pontos de conflito; ✓ Área urbana localizada de maneira descentralizada em relação ao território, o que dificulta o acesso ao distrito e as demais comunidades rurais.	✓ Reforçar o caráter comercial central da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, redefinindo o desenho geral da via e aplicando incentivos para a sua modernização; ✓ Incentivar a urbanização preferencialmente, de áreas de vazio urbano conecta ao loteamento Santa Catarina; ✓ Área de qualificação urbana como a área ao lado da escola – Avenida São Vicente de Paula e área triangular delimitada pela Rua Lisimaco Ferreira da Costa, Rua Ingazeiro e Rua Caembé.

ASPECTOS DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Infraestrutura Urbana

Saneamento Ambiental

Abastecimento de água

A captação e tratamento da água na sede de Fênix e feito pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), que atende cerca de 100% da população em 2018. Os mananciais para abastecimento de água são 03 (dois) poços tubulares profundos situados no aquífero Serra Geral, da Era Mesozoica.

A vazão total de captação é de 85,0 m3/h, com tempo de operação médio de 16 horas por dia, suficiente para o abastecimento da população até o ano 2026.

A água bruta é recalcada e transportada por duas adutoras, até o reservatório que recebe o tratamento, com as seguintes características cada uma:

Adutora 1: Possui um único trecho com tubulação em PVC com diâmetro de 1OOmm e extensão de 1.850 metros.

Adutora 2: Possui um único trecho com tubulação em PVC com diâmetro de 75mm e extensão de 1.850 metros.

O sistema de tratamento é realizado no reservatório com desinfecção e aplicação de flúor. A qualidade da água tratada disponibilizada para o consumo humano atende aos parâmetros estabelecidos pela Portaria Nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.

O sistema de reservação é composto por três reservatórios com capacidade total de 585 m3, suficiente para o abastecimento até o ano de 2018.
A rede de distribuição de água é composta por 52.648 metros (ref. Jan/2018) que atendem as condições atuais de demanda.

O sistema de abastecimento de água conta com 1.673 ligações (ref. Jan/2018), todas com hidrômetro.

Fonte: *SANEPAR e Outras Fontes de Saneamento*

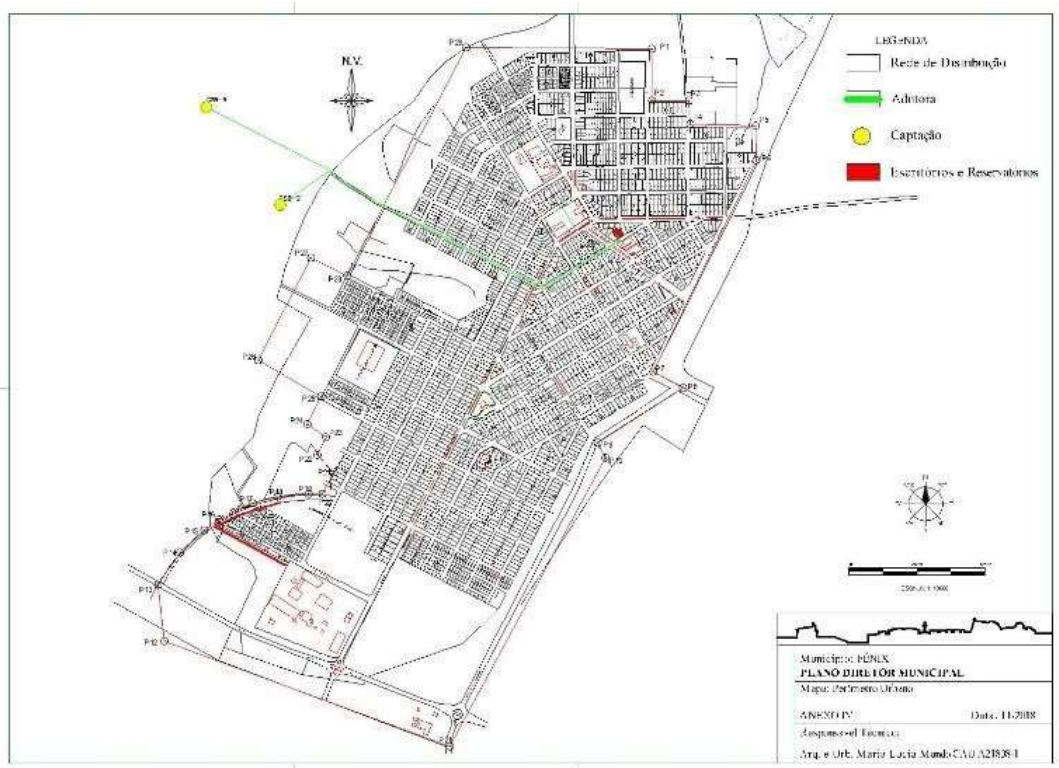


Figura 94: Abastecimento de Água do Município.
Fonte: Plano de Saneamento Básico do Município de Fênix 2018.

Todo o processo tem acompanhamento permanente de analises em laboratório, visando à máxima garantia de qualidade da água destinada ao consumo humano e que atenda a portaria n° 518/2004 do ministério da saúde. Além do controle da qualidade da água de quem produz a água tratada (SANEPAR) à água potável é monitorada com ações de Vigilância da qualidade da água.

A Vigilância da qualidade da água é um conjunto de ações realizadas continuamente pela Vigilância Sanitária e tem como objetivo verificar se a água consumida pela população atende a legislação, além de avaliar os riscos que o sistema de abastecimento de água (S.A.

A) representa para o consumo humano. Entre as ações está a coleta de amostra para exames laboratoriais (LACEN), analise sentinelas para verificação de cloro e PH.

Na área rural de Fênix são utilizadas duas formas de abastecimento de água, Soluções Alternativas Individuais (SAI) que são águas provenientes de poços, nascentes e minas, Soluções Alternativas Coletivas (SAC) que são águas proveniente de poço tubular profundo (artesiano) com sistema de canalização de água para uso de um grupo de domicílio.

A Vigilância Sanitária em suas atribuições e amparada pela portaria 518/2004 do Ministério da Saúde, também realiza a vigilância da qualidade da água nestas duas formas de abastecimento, com análises para confirmar se o manancial atende os regulamentos estabelecidos na legislação vigente e análise da qualidade física, química e microbiológica.

Em algumas propriedades o abastecimento e feito através de poços semi-artesianos não regularizados, perfurados sem licença ambiental. Não há dados de localização e quantidades de poços existentes no município. Em 2000, o abastecimento por poços ou nascentes particulares era de 20,1%.



Figura 1025: SANEPAR – Fênix.

Tabela 110: *Abastecimento de Água. Fonte: Plano de Saneamento Básico 2018.*

Abastecimento de água segundo as categorias:– 2016

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	1.575	1.520
Comerciais	76	73
Industriais	3	3
Utilidade pública	16	16
Poder público	32	32
TOTAL	**1.702**	**1.644**

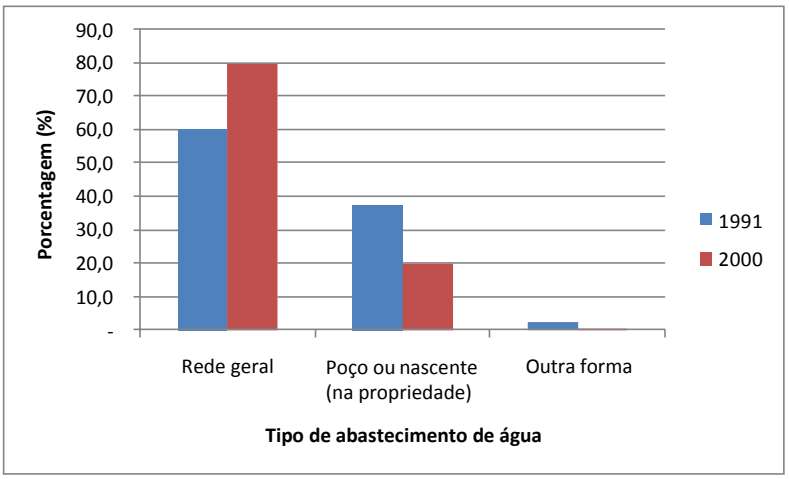


Figura 1036: Abastecimento de Água em Fênix.

São 1.702 o número total de unidades atendidas por categoria no ano de 2018, no município de Fênix que recebem o abastecimento de água, representando respectivamente 100%, de unidades atendidas.

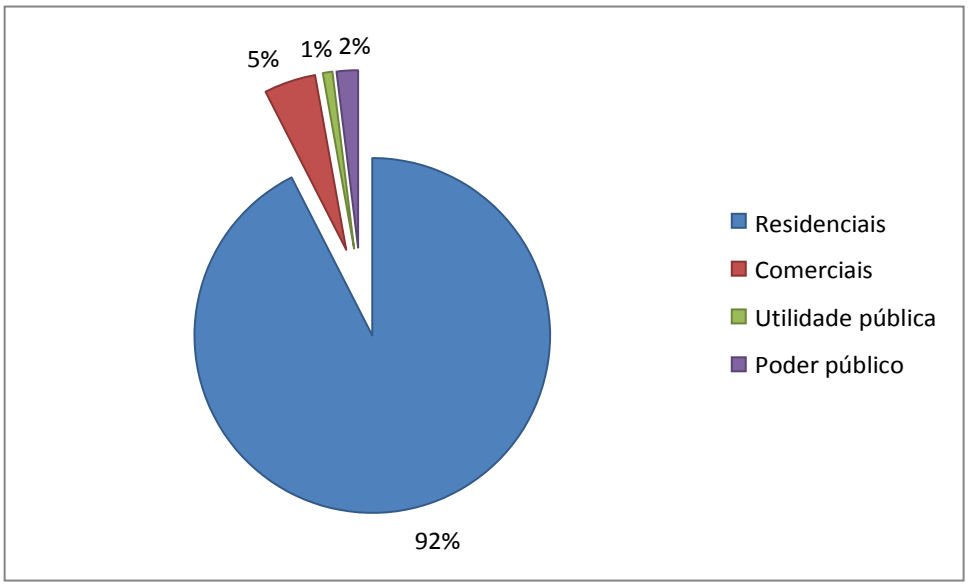


Figura 1047: Unidades Atendidas em Fênix em 2009. Fonte: SANEPAR 2009.

Quando se analisa a evolução de abastecimento e ligações de água no município percebe-se um aumento progressivo do total de ligações de água, o que demonstra haver investimentos lentos, mas de maneira crescente e de acordo com a demanda requerida.

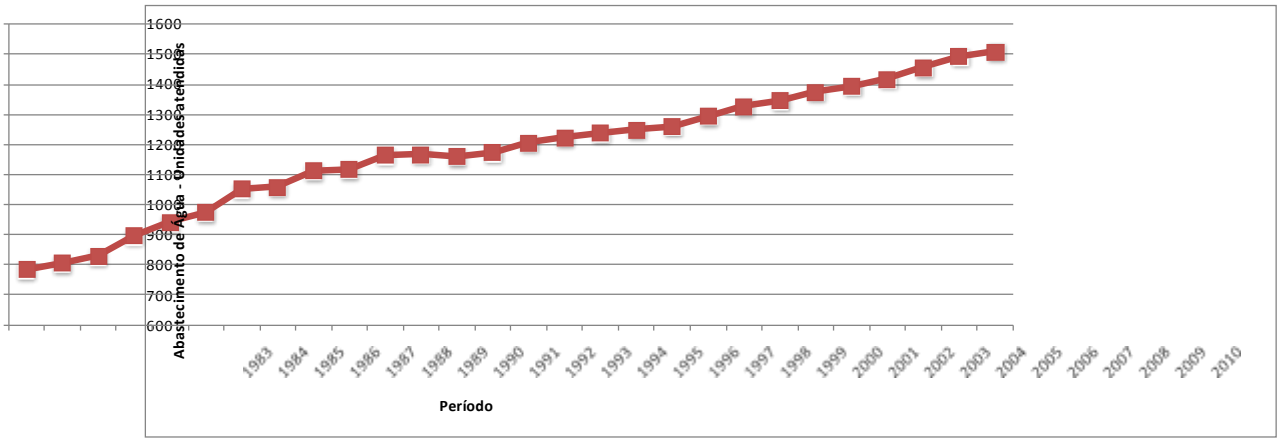


Figura 1058: Evolução de Abastecimento e Ligações de Água de 1983 a 2010. Fonte: IPARDES (2011).

Esgotamento Sanitário

O município de Fênix não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto. Os efluentes são na maioria das unidades sanitárias lançados diretamente em fossas negras (fossas secas) e em alguns casos lanças em fossas sépticas e sumidouros. A legislação municipal prevê que obras novas já deverão contar com as fossas sépticas para lançamento dos efluentes.

De modo geral, a implantação da rede de esgotamento sanitário encontra-se em desequilíbrio quando comparada à de abastecimento de água, o que reflete um grave e complexo problema socioambiental. A gravidade da questão do saneamento é mais intensa no meio rural, impondo, com premência cada vez maior, a grande necessidade de implantação a essas áreas dos serviços de água, lixo e esgoto. As consequências do padrão atual de uso da terra sobre a qualidade das águas tendem a ser agravadas por condições inadequadas de esgotamento doméstico, com riscos crescentes para as condições de saúde da população.

Na área urbana existe várias casas ocupando as faixas próximas à córregos e nascentes, as fossas construídas em sua maioria nas proximidades do mesmo, onde o lençol freático está próxima a superfície, ocorrendo assim à contaminação das águas através da infiltração.

Segundo informações da Prefeitura Municipal, há intenção de implantar os sistemas de coleta e tratamento do esgoto, contudo não há previsão em curto prazo para a concretização desta ação, visto que não depende apenas da Prefeitura, mas sim da interação do Governo do Estado com a SANEPAR.

Na área rural, o sistema é similar ao da área urbana, o sistema de tratamento e através de fossas sépticas, ou lançamento em rios, riachos. Isto, por razões de localização, ou seja, há estruturas localizadas muito próximas a rios ou córregos, o que e uma cultura da região (instalação de estruturas próximas aos rios ou córregos), ocasionando afloramento de água na própria fossa quando se faz a abertura das mesmas.

Em Fênix, a maioria dos domicílios usam fossas rudimentares para depósito de esgoto, sendo que em 1991, 88% dos moradores possuíam esta instalação sanitária, e em 2000, estava na faixa de 77,4%. Há ainda uma parcela da população que não possui nenhuma instalação sanitária, como pode ser visualizado na Tabela 50.

O ponto crucial nesta análise é que além do município não dispor de rede de esgotamento sanitário, podemos salientar que o alto índice de fossas rudimentares, vai influenciar diretamente na contaminação do solo e do subsolo. O problema é agravado pelos córregos e nascentes que cortam a malha urbana, propiciando uma maior vulnerabilidade em relação à contaminação.

Quanto às áreas rurais os Departamentos de Agropecuária, de Meio Ambiente e Recursos Hídricos em conjunto com o Departamento da Saúde devem orientar e monitorar para que se evitem pontos de riscos por má localização e construção de fossas principalmente nas faixas de preservação de fundos de vales.

Tabela 1116: *Esgotamento Sanitário. Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000).*

Proporção de Moradores por tipo de Instalação Sanitária

Instalação Sanitária	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	-	0,4
Fossa séptica	1,1	18,9
Fossa rudimentar	88,0	77,4
Vala	1,3	0,9
Rio, lago ou mar	-	0,1
Outro escoadouro	-	0,1
Não sabe o tipo de escoadouro	-	-
Não tem instalação sanitária	9,6	2,4

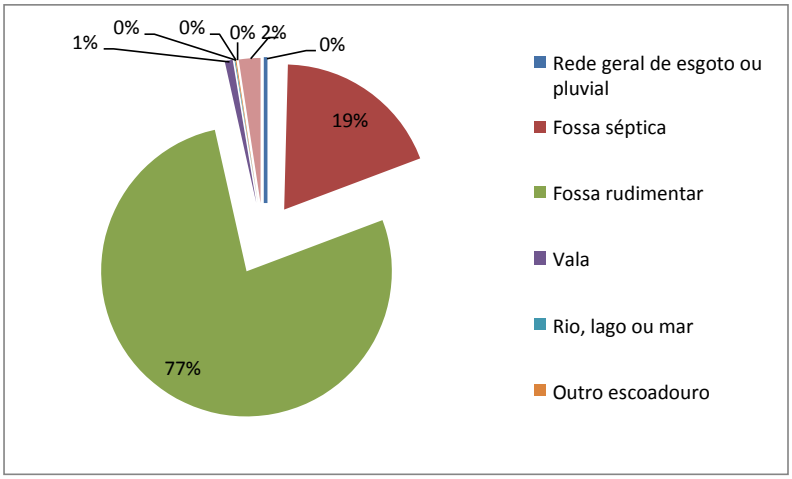


Figura 1069: Instalações Sanitárias em Fênix. Fonte: IBGE (2000)

Drenagem

O município possui rede de drenagem formada por bocas de lobo e poços de visita, localizados principalmente na Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro, Rua Jangada, Rua Palmital, Rua Figueira, Rua Pitanga, Av. Antônio Quitério Simões entre outras.

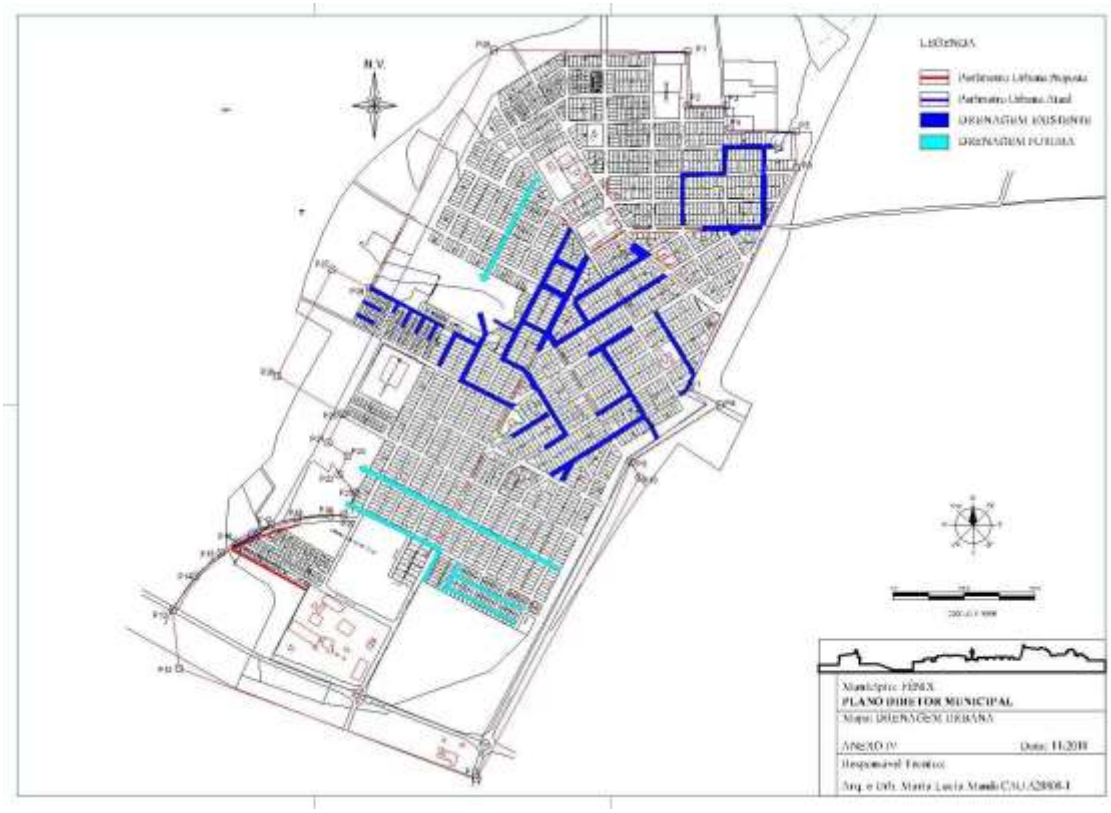


Figura 100: Drenagem Urbana do Município.
Fonte: Plano de Saneamento Básico do Município de Fênix 2018.

Esta rede contribui muito para a canalização das águas pluviais, principalmente pelas condições topográficas, evitando-se que as ruas do município fiquem assoreadas ou transbordem com o acúmulo das águas pluviais nas chuvas mais torrenciais. De modo geral, a macro drenagem existente, atende parcialmente a malha urbana concentrando-se principalmente na parte leste da cidade.

Apesar de não haver problemas significativos de alagamento, podemos observar que em vários pontos de boca-de-lobo não obedecem às normas técnicas de dimensionamento e localização, além de serem inexistentes em alguns lugares.



Figura 101: Rua Iapó sem sistema de drenagem Em 2012



Figura 102: Rua Iapó sistema de drenagem em execução 2019 (bocas de lobo)



Figura 103: Rua Iapó sistema de drenagem em execução 2019.

Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos

O município de Fênix atua diretamente na prestação desses serviços, efetuando a coleta de resíduos sólidos urbanos composto por resíduos domésticos e comerciais (equiparados a domésticos).

A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, a de Planejamento e Obras e a de Administração são as responsáveis pela execução dos serviços de saneamento básico de coleta e disposição de resíduos sólidos, disponibilizando pessoal e equipamentos próprios ou, na falta ou indisponibilidade de recursos humanos ou infraestrutura, efetua a contratação de serviços de terceiros.

Em regra, os serviços de coleta, transporte e operação do aterro são realizados com pessoal e equipamentos próprios. A coleta convencional é realizada três vezes por semana: segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira.

No distrito de Bela Vista do Ivaí e nas Vilas Rurais: Boa Esperança e Novos Caminhos, a coleta é realizada às quintas-feiras. A abertura de valas e demais movimentações de terra no atua Lixão, são realizadas pela Prefeitura.
Os serviços de varrição urbana são realizados na área central

O aterro sanitário a ser implantado tem sua localização na Estrada Bela Vista, a 03 Km., do centro urbano do município, em uma área total de 3,0 hs.
Os seguintes dados foram quantificados no período entre 09/02/2018 a 14/02/2018.
Não é realizada coleta do lixo rural. O lixo molhado tem sua destinação final nas próprias propriedades rurais, alguns jogam na horta, para transformá-lo em adubo, outros alimentam os animais (porcos e cachorros).
As embalagens e recipientes de agrotóxicos são de responsabilidade das suas revendas. Não há nenhum tipo de coleta desses materiais químicos.
Em relação à limpeza da área urbana, existe o serviço de varrição e limpeza urbana prestado pela prefeitura somente ao longo da Avenida Joaquim Vicente de Castro.

Tabela 1127: Destino do Lixo. Fonte: IBGE (2000).

Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo

Coleta de lixo	1991	2000
Coletado	51,1	77,9
Queimado (na propriedade)	27,1	19,4
Enterrado (na propriedade)	1,5	1,4
Jogado	20,1	0,8
Outro destino	0,2	0,5

Analisando os dados, verificamos que a população urbana de Fênix contribui com o volume de resíduos sólidos enviados ao aterro sanitário, na seguinte quantidade:

2.500 Kg/dia
60.000 Kg/Mês
720.000 Kg/Ano

Tabela 1138: Gravimetria dos resíduos domiciliares

ORIGEM	Peso líquido total (kg)	Porcentagem (%)
Matéria orgânica	1.198	50
Recicláveis	838,6	35
Rejeitos	335,44	14
Isopor	23,96	1
TOTAL	**2.396**	**100%**

Fonte: Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – abril/2018

A população urbana contribui mensalmente com a taxa de coleta de lixo, com custo que varia conforme a frequência da coleta.

No município está em fase de implantação da coleta seletiva de materiais recicláveis, e implementação da cooperativa de catadores: ACAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Fênix – CNPJ : 21.441.110/0001 - 69

Tabela 1149: Gravimetria dos resíduos recicláveis

ORIGEM	PESO LÍQUIDO TOTAL (KG)	PORCENTAGEM (%)
Papel/papelão	286,80	34,2
Plásticos	192,00	22,9
Vidro	119,90	14,3
Metal	239,90	28,6
TOTAL	**838,60**	**100%**

Fonte: Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – abril/2018

Quanto aos resíduos de construção civil, entulhos gerados pelos munícipes e estabelecimentos comerciais são coletados pela Prefeitura.

Energia Elétrica e Iluminação Pública

O fornecimento de energia elétrica no município de Fênix está sob a responsabilidade da COPEL. A estatística total é de 1.814 consumidores de energia elétrica no ano de 2009 no município, consumindo a energia elétrica num total de 4.989 Mwh. Constata-se um acréscimo tanto no consumo de energia como no número de consumidores de 2001 para 2009, significando um acréscimo de 27,6% no consumo de energia.

Tabela 50: Consumo e número de consumidores de energia elétrica 2009. Fonte: COPEL (2009).

CATEGORIAS	CONSUMO (Mwh)	CONSUMIDORES
Residencial	1995	1379
Setor secundário	36	7
Setor comercial	1241	126
Rural	750	243
Outras classes	967	59
Total	**4989**	**1814**

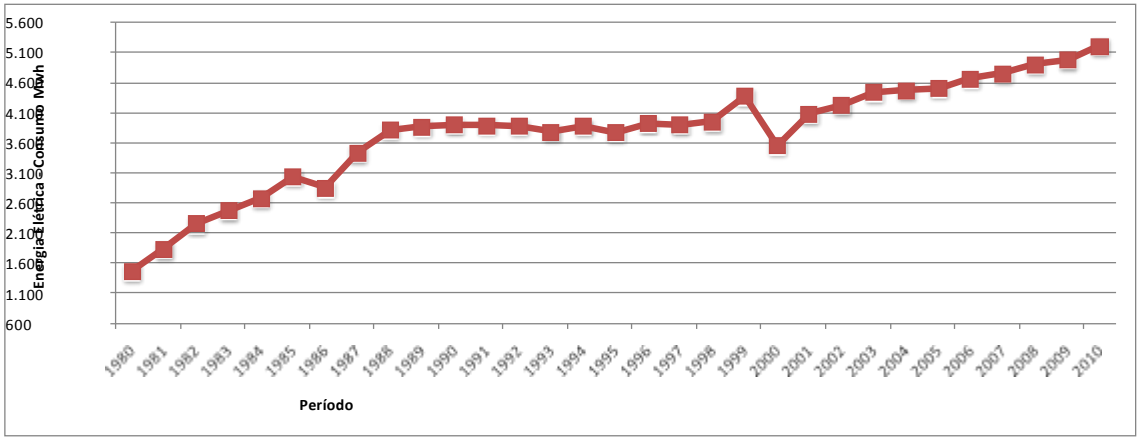


Figura 1074: Evolução do consumo de energia elétrica. Fonte: COPEL.

O fornecimento de energia elétrica atende tanto a área urbana como na área rural com o programa de eletrificação rural, complementados pelos programas para atender a população de baixa renda como Luz Fraterna para atender os usuários da rede urbana e para os usuários da área rural existe o programa Luz para Todos que beneficia energia elétrica para os proprietários que ainda não possuem.

Para o fornecimento industrial, a potência disponível dependerá do local de instalação da indústria. Segundo informações fornecidas pela COPEL a metodologia adotada para a determinação das previsões de demanda para as subestações tem como base a estimativa do consumo de energia por classe de consumo das localidades pertencentes à subestação, bem como a curva de carga e característica de cada classe. Com a estimativa do consumo por classe e através da curva de carga característica a energia é transformada em demanda horária. Além desse processo matemático e estatístico, são obtidas informações em questionários e entrevistas nos centros regionais sobre as expectativas de crescimento e o aumento e entrada de novas cargas.

A iluminação pública atende quase que 90% da totalidade da área urbana. Analisando a iluminação pública na sede urbana percebe-se a implantação de modo diferenciado e ao mesmo tempo disperso em termos de tipologia de lâmpadas, não tendo uma sequência lógica

do tipo de iluminação pública, até mesmo de colocação de lâmpadas em função da hierarquia de vias.

Segundo os moradores a qualidade do serviço de energia elétrica no município de Fênix foi apontando como regular, sendo que existem alguns problemas como variações, oscilações e queda de energia e dificuldade de manutenção do serviço na zona rural.

O fornecimento de energia elétrica supre bem a necessidade da população local.



Figura 1085: Centro de distribuição de Energia Elétrica Fênix.

Pavimentação

Em Fênix os principais eixos viários, apresentam pavimentação asfáltica. Alguns locais da cidade apresentam pavimentação poliédrica irregular e muitos trechos não possuem pavimentação (leito natural).

Além disso, os trechos que possuem pavimentação asfáltica poucos estão em boa situação, sendo que a maioria necessita de reparos.

De todas as ruas da sede urbana, 35% possuem pavimentação asfáltica, 2% poliédrica irregular e 63% não estão pavimentadas, segundo mapa de pavimentação do município de 2005. Atualmente existe uma melhora, mais ainda está aquém do que seria ideal em termos de pavimentação. Hoje contamos com cerca de 40% das vias estão pavimentadas (normalmente nas áreas centrais e ao longo da Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro) e 60% estão no seu leito natural sem qualquer tipo de pavimentação (são vias mais periféricas em todas as direções da malha urbana). Quanto à parte pavimentada podemos classificar que 20% das vias possuem pavimentação asfáltica em bom estado e 10% desta mesma pavimentação em grande estágio de deteriorização completada com 10% de pavimentação Poliédrica.



Figura 1096: Pavimentação Urbana de Fênix 2019.

Hierarquia das Vias Municipais

O Sistema Viário da cidade de Fênix se estrutura a partir da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, Alameda Pau D'Alho e Avenida Antonio Quintero Simões.

A Praça da Igreja matriz (Praça Concórdia) e a Praça do terminal rodoviário (Praça Ailton Cândido) são os elementos de maior atratividade dentro da cidade ao longo de seu principal eixo viário, definindo praticamente os percursos sobre demais vias.

O sistema de vias urbanas ocorre de forma paralela e perpendicular ao longo da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro e Avenida Antônio Quintero Simões, principalmente no setor da malha urbana do lado Oeste e Norte. Já no Lado Leste o comportamento das vias se formam em diagonais a vias principais formando um desenho urbano diferenciado aonde efetivamente deu-se o início da ocupação urbana e a planta de loteamento de origem da sede urbana. Aquelas vias também constituem o eixo viário principal, sobre o qual ocorre o maior volume de tráfego local e intermunicipal. Sobre a Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro está situado os principais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços da cidade, sendo o principal eixo estruturante da malha urbana e dando continuidade através da Alameda Pau D'Alho e Avenida Antônio Quintero Simões.

O principal problema destas vias estruturadoras do tráfego é a drenagem de trechos da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, e a pavimentação precária nas mesmas e, principalmente, nas poucas vias pavimentadas no seu entorno.

A cidade não apresenta problemas de continuidade viária, em vista das condições adequadas do sítio urbano, entretanto, o tráfego sobre a maioria das vias é dificultado, devido à erosões superficiais por falta de sistema de drenagem e de pavimentação.

As estradas rurais no município em sua maioria em leito natural, e algumas cascalhadas. O estado das estradas é regular, sendo que quando chove torrencialmente quase inviabiliza a trafegabilidade.

No Distrito de Bela Vista do Ivaí somente duas vias são pavimentadas e com poliedro irregular, são as Ruas Mal. Deodoro via de acesso ao distrito e Castelo Branco. As demais vias do distrito não possuem qualquer tipo de pavimentação.

O município de Fênix dispõe de um Sistema Viário Básico, composto pela Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro e Av. Antônio Quinteiro Simões, e algumas ruas perpendiculares que estruturam toda a malha urbana da sede do município. Essa primeira proveniente de Barbosa Ferraz, é asfaltada e adentra a malha urbana até a praça Matriz, depois segue através da Alameda Pau D'Alho e Av. Antônio Quinteiro Simões em direção ao Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo.

As áreas residenciais se formam na parte de traz destes eixos, onde a topografia apresenta uma declividade suave a exceção da parte oeste da malha, onde encontra-se o afluente do Rio Dez e que dificulta a sua ocupação.

O sistema viário no município se completa com a malha urbana da sede municipal.

- ✓ Vias Principais: Localizada de maneira preferencial, geralmente estruturando a malha urbana, onde se concentram as principais atividades de comércio e serviço e onde se locomove a maior parte do tráfego, servindo de espinha dorsal do Sistema Viário Básico. São as seguintes: Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro, Alameda Pau D'Alho e Av. Antônio Quinteiro Simões.
- ✓ Vias Secundárias: São vias que conduzem o trânsito proveniente de comunidades rurais até as vias estruturais, no caso em estudo são: Avenida 22 de Fevereiro, Rua Laranjal, Avenida Perobal, Avenida Aviação e Rua Crindiúva.
- ✓ Vias Locais: Vias que recebem apenas o trânsito local, para atendimento dos moradores, se enquadram neste modelo, e representam as demais vias da sede urbana.



Figura 1107: Av. São Vicente de Paulo



Figura 1118: Rua Laranjal

As vias do município contam com pouca sinalização viária, em função de poucas vias asfaltadas, entretanto mesmo nessas, não se observa faixas de pedestres e placas de atenção próxima as escolas, existindo uma carência tanto de sinalização vertical como horizontal.



Figura 1129: Sinalização Viária Fênix.

Tabela 115: Nomenclatura das Principais Vias Urbanas de Fênix. Fonte: Prefeitura Municipal.

Nome	Largura(m)	Canteiro(m)
Avenida São Vicente de Paula	30 m	5 m
Alameda Pau D'alho	30 m	5 m
Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro	20 m	1 m
Avenida Antônio Quinteiro Simões	20 m	1 m
Avenida Aviação	20 m	1 m
Avenida Central	20 m	Sem canteiro
Avenida Perobal	20 m	Sem canteiro
Demais vias	15 m	Sem canteiro

Arborização Urbana

A maior parte das vias arborizadas apresenta as espécies Sibipiruna e Ligustrum Preto sendo que esta última provoca rachaduras e acabam destruindo não só os passeios como também meio-fio e até parte da pavimentação.

A espécie Flamboyant está plantada principalmente nos canteiros centrais das Avenidas e como estes canteiros são largos e não calçados, as árvores não oferecem problemas.

No canteiro central da Avenida Principal estão plantados Ipês e Palmeiras, como existe iluminação central os Ipês acabam impedindo a boa iluminação da avenida, a arborização da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro estende-se até a rodovia.

Muitas ruas onde existem moradias não estão arborizadas, ou quando muito, os próprios proprietários plantam algumas mudas em frente de suas casas. Mas isso são casos dispersos.

A arborização, a exemplo de outros serviços é bastante deficiente na cidade. O fornecimento de mudas é feito pelo I.A.P. (antigo I.T.C.F.) - Figueira (Distrito de Engenheiro Beltrão). A manutenção e plantio são de responsabilidade da prefeitura, que não exerce controle sobre suas condições.

A falta de planejamento e de adoção de critérios técnicos adequados na condução das atividades desenvolvidas na arborização urbana, propiciou certa rejeição da comunidade, para com as árvores da cidade, onde foi comum ouvir reivindicações da população para cortar árvores, que muitas vezes, está necessitando apenas de uma poda adequada, ou, solicitando o plantio de espécies inadequadas.

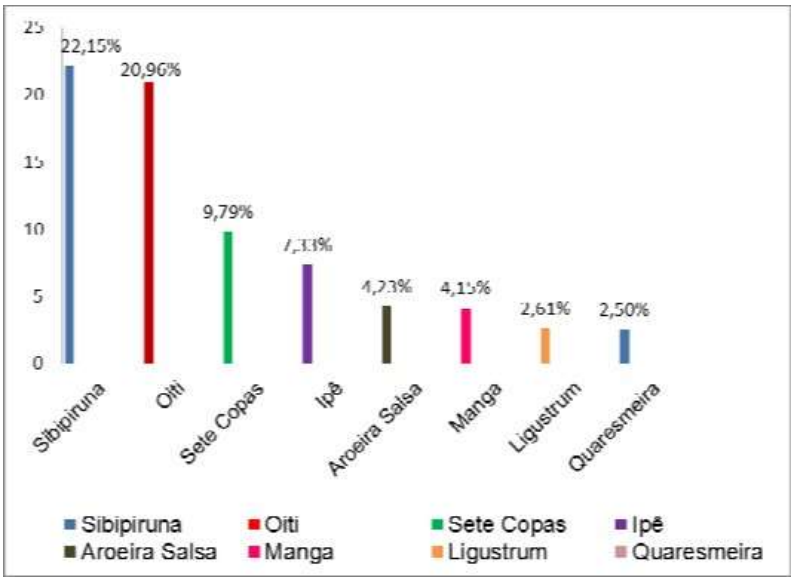


Figura 110: Percentual de espécies com maior frequência. Fonte: Plano de Arborização do Município de Fênix.



Figura 111: Percentual de espécies com maior frequência. Fonte: Plano de Arborização do Município de Fênix.

Para se obter resultado de uma arborização, com o mínimo de problemas possíveis, se faz necessário, adotar e seguir os critérios de espaçamentos de acordo com a tabela 52.

Tabela 52: Critérios para espaçamento Fonte: **Plano de Arborização do Município de Fênix.**

Localização	Distância
Espaço entre árvores de pequeno porte.	6 ou 8 m
Espaço entre árvores de médio porte	9 a 12
Espaço entre árvores de grande porte.	13 a 15 m
Distância de esquina	5 m
Distância de poste de rede de energia	5 m
Distância de entrada de garagem	1 m
Distância mínima do meio fio	0,50 m
Distância de bueiro	2 m
Profundidade da cova.	0,40 m
Parte superior da cova abaixo do nível da calçada.	0,15 m
Largura mínima entre árvore e muro.	1 m
Espaço livre de calçamento no local de plantio.	1 m²

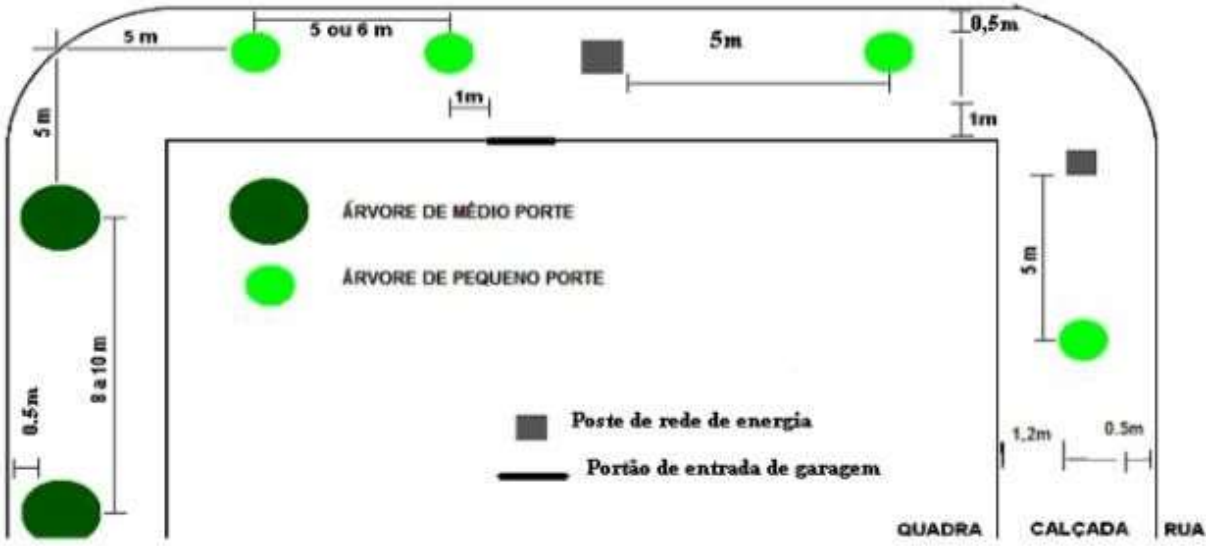


Figura 112: Representação esquemática de uma quadra com a distribuição das árvores respeitando as distâncias definidas neste plano
Fonte: Plano de Arborização do Município de Fênix.

Passeios Públicos

Os passeios para pedestres eram as próprias ruas por muito tempo, e que a princípio eram estreitas, tortuosas e adequadas e próprias para baixas intensidades de trânsito, obedeciam à topografia da época, os empecilhos da natureza ou até mesmo a orientação de sentido após construção dos prédios residenciais. Na evolução destes conceitos, os projetos foram alargando estes espaços tendo também diferenciais nos níveis de altura (em relação às pistas rolantes dos veículos). Também foram ganhando mais espaços, formatos e utilidades. Assim neles foram acrescentados canteiros para flores, folhagens, plantas superiores e

evidentemente o domínio da pedra e concreto. Ali também se alojaram postes de iluminação pública e de energia, orelhões telefônico, posicionamento de lixeiras, não mais simples locais de amarrar cavalos. Para que os passeios se tornem úteis, alguns critérios devem ser colocados com mais profundidade para que atenda os pontos principais deste objetivo, os interesses são diversos e próprios para cada situação.

Prever situações como passagem de rede de água, esgoto, colocação de lajotas, declive em direção à rua (sem prejudicar o pedestre), passeios antiderrapantes, desníveis com a rua que não comprometam estacionamento dos veículos, construções não obstaculizados por entradas estranhas nos prédios residenciais e ou comerciais, áreas verdes, áreas floridas, áreas arborizadas também passeio para deficientes e ou ciclistas. Os passeios públicos, quando bem projetados e mantidos, devem atender às funções a que se propõe. Um problema muito recorrente nas calçadas em geral, são as interferências causadas pelas raízes das árvores. Por esse motivo, o projeto de arborização pública tem importância fundamental na qualidade dos passeios públicos.

A proposta é que todas as novas calçadas, assim como as calçadas em reforma, preservem faixas gramadas intercaladas por faixas de concreto, necessárias ao trânsito de pedestres e cadeirantes. O modelo de calçamento, com as medidas das faixas de grama e de concreto, deverá ser elaborado pela Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Transporte do município em parceria com a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

Deverão ser evitadas, muretas em volta da parte gramada, as quais impedem que a água da chuva infiltre localmente, criando enchentes no sistema de águas pluviais e causando erosão e assoreamento nos pontos de lançamento destas águas. A parte cimentada deverá possuir leve inclinação para a grama, acelerando a infiltração. O uso do calçamento ecológico deverá ser previsto e adotado.

Há necessidade do poder público em conjunto com a sociedade elaborar um plano de execução de passeios públicos, visando uma melhoria imediata da paisagem urbana.

Equipamentos Urbanos

Saúde

O município conta com um hospital público, denominado de Centro Municipal de Saúde e uma Unidade de Saúde Básica ambos localizado na Rua Pedro Livon. O município conta com uma Unidade de Saúde Básica (posto de saúde) no distrito de Bela Vista do Ivaí.

Quando se necessita de atendimento especializado, os casos são encaminhados para os hospitais localizados em Campo Mourão, e para o tratamento dos pacientes com câncer, os pacientes são encaminhados para o CEONC localizado na cidade de Maringá. Para o

tratamento especializado em crianças, os pacientes são enviados para o Pequeno Príncipe na cidade de Curitiba.

Na Tabela 53 pode-se notar o déficit que o município apresenta de unidade de saúde.

Tabela 1163: Estabelecimentos de saúde. Fonte: DATAUS (2009)

Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento					
	Dez/2009				
Tipo de estabelecimento	**Público**	**Filantrópico**	**Privado**	**Sindicato**	**Total**
Central de Regulação de Serviços de Saúde	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	2	-	-	-	2
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	2	-	2
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-

Total	2	-	2	-	4

Tabela 1174: Leitos de internação. Fonte: DATASUS (2003).

Leitos de internação por 1.000 habitantes	
Dez/2009	
Leitos existentes por 1.000 habitantes:	2,8
Leitos SUS por 1.000 habitantes	2,2

Na Tabela 54, são listados todos os profissionais da área da saúde, que atuam em Fênix. Pode-se notar que a cidade tem um déficit em algumas áreas, como anestesista, cirurgião geral, ginecologista, obstetra, pediatra, radiologista, nutricionista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e assistente social.

Tabela 1185: Profissionais atuantes no município de Fênix (2009). Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas					
	Dez/2009				
Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	3	3	-	0,6	0,6
Anestesista	-	-	-	-	-
Cirurgião Geral	-	-	-	-	-
Clínico Geral	1	1	-	0,2	0,2
Gineco Obstetra	-	-	-	-	-
Médico de Família	2	2	-	0,4	0,4
Pediatra	-	-	-	-	-
Psiquiatra	-	-	-	-	-
Radiologista	-	-	-	-	-
Cirurgião dentista	5	3	2	1,0	0,6
Enfermeiro	2	2	-	0,4	0,4
Fisioterapeuta	-	-	-	-	-
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	2	2	-	0,4	0,4
Assistente social	-	-	-	-	-
Psicólogo	1	1	-	0,2	0,2
Auxiliar de Enfermagem	5	5	-	1,0	1,0
Técnico de Enfermagem	1	1	-	0,2	0,2

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Tabela 1196:Internações. Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Tota l
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	16,7	24,0	31,6	7,1	-	5,9	2,7	3,8	3,2	7,5
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	5,3	1,2	4,1	7,5	6,3	2,6

III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-	-	4,7	1,4	-	-	2,3
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	-	1,8	5,5	3,8	3,2	2,3
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	10,6	4,1	-	-	5,5
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	7,1	-	-	1,4	-	-	0,5
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	8,8	28,8	34,0	33,3	14,0
X. Doenças do aparelho respiratório	58,3	64,0	26,3	42,9	36,8	21,8	26,0	34,0	34,9	29,9
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	4,0	10,5	7,1	5,3	14,7	13,7	5,7	6,3	11,2
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	5,3	-	-	-	-	-	-	0,3
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	5,3	1,2	1,4	-	1,6	1,0
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	8,0	10,5	-	15,8	5,9	6,8	7,5	7,9	6,8
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	7,1	15,8	11,8	-	-	-	6,2
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	5,3	7,1	-	0,6	-	-	-	0,8
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	-	1,4	-	-	0,3
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	5,3	21,4	10,5	6,5	1,4	3,8	3,2	5,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	5,3	-	5,3	4,7	1,4	-	-	2,9
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

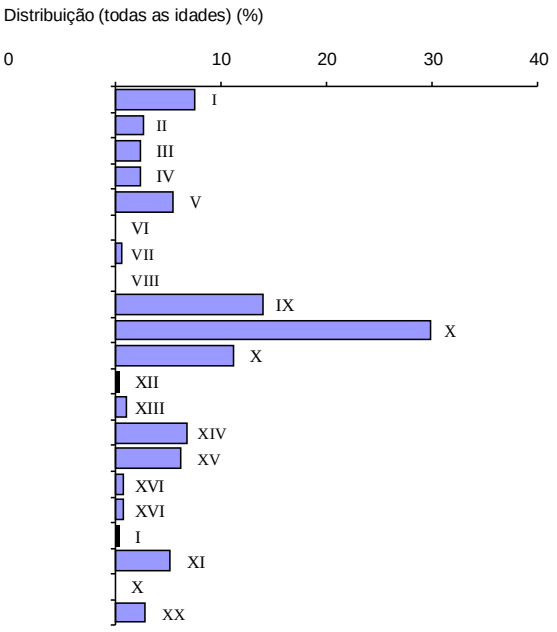


Figura 113: Total de Internações em Fênix em 2009.
Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

Analisando alguns gráficos no município percebe-se que as maioria das internações são advindas de doenças no aparelho respiratório quando comparadas todas as idades simultâneamente. Outra percepção é a alta incidência de internações relativas a gravidez e parto, consideradas normais. Doenças no sistema digestivo e circulatório são frequentes principalmente na população adulta, necessitando de atenção.

Tabela 1207: Informações Sobre Nascimentos. Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Condições	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de nascidos vivos	81	80	68	65	60	68	69	57	39	48
Taxa Bruta de Natalidade	18,1	16,2	14,1	13,8	13,0	15,0	16,1	13,7	9,6	9,6
% com prematuridade	2,5	3,8	2,9	3,1	1,7	6,1	4,3	3,5	12,8	-
% de partos cesáreos	49,4	56,3	52,9	41,5	51,7	52,9	43,5	50,9	69,2	70,8
% de mães de 10-19 anos	34,2	37,5	38,2	33,8	43,3	30,9	36,2	38,6	17,9	27,1
% de mães de 10-14 anos	1,3	2,5	1,5	1,5	3,3	1,5	-	5,3	-	-
% com baixo peso ao nascer										
- geral	3,7	6,3	4,4	6,2	6,7	8,8	5,8	8,8	12,8	6,3
- partos cesáreos	-	2,2	-	7,4	6,5	8,3	10,0	3,4	7,4	2,9
- partos vaginais	7,3	11,4	9,4	5,3	6,9	9,4	2,6	14,3	25,0	14,3

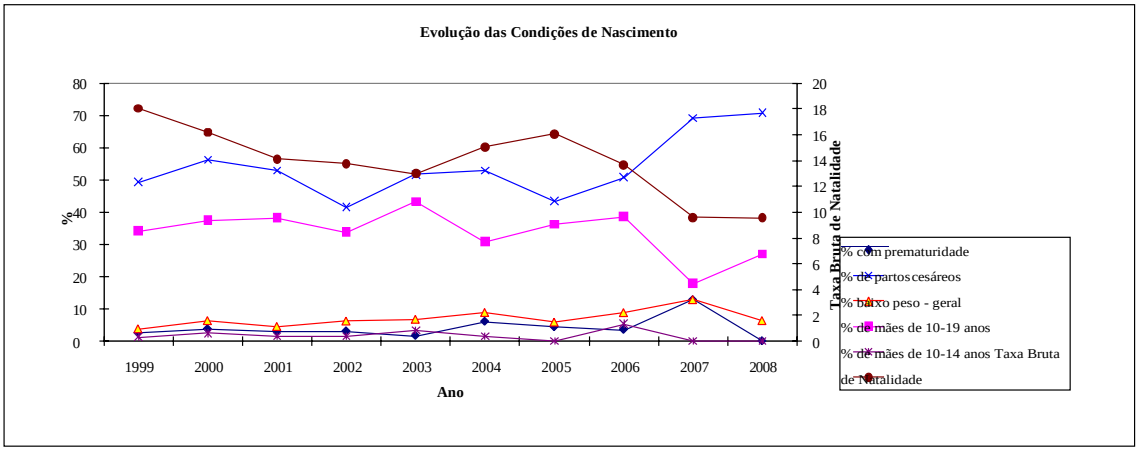


Figura 1134: Evolução das condições de nascimento. Fonte: DATASUS (2009).

Analisando as condições de nascimento, percebe-se que a porcentagem de nascidos com baixo peso no município é alta, que os partos vaginais são os predominantes, que a porcentagem de mães de 10-19 anos ficava em torno de 30% entre 1999 e 2008.

Tabela 1218: Mortalidade Proporcional (%) Por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas – CID10. Fonte: DATASUS (2005).

Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10

	2008									
Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	100,0	44,4	15,0	16,7	25,8
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	-	44,4	40,0	41,7	38,7
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	-	15,0	12,5	9,7
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	5,0	4,2	3,2
Demais causas definidas	-	-	-	-	-	-	11,1	25,0	25,0	19,4
Total	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

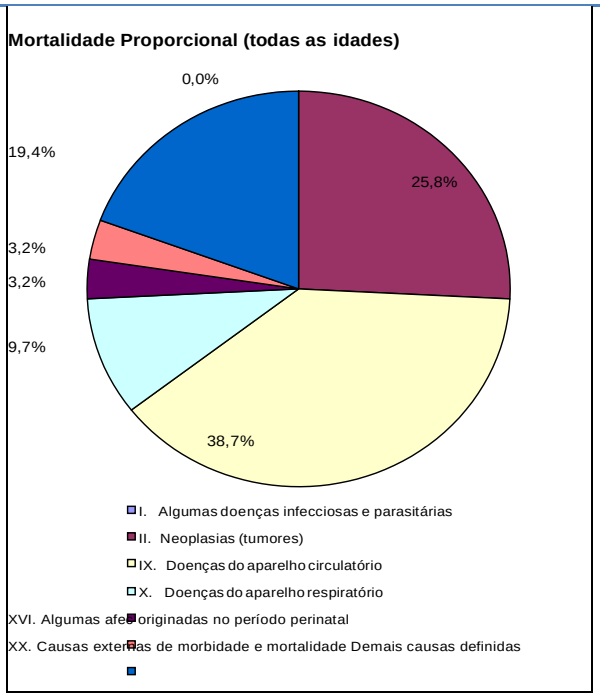


Figura 1145: Causas de Mortalidade em Fênix. Fonte: DATASUS (2008).

Tabela 1229: Mortalidade Causas. Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)							
Causa do Óbito	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aids	-	-	-	-	24,0	24,6	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	-	-	-	-	-	-
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	-	-	-	-	48,5	-
Infarto agudo do miocardio	148,2	64,9	132,7	186,4	47,9	-	59,8
Doenças cerebrovasculares	127,0	86,6	22,1	46,6	167,7	49,3	79,8
Diabetes mellitus	21,2	-	66,4	46,6	71,9	24,6	39,9

Acidentes de transporte	-	21,6	44,2	23,3	24,0	-	-
Agressões	21,2	-	22,1	23,3	24,0	98,6	-

Tabela 60123: Indicadores de Mortalidade. Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Outros Indicadores de Mortalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	41	20	32	35	35	44	31
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	8,7	4,3	7,1	8,2	8,4	10,8	6,2
% óbitos por causas mal definidas	-	-	3,1	-	2,9	11,4	-
Total de óbitos infantis	1	-	-	1	-	-	1
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	2,4	-	-	2,9	-	-	3,2
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	15,4	-	-	14,5	-	-	20,8

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Tabela 1241: Cobertura Vacinal. Fonte: SI/PNI. Situação da base de dados nacional em 25/03/2010

Cobertura Vacinal (%) por Tipo de Imunobiológico										
	Menores de 1 ano									
Imunobiológicos	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
BCG (BCG)	96,3	95,6	101,5	103,3	105,9	97,1	98,3	112,8	100,0	83,3
Contra Febre Amarela (FA)	-	-	-	-	-	-	107,0	174,4	70,8	131,3
Contra Haemophilus influenzae tipo b (Hib)	118,8	92,7	53,9	-	-	-	-	-	-	-
Contra Hepatite B (HB)	100,0	91,2	110,8	131,7	89,7	92,8	98,3	151,3	91,7	97,9
Contra Influenza (Campanha) (INF)	73,4	81,3	79,3	85,7	95,5	99,2	101,9	82,9	69,0	80,7
Contra Sarampo	92,5	116,2	112,3	-	-	-	-	-	-	-
Dupla Viral (SR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oral Contra Poliomielite (VOP)	103,8	92,7	109,2	140,0	97,1	92,8	98,3	153,9	89,6	97,9
Oral Contra Poliomielite (Campanha 1ª etapa) (VOP)	107,4	86,6	87,2	92,4	97,6	92,3	99,1	116,2	100,3	100,0
Oral Contra Poliomielite (Campanha 2ª etapa) (VOP)	99,5	88,8	94,0	94,3	97,3	93,2	97,4	116,2	97,6	99,0
Oral de Rotavírus Humano (RR)	-	-	-	-	-	-	57,9	105,1	93,8	95,8
Tetravalente (DTP/Hib) (TETRA)	-	-	55,4	140,0	97,1	92,8	98,3	153,9	89,6	97,9
Tríplice Bacteriana (DTP)	103,8	92,7	53,9	-	-	-	-	-	-	-
Tríplice Viral (SCR)	90,0	110,0	108,8	109,2	111,7	101,5	102,9	108,8	97,4	106,3
Tríplice Viral (campanha) (SCR)	-	-	-	-	111,7	-	-	-	-	-
Totais das vacinas contra tuberculose	-	-	-	-	-	-	98,3	112,8	100,0	83,3
Totais das vacinas contra hepatite B	-	-	-	-	-	-	98,3	151,3	91,7	97,9
Totais das vacinas contra poliomielite	-	-	-	-	-	-	98,3	153,9	89,6	97,9
Totais das vacinas Tetra + Penta + Hexavanlente	-	-	-	-	-	-	98,3	153,9	89,6	97,9

Totais das vacinas contra sarampo e rubéola	-	-	-	-	-	-	102,9	108,8	97,4	106,3
Totais das vacinas contra difteria e tétano	-	-	-	-	-	-	98,3	153,9	89,6	97,9

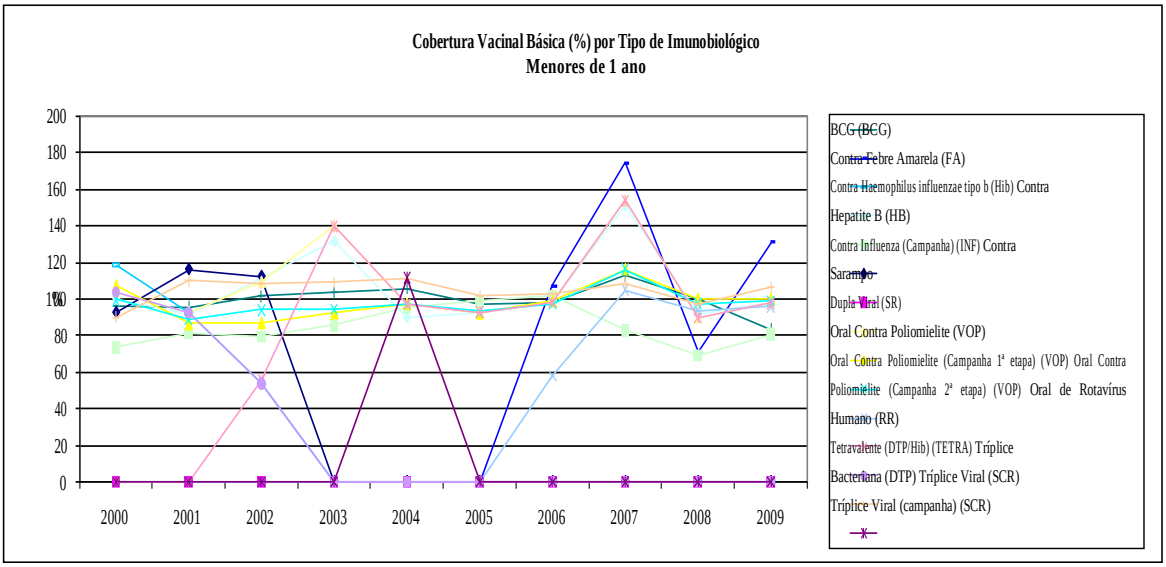


Figura 116: Cobertura vacinal básica por tipo imunobiológico.. Fonte: DATASUS (2009).

Tabela 1252: Indicadores da Atenção Básica. Fonte: SIAB (2009).

Indicadores da Atenção Básica											
Ano	**Modelo de Atenção**	População coberta (1)	% população coberta pelo programa	Média mensal de visitas por família (2)	% de crianças c/ esq.vacinal básico em dia (2)	% de crianças c/aleit. materno exclusivo (2)	% de cobertura de consultas de pré-natal (2)	Taxa mortalidade infantil por diarréia (3)	Prevalência de desnutrição (4)	Taxa hospitalização por pneumonia (5)	Taxa hospitalização por desidratação (5)
2004	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	3.266	72,3	0,08	99,1	90,6	99,3	-	2,4	150,3	17,3
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	**3.266**	**72,3**	**0,08**	**99,1**	**90,6**	**99,3**	**-**	**2,4**	**150,3**	**17,3**
2005	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	4.286	99,9	0,08	100,0	93,2	100,0	-	2,4	27,5	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	**4.286**	**99,9**	**0,08**	**100,0**	**93,2**	**100,0**	**-**	**2,4**	**27,5**	**-**
2006	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	3.831	91,8	0,07	99,8	94,6	99,1	-	3,5	38,5	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	**3.831**	**91,8**	**0,07**	**99,8**	**94,6**	**99,1**	**-**	**3,5**	**38,5**	**-**
2007	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	3.594	88,6	0,07	99,6	96,8	100,0	-	0,2	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	**3.594**	**88,6**	**0,07**	**99,6**	**96,8**	**100,0**	**-**	**0,2**	**-**	**-**
2008	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	3.940	78,6	0,07	98,3	81,9	98,8	-	1,3	5,2	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	**3.940**	**78,6**	**0,07**	**98,3**	**81,9**	**98,8**	**-**	**1,3**	**5,2**	**-**
2009	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	3.968	79,1	0,09	100,0	96,3	99,0	-	5,0	4,6	-

	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	**3.968**	**79,1**	**0,09**	**100,0**	**96,3**	**99,0**	**-**	**5,0**	**4,6**	**-**

Notas: (1): Situação no final do ano, (2): Como numeradores e denominadores, foi utilizada a média mensal dos mesmos, (3): por 1.000 nascidos vivos, (4): em menores de 2 anos, por 100, (5): em menores de 5 anos, por 1000; menores de 5 anos na situação do final do ano

A problemática enfrentada na área de saúde é decorrente da deficiência de equipamentos públicos de saúde de qualidade, a falta de recursos humanos e financeiros para maior resolver os déficits dos serviços. O município não atende as questões básicas de Saúde Pública, e a maioria dos procedimentos, a prefeitura municipal faz o devido encaminhamento aos municípios vizinhos, principalmente para Campo Mourão, de maior absorção deste contingente populacional. O município é carente de estrutura física de complexidade, bem como falta recursos humanos na área da saúde e de transporte adequado de pacientes.

Segundo relatos dos moradores, os principais problemas relacionados a área da saúde de Fênix podem ser elencados da seguinte forma: falta de automóvel especifico para saúde e vigilância sanitária, falta de assessoria jurídica, falta de espaço físico e estrutura de trabalho e falta de informatização integrada.



Figura 1157: Hospital Municipal.

Educação

Segundo IPARDES (2009), no município de Fênix existem 9 estabelecimentos de ensino. Desses três são da rede estadual, cinco da rede municipal e um particular.

São dois os estabelecimentos de ensino com creche, três com pré-escola, cinco de ensino fundamental e um de médio. Há também um estabelecimento de educação especial. Aliado a isso existem dois estabelecimentos que oferecem educação para jovens e adultos.

O nome a localização das escolas pode ser visualizado na Tabela 65.

Tabela 1263: Estabelecimentos de Ensino Fênix. Fonte: JFMG – Comunidade de Empresas do Brasil.

Nome	Ensino	Endereço
Bela Vista do Ivaí	Fundamental	Marechal Castelo Branco, S/N Sala - Centro
Castelo Branco	Médio e Fundamental	Rua Cambará, S/N Prédio Escolar - Bela Vista Do Ivaí
Santo Inácio de Loyola	Médio e Fundamental	São Vicente De Paula, 10 Prédio - Centro
Tancredo Almeida Neves	Fundamental	Avenida São Vicente De Paula, 10 Casa - Centro
Vila Rica do Espírito Santo	Ensino Fundamental	Rua Jaborandi, 135 Prédio Escolar - Centro
Criança Feliz Centro Municipal de Educação Infantil	Creche e Pré-escola	Rua Das Palmeiras, 526 Sala - Centro
Centro Municipal de Educação Infantil Hilva Jandrey	Creche e Pré-escola	Rua 22 de Fevereiro Escola - Centro
Tio Patinhas Centro Municipal de Educação Infantil	Pré-escola	Marechal Castelo Branco, S/N Sala - Centro



Figura 1168: Estabelecimentos de Ensino de Fênix.

Em relação a educação especial, existe a APAE de Fênix, localizada na Rua Pedro Livon, 261.

Em 2009 o município contava com 90 docentes, sendo 52 da rede estadual, 31 da municipal e 7 da rede particular (IPARDES, 2009).

O número de matrículas na cidade é baixo, e reflete a pequena população. Desde 1985 as matrículas em estabelecimentos de ensino foram diminuindo, resultado da diminuição populacional que vem ocorrendo desde essa data.

Quanto à evolução do número de matrículas no ensino infantil desde 1985 percebe- se uma variação, com períodos de crescimento e de quedas. Desde 2005 a quantidade de matrículas neste setor diminui progressivamente até 2009.

Quanto ao ensino fundamental constata-se uma tendência de decréscimo no número de matrículas desde 1985. As matrículas do ensino médio e da pré-escola apresentam uma constância, enquanto que as creches só começaram em 2004.

Tabela 1274: Demonstrativo da evolução do número de matrículas. Fonte: IPARDES (2009).

Ano	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	FUNDAMENTAL	MÉDIO	EDUC. ESPECIAL
1985		122	2.464	260	
1986		118	1.982	253	
1987		71	1.763	213	
1988		177	1.796	227	
1989		139	1.654	242	
1990		190	1.817	268	
1991		204	1.526	256	
1992		223	1.463	239	
1993		217	1.366	250	
1994		-	-	-	
1995		192	1.202	279	
1996		206	1.116	297	
1997		239	1.117	223	
1998		213	1.176	217	
1999		264	1.001	275	
2000		241	927	266	
2001		228	939	302	
2002		209	902	280	
2003		211	856	266	
2004	58	196	825	257	
2005	56	200	777	248	
2006	68	202	760	264	
2007	62	128	811	325	
2008	25	179	790	323	
2009	29	170	692	356	30

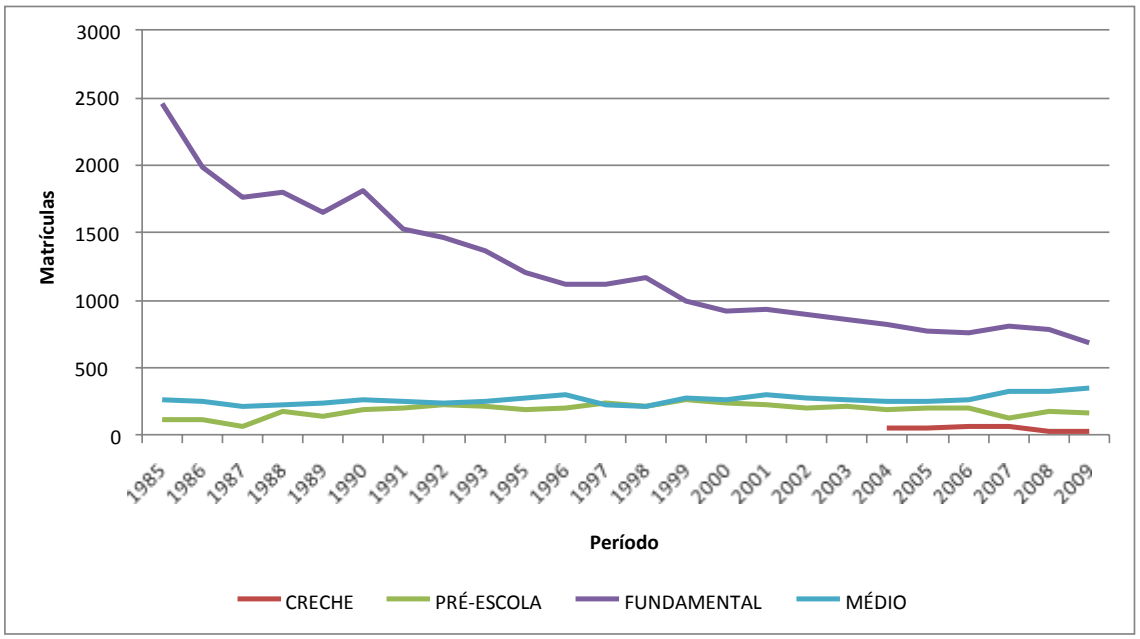


Figura 1179: Evolução do número de matrículas nas redes de ensino. Fonte: IPARDES (2010).

Quanto à análise das taxas de analfabetismo pode-se dizer que Fênix em apresenta números em relação ao Estado.

No caso da taxa de analfabetismo por faixa etária percebe-se que os maiores índices estão nos extremos dessas faixas (maiores e menores), principalmente na terceira idade, devendo o poder público implementar medidas para atenuar o analfabetismo adulto e principalmente o de idosos.

Tabela 1285: Taxa de Analfabetismo Segundo as Faixas Etárias. Fonte: IBGE (2000).

Faixa Etária (anos)	Taxa (%)
De 15 ou menos	19,1
De 15 a 19	4,1
De 20 a 24	5,8
De 25 a 29	4,8
De 30 a 39	8,7
De 40 a 49	21,0
De 50 a mais	43,0

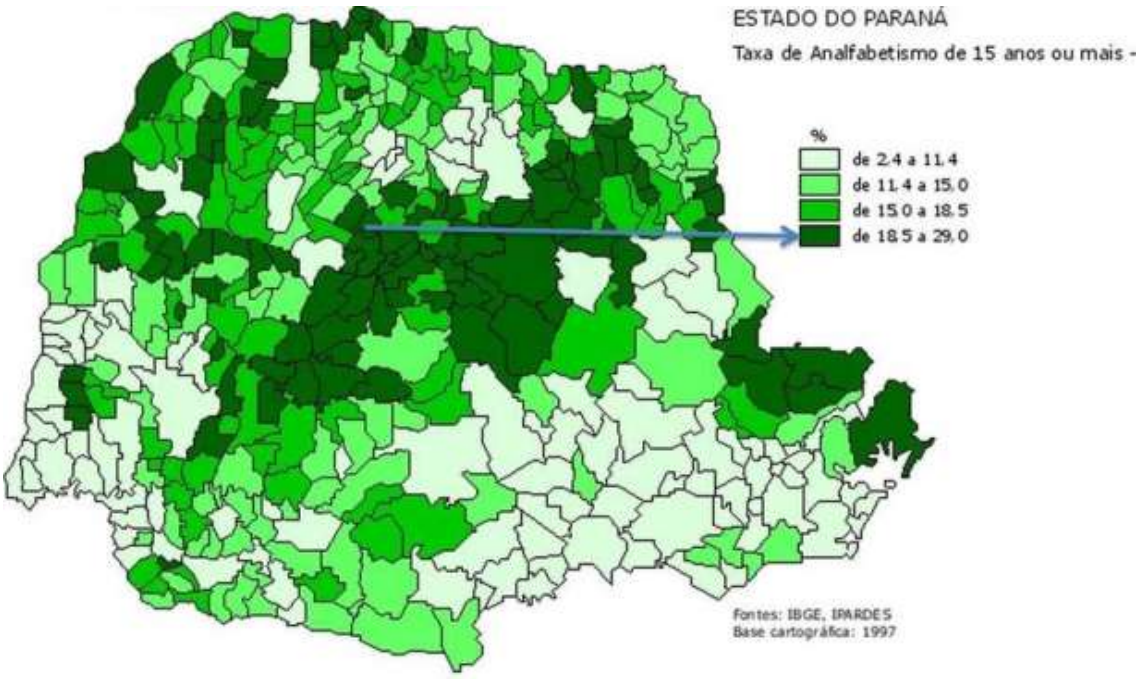


Figura 11820: Taxa de Analfabetismo. Fonte IPARDES.

Assistência Social

A política pública estadual de Assistência Social acontece através de três eixos fundamentais: Gestão Social, Controle Social e Financiamento. A Gestão Social envolve o gerenciamento, mobilização e estabelecimento de estratégias, devendo ter a articulação entre poder público e sociedade. O controle social é exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social que acompanha e fiscaliza as ações da área social e o financiamento pressupõe a garantia de recursos para o desenvolvimento da política na área social.

Em Fênix a população em situação de vulnerabilidade social e econômica pode contar com as ações do Departamento Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social. Tais órgãos desenvolvem diversos programas juntos aos diversos segmentos e faixas etárias da população. São eles:

- ✓ APMI - Associação Proteção Maternidade - Infância de Fênix (Rua Palmital s/n), com cerca de 90 crianças matriculadas segundo a Prefeitura Municipal.
- ✓ Entidades Mantenedoras: LBA (alimentação, vestuário), a Prefeitura Municipal de Fênix (Funcionários) e Comunidade (Complementa através de promoções ou doações espontâneas), sendo 20 crianças e 30 mães beneficiadas.
- ✓ CRAS – Centro de Assistência Social.
- ✓ Asilo São Vicente.
- ✓ Associação da Terceira Idade.
- ✓ Programa de resistência as drogas e a violência – PROERD.

- ✓ APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais.
- ✓ Casa da Amizade.



Figura 1191: Asilo São Vicente.



Figura 120: Casa da Amizade.

A APMI / Creche (crianças de 0 à 6 anos), faz o encaminhamento médico, odontológico e psicológico ao posto de saúde. Cede uniformes além de atender à pré-escolar, jardim e maternal. As refeições são dadas nos seguintes horários: o café às 8:00 e 2:00, o almoço às 11:00 e o jantar às 4:30.

A APMI / MÃES organiza reuniões e palestras sobre medicina, higiene e educação. Há um encaminhamento ao emprego de doméstica e a lavoura.

O CRAS é uma unidade publica estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica as famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.



Figura 121: CRAS.

A atuação do poder público na área social é grande, contudo a escassez de recursos inviabiliza maiores ações, é necessário ampliar o quadro técnico com profissionais habilitados como um Assistente Social. O município deve se capacitar para requerer maiores repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional para o Fundo Municipal. Considerando as dificuldades encontradas, avaliamos como regular a qualidade dos serviços prestados.

Cultura, Esporte

Cultura

Quanto ao aspecto cultural o município conta com uma Biblioteca bem equipada do Programa Biblioteca cidadã localizada a Rua Jangada. No município não existe local como cinema e anfiteatro para exibição de filmes. A Secretaria de Educação realiza esporadicamente eventos culturais na cidade. Dentre os eventos culturais podemos destacar a 32º EXPOFENIX, que uni lazer e cultura no mesmo evento, com shows de música, degustação de pratos típicos (peixe na cerâmica) e outros eventos paralelo.



Figura 1223: EXPOFÊNIX 2018.

O município dispõe de um Centro Cultural, onde hoje funciona também a Secretaria de Educação e Cultura mostrado na Figura 124.

No site da Prefeitura há um item de agenda cultural, onde será possível visualizar os eventos da cidade.



Figura 1234: Centro Cultural Acyr José Correia.

Outro evento importante é Rally Fluvial Vila Rica do Espírito Santo que completou 21 anos de existência desde seu primeiro evento que aconteceu em 21 de abril em 1997, por iniciativa do Sr. Rubens Calixto, com o objetivo de promover o Esporte e o Turismo, resgatar a História, defender a Ecologia e o Meio Ambiente, além de desenvolver o intercâmbio sociocultural entre os participantes e as populações da região, com um percurso de aproximadamente 400 km.



Figura 1245: HALLY FLUVIAL 2018.

Esporte

Existem lugares para a prática de esportes no município. Em especial quadras de esportes e campos de futebol.

Segundo a Prefeitura está em desenvolvimento escolinhas de Futebol de campo e futsal masculino e feminino. Previsto também escola de voleibol, handebol e campeonatos municipais de bocha, futsal suíço e futebol amador.

Precisa-se de melhorias na estrutura física e nos materiais esportivos. Os eventos atendem a população jovem, adulta e as crianças, mas não a terceira idade. Seria interessante a implantação de uma academia ao ar livre, e pista para caminhada.

Uma grande dificuldade está no percursos para as crianças se locomoverem até o estádio e a quadra, principalmente as do distrito e áreas rurais, que por falta de opção ficam sem praticar atividades esportivas no município.

Evento esportivo

Caminhada da Natureza – Sempre no mês de Setembro - É um projeto que tem parceria com EMATER/SEAB e o SESC/Fecomércio. A Caminhada Internacional na Natureza – Circuito “Villa Rica Del Espírito Santo” acontece de acordo com o calendário oficial da Emater e entidades promotoras. Contamos na realização da caminhada, com apoio de diversos parceiros, de entidades beneficentes, do comércio local e da comunidade.

Aliado a isso, todos os equipamentos existentes necessitam de substituição ou melhora, atendendo parcialmente a toda população local, podendo melhorar muito o atendimento contratando mais profissionais na área esportiva.



Figura 1256: Campo de Futebol.



Figura 1267: Quadra Poliesportiva.



Figura 1278: Mini Quadra Poliesportiva 2018



Figura 129: Caminhada da Natureza

Turismo

O município de Fênix possui em seu território uma potencialidade turística rural muito forte, em face de sua paisagem e de seus elementos naturais relevantes, que ainda é pouco explorado, mas que pode ser potencializado agregando uma melhor infraestrutura pública tanto viária como de estruturas físicas no interior do território as atividades náuticas, de pesca, de aventuras outras.

O principal ponto turístico é a Vila Rica do Espírito Santo, que é uma reserva ambiental localizada no município, que possui um museu aberto à visitação.



Figura 130: Acesso ao Parque Estadual 2018



Figura131: Entrada do Parque Estadual 2018

Villa Rica del Espirito Santo, fundada em 1592, é uma das 16 comunidades jesuíticas espanholas fundadas nos séculos XVI e XVII, por Ruy Diaz Melgarejo, na confluência dos rios

Corumbataí e Ivaí, constituindo-se em "Posto Avançado" dos espanhóis de Assunção no Território Del Guayrá. A Reduções Jesuíticas foi destruída pela chegada de Antônio Raposo Tavares. Em 1632 expulsaram toda a população espanhola da região que ainda ali permanecia. Os índios que sobreviveram foram escravizados e os jesuítas espanhóis que catequizavam os indígenas, todos chacinados, a região ficou pertencendo ao domínio português após o Tratado de Madri.

O Museu Paranaense é quem coordena as escavações e pesquisas nos sítios arqueológicos. Parte das cerâmicas e artefatos dos índios Guarani encontrados no local é exibida no museu que funciona dentro do parque. É possível encontrar diversos fragmentos e objetos indígenas. Há 15 anos foi encontrado uma urna funerária contendo um esqueleto, atualmente a urna se encontra em exposição no museu do parque, junto com outros objetos da redução que ocupava uma área urbana de 300 mil m².



Figura 1282: Urca funerária. Fonte: (www.mochileiros.com/fenix-pr-parque-de-vila-rica-do-espirito-santo-t33997.html)

O Turismo Religioso atrai inúmeros visitantes atraídos pelas ruinas da Igreja da Serrinha, como é chamada carinhosamente pela comunidade, foi a primeira Igreja Católica de Fênix é uma pequena capela situada no alto de um pequeno morro na entrada da cidade, idealizada pelo engenheiro Doutor Joaquim Vicente de Castro, fundador do município de Fênix, construída em 1928, a qual foi chamada de Capela Santo Inácio de Loyola, lembrando o fundador da Ordem dos Jesuítas. Esta capela subsiste ainda e é um dos pontos mais visitados da cidade e o mais fotografado.

Rota da Fé

É um movimento religioso aberto à participação de todos, mesmo de confissão religiosa não católica, disposta a fazer uma experiência de reflexão, meditação, oração, suplicas, penitência, agradecimentos, manifestações de Fé, encontro com a natureza, revisão de vida, motivação,

compartilhar com pessoas de outros lugares, conhecer outros costumes e caminhar junto em harmonia e geralmente em família.

Tudo começou a partir do projeto de “Turismo Religioso e Sustentável” na Diocese de Campo Mourão e na COMCAM. Trata-se de uma Romaria de um dia, com a metodologia que se desenvolve em dois momentos distintos, sendo parte do trajeto de ônibus e outra parte a pé, passando por lugares sagrados de manifestações da fé do povo local, mantendo contato com o meio ambiente (como plantio de árvore e soltura de peixe), conhecendo a história da região, seus costumes, produtos artesanais, recursos naturais, degustando os pratos típicos dos municípios por onde passam e visitando templos, paróquias, capelas e grutas.



Figura 1293: Rota da Fé



Figura 1304: Capela Santo Inácio de Loyola



Figura 135131: Interior da capela dedicada a Santo Inácio.

Estação Ecológica

Outro ponto turístico, encontra-se numa área de terras de vegetação nativa. Foi criada pelo Decreto Municipal nº 051 de 22 de junho de 2011, com uma área de 115,9891 ha, ou seja, 47.929 alqueires paulista.

Tem como objetivos a preservação dos ecossistemas abrangidos, a realização de pesquisas científicas e de atividades de conscientização, educação e interpretação ambiental, proporcionando a proteção integral da diversidade biológica existente na área e facilitando a conectividade entre remanescentes florestais.

Toda a área correspondente a Estação Ecológica Municipal é passiva de pesquisas em diversas áreas, capaz de contemplar sua fauna e flora. É importante salientar que tanto a fauna quanto a flora deste local serão reconhecidas através de estudos e levantamentos já iniciados pela UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Campo Mourão, que servirá de apoio para Plano de Manejo, que além de servir para o cumprimento da proposta de continuidade e melhoria na avaliação para o aumento dos recursos de recebimento do ICMS ecológico, serve para criar a consciência preservacionista, visando a nossa caminhada rumo ao futuro, na busca da sobrevivência de novas gerações.





Figura 1326 e 137: Estação Ecológica

Eco Turismo

Em 1995 a agricultura na Fazenda Água Azul entrou em colapso, sendo as terras agricultáveis mercerizadas, os maquinários e implementos vendidos e os funcionários restantes dispensados, restando somente como atividade da família na propriedade a produção de leite. Encontrando-se com 13 casas rústicas de madeira vazias , com um enorme tempo hábil e com uma vasta área florestal preservada a Professora de Belas Artes Sra. Elissena Frollini Berg Von Linde, percebeu a possibilidade de realizar um antigo sonho: de transformar tudo em um "Hotel Fazenda" e o Sr. Johan de viabilizar outro sonho: de compartilhar com outras pessoas as maravilhas da natureza, o sossego e o bem estar proporcionado pelo contato direto com o ECOSISTEMA Teve então início o trabalho cuidadoso de recuperar toda a infraestrutura dos prédios da propriedade, que são , na maioria construídos em madeira nobre, também teve início a confecção de móveis, pois quase todas as casas são mobiliadas com mobílias produzidas na fazenda.

A memória da fazenda é conservada no Museu da história do café, achados indígenas e curiosidades.

As caminhadas matinais são feitas por diversas trilhas dentro da floresta que consiste em uma mata nativa totalmente preservada com 289 ha, onde podem ser observadas pequenas quedas de água, minas, árvores centenárias além de orquídeas que compõe nossa flora e uma imensa variedade de pássaros. São oferecidos passeios a cavalo e charrete por trilhas que passam dentro da floresta em um ambiente totalmente rural, sempre monitorados por um guia. Pescaria em rios, lagos, córregos e açudes; Cabo aéreo; Futebol suíço; Casa de brinquedos; Aeródromo - voos panorâmicos; piscinas para adultos e crianças; mirante com vista panorâmica de mais de 16 cidades à noite.
Atendimento personalizado à Escolas e grupos; Aniversários e Eventos.
Colônia de férias em Dezembro, Janeiro e Julho.



Figura 1338: Vista panorâmica da Fazenda Água Azul



Figura 1349: Museu – Hotel Fazenda Agua Azul

Segurança Pública

Possui um posto de destacamento da Polícia Militar na entrada da cidade na Avenida Joaquim Vicente de Castro, 1212 composta de uma viatura para trabalho de diligência. No município não existe corpo de bombeiros, sendo atendido pelo corpo de bombeiros do município de Campo Mourão quando ocorrem sinistros. Casos de crimes graves são enviados para comarcas maiores.
O município deve prever um Plano de Defesa Civil para qualquer eventualidade, visando ter as condições mínimas para um atendimento organizado.



Figura 140:Destacamento de Polícia Militar

O número de acidentes de trânsito registrados no município é baixo, refletindo a pequena população existente, conforme pode ser observado na Tabela.

Tabela 1296: Acidentes de Trânsito em 2009. Fonte: IPARDES.

Acidentes de Trânsito - Total	Acidentes de Trânsito com Vítimas - Total	Acidentes de Trânsito sem Vítimas - Total
10	2	8

Recreação - Lazer

A recreação no município é de responsabilidade do Departamento de Educação, Cultura e Esportes; ela ocorre principalmente nos eventos programados e promovidos pelo município, como, comemorações do aniversário do município, festas religiosas e campeonatos esportivos. A atividade de recreação e lazer é sempre deixada em segundo plano tanto pelos governantes, como pela exigência da sociedade que prefere priorizar outros aspectos como saúde, educação.

- ✓ Praça da Igreja Matriz;
- ✓ Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo;
- ✓ Museu Estadual Vila Rica do Espírito Santo;
- ✓ Quadras Municipal de Esportes;
- ✓ Estádio Municipal Pingão;
- ✓ ARCAN – COAMO;
- ✓ Sede recreativa dos funcionários da CAMPAGRO
- ✓ Sociedade recreativa de Fênix;
- ✓ Casa da Amizade.



Figura 141: Museu Estadual Vila Rica del Espirito Santo

Serviços Públicos

Transporte

O município conta com um Terminal rodoviário público com instalações regulares.

Quanto ao transporte Rodoviário de passageiros e encomendas, a cidade possui um terminal rodoviário localizado na área central sito a Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro – Centro Fone: 44-3272-1329.

As empresas que atuam no município e operam os serviços transporte de passageiros.



Figura 142: Terminal Rodoviário

Duas empresas atendem o município são as seguintes:

- Princesa do Ivaí/Garcia.
- Expresso Maringá.

Segundo a prefeitura, o município enfrenta dificuldade para oferecer o transporte escolar. Além de transportar os alunos da rede municipal, os gestores também assumem o

transporte de grande parte dos alunos das redes estaduais. O valor repassado pelos Estados não retrata a realidade do custo de oferta do serviço.

O governo federal apoia financeiramente os Estados e Municípios por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). É repassado o equivalente a R$120,73 a 172,24 por aluno/ano.

Como reconhecimento por quem presta o serviço de transporte escolar, o Pnade faculta aos Estados autorizar, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o repasse direto aos municípios do valor do programa correspondente aos alunos das escolas estaduais.

A prefeitura destaca, que o recurso federal é um suplemento, pois o valor repassado pelo Pnate representa apenas 15,2% do custo total do transporte escola ao ano.

O transporte de alunos da área rural é realizado pela Prefeitura com ônibus e tem o propósito de garantir o acesso e a permanência nas escolas dos estudantes da educação infantil, fundamental e médio. Atualmente cerca de 490 alunos são transportados mensalmente.

As linhas do transporte são as seguintes:

- Pela manhã: Água do Bagre, Água do 10, Porto Velho, Fazenda Cajibi, Vila Rural, Vila Verde e Bela Vista do Ivaí.
- Pela tarde: Água do 10, Vila Rica, Vila Rural, Cantinho do Céu, Porteira Preta, Bela Vista do Ivaí, Urtiguinha e 40 Alqueires.
- Pela noite: Água do Bagre e Bela Vista do Ivaí.

Mesmo o município disponibilizando essas linhas o serviço não atende as necessidades da população de maneira geral, visto que o foco é o transporte escolar, e a falta de uma periodicidade e frequência nos horários é o fator mais grave neste serviço.

Telecomunicações

Não há edição local de jornais, os jornais que circulam no município são provenientes de localidades próximas como Tribuna do Norte (Apucarana), Folha de Londrina, O Estado do Paraná (Curitiba) além de jornais digitais como o jornal Interior News.

As estações de rádio sintonizadas no município são: Rádio Pé Vermelho, Rádio Master, Rádio Educadora (São João do Ivaí), Cultura FM (Maringá), Rádio Nova Era (Borrazópolis).

Quanto ao serviço televisivo, a cidade de Fênix recebe sinais das retransmissoras da cidade de Maringá: Globo, Bandeirantes, Record e SBT, sendo que os usuários fazem uso de antenas parabólicas para melhoria do sinal de transmissão.

A cidade de Fênix possui uma Agência dos Correios localizada de fronte para a Praça Costa e Silva. Não existe coleta na área rural, a entrega dessas correspondências é feita na própria agência.



Figura 135: Agência de Correios



Figura 144: Antena de Telefonia em Fênix.

Telefonia

O município de Fênix conta com o serviço de telefonia fixa atendido pela Brasil Telecom e com serviço de telefonia celular (TIM).

No município existem 20 orelhões, mais 3 no distrito de Bela Vista do Ivaí e 2 na Vila Rural.

As ruas que possuem orelhões são: Rua Iapó, Rua das Palmeiras, Rua Ceboleiro, Rua Jaborandi, Rua Rui Barbosa, Rua Pedro Livon, Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro, Av. São Vicente de Paula, Av. Antônio Quinteiro Simões, Rua Ingazeiro, além de outros orelhões no terminal rodoviário e no centro de saúde.



Figura 136: Orelhão em Fênix.

Condicionantes Potencialidades e Deficiências.

Tabela 1307: Aspectos Infra Estrutura e Serviços Públicos no Município de Fênix– 2018

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	**INFRA-ESTRUTURA** Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos); Sistema viário e transporte;	**INFRA-ESTRUTURA** Saneamento Ambiental: ✓ Área urbana não atendida com saneamento básico: Falta de rede e tratamento de esgoto; ✓ Baixo atendimento de rede de drenagem na malha Urbana da sede e do Distrito;	**INFRA-ESTRUTURA** Saneamento Ambiental: ✓ Abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública atende a área urbana quase que na sua totalidade;

	Energia elétrica e iluminação pública; Telecomunicações; **EQUIPAMENTOS URBANOS:** Equipamentos sociais (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, segurança pública e recreação).	✓ Grande atenção quanto às fossas rudimentares na sede urbana e nas comunidades rurais próximo dos rios e córregos comprometendo a qualidade da água; ✓ Maior controle na destinação do lixo hospitalar; **SISTEMA VIÁRIO URBANO E RURAL** ✓ Falta de padronização de passeios públicos e sinalização viária; ✓ Falta de pavimentação urbana e aberturas de ruas em vias mais periféricas principalmente nos loteamentos na porção Noroeste e Sudeste da sede urbana; ✓ Pontos de erosão na saída dos dissipadores na região oeste da malha urbana nos pontos que levam para o afluente do Rio Dez; ✓ Necessidade de ampliação do sistema de galeria de águas pluviais em vias locais; ✓ Falta de readequação das condições da maioria das estradas rurais – acessibilidade e trafegabilidade; ✓ Loteamentos desconectados da malha urbana dificultando a implantação de infraestrutura urbana; ✓ Melhoria nos diversos cruzamentos da malha urbana; **EQUIPAMENTOS URBANOS**: ✓ Falta de estrutura física adequada em vários setores do serviço público; ✓ Adequar novas estruturas para Prefeitura e Câmara; ✓ Melhor distribuição de escolas na sede urbana, o raio de abrangência não atende aos loteamentos na parte sul da malha urbana.	✓ Rede de drenagem implantada na parte central da cidade; ✓ Potencial para implantação do novo aterro sanitário devido à nova área, inserindo programas de reciclagem e de coleta seletiva de resíduos sólidos; ✓ Pequenas praças ou largos triangulares com bom potencial paisagístico na sede urbana; ✓ Áreas potenciais para incremento da recreação e lazer com os parques urbanos na antiga área de olaria e próximo à praça das águas; ✓ Grande potencialidade dos Rios Ivaí e Corumbataí quando ao turismo rural em face aos atrativos existentes com o Rally fluvial; Ação Social: ✓ Vários programas de assistência e de Inclusão social; ✓ Cursos de capacitação profissional através do CRAS; ✓ Implantação de nova creche municipal; ✓ Instalação do Centro de atendimento a Mulher e a Criança; ✓ Biblioteca recentemente implantada e bem equipada; ✓ Potencial na estrutura do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo; ✓ Avenidas largas com bom suporte arbóreo.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Estrutura Administrativa

Quanto à estrutura administrativa inicia-se um delineamento a partir da Lei Nº 11/2010, que Dispõe sobre a estruturação organizacional da administração municipal da prefeitura de Fênix, estabelecendo uma posição hierárquica e de apoio formal aos departamentos.

Legislação Municipal

O instrumental jurídico urbanístico existente atualmente no município é o seguinte.

- ✓ Lei Orgânica do Município
- ✓ Plano Plurianual – Lei nº 38/2017 Dispõe Sobre O Plano Plurianual Do Município De Fênix, Para O Quadriênio De 2018 A 2021 E Dá Outras Providências".
- ✓ Plano Diretor:
- ✓ Nº 35/2018 - Súmula: Altera a redação do artigo 4º, o §1º do artigo 4º e o Memorial descritivo do § 1º do artigo 4º da Lei Complementar 24/2012 e da outras providências.
- ✓ Nº 34/2018 - Súmula: Altera a redação do inciso IV do Artigo 2º, os §§ 1º e 2º do artigo 21 e artigo 24, todos da Lei Complementar 25/2012 e da outras providências.
- ✓ Nº 33/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 32/2012 - Súmula: INSTITUI O DIREITO DE PREEMPÇÃO, CONFORME ART. 25 DA LEI FEDERAL 10.257/2001 (ESTATUDO DA CIDADE)
- ✓ Nº 31/2012 - Súmula: INSTITUI O CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO PARA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 30/2012 - Súmula: ESTABELECE A COMPULSORIEDADE DO APROVEITAMENTO DO SOLO URBANO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE FÊNIX DE FORMA A ASSEGURAR O USO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 29/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE O CÓDIGO POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 28/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE CÓDIGO DE OBRAS QUANTO A MATÉRIAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 27/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE A MOBILIDADE MUNICIPAL E URBANA E HIERAQUIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO PARA
- ✓ Nº 26/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 25/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

- ✓ Nº 24/2012 - Súmula: INSTITUI OS PERÍMETROS URBANOS E DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 23/2012 - Súmula: INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL, ESTABELECE OBJETIVOS DIRETRIZES E INSTRUMENTOS

Em face da nova disposição do Plano Diretor de estar alinhavado com o Plano Plurianual PPA, LDO leis de diretrizes orçamentárias e da LOA lei do orçamento anual faz com que os gestores se obriguem a direcionar suas ações com um novo sistema de planejamento municipal.

Sistema de Informações Municipais

A Assessoria de Planejamento é o órgão da estrutura administrativa responsável pela elaboração, alteração e controle das informações municipais através da atualização permanente de banco de dados, visando o acompanhamento do desenvolvimento do Município de Fênix. Através da Lei Nº 11/2010 se inicia um processo de estruturação da administração municipal, é nesta lei que aparece a Secretaria de Governo, as Assessorias, os órgãos da Administração Geral, os órgãos de Administração Específica e seus departamentos e divisões, formando um novo "desenho" do processo de Gestão Pública para auxiliar a administração de Fênix.

Legislação Estrutura Administrativa

A ação do Governo Municipal terá como objetivo o desenvolvimento do Município e o aprimoramento dos serviços prestados à população, mediante o planejamento de suas atividades.

O planejamento das atividades da administração municipal obedecerá às diretrizes estabelecidas e traçadas através da elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos:

I) Plano Plurianual;
II) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
III) Lei Orçamentária Anual;
IV) Plano Diretor Municipal

A execução e elaboração do planejamento municipal guardarão, perfeita consonância com os planos e programas do Governo Federal e do Estado do Paraná.

Foram Incorporados aos componentes do planejamento municipal, os projetos e programas desenvolvidos setorialmente pelo município.

A ação do Município de Fênix em áreas assistidas pela atuação do Estado ou União será supletiva e, sempre que for o caso, buscará mobilizar recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis. A Lei Municipal Nº 11/2010 estabelece uma estrutura de apoio imediato ao Prefeito com um Controle Interno e Conselhos Municipais, suas Assessorias (Jurídica, Comunicação e de Planejamento), os órgãos de administração geral departamentos e órgãos de administração específica:

Tabela 131: Cargos Comissionados.

Nº Cargos	Símbolo
Secretário de Administração e Planejamento	Lei Munic.18/2008
Secretario de Recursos Humanos	Lei Munic.18/2008
Secretário de Finanças	Lei Munic.18/2008
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Transportes	Lei Munic.18/2008
Secretário de Educação e Cultura	Lei Munic.18/2008
Secretário de Esportes	Lei Munic.18/2008
Secretário da Saúde	Lei Munic.18/2008
Secretário da Assistência e Desenvolvimento Social	Lei Munic.18/2008
Secretário de Indústria, Comércio e Abastecimento	Lei Munic.18/2008
Secretário da Agricultura e Pecuária	Lei Munic.18/2008
Secretário do Turismo e Meio Ambiente	Lei Munic.18/2008
Chefe do Gabinete do Prefeito	**CC-1**
Assessor Jurídico	**CC-2**
Assessor de Comunicação	**CC-6**
Diretor do Departamento de Administração	**CC-1**
Chefe da Divisão de Serviços Administrativos Gerais	**CC-5**
Chefe da Divisão de Serviços do Detran no Município	**CC-4**
Chefe da Divisão de Serviços da Junta Militar, Identificação E Sistema de Emprego Público no Município	**CC-3**
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos	**CC-1**
Chefe da Divisão de Recursos Humanos	**CC-6**
Chefe da Divisão de Informática e Sistemas	**CC-6**
Diretor do Departamento de Planejamento	**CC-1**
Diretor do Departamento de Finanças	**CC-1**
Chefe da Divisão de Controle Financeiro	**CC-5**
Diretor do Departamento de Tributação Urbana	**CC-1**
Diretor do Departamento de Tributação Rural	**CC-1**
Chefe da Divisão de Controle Tributário Rural	**CC-6**
Diretor do Dept°. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes	**CC-1**
Chefe da Divisão de Obras Públicas	**CC-5**
Chefe da Divisão de Serviços Urbanos	**CC-5**
Diretor do Departamento de Educação	**CC-1**
Chefe da Divisão de Serviços Gerais de Educação	**CC-3**
Chefe da Divisão de Ensino Fundamental	**CC-4**
Chefe da Divisão de Ensino Infantil	**CC-4**
Chefe da Divisão de Programas Especiais	**CC-7**
Diretor do Departamento de Cultura	**CC-1**
Diretor do Departamento de Esportes	**CC-1**
Chefe da Divisão de Esportes	**CC-6**

Chefe da Divisão de Recreação e Lazer	**CC-6**
Chefe da Divisão de Esportes e Rendimentos	**CC-6**
Diretor do Departamento de Saúde	**CC-1**
Chefe da Divisão de Serviços Gerais de Saúde	**CC-6**
Chefe da Divisão de Programas Especiais	**CC-6**
Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	**CC-5**
Assessor de Programas Especiais	**CC-7**
Diretor do Dept°. de Assistência Social	**CC-1**
Chefe da Divisão de Assistência Social Comunitária	**CC-4**
Chefe da Divisão de Atendimento a Criança e Adolescente	**CC-6**
Chefe da Divisão de Atendimento a Mulher e ao Idoso	**CC-6**
Diretor do Dept°. de Desenvolvimento Social	**CC-1**
Chefe da Divisão do CRAS	**CC-5**
Assessor de Programas Especiais	**CC-7**
Diretor do Dept°. de Indústria, Comércio e Abastecimento	**CC-1**
Chefe da Divisão de Indústria e Comércio	**CC-6**
Diretor do Departamento de Agricultura e Pecuária	**CC-1**
Chefe da Divisão de Assistência Técnica à Pecuária	**CC-3**
Diretor do Departamento de Turismo	**CC-1**
Chefe da Divisão de Turismo	**CC-5**
Diretor do Departamento de Meio Ambiente	**CC-1**
Chefe da Divisão de Meio Ambiente	**CC-5**
Assessor de Programas Especiais	**CC-7**

Parte Integrante à Lei Municipal n° 11/2010. (Proj. de Lei n. 12/2010)

Fonte: Prefeitura Municipal de Fênix

Estrutura Administrativa

A Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Fênix ficou constituída pelos seguintes órgãos:

1. Órgãos de Assessoramento Externo:
   a) Conselhos setoriais.

Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal da Cultura; Conselho Municipal de Esportes; conselho Municipal do Turismo; Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Conselho Municipal de Emprego e Relação do Trabalho; Conselho Municipal de Política de Administração e Remuneração de Pessoal; Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Serviços; Conselho Municipal do Idoso; Conselho Municipal do Meio Ambiente; Conselho Municipal de Habitação; Conselho Municipal Antidrogas; e outros que se fizerem necessários.

   b) Comissões.

I- Comissão Municipal da Defesa Civil; e

II- Comissões Especiais.

2. Órgãos de Colaboração com o Governo Estadual, Federal e Suas Autarquias ou Fundações:

a) Unidades Municipais de Colaboração Intergovernamentais:

I- Unidade Municipal de Cadastramento – INCRA; II-
Junta de Serviço Militar;
III- Serviço de Identificação; IV-
Serviço do Detran;
V- Sistema Público de Emprego; VI-
Banco Social;
VII- Subunidade Veterinária da SEAB.

3. Órgãos de Assessoramento;

a) Governo Municipal:
I- Gabinete do Prefeito; II-
Assessoria Jurídica;
III- Assessoria de Comunicação; IV-
Assessoria de Planejamento; V -
Central do Controle Interno.

4. Órgãos de Administração Geral:

a) Secretaria de Administração e Planejamento.
b) Órgãos de Administração Operacional:

a) Secretaria de Recursos Humanos;
b) Secretaria de Finanças;
c) Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Transportes;
d) Secretaria de Educação e Cultura;
e) Secretaria de Esportes;
f) Secretaria da Saúde;
g) Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;
h) Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento;
i) Secretaria da Agricultura e Pecuária;

j) Secretaria do Turismo e Meio Ambiente;
k) Procuradoria-Geral do Município.

Da Competência dos Órgãos

Dos Órgãos Colegiados de Consulta, Orientação e Deliberação

O Prefeito Municipal fixará por Decreto a composição, atribuições e forma de funcionamento dos órgãos colegiados de deliberação, consulta e orientação, observado a legislação pertinente.

Da Assessoria Jurídica

Á Assessoria Jurídica compete representar o Município nos feitos em que ele seja autor, réu, oponente ou assistente; receber citações; emitir pareceres sobre questões jurídicas, minutas de contratos e outros atos jurídicos; quando solicitada, elaborar minutas de atos normativos; proceder a cobrança amigável ou judicial da dívida ativa; promover as desapropriações amigáveis ou judiciais; orientar e preparar processos administrativos; prestar assessoramento jurídico ao Prefeito e aos demais órgãos da Prefeitura.

Da Assessoria de Comunicação;

Promover a divulgação de atos, programas, projetos e suas execuções, nas reivindicações levadas à efeito junto aos órgãos do Estado e da União para a realização de obras, convênios, intercâmbios e melhorias em benefício do Município; e edição de notas das ações e encaminhar aos órgãos de imprensa e a população, dos atos desenvolvidos no município, Informar o Chefe do Poder Executivo e sua chefia de Gabinete de todas as notícias veiculadas na imprensa com relação à administração; Elaborar planejamento de marketing de caráter sociocultural informativo da comunidade em geral, com a finalidade de ampliar a abrangência dos atos e realizações da administração; participar de reuniões comunitárias, eventos, coletivas com a imprensa e outras atividades; cadastrar e zelar pelo arquivo fotográfico, áudio visual e de imprensa, que envolva o Município mantendo-o atualizado;

Da Assessoria de Planejamento

Á Assessoria de Planejamento compete o planejamento e a organização municipal, mediante a orientação normativa, metodológica e sistemática aos órgãos da administração municipal; a elaboração e a coordenação na execução das propostas orçamentárias, adequando os recursos aos objetivos e metas da política municipal de desenvolvimento econômico e social; o planejamento, estudo e acompanhamento metodológico, com sistema de controle e avaliação de resultado, bem como o estabelecimento de fluxos de informações entre os diversos órgãos; elaborar ou promover a elaboração do Plano Diretor Municipal, bem como coordenar a sua execução, bem como, acompanhar procedimento licitatório e dispensa nos termos da Lei do Município.

Da Secretaria de Finanças

A Secretaria de Finanças é o órgão incumbido de exercer as atividades referentes ao lançamento, arrecadação e fiscalização de tributo e demais rendas municipais; ao recebimento, pagamento, a guarda e movimentação de valores do Município; ao registro e controle contábil de administração orçamentária, financeira e patrimonial do Município; fiscalizar normas de programação financeira e acompanhar a execução do orçamento.

Da Secretaria de Administração e Planejamento

Da Secretaria de Administração e Planejamento incumbi o planejamento operacional dos serviços gerais de guarda, controle e distribuições de materiais; o aproveitamento ou alienação de materiais inservíveis; a administração, controle e manutenção do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município; a administração de arquivo, protocolo, reprografia, meios de comunicação; a administração dos meios de transporte interno da Prefeitura compreende operação, controle e manutenção da frota de veículos leves, a normatização do controle, manutenção e uso da frota de máquinas, equipamentos e veículos pesados; o controle e a fiscalização da frota locada; a administração e controle da ocupação física dos prédios de uso do Município, bem como o controle dos contratos da locação para instalação de unidades de serviço, a guarda e vigilância dos referidos prédios e dos prédios municipais. Ficando também com a competência de consecução de normas e controles à administração de material e dos patrimônios mobiliário e imobiliário do município, a execução de normas e controles à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado na Prefeitura, a execução das atividades relativas ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Município; a elaboração de normas e promoção das atividades relativas ao recebimento, distribuição, controle do andamento, triagem e

arquivamento dos processos e documentos em geral que tramitam pela Prefeitura, a coordenação dos serviços no prédio da Prefeitura;

A Secretaria de Administração e Planejamento compõem-se dos seguintes Departamentos, Divisões e Setores, imediatamente subordinados ao respectivo titular:

1. Departamento de Administração:
1.1. Divisão de Serviços Administrativos Gerais:
1.1.1. Setor de Protocolos e Serviços Gerais.
1.2. Divisão de Licitações e Contratos.
1.3. Divisão de Compras, Almoxarifado e Material:
1.3.1. Setor de Compras;
1.3.2. Setor de Almoxarifado;
1.3.4. Setor de Material;
1.3.5. Setor de Patrimônio.
1.4. Assessoria de Programas Especiais.
2. Departamento de Planejamento:
2.1. Divisão de Engenharia e Projetos:
2.1.1. Setor de Engenharia;
2.1.2. Setor de Projetos;
2.1.3. Setor de Convênios.

Da Secretaria de Recursos Humanos

Cabe a Secretaria de Recursos Humanos a assessoria e orientação técnica aos órgãos da Administração Direta e Indireta, em assuntos administrativos referentes ao pessoal, a promoção em articulação com o Departamento de Saúde, da inspeção de saúde dos servidores, para efeitos de nomeação, licenças, aposentadorias e outros fins legais, bem como a viabilização de técnicas de segurança em medicina do trabalho destinado aos servidores municipais. É de competência da Secretaria o planejamento operacional e a execução das atividades de administração de pessoal, compreendendo recrutamento, seleção, admissão, alocação, remanejamento, exoneração de servidores da administração direta; a elaboração da folha de pagamento e o controle dos atos formal de pessoal; a gestão e manutenção do cadastro de recursos humanos da Administração Direta e Indireta; serviços de assistência social aos servidores, de perícias médicas, de higiene e de segurança de trabalho; realização de exames médicos pré-admissionais, para ingresso na Administração Direta; a execução da política geral de recursos humanos, compreendendo a uniformização da concessão de benefícios, a gestão do plano de carreiras, a execução da avaliação de desempenho e a

implementação da política salarial; a gestão das relações do município com seus inativos, associações de servidores e sindicatos;

O Secretário de Recursos Humanos tem por competência: o planejamento, execução, supervisão e controle das atividades administrativas em geral; a proposição de políticas e normas sobre a administração de pessoal; controle das atividades relativas ao recrutamento, capacitação, registro e controles funcionais, pagamento de serviços, administração de planos de carreira, da política de técnicas e métodos de segurança e medicina do trabalho e demais assuntos relativos aos serviços municipais; a organização e coordenação de programas de capacitação e desenvolvimentos dos recursos humanos da Prefeitura; a coordenação do relacionamento da Prefeitura com os órgãos representativos dos servidores municipais; a assessoria e orientação aos órgãos da Administração Direta, Indireta e Funcional, em assuntos administrativos referente a pessoal, material, arquivo e patrimônio; desenvolvimento de programas de saúde ocupacional, de perícias médicas e de segurança do trabalho;

Da Secretaria da Saúde

Será de competência da Secretaria da Saúde, o planejamento operacional e a execução da política de saúde do Município, através da implementação do Sistema Municipal de Saúde e do desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas, a vigilância epidemiológica, sanitária e nutricional, de orientação alimentar e de saúde do trabalhador; da prestação de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência; a promoção de campanhas de esclarecimentos, objetivando a preservação da saúde da população, a implantação e fiscalização das posturas municipais relativas a higienização e à saúde pública; a participação na formulação da política de proteção do meio ambiente, a articulação com outros órgãos municipais, demais níveis de governo e entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas conjuntos e outras atividades correlatas.

Fica também a competência, promover medidas relativas à proteção da saúde da população; prestar assistência primária nas áreas médicas e odontológicas à população, mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem à redução, prevenção e eliminação do risco de doença, planejar e executar a política sanitária, nos aspectos de promoção, prevenção e recuperação da saúde; controlar e fiscalizar as ações e serviços de saúde, através da execução direta ou de serviços de terceiros, desenvolver as ações de saúde, integrando-se à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Estadual de Saúde, promover a formação da consciência sanitária na criança e no adolescente, criar e divulgar programas coletivos de prevenção de deficiência e controlar doenças transmissíveis, zoonoses e alimentos, através da manutenção de vigilância sanitária e epidemiológica; promover a



fiscalização médico-sanitária; promover, em articulação com a Secretaria da Administração e Planejamento, a inspeção de saúde dos servidores, para efeitos de nomeação, licença, aposentadorias e doutros fins legais, bem como a viabilização de técnicas de segurança e medicina do trabalho, destinadas aos servidores municipais, desenvolver a acompanhar os objetivos, as metas e ações do Planejamento Estratégico de Governo, que estejam relacionados a Secretária; desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

Secretaria de Educação e Cultura

A Secretaria de Educação e Cultura competem executar as atividades relativas à educação; relacionamento com os órgãos federais e estaduais da área objetivando a execução de programas educacionais; promover a execução de programas e campanhas de educação e cultura; manter os serviços de alimentação escolar; difundir e estimular a cultura em todos os seus aspectos; proteger o patrimônio histórico e cultural do Município; executar programas recreativos e folclóricos. Prestar assessoria ao Prefeito na formulação da política educacional do Município; promover a elaboração e execução do plano municipal de educação, em consonância com os sistemas federal e estadual de educação. Desenvolver programas pedagógicos, objetivando o aperfeiçoamento do professorado municipal, dentro das diversas especialidades, buscando aprimorar a qualidade do ensino municipal; promover a educação infantil e ao ensino fundamental à população do Município e ao combate ao analfabetismo, provendo de condições necessárias a sua efetivação com a assistência social, sanitária, psicológica, de material e de alimentação escolar, bem como de programas de apoio ao educando; promover a divulgação do calendário de festividades típicas do Município, objetivando manter vivas as tradições e festas populares que de alguma forma manifestem a cultura do Município; definir, coordenar e inspecionar o transporte escolar.

Da Secretaria de Esportes

Cabe amparar e difundir a prática esportiva no Município; superintender as atividades desportivas, estimulando o apoio ao esporte escolar; apoiar o desporto classista e comunitário, excluindo-se o desporto profissional. Elaborar e coordenar uma política de esportes e suas diretrizes para o Município; apoiar a participação do Município em competições oficiais; incentivar e apoiar equipes amadoras na participação de competições regionais; incentivar escolinhas de iniciação esportivas, para treinamento específico de cada modalidade de médio

e alto nível técnico, buscando inclusive, apoio na rede municipal e estadual de ensino; implantar e organizar um calendário anual de atividades esportivas e recreacionais;

Da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social

A Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social compete estudar e propor critérios a serem adotados para a consecução de auxílios e subvenções ás atividades de assistência médico-social; opinar sobre os pedidos de auxílio e subvenções ás entidades de assistência médico-social e fiscalizar o cumprimento das posturas referentes ao poder de polícia de higiene pública; firmar e manter convênios com a União, Estados, Municípios e outros órgãos, para a execução de campanhas e programas de saúde pública; promover o atendimento de pessoas carentes de recursos; exercer outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal compete a ela promover a cooperação do município com os órgãos e entidades Federais e Estaduais encarregados da promoção social, elencar programas de assistência social, promovendo a sua execução; cooperar com instituições privadas que destinem a realização de quaisquer atividades concernentes aos problemas de assistência social; promover a execução de programas de assistência ao menor; promover a execução dos programas habitacionais do município, articulando-se com os organismos competentes; coordenar e supervisionar a administração do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com a legislação pertinente; instituir e executar, em convênio com entidades Federais e Estaduais, programas que visem o bem estar da coletividade; firmar e manter convênios com a União, Estados, Municípios e outros órgãos; exercer outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

Da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Transportes

É de competência da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Transportes a coordenação, execução e manutenção de obras de pavimentação de vias e calçadas, galerias, obras de arte, edificações, abertura e implantação de vias urbanas; a execução de serviços de conservação e melhoramento de ruas, parques, canteiros e jardins; a execução e coordenação do serviço de limpeza pública da cidade; - administração dos cemitérios; a execução do plano de circulação de veículos e pedestres na área urbana do Município; a fiscalização dos serviços públicos concedidos ou permitidos. Coordenar a execução da manutenção de obras de pavimentação de vias e calçadas, galerias, obras de arte, edificações, abertura e implanta ção de vias urbanas; executar serviços de conservação e melhoramento de ruas, parques, canteiros e jardins; executar e coordenar serviços de limpeza pública da cidade; administrar os

cemitérios; executar o plano de circulação de veículos e pedestres na área urbana do Município; fiscalizar os serviços públicos concedidos ou permitidos. A secretaria tem por atribuição a coordenação, execução, manutenção e melhorias das estradas rurais; a execução de atividades relativas ao desenvolvimento dos serviços de trânsito, bem como a administração do terminal rodoviário; a coordenação e fiscalização do sistema de transporte coletivo municipal; a coordenação e implantação do sistema de sinalização do Município; a execução, implantação do sistema viário do Município; a elaboração da política de controle e localização dos postos de estacionamento de veículos. O gerenciamento da guarda, manutenção e uso dos equipamentos rodoviários e demais veículos públicos;

Compete a Divisão de Transporte e Equipamentos a coordenação, execução, manutenção e melhorias das estradas rurais; executar todas as atividades relativas ao desenvolvimento dos serviços de trânsito, bem como a administração do terminal rodoviário; coordenar e implantar o sistema de sinalização do Município; executar, implantar ou modificar o sistema viário do Município; elaborar a política de controle e localização dos postos de estacionamento de veículos, bem como o sistema de carga e descarga de mercadorias no âmbito do Município; gerenciar a guarda, manutenção e uso dos equipamentos rodoviários e demais veículos públicos; desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e ações do Planejamento Estratégico de governo que estejam relacionados a Secretaria; desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

Da Secretaria da Agricultura e Pecuária

A Secretaria de Agricultura e Pecuária compete o planejamento operacional, a formulação e a execução da política de agricultura e abastecimento do Município; o apoio aos produtos rurais para aumento da produção e produtividade agrícola e de criação de gado; o incentivo à instalação de empresas do setor agroindustrial; o controle e a informação a Secretaria de Obras, Serviços públicos e Transporte das necessidades de recuperação de estradas municipais para facilidade de escoamento da safra; o planejamento operacional, a formulação e a execução da política de melhoramento genético e alimentar dos animais, junto aos produtores do Município.

Da Secretaria de Indústria, Comércio e do Abastecimento

É de competência desta secretaria, receber, estudar e dar parecer ao Chefe do Poder Executivo sobre propostas de interessados na aquisição ou recebimento de lotes; coordenar cursos de atualização empresarial e aperfeiçoamento profissional; coordenar as feiras de

exposição do comércio e da indústria do Município, articulando-se com a Secretaria da Agricultura e Pecuária; manter relacionamento com as Agências do Trabalhador, locais e regionais, proporcionando o acesso às empresas locais, a fim de captar vagas para a intermediação de mão de obra; assessorar os empresários locais sobre programas do governo estadual ou federal de incentivos para modernização, ampliação e implantação de novos empreendimentos; articular com as demais Políticas Públicas do Município ações que visam proporcionar a instalação de programas de combate ao desemprego.

Da Secretaria do Turismo e Meio Ambiente

Cabe a esta secretaria zelar e cuidar dos pontos turísticos existentes no território municipal; incentivar a comercialização dos segmentos que desenvolvam a prática do turismo receptivo; demarcar as áreas de preservação para um melhor aproveitamento turístico sem prejudicar a sua natureza; manter cadastro do município atualizado junto aos órgãos responsáveis pelo turismo em nível governamental e não governamental; articular-se com organismos municipais, estaduais, federais e privados visando obter recursos financeiros e tecnológicos para desenvolver programas na área do turismo e de proteção ao meio ambiente; assegurar a preservação, a recuperação e a exploração dos recurso naturais do Município, articulando-se com a Secretaria da Agricultura e Pecuária; estabelecer, implantar e administrar a política ambiental do Município; elaborar e administrar projetos, como a criação de parques, de áreas de proteção ambiental, de reservas ecológicas e de estações ecológicas, fazendo a manutenção de áreas verdes, em consonância com o planejamento urbano municipal; elaborar, implantar e manter os serviços de parques e jardins e de plantio, poda e erradicação de árvores; elaborar e implantar campanhas educacionais e de treinamento destinadas a conscientizar a população para os problemas de preservação do ambiente juntamente com as secretarias e os órgãos e entidades afins; fiscalizar todas as formas de agressão ao ambiente, aplicar as penalidades cabíveis e orientar sua recuperação; assessorar a administração municipal no que concerne aos aspectos ambientais; agir integradamente com todos os órgãos, secretarias e entidades visando à melhoria da qualidade de vida; emitir pareceres sobre concessão de licença para instalação de empresas que manifestem interesse em explorar, economicamente, recursos naturais do Município; emitir pareceres e laudos técnicos ambientais quanto a empreendimentos que visem ao parcelamento do solo urbano e a indústrias que causem qualquer tipo de impacto ambiental.

Da Procuradoria – Geral do Município



É da competência da Procuradoria Municipal assistir os órgãos e entidades da Administração Municipal no controle interno da legalidade dos atos administrativos; coordenar os trabalhos de assistência judiciária gratuita à pessoas carentes, residentes no município de Fênix, articulando-se com Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; promover a cobrança judicial da dívida ativa; supervisionar e controlar as atividades do serviço jurídico da administração direta e indireta quando solicitado; atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo ou outros órgãos da Prefeitura, emitindo parecer a respeito, quando for o caso; assessorar na elaboração dos projetos de leis, decretos, portarias, resoluções, regulamentos, contratos, convênios e outros documentos de natureza jurídica, a serem encaminhados ao Legislativo Municipal.

Das Unidades Estruturais

É ainda de competência do Controle Interno a assistência aos Secretários e Diretores ou equivalente no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais; o acompanhamento de despachos; a realização de estudos, avaliação, pareceres, pesquisas e levantamentos de interesse do Município.
Será de competência das Assessorias o apoio técnico-administrativo às atividades das Secretarias, no desempenho de suas atribuições e responsabilidades, especialmente no controle da fiscalização e acompanhamento da execução e programação técnica; a pesquisa, levantamento, análise e avaliação de dados e informações técnicas; a avaliação de resultados alcançados pela secretaria, tanto para controle dos responsáveis quanto para indução corretiva.

Arrecadação

A arrecadação própria do município é pequena frente às necessidades permanentes do município. A dificuldade de captação é inúmera visto que escassez de recursos por parte de organismos estaduais e federais cada vez mais se agrava.
Para a manutenção e aplicação em novos investimentos e serviços a gestão fiscal deve ser responsável, conforme determina a lei federal complementar n°101/2000 (lei de responsabilidade fiscal).

Evolução e Composição das Receitas e Despesas

A seguir deve ser demonstrada a evolução das receitas e despesas nos anos descriminados abaixo, bem como as projeções gráficas de tendências futuras. A escassez de recursos fica claro quando comparado receita e despesa anual, visto que as necessidades são inúmeras. Na análise do comportamento das receitas e despesas, podemos perceber que as



receitas tiveram uma evolução positiva, enquanto as despesas tiveram trajetórias de estabilidade com tendência crescente, mas controlada, portanto um comportamento positivo das finanças municipais (Tabela 69). A preocupação do gestor público é a captação de recursos em várias estâncias visto que as limitações de capital próprio é sempre uma constante nos municípios pequenos.

Tabela 132: Receitas e Despesas do Município de Fênix- PR

1) RECEITA DO MUNICÍPIO EM:	2018	2019	2020	2021	2022	Médias de Arrecadações Realizadas
1.1) Receitas Próprias Arrecadadas (Trib + Econ + Patr + Agro + Ind + Serv + Outras)	R$ 1.591.559,80	R$ 1.692.364,25	R$ 1.721543,91	R$ 1.790.811,04	R$ 1.969.892,14	R$ 0,00
1.2) Transferências Correntes Arrecadadas (Tranf. Legais e Constitucionais)	R$ 19.848.054,20	R$ 21.204.830,75	R$ 22.168.314,09	R$ 22.892.438,96	R$ 25.181.682,86	R$ 0,00
1.3) Receitas de Capital (somente operações de créditos contratadas)	R$ 466.254,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$0,00	R$ 0,00
1.4) Transferências Correntes e de Capital Arrecadadas (Tranf. de Convênios)	R$ 94.132,00	R$1 02.805,00	R$ 110.142,00	R$ 116.750,00	R$ 128.425,00	R$ 0,00
1.5) Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R$ 22.000.000,00	R$ 23.000.000,00	R$ 24.000.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 27.280.000,00	R$ 0,00
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Médias de Despesas Realizadas**
2.1) Despesa c/ Encargos + Amortizações (pagos)	R$ 783.523,00	R$ 773.523,00	R$ 733.523,00	R$ 683.523,00	R$ 751.875,30	R$ 0,00
2.2) Despesa com Investimentos (pagos)	R$ 1.883.600,00	R$ 1.686.238,39	R$ 1.814.809.84	R$ 1.973.457,41	R$ 2.170.803,15	R$ 0,00
2.3) Despesa Total (2.1 + 2.2)	R$ 2.667.123,00	R$ 2.459.761,39	R$ 2.548.332,84	R$ 2.656.980,41	R$ 2.922.678,45	R$ 0,00
3) RESULTADO PRIMÁRIO:	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
3.1) Receita (fiscais correntes + fiscais de capital)	R$ 22.000.000,00	R$ 23.000.000,00	R$ 24.000.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 27.280.000,00	R$ 0,00
3.2) Despesa (fiscais cor. + fiscais de cap. + res. de contingência)	R$ 21.216.447,00	R$ 22.226.477,00	R$ 23.266.477,00	R$ 24.156.284,14	R$ 26.571.912,55	R$ 0,00
3.3) Resultado	R$ 783.523,00	R$ 773.523,00	R$ 733.523,00	R$ 643.715,86	R$ 708.087,45	R$ 0,00

Fonte:Prefeitura Municipal de Fênix – 2018.

Condicionantes Deficiências e Potencialidades

Tabela 133: Aspectos Institucionais no Município de Fênix – 2018

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
INSTITUCIO	✓ Legislação administrativa e tributária; ✓ Legislação Urbanística; ✓ Sistemas de Informações Municipais; ✓ Estrutura administrativa institucional.	✓ Perímetro urbano desatualizado com conflito na área de expansão urbana; ✓ Falta de suporte técnico para manutenção do Cadastro Técnico Municipal; ✓ Legislação urbanística desatualizada; ✓ Falta de equipamentos de informática para modernização do processo de planejamento e gestão; ✓ Necessidade de estruturação do órgão responsável pelo acompanhamento da execução do Plano Diretor municipal; ✓ Estruturação de um órgão responsável pelo controle do Meio Ambiente municipal; ✓ Estruturação de um órgão de turismo e de desenvolvimento econômico sustentável; ✓ Falta de um Plano de Defesa Civil.	✓ Criar um sistema de informação para o Município que permita a implantação do cadastro técnico cujo objetivo entre outros é melhorar a arrecadação municipal, com a atualização da situação das propriedades fundiária do Município; ✓ Aplicação dos instrumentos do estatuto das cidades como elemento de gestão pública; ✓ Aplicação da Legislação urbanística demonstrando um controle no uso e ocupação do solo urbano, principalmente no controle das ocupações próximas a faixa de preservação do afluente do Rio Dez; ✓ Criação do setor de fiscalização pública com intuito de orientar para uma nova postura municipal; ✓ Modernização da legislação urbanística; ✓ Política de incentivo na implantação de empreendimento vocacionado ao turismo e a conservação do meio ambiente.

ANÁLISE

Esta 2° fase do Plano Diretor Municipal de Fênix compreende a compilação, processamento, análise e espacialização de dados referentes ao Município como um todo. Ao se fazer uma síntese dos problemas do município por áreas, percebemos que alguns dos problemas estão aquém de uma resolução do poder público municipal, mas certamente tem essa instância de governo como elemento importante nas negociações de encaminhamento. Podemos perceber que muitos desses problemas poderiam ser resolvidos por simples ações de planejamento e/ou de integração entre setores de governo e desses com a iniciativa privada e a comunidade organizada. Nesses casos, quando o fator recurso não é fundamental, o nível de cobrança deve ser incrementado, repousando-se a responsabilidade sobre as instituições públicas capazes de reunir, discutir e de encaminhar propostas.

Após a compilação dos dados, relatos e informações espaciais, procede-se, a análise Inter setorial com o objetivo de detectar os eventos significativos para a elaboração das estratégicas

de superação dos obstáculos ao desenvolvimento, bem como os fatores de potencialização municipal. Os produtos desta análise foram organizados tematicamente com a utilização da metodologia específica no caso a CDP – Condicionantes Deficiências e Potencialidades conforme explicitadas no decorrer deste trabalho.

CONCLUSÃO

Nessa etapa tratou-se de identificar e entender a situação municipal tanto no que se refere à área urbana como a área rural, seus problemas, suas carências e suas potencialidades. Essa leitura foi tanto uma leitura técnica pela Equipe Técnica quanto de leitura participativa através das reuniões setoriais por áreas, bem como a oportunidade de caracterização do município por parte da população nas audiências públicas.

Essas leituras (técnica e participativa) foram compiladas e sobrepostas, uma vez que confrontou os dois modos de se fazer uma leitura da cidade, para identificar informações e referenciais convergentes e divergentes. O diagnóstico, depois de confrontado, foi sintetizado em texto, mapas, nos quais procurou identificar as tendências, problemas, carências e potencialidades do município de Fênix. Todos esses produtos foram elaborados em linguagem acessível a qualquer cidadão e estarão disponíveis através da coordenação da equipe técnica municipal.

A partir da fase de análise e leitura do município, passaremos para a definição dos temas prioritários para o futuro do município e para o acompanhamento do ordenamento territorial de Fênix. Portanto, é importante trabalhar com perspectiva estratégica, selecionando temas e questões cruciais para o município e que, se enfrentadas rapidamente e com eficácia, podem direcionar um caminho melhor para o mesmo.

Na conclusão da 2ª fase do Plano Diretor definimos quais as pertinências e peculiaridades do município que temos. A partir da próxima fase, a 3ª, faz-se necessária a definição de que, município desejamos para os próximos anos, bem como que pacto podemos firmar entre os diversos atores que compõem a sociedade para alcançar essa situação desejada.

Na definição de que município queremos, devemos definir as estratégias e os instrumentos mais adequados, considerando-se as características e vocação da cidade. Essas estratégias e instrumentos são os caminhos e os meios para construir a cidade que se deseja, e devem ser discutidos e pactuados com todos os participantes do processo, para assegurar as condições necessárias para transformar em realidade as aspirações da Comunidade de Fênix.

Assim, ao concluirmos a 2ª fase do Plano Diretor Municipal de Fênix, denominada AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA, partiremos para a 3ª fase, denominada DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES, que definirá as diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais como também proposições para os aspectos físico-espaciais e

de infraestrutura e serviços públicos, contemplando especificamente propostas de intervenção para os próximos anos.



REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL. **Mapa Rodoviário**. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br. Acesso em 28 Janeiro 2010.

AMBIENTE BRASIL. **Orientações sobre Unidades de Conservação.** Disponível em: www.ambientebrasil.com.br. Acesso em 28 Janeiro 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – AMPR. **Indicadores de infraestrutura urbana do município**. Curitiba, 2000.

_____. **Indicadores populacionais**. Curitiba, 2000.

BARBOSA, M.. **Os impactos ambientais causados pela monocultura da cana-de-açúcar no município de Americano do Brasil**. Monografia apresentada ao curso de Geografia Parcelada, da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA. Anicuns, GO, 2006.

BNDES. **Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade na população residente no município.** Disponível em: http://federativo.bndes.gov.br/destaques/bdg/bdg_mun.asp?idgeo= 410405. Acesso em 28 Março 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios – 2002**. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em 3 de Setembro de 2010.

_____. **Aspectos econômicos**. Paraná, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informações de saúde**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em 01 de Outubro de 2010.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Agência Nacional das Minas e Energia. **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos**. Disponível em: ttp://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/compensacaostart_internet.asp?Origem=1>. Acesso em 2 de Setembro de 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação anual de informações sociais**: RAIS 1995 e 2000. Brasília, 1996-2001. CD-ROM.

CARVALHO, Eusébio. **Direito à Propriedade – do discurso à realidade**. In: Revista Síntese de Direito Civil e Processo Civil, edição nº 24 jul./ago. 2003, p. 16.

CELEPAR – **Informática do Paraná**. Disponível em < http://www.celepar.pr.gov.br/> Acessado em 10 de Março de 2011.

DATASUS (SIAB) – **Banco de Dados do Sistema Único de Saúde**. Disponível em < www.datasus.gov.br> Acessado dia 10 de Março de 2011.

EMATER **– Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em < http://www.emater.pr.gov.br/> Acessado dia 25 de Abril de 2011.

EMBRAPA – **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em < http://www.embrapa.br/> Acessado dia 5 de Abril de 2011.

FUNDETEC – **Plano Diretor**, 1995. IAP.

ICMS Ecológico. Curitiba, 2003.

IBGE. **Censo agropecuário Paraná 1985**, 1995/96. Rio de Janeiro, 1991-1997. IBGE.

Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Mapa clima geral do Paraná, Relevo**. Disponível em: http://mapas.ibge.gov.br/website/clima/vierwer.htm. Acesso em 23 de Março de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores socioeconômicos** do município. 2000/2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais**: Mesorregião Geográfica Centro ocidental Paranaense/Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

_____. **Perfil Municipal**. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em 30 de Março de 2011.

_____. **Índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003.

_____. **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional**. Curitiba, 2003.

_____. **Os vários Paranás: Identificação de espacialidades socioeconômicas - institucionais como subsídios a políticas de desenvolvimento regional-** Curitiba, IPARDES 2006.

_____. **PRDE – Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná** - Convênio PARANACIDADE/ IPARDES/ UFPR**-** Curitiba, IPARDES 2006.

INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>. Acesso em 30 de Março de 2011.

IPARDES. **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional**: Paraná 2003. Curitiba, 2003b. 1 CD-ROM.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

ITCG – **Instituto de Terras, Cartografia e Geociências**. Disponível em< http://www.itcg.pr.gov.br/> Acessado em Abril de 2011.

LANGOWSKI, L.. **Queima da cana – Uma prática usada e abusada**. Engenheiro Florestal – Crea 8107-D/PR. Perito em Crimes Ambientais Especialista em Gestão e Auditoria Ambiental. 2005.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: BADEP: UFPR: IBPT, 1968.

MAACK, Reinhard. **Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: IBPT, 1950. 1 mapa: color. Escala 1:750.000.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e as migrações – 1940 a 1991**. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado) - CEDEPLAR, UFMG.

MANUAL TÉCNICO DE VEGETAÇÃO BRASILEIRA. Série: Manual Técnico em Geociências nº01. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

MEC – Ministério da educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.html> Acessado em Março de 2011.

MINEROPAR. **Atlas geológico do Estado do Paraná**. Curitiba, 2001. 1 CD-ROM. MINEROPAR. **Informativo anual sobre a produção de substâncias minerais no Paraná**. Curitiba, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/CENEPI: **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).** Disponível em: http://federativo.bndes.gov.br. Acesso em 20 Setembro 2010.

MUZILLI, Osmar et al. **Conservação do solo em sistemas de produção nas micro bacias hidrográficas do arenito Caiuá do Paraná: 1. Clima, solo, estrutura agrária e perfil da produção agropecuária**. Londrina: IAPAR, 1990. 56p.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Lista vermelha de animais ameaçados de extinção no Paraná**. Curitiba, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Programa de resgate e valorização da cultura local**: turismo gastronômico e turismo religioso. Curitiba, 2003a. Versão preliminar.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Programa de turismo em áreas naturais**: mapeamento espacial. Curitiba, 2003b. Versão preliminar.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Relatório sobre a tipologia dos atrativos turísticos no Estado do Paraná**. Curitiba, 2003c. Documento Interno.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. **Aeroportos do Paraná**. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/aeroportos/principais.html>. Acesso em 18 Abril de 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Departamento de Estradas de Rodagem. **Malha rodoviária**: rodovias do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.pr.gov.br >. Acesso em 10 de Abril de 2011.

PIANA, Airton et al. **Noroeste do Paraná em redes: referências para a agricultura familiar**. Londrina: IAPAR: EMATER, 2001. 48p. Projeto Paraná 12 Meses Redes de Referências para a Agricultura Familiar.

PLANNA-PLANEJAMENTO AMBIENTAL E BIOTECNOLOGIA. **Programa de controle ambiental para desmonte subaquático de rochas no Rio Paraná, em Guaíra**. Curitiba: 1995. 76p.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Atlas**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/> Acessado em Abril de 2011.

PREFEITURA DE FÊNIX. Disponível em <www.fenix.pr.gov.br>. Acessado em Abril de 2011.

_____. Fênix (PR) – Parque de Vila Rica do Espírito Santo. Disponível em <www.mochileiros.com/fenix-pr-parque-de-vila-rica-do-espirito-santo-t33997.html> Acessado em 27 de Abril de 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: http://pnud.org.br/atlas/ranking. Acesso em 22 Abril de 2011.

RIBEIRO, C.; DIAS, M.; IGNÁCIO, S.; FOERSTER, A. **Regionalização em saúde e procedimentos hospitalares, uma abordagem metodológica**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Número 109. Curitiba – PR, 2005.

SEAB – **Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná**. Disponível em < http://www.seab.pr.gov.br/> Acessado dia 5 Abril de 2011.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE. **Aspectos urbanos, educacionais e de saúde**. Paraná, 2003.

SUDERHSA. **Atlas de recursos hídricos do Estado do Paraná**. Curitiba, 1998

VOLUME I

3º FASE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Sumário

INTRODUÇÃO 209
2. COMO DEFINIRMOS "QUE MUNICÍPIO DESEJAMOS" **217**
2.1 Perspectivas Estratégicas 217
2.1.1. Cenário atual 217
2.1.2. Visão 217
2.1.3. Os princípios 218
2.1.4. Cenários desejados 218
2.2 Definição de Indicadores 221
2.2.1. Perspectiva dos cidadãos 221
2.2.2. Perspectiva dos processos internos 222
2.2.3. Perspectiva de aprendizado e crescimento 222
2.2.4. Perspectiva de desempenho financeiro 222
2.2.5 Ligação de causa e efeito entre indicadores 223
2.3 Mapeamento estratégico 223
2.3.1. MAPA ESTRATÉGICO DE FÊNIX– PR 223
3. OS MACRO OBJETIVOS **225**
4. DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES **225**
4.1. Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Urbano 227
4.2. Diretrizes para o planejamento 229
4.3. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades 230
5. MACROZONEAMENTO **231**
5.1. Macrozona de Fragilidade Ambiental 232
5.1.1. Macrozonas de Fragilidade Ambiental Urbana 233
5.1.2. Macrozona de Fragilidade Ambiental Rural 233
5.2. Macrozoneamento do Município 234
5.2.8. Macrozona da Sub-bacia do Rio Dez 237
5.2.11. Macrozona de Fragilidade Ambiental Rural 238
5.2.11.1. Subzona de Preservação permanente 238
5.3. Macrozoneamento Urbano da Sede 238
5.3.1. Macrozona Preferencial - MP 239
5.3.2. Macrozona Residencial Consolidada – MC 239

5.3.3. Macrozona Residencial de Consolidação – MCO.....239
5.5. Macrozona Urbanização Específica.....243
5.5.1. Macrozona de Urbanização Específica – MEU.....243
6. LEITURA COMUNITÁRIA.....**246**
6.1 Reunião Comunitária.....**246**
ANÁLISE PROSPECTIVA.....**252**
METODOLOGIA CENÁRIOS.....**252**
6.2 Cenários Tendências.....252
PROPOSTAS COMUNIDADE.....**252**
7. PROPOSTAS ESPECÍFICAS – CENÀRIO IDEAL.....253
7.1 Aspectos Regionais.....253
7.2 Aspectos Ambientais.....253
7.3 Agropecuária, Indústria, Comércio e Turismo.....254
7.3.1 Aspectos Urbanos.....255
7.4 Infra-estrutura, Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.....256
7.4.1 Educação.....256
7.4.2 Saúde.....256
7.4.3 Assistência Social:.....257
7.4.4 Segurança e Defesa Civil.....257
7.4.5 Sistema Viário e Transporte.....258
7.5 Aspectos Institucionais.....258
Conteúdo e produto final da fase.....**260**
PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL:.....**261**
REFERÊNCIA.....262

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, denominado DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES, é a materialização da 3ª fase do Plano Diretor Municipal de Fênix– PR.

- ✓ Dos levantamentos de campo e de documentos, efetuados pela Equipe Técnica Municipal.
- ✓ As leituras, depois de confrontadas, foram sintetizadas em textos e mapas, nos quais se identificaram as principais tendências, problemas, conflitos e potencialidades do município.

No entanto, nem todas as questões levantadas são igualmente relevantes em todos os momentos da história de uma cidade. A partir da fase de leitura da cidade (2ª fase), nesta 3ª fase, são definidos os temas prioritários para o futuro da cidade e para a reorganização territorial do município. De nada adianta um Plano Diretor Municipal tratar de dezenas de aspectos da cidade e não ter capacidade para intervir sobre eles. Portanto, é importante trabalhar com perspectiva estratégica, selecionando temas e questões cruciais e que, se enfrentadas rapidamente e com eficácia, podem redefinir o destino do município.

Na finalização da 2ª fase do Plano Diretor Municipal, conforme proposta na introdução do mesmo foi definido que município temos. A partir desta fase, a 3ª, faz-se necessária à definição de que município desejamos para os próximos anos, bem como que acordo podemos firmar para alcançar essa situação desejada.

Na definição de que município desejamos, devemos elencar as estratégias e os instrumentos mais adequados, considerando-se as características e vocação da cidade, contidos no Plano Diretor Municipal. Essas estratégias e instrumentos são os caminhos e os meios para construir a cidade que se deseja e devem ser discutidos e pactuados com todos os participantes do processo, para assegurar as condições necessárias para transformar em realidade o sonho desejado para Fênix. A leitura comunitária foi levantada e compilada neste produto enfocando as diversas situações tanto em termos de potencialidade como de deficiências.

Este trabalho, compondo a 3ª fase do Plano Diretor Municipal de Fênix, antecede no tempo à 4ª fase, denominada: LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA BÁSICA E INSTRUMENTOS PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL. Esta 3ª fase está detalhada no PLANO DE TRABALHO, da seguinte forma:



Descrição da fase: Esta fase compreende a definição de diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais como também proposições para os aspectos físico-espaciais e de infraestrutura e serviços públicos, contemplando especificamente propostas de intervenção para curto, médio e longo prazo.

Metodologia: O ponto de partida para a definição das diretrizes e propostas para o desenvolvimento municipal será a avaliação técnica temática do município levando-se em conta a definição de cenários desejados para os diversos setores e elementos analisados. Será feita a partir da avaliação do estágio de desenvolvimento de cada setor e de sua capacidade financeira, administrativa e de recursos humanos do município, entre outras condicionantes.

As diretrizes serão articuladas e especializadas em escala apropriada constituindo o Macrozoneamento, abrangendo o território de todo o Município, o qual será à base do futuro Zoneamento, onde cada macrozona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e ocupação do solo do município.

A Avaliação Temática Integrada e as Diretrizes e Proposições, sugeridas pela população, produziu-se o presente documento:

Documento denominado “Definição de Diretrizes e Proposições”, compostas dos seguintes conteúdos:

1. Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Rural;
2. Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente e participativa de planejamento;
3. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas);
4. Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados a curto, médio e longo prazo, considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais;
5. Propostas, instrumentos e mecanismos referentes à:

- ✓ Racionalização da ocupação do espaço urbano, de expansão urbana e rural;
- ✓ Distribuição equitativa dos usos, atividades, infraestrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas;
- ✓ Estruturação e hierarquização do sistema viário, compatível com o uso do solo urbano, assim como a melhoria do transporte Escolar e forma alternativas de transporte para a população;

- ✓ Controle do meio ambiente, saneamento básico e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, cultural e demais elementos que caracterizam a identidade do município;
- ✓ Adequação da Arborização Pública e dos Passeios Públicos principalmente ao longo das principais ruas e avenidas e melhoria do sistema viário facilitando a mobilidade da população.
- ✓ Elaboração e implantação de um Sistema de Informações para o Planejamento e Gestão Municipal, considerando as estratégias e as atribuições dos responsáveis pela atualização das informações físicas, cadastrais, socioeconômicas e as oriundas do sistema de gestão municipal, inclusive tributária.
- ✓ Procedimentos e instrumentos para atuação na solução das ocupações irregulares e clandestinas e contenção de sua proliferação em direção a regiões com restrição ambiental;
- ✓ Diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos;
- ✓ Procedimentos e instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberação de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;
- ✓ Processos e recursos para a atualização permanente dos instrumentos de política e planejamento territorial e para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;
- ✓ Parâmetros para o dimensionamento de logradouros públicos;

SINTESE DE “QUE MUNICÍPIO TEMOS” – ANÁLISE (2ª FASE)

A 2ª fase do Plano Diretor Municipal compreendeu a compilação, processamento, análise e espacialização de dados referentes ao município de Fênix – PR. Após a compilação dos dados, relatos e informações espaciais, procedeu-se, à análise Inter setorial, com o objetivo de detectar os eventos significativos para a elaboração das estratégias de superação dos obstáculos ao desenvolvimento, bem como os fatores de potencialização municipal.

Os produtos desta análise, para o Plano Diretor Municipal de Fênix- PR nos fornecem as características (cenário atual) e vocação do município, que são:

Tabela 71: Aspectos Regionais - Principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades no Município de Fênix em 2011.

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
REGIONAIS	✓ Área de influência; ✓ Relação com os Municípios vizinhos; ✓ Localização na região Norte Central do Estado.	✓ Necessidade de melhoria nas rodovias que interligam com outros municípios da região, principalmente Campo Mourão, Maringá e Apucarana; ✓ Sede urbana localizada na parte leste do território, de forma descentralizada no território, dificultando o acesso das comunidades rurais, principalmente aquelas localizadas na região oeste; ✓ Estabelecer melhorias significativas com relação ao atendimento de Saúde hospitalar na região principalmente na melhoria e ampliação do transporte de pacientes; ✓ Dificuldade nas adequações das estradas rurais para facilitar o escoamento da produção, principalmente a estrada que liga a sede urbana ao distrito de Bela Vista do Ivaí; ✓ Falta de organização em Cooperativismo ou associativismo nas comunidades rurais.	✓ Proximidade com Polos Regionais relevantes (Maringá, Apucarana e Campo Mourão) principalmente no que se refere à agroindústria e capacitação de mão-de-obra; ✓ Município localizado em local estratégico na parte central do Estado do Paraná, com facilidade ao acesso do município; ✓ Município tranquilo com boa qualidade de vida; ✓ Potencializar regionalmente no setor de Turismo rural e ecológico; ✓ Potencializar empreendimentos voltados ao Turismo rural; cadastrar propriedades, incentivar a instalação de equipamentos como Café colonial, trilhas, Cavalgadas hospedarias e pousadas; ✓ Potencial para diversificação da economia local (Agronegócio); ✓ Ampliações das ações da COMCAM como elemento integrador entre os municípios e associados de maneira sustentável; ✓ Localização na parte centro-norte do estado com acessibilidade em várias direções.

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
AMBIENTAL	✓ Geomorfologia; ✓ O relevo constitui-se como uma das principais limitações da ocupação urbana de uma região; ✓ Condicionantes geotécnicos; ✓ Declividades; ✓ Hipsometria; ✓ Drenagem natural; ✓ Recursos hídricos; ✓ Áreas de preservação permanente;	✓ Geologia: áreas com solo tipo Neossolo com dificuldades produtivas na parte Sul do território com áreas propícias a erosão; ✓ Controle da poluição hídrica resultante de agrotóxicos e assoreamento;	✓ Relevo do território na maioria com declividades medianas, com boa expansão da malha urbana em várias direções; ✓ Hidrografia: conservação da sub-bacia Ivaí – Corumbataí devido a qualidade ambiental local com o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo; ✓ Manejo Correto do solo por programas integrados entre Prefeitura, EMATER,

	✓ Município pertence à bacia hidrográfica: Rio Ivaí; ✓ Normas estaduais, federais e pactos internacionais para preservação do meio ambiente e sustentabilidade urbana e rural.	✓ Ausência de mata ciliar nas nascentes e fundos de vale; ✓ Vegetação: escassez significativa devido ao alto índice de desmatamento para fins agrícola principalmente nos últimos 10 anos, com poucos remanescentes de vegetação natural; ✓ Deficiências nas micro bacias do interior e do revestimento primário das estradas municipais dificultando a qualidade das mesmas e de seus acessos ao município; ✓ Poluição da queima da cana-de-açúcar nas áreas rurais; ✓ Pouco aproveitamento da qualidade ambiental do Parque estadual Vila Rica do Espírito Santo.	SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente; ✓ Aplicação de novas tecnologias para correção do solo rural a fim de aumentar a produtividade; ✓ Ampliação dos programas e projetos para implantação das matas ciliares; ✓ Áreas com potenciais a exploração turística rural, devido aos fortes elementos naturais existentes no município (As RPPNs, a estação ecológica e o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo); ✓ Gerenciamento das bacias e micro bacias hidrográficas integradas com os Municípios afetos à mesma.
ASPECTOS	**CONDICIONANTES**	**DEFICIÊNCIAS**	**POTENCIALIDADES**
SÓCIO-ECONÔMICO	✓ Evolução da população; ✓ Taxa de crescimento; ✓ Densidade Demográfica; ✓ Condições de saúde e escolaridade ✓ Oferta de emprego, renda; ✓ Perfil e potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo).	✓ Falta de mão-de-obra qualificada; ✓ Falta de mão-de-obra especializada em diversos setores estratégicos (construção civil); ✓ Problemas agrários gerados pelo êxodo rural para polos regionais urbanos; ✓ População economicamente ativa pequena na área rural somente 22%; **Problemas sociais:** ✓ A ociosidade de uma parcela da população carente está levando a população jovem se deslocar para municípios polos principalmente os filhos de agricultores – taxa de crescimento rural - 6,25 %; ✓ Falta de recursos para incentivar à instalação de Indústrias; ✓ Deficiência de áreas públicas para ampliação do setor agroindustrial;	✓ Proximidade com polos econômicos regionais como Maringá, Arapongas e Apucarana; ✓ O município apresenta um índice médio de desigualdade social de 0,54 o 4º melhor índice entre os municípios da microrregião; ✓ Trabalho positivo das entidades, conselhos locais e associações comunitárias para diminuir a desigualdade social; ✓ Potencial de crescimento do setor agroindustrial no município: ✓ Potencial turístico – melhoria do turismo rural, trilhas cavalgadas e turismo de pesca; ✓ Investimentos em empresas de médio porte e não poluente, de arranjo local; ✓ Potencialidade de crescimento da renda per capita do Norte Central, visto que a região ainda oferece oportunidades; ✓ Programa de desenvolvimento entre o SEBRAE e Agência de desenvolvimento local;

		✓ Falta de diversificação econômica para atender o distrito de Bela Vista do Ivaí; ✓ Apesar do índice de 30,1% de Taxa de Pobreza, o município de Fênix é o quinto melhor entre os municípios da microrregião, todos os demais apresentam índice maior que Fênix; ✓ Comércio incipiente comparado com outros municípios da microrregião; ✓ Taxa de crescimento do município é pequena e negativa em torno de -2,21%.	✓ IDH-2000 demonstra o crescimento no desenvolvimento do município na ordem de 12,2% sendo o 5º município entre os vinte e cinco da microrregião; ✓ Potencial turístico de ordem ambiental, Ecoturismo e acadêmico de pesquisa e visitação.

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
SÓCIO- ESPACIAIS	✓ Uso e ocupação do solo Urbano; ✓ Demanda do Solo Urbano; ✓ Uso e ocupação do solo rural.	✓ Baixa exploração do potencial turístico rural no território municipal; ✓ Sistema Viário: Adequar a expansão da cidade com sistema viário compatível com a hierarquia de vias; ✓ A Malha Urbana a nordeste/leste, dificuldade de ocupação nesta direção (expansão) em função do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo; ✓ Uso do solo urbano bem diversificado com o setor industrial dentro da malha urbana - caso da Campagro – Insumos agrícola Ltda.; ✓ Vazios urbanos principalmente na faixa noroeste e nordeste da malha urbana; ✓ Recuperar a área junto às nascentes do afluente Rio Dez, transformando em parque urbano (setor oeste da malha urbana); ✓ Falta de Hierarquia viária com grandes pontos de conflito; ✓ Área urbana localizada de maneira descentralizada em relação ao território, o que dificulta o acesso ao distrito e as demais comunidades rurais.	✓ Boa disponibilidade espacial em estabelecer áreas adequadas à expansão do perímetro urbano; ✓ Boas áreas de pequenas praças para fortalecimento paisagístico; ✓ Boa arborização urbana; ✓ Potencial de expansão no setor agroindustrial com desenvolvimento e incentivo ao agronegócio; ✓ Diversificação de Culturas; ✓ Potencializar um parque urbano na porção oeste da malha urbana – Rua Jangada; ✓ Potenciais turísticos com elementos naturais significativos na Reserva Florestal Vila Rica do Espírito Santo; ✓ Reforçar o caráter comercial central da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, redefinindo o desenho geral da via e aplicando incentivos para a sua modernização; ✓ Incentivar a urbanização preferencialmente, de áreas de vazio urbano conecta ao loteamento Santa Catarina; ✓ Área de qualificação urbana como a

área ao lado da escola – Avenida São Vicente de Paula e área triangular delimitada pela Rua Lisimaco Ferreira da Costa, Rua Ingazeiro e Rua Caembé.

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	**INFRA-ESTRUTURA** Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos); Sistema viário e transporte; Energia elétrica e iluminação pública; Telecomunicações; **EQUIPAMENTOS URBANOS:** Equipamentos sociais (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, segurança pública e recreação).	**INFRA-ESTRUTURA** Saneamento Ambiental: ✓ Área urbana não atendida com saneamento básico: Falta de rede e tratamento de esgoto; ✓ Baixo atendimento de rede de drenagem na malha Urbana da sede e do Distrito; ✓ Grande atenção quanto às fossas rudimentares na sede urbana e nas comunidades rurais próximo dos rios e córregos comprometendo a qualidade da água; ✓ Maior controle na destinação do lixo hospitalar; **SISTEMA VIÁRIO URBANO E RURAL** ✓ Falta de padronização de passeios públicos e sinalização viária; ✓ Falta de pavimentação urbana e aberturas de ruas em vias mais periféricas principalmente nos loteamentos na porção Noroeste e Sudeste da sede urbana; ✓ Pontos de erosão na saída dos dissipadores na região oeste da malha urbana nos pontos que levam para o afluente do Rio Dez; ✓ Necessidade de ampliação do sistema de galeria de águas pluviais em vias locais; ✓ Falta de readequação das condições da maioria das estradas rurais – acessibilidade e trafegabilidade; ✓ Loteamentos desconectados da malha urbana dificultando a implantação de infraestrutura urbana; ✓ Melhoria nos diversos cruzamentos da malha urbana; **EQUIPAMENTOS URBANOS**: ✓ Falta de estrutura física adequada em vários setores do serviço público;	**INFRA-ESTRUTURA** Saneamento Ambiental: ✓ Abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública atende a área urbana quase que na sua totalidade; ✓ Rede de drenagem implantada na parte central da cidade; ✓ Potencial para implantação do novo aterro sanitário devido à nova área, inserindo programas de reciclagem e de coleta seletiva de resíduos sólidos; ✓ Pequenas praças ou largos triangulares com bom potencial paisagístico na sede urbana; ✓ Áreas potenciais para incremento da recreação e lazer com os parques urbanos na antiga área de olaria e próximo à praça das águas; ✓ Grande potencialidade dos Rios Ivaí e Corumbataí quando ao turismo rural em face aos atrativos existentes com o Rally fluvial; Ação Social: ✓ Vários programas de assistência e de Inclusão social; ✓ Cursos de capacitação profissional através do CRAS; ✓ Implantação de nova creche municipal; ✓ Instalação do Centro de atendimento a Mulher e a Criança; ✓ Biblioteca recentemente implantada e bem equipada; ✓ Potencial na estrutura do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo; ✓ Avenidas largas com bom suporte arbóreo.

		✓ Adequar novas estruturas para Prefeitura e Câmara; ✓ Melhor distribuição de escolas na sede urbana, o raio de abrangência não atende aos loteamentos na parte sul da malha urbana.	

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
INSTITUCIONAIS	✓ Legislação administrativa e tributária; ✓ Legislação Urbanística; ✓ Sistemas de Informações Municipais; ✓ Estrutura administrativa institucional.	✓ Perímetro urbano desatualizado com conflito na área de expansão urbana; ✓ Falta de suporte técnico para manutenção do Cadastro Técnico Municipal; ✓ Legislação urbanística desatualizada; ✓ Falta de equipamentos de informática para modernização do processo de planejamento e gestão; ✓ Necessidade de estruturação do órgão responsável pelo acompanhamento da execução do Plano Diretor municipal; ✓ Estruturação de um órgão responsável pelo controle do Meio Ambiente municipal; ✓ Estruturação de um órgão de turismo e de desenvolvimento econômico sustentável; ✓ Falta de um Plano de Defesa Civil.	✓ Criar um sistema de informação para o Município que permita a implantação do cadastro técnico cujo objetivo entre outros é melhorar a arrecadação municipal, com a atualização da situação das propriedades fundiária do Município; ✓ Aplicação dos instrumentos do estatuto das cidades como elemento de gestão pública; ✓ Aplicação da Legislação urbanística demonstrando um controle no uso e ocupação do solo urbano, principalmente no controle das ocupações próximas a faixa de preservação do afluente do Rio Dez; ✓ Criação do setor de fiscalização pública com intuito de orientar para uma nova postura municipal; ✓ Modernização da legislação urbanística; ✓ Política de incentivo na implantação de empreendimento vocacionado ao turismo e a conservação do meio ambiente.

VOCAÇÃO:

Município com expressivo patrimônio histórico-cultural e ambiental com incentivo ao turismo rural e de aventura, com potencial no agronegócio, voltado a consolidação da micro e pequena indústria e a agricultura familiar.

Vencida esta etapa, é possível partirmos para a próxima fase: Definição do município que desejamos. Mas quais os conceitos e procedimentos?

2. COMO DEFINIRMOS “QUE MUNICÍPIO DESEJAMOS”

2.1 Perspectivas Estratégicas

Segundo PAGNOCELLI (2004), a perspectiva estratégica para a definição de “que município desejamos” pressupõe, após a análise do cenário atual, a definição da vocação, a concepção da visão, dos princípios e dos cenários desejados.

A metodologia colocada a Equipe técnica municipal fora baseada em função dos 06 aspectos levantados na Fase de Avaliação Temática Integrada no CDP metodológico, são os seguintes: Regional; Ambientais; Socioeconômicos; Sócio espaciais; Infraestrutura e Serviços públicos e Institucionais.

2.1.1. Cenário atual

O cenário atual está expresso em cada um dos seis grupos de análise, e considera as condicionantes, as deficiências e as potencialidades de cada um dos seis grupos.

2.1.2. Visão

Visão é a explicação do que se visualiza e se sonha para a cidade. É o que a cidade quer ser. Uma visão explicitada, divulgada e compartilhada dá sustentabilidade ao desenvolvimento da cidade (PAGNONCELLI, 2004).

A visão da cidade representa o cenário futuro desejado do município, considerando inclusive o sonho de seus munícipes. A definição da visão do município ocorrerá após a definição da visão para cada um dos seis grupos (aspectos) analisados. A metodologia de definição da visão para cada um dos seis grupos, assim como da visão do município, ocorrerá através da consulta a população, sendo participantes os membros da Equipe Técnica Municipal, com a coordenação dos trabalhos sob responsabilidade da arquiteta. Para conceber a visão normalmente descrita com uma frase, com intuito de dar um direcionamento estruturante sem perder a visão macro, identificando as linhas imaginárias que os munícipes e os demais interessados na cidade podem enxergar ou visualizar, explicitando os seus desejos ou aspirações de forma racional. A visão deve formular um cenário futuro, claro, objetivo e capaz de mobilizar esforços dos munícipes e dos demais interessados na cidade.

“Visão sem ação não passa de um sonho, Ação sem visão é só um passatempo, “Visão com ação pode mudar o mundo” *(BARKER, Joel Arthur, 2005)*

Deve oportunizar acomodar e harmonizar os anseios estratégicos dos envolvidos na cidade e muitas vezes nos municípios circunvizinhos.

Todas as políticas regionais, municipais, estaduais, federais e da iniciativa privada devem ser consideradas na elaboração da visão.

Para a formulação da visão do Município de Fênix, o peso das visões parcial diverge entre si, de acordo com a escala de valores e prioridade de cada uma delas, na concepção da visão final do Município.

2.1.3. Os princípios

A vocação, a visão e os princípios devem estar integrados e adequados aos interesses coletivos, sociais e políticos dos cidadãos.

Os princípios são referenciais comportamentais atuais, do passado, e que permanecerão no futuro, da comunidade como um todo, para o cumprimento de sua visão. A metodologia para a definição dos princípios foi à mesma que para a definição da visão. Para a formulação dos princípios gerais do Município de Fênix, poderão ou não ser utilizados os princípios de cada setor, dependendo da escala de valores de cada um em relação ao global. Não necessariamente todos os princípios parciais devem estar representados nos princípios gerais. Os princípios, ou valores, da cidade e dos cidadãos, dizem respeito ao que o Município e munícipes acreditam. São as crenças, relacionados a padrões sociais entendidos, aceitos e mantidos pelas pessoas que moram em Fênix. Também podem ser chamados de credos, códigos de conduta, preceitos ou doutrinas, que regem uma cidade. Sob que princípios o município está orientada? Quais os valores da cultura local são relevantes, e como tal merecem ser explicitados e divulgados. Além de criar e formalizar os valores da cidade, estes princípios devem ser respeitados e vivenciados para contribuir no envolvimento dos munícipes, na motivação dos gestores locais, na participação social dos cidadãos. Estão relacionadas com as ações éticas, morais, criativas e produtivas das pessoas.

2.1.4. Cenários desejados

É a perspectiva de um futuro melhor, baseado nas aspirações desta sociedade, refletindo seus desejos e anseios e determinando o cenário desejado. Como deve ser a descrição de um futuro plausível, o cenário desejado não pode ser mera expressão incondicionada dos sonhos ou utopias de um grupo, mas antes um futuro que pode ser realizado como um desejo viável. Assim, o cenário desejado deve ser também uma descrição consistente de uma visão que leve em conta o contexto histórico e os recursos mobilizáveis pela coletividade. A elaboração dos cenários estratégicos ou cenários desejados é a síntese de um processo que deve considerar a participação de todos os envolvidos principalmente os membros chaves do Município, no caso, da Equipe Técnica Municipal.



Para a elaboração dos cenários desejados de Fênix em 2021, foi considerado o cenário atual. Além do cenário atual, foram considerados para a montagem do cenário desejado a visão e os princípios de cada um dos seis setores do grupo de análise.



Figura 137137: Grupos de Análise.

Para clareza de visualização, reproduz-se abaixo o quadro definido dos cenários e macro objetivos:

Aspectos	Cenário Atual	Princípio (no aspecto... nós).	Cenário Desejado (2021)	Macro objetivo
Regional	Fênix é um município próximo de cidade polo como Campo Mourão com sua vocação agrícola, e suas potencialidades locais pouco exploradas.	Buscamos a integração regional com os municípios polos e circunvizinhos.	Município com referencial no turismo regional rural, com a qualificação de sua infraestrutura e preservação de seu patrimônio histórico e ambiental.	✓ Promover a conscientização regional e capacitação nos setores voltados ao turismo; ✓ Tornar o município de Fênix cidade de referência regional do turismo rural; ✓ Incentivar os investimentos de infraestrutura complementar aos atrativos locais; ✓ Identificar, estruturar e divulgar os principais atrativos históricos, culturais e ambientais.
Aspectos	**Cenário Atual**	**Princípio (no aspecto... nós).**	**Cenário Desejado (2021)**	**Macro objetivo**
Ambiental	Há potencialidade de recursos ambientais, que não são utilizados da maneira adequada, pela falta de recursos e de conscientização conservacionista.	Buscamos o desenvolvimento sustentável.	O cenário desejado é igual à visão: Buscar o desenvolvimento sustentável.	✓ Conscientizar a população local do comprometimento com a preservação do Patrimônio histórico, cultural e ambiental do município. ✓ Elaborar um plano municipal com alternativas de exploração do turismo sustentável; ✓ Colocar em pratica ações de preservação ambiental como: proteção de fontes e nascentes, conservação de solo, instalação da rede de

				esgoto, implantação da coleta seletiva de lixo, aterrar adequadamente resíduos sólidos e utilizar racionalmente os agrotóxicos.
Aspectos	**Cenário Atual**	**Princípio (no aspecto... nós).**	**Cenário Desejado (2021)**	**Macro objetivo**
Socioeconômico	Tenta-se suprir as deficiências e buscam-se alternativas para explorar as suas potencialidades com pouca diversificação econômica.	Nós buscamos boa qualidade de vida, com equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento.	Agronegócios como alternativa econômica, incentivo a agricultura familiar e turismo rural gerando renda, infraestrutura e serviços públicos adequados, tendo em vista a boa qualidade de vida.	✓ Investir nas Políticas Públicas sociais e econômicas, bem como dar suporte aos atrativos turísticos; ✓ Incentivar a qualificação de mão de obra através de cursos para o desenvolvimento do agronegócio e o turismo rural; ✓ Incentivar investimentos privados para dar suporte aos atrativos existentes.
Aspectos	**Cenário Atual**	**Princípio (no aspecto... nós).**	**Cenário Desejado (2021)**	**Macro objetivo**
Sócio espacial	Malha urbana da sede com boa ocupação topográfica, contudo com grande carência de Infraestrutura básica em quase toda a malha. Falta de integração entre a sede urbana e o Distrito de Bela vista do Ivaí devido às estradas municipais.	Nós valorizamos a qualidade de vida, segundo os princípios de planejamento e controle.	Que o desenvolvimento urbano e rural seja acompanhado de bom atendimento de serviços básicos e que haja planejamento eficaz de acompanhamento de seu crescimento e expansão territorial sem comprometer o meio ambiente e seus atrativos potenciais.	✓ Expansão da malha urbana racionalmente compatível com as condicionantes ambiental principalmente com relação a Reserva Florestal Vila Rica do Espírito Santo; ✓ Instrumentalizar o poder público municipal com técnicos e equipamentos no intuito de manter um processo contínuo de planejamento. ✓ Dinamizar áreas ociosas para o setor de recreação e lazer dentro da malha urbana.
Aspectos	**Cenário Atual**	**Princípio (no aspecto... nós).**	**Cenário Desejado (2021)**	**Macro objetivo**
Infraestrutura e Serviços públicos	A infraestrutura e os serviços públicos podem ser aprimorados em alguns setores para atender a demanda atual.	Nós planejamos a melhoria e ampliação da infraestrutura de acordo com a demanda existente.	Infraestrutura compatível com a demanda da população e de sua expansão.	✓ Melhoria da oferta dos serviços de saúde, educação em todos os níveis e melhoria na mobilidade de pessoas e cargas; ✓ Promover ações visando à garantia de qualidade de vida; ✓ Adequar à infraestrutura básica para o escoamento da produção rural e do turismo.
Aspectos	**Cenário Atual**	**Princípio (no aspecto... nós).**	**Cenário Desejado (2021)**	**Macro objetivo**
Institucional	Necessidade de revisão das leis (melhorando a arrecadação), atualizando as informações e aprimorando as leis internas.	Nós aplicamos a legalidade, a austeridade e a moralidade no serviço público.	Temos leis elaboradas com competência e respeito ao munícipe, disciplinando conforme o interesse público, visando à sustentabilidade da população.	✓ Tornar a administração eficaz e transparente. ✓ Implantar o sistema de planejamento. ✓ Dotar o município de instrumentos legais e operacionais; ✓ Melhorar a arrecadação municipal.
Aspectos	**Cenário Atual**	**Princípio (no aspecto... nós).**		**Macro objetivo**

			Cenário Desejado (2021)	
infraestrutura urbana. **Síntese do Município de Fênix**	Uso inadequado das potencialidades locais voltados ao meio ambiente e turismo e incipiência nos serviços públicos e	Princípios do município: ✓ Respeito ao cidadão; ✓ Desenvolvimento Sustentável, ✓ Eficiência na administração pública. ✓ Integração entre poder público e sociedade civil.	Que em 2021 o cenário desejado para o município de Fênix seja de referencial na preservação e gestão do meio ambiente, com incentivo ao turismo rural integrado meio ambiente preservado; com a consolidação da micro indústria e agricultura familiar como atividade econômica e administração municipal voltada para os interesses de seus cidadãos proporcionando a qualidade de vida de seus moradores.	✓ Referência na agricultura familiar sustentável e de qualidade de vida para o produtor rural; ✓ Referência de gestão e preservação do patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental; ✓ Implantar o planejamento participativo, através da sistemática permanente de planejamento; ✓ Expansão dos aspectos contidos na vocação; ✓ Estruturação dos atrativos turísticos rurais municipais.

2.2 Definição de Indicadores

A metodologia recomendada para o processo de planejamento de um município é o BSC. O método, chamado BSC, de *Balanced Scorecard*, é usado em grandes empresas e inspirará a criação do MEM - FX (Mapa Estratégico Municipal de Fênix). A partir do Mapa Estratégico, os gestores municipais terão condições de saber onde o município estava aonde quer chegar e como quer chegar. No Mapa Estratégico os macros objetivos do município de Fênix estarão interligados e distribuídos em quatro perspectivas de desempenho, relacionadas entre si, possibilitando uma visão integrada e balanceada, sendo elas:

- ✓ Perspectiva dos cidadãos,
- ✓ Perspectiva dos processos internos,
- ✓ Perspectiva de aprendizado e crescimento,
- ✓ Perspectiva de desempenho financeiro.

Estas quatro perspectivas são os quatro grupos de indicadores, propostos, de acordo com o BSC, dentro do conceito de que “o que você não mede, não administra”. É preciso mensurar para poder direcionar o processo de gestão. Com o mapeamento estratégico, será possível a visualização de onde cada um deverá concentrar suas energias. É um elemento de apoio para a motivação dos agentes do desenvolvimento. Qual a perspectiva de cada um desses indicadores?

2.2.1. Perspectiva dos cidadãos

Poucas cidades têm como Fênix, uma declaração de visão sobre seu futuro. Tão importante quanto à descrição da visão do futuro é traduzir essa visão em mensurações específicas que reflitam os fatores que interessam aos cidadãos. Esses fatores podem ser resumidos na seguinte pergunta: Quais indicadores são pertinentes e relevantes para medir o atendimento

dos macros objetivos? O PDM traduzirá estes indicadores em índices que medem vários fatores e metas temporais para alcançá-los (IDH, GINI, IQV, IQS, etc.).

2.2.2. Perspectiva dos processos internos

A perspectiva dos cidadãos é importante, mas eles precisam ser traduzidos internamente, na sociedade, em medidas sobre o que a sociedade deve ou decide fazer para atender às expectativas da perspectiva dos cidadãos. Está-se falando de decisões, ações que estão ocorrendo na Cidade, através de processos do poder público e da sociedade. Essa é a perspectiva dos processos internos. A pergunta que se coloca é: Quais os processos que têm maior impacto sobre a satisfação das expectativas do cidadão? Esses processos ocorrem internamente em diversos níveis principais:

- ✓ No poder público;
- ✓ Nas entidades que formam a sociedade organizada;
- ✓ Na sociedade como um todo;
- ✓ Nas parcerias entre poder público e entidades privadas.

Esses processos devem impactar de forma positiva as metas e indicadores dos macros objetivos: resultados esperados em cada programa. Esses indicadores têm que estar coerentes com os indicadores dos macros objetivos.

Esses processos internos são constituídos pelas estratégias e programas estratégicos do Plano Diretor Municipal de Fênix. Os indicadores relacionados com as estratégias e programas estarão condicionados, tanto no setor público quanto no privado, à Eficiência; Eficácia e a Efetividade.

2.2.3. Perspectiva de aprendizado e crescimento

Pesquisas comprovam que o fator decisivo do sucesso de uma comunidade está diretamente correlacionado com o capital social. Quais os indicadores do capital social?

- ✓ Funcionamento de grupos e redes sociais
- ✓ Confiança e solidariedade
- ✓ Nível de informação e comunicação
- ✓ Coesão e inclusão social
- ✓ Difusão do poder social e ação política

O capital social é a antítese do improviso. A visão e os princípios formam a textura invisível do capital social, o recurso a ser cultivado e desenvolvido para que Fênix possa ser o lugar onde se realizam sonhos.

2.2.4. Perspectiva de desempenho financeiro

A exequibilidade das estratégias e dos programas estratégicos é diretamente relacionada à disponibilidade real do potencial de recursos:

- ✓ Financiamento público;
- ✓ Financiamento privado;
- ✓ Parcerias público-privadas.

2.2.5 Ligação de causa e efeito entre indicadores

Percebe-se que o Planejador urbano vai além do envolvimento gráfico de sua proposta de intervenção do desenho urbano de um município, é necessário o envolvimento com a comunidade local e a percepção de suas carências sociais e de seus recursos econômicos. Há uma ligação estreita de causa e efeito entre os indicadores dos macro objetivos e os das quatro perspectivas. Integrar várias perspectivas e envolver os atores-chave na construção, a implementação e acompanhamento deles é condição absolutamente necessária para o sucesso do planejamento.

2.3 Mapeamento estratégico

O mapeamento estratégico coloca a visão no centro e indica o rumo para os diversos atores do desenvolvimento. O mapeamento ajuda a compreender as inter-relações entre as diversas perspectivas, apoiando a superação de barreiras e concentrando-se no futuro, ao invés de no passado. O conjunto de elementos do Mapa conduz à concretização da visão: Sustentabilidade ambiental, econômica e humana do município.

Tem-se, desta forma, uma arquitetura de causa e efeito, interligando as quatro perspectivas, que é a estrutura em torno da qual se desenha o mapa estratégico. A construção do mapa estratégico força os gestores a esclarecer a lógica de como e para quem se criará valor. Cabe ressaltar que o mapa estratégico é uma ferramenta visual e dinâmica que descreve e permite às organizações:

- ✓ Promover suas estratégias e comunicá-las a todos os colaboradores e cidadãos;
- ✓ Analisar e Identificar os principais processos internos que determinam o sucesso da estratégia;
- ✓ Alinhar os investimentos em pessoas, tecnologia e capital organizacional, para que exerçam o maior impacto possível.

2.3.1. MAPA ESTRATÉGICO DE FÊNIX– PR

Vocação:
Município com expressivo patrimônio histórico, cultural e ambiental com incentivo ao turismo rural e de aventura, com potencial no agronegócio, voltado à consolidação da micro e pequena indústria e a agricultura familiar.
VISÃO: **Ser reconhecida como uma cidade acolhedora que protege o patrimônio histórico e que respeita o meio ambiente.**



Figura 138: Mapa Estratégico para Fênix– PR
adaptado do livro Cidades, Capital Social e Planejamento Estratégico
PAGNONCELLI,D.; AUMOND, C;(2004

3. OS MACRO OBJETIVOS

A postura estratégica, a visão e os princípios, em aspectos setoriais ou no global municipal encaminham para a definição de macros objetivos que, de acordo com os cenários desejados, redundarão em diretrizes e, após, em projetos específicos. Enquanto macro propõe-se a alavancar objetivos menores.

Depois de determinados coletivamente, os macros objetivos municipais devem ser amplamente divulgados, para angariar comprometimento e vivência ativa de todos na cidade.

Os macros objetivos são resultados (desafios) que o município precisa alcançar, em prazo determinado, para concretizar sua visão, dentro de seus princípios.

A metodologia para a definição dos macros objetivos pode ser revisada pela comunidade local a fim de determinar com propriedade a sua vocação e consequentemente estabelecer metas para alcançá-las.

Os macros objetivos propostos foram formulados abarcando a visão, princípios e cenários desejados em cada um dos seis grupos anteriormente estudados. Estes macros objetivos, e de acordo com o Plano de Trabalho apresentado na 1ª Fase do Plano Diretor Municipal de Fênix

- sinalizarão para a possibilidade de elaboração de diretrizes.

4. DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Como atender ao Mapa Estratégico proposto para Fênix? Num primeiro momento, destacando diretrizes e proposições.

Que diretrizes e proposições serão inseridas? Conforme descrito no item anterior a formulação da elaboração de três diretrizes que contemplaram.

- ✓ Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal;
- ✓ Diretrizes para o estabelecimento de uma Sistemática Permanente de Planejamento;
- ✓ Diretrizes para a Dinamização e ampliação das Atividades Econômicas a fim de Estruturar o Fortalecimento da Economia do Município (emprego, renda, geração de receitas);

E as proposições?

Tanto as diretrizes quanto as proposições aqui apresentadas, foram levantadas junto à comunidade através da leitura comunitária e questionários, bem como treinamento e debate com a equipe técnica municipal e comissão de acompanhamento do Plano Diretor Municipal e seus resultados serão apresentados na segunda Audiência Pública que terá a seguinte agenda de discussões:

- ✓ Avaliação Temática Integrada do Desenvolvimento Municipal;
- ✓ Diretrizes e Proposições para o Desenvolvimento Municipal;

Qual a metodologia para apresentar diretrizes e proposições nesta 3ª fase? O objetivo do processo anterior, que culminou na elaboração dos macros objetivos, é o princípio da atual etapa.

Os macros objetivos dos seis grupos de análise:

- ✓ Regional,
- ✓ Ambiental,
- ✓ Socioeconômico.
- ✓ Sócio espacial,
- ✓ Infraestrutura e serviços públicos,
- ✓ Institucional.

Definidos a partir do:

- ✓ Cenário atual,
- ✓ Da visão,
- ✓ Dos princípios,
- ✓ Do cenário desejado como meta em 2021.

Rearranjados nos três grupos:

- ✓ Política de desenvolvimento urbano e municipal,
- ✓ Sistemática permanente de planejamento,
- ✓ Dinamização e ampliação das atividades econômicas.

O Mapa Estratégico de Fênix requer a seleção de um número limitado de indicadores críticos dentro de cada perspectiva, que ajudem a focar a visão estratégica.

- ✓ Perspectiva do cidadão, (IQV, IDH, GINI);
- ✓ Perspectiva dos processos internos, (tempo de atendimento, qualidade, competências e tecnologias críticas);
- ✓ Perspectiva de aprendizado e crescimento, (capital social);
- ✓ Perspectiva de desempenho financeiro (financiamento público e privado).

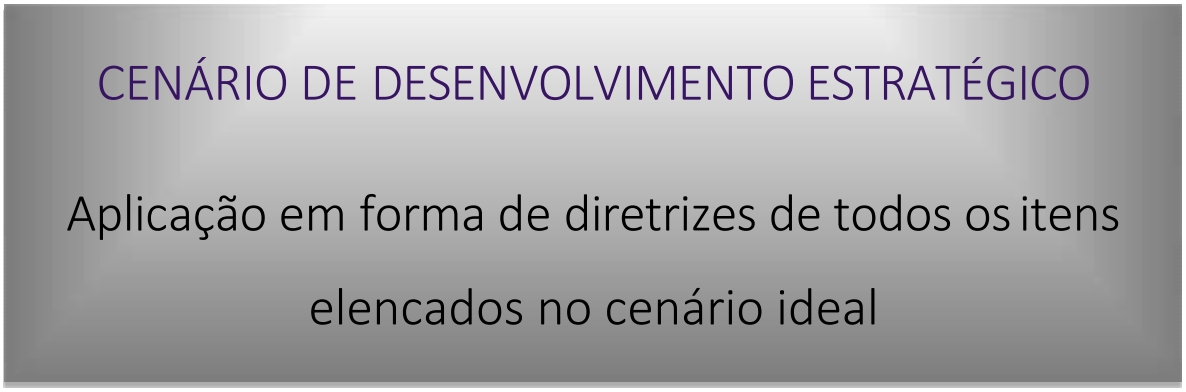
São as diretrizes propostas nesta 3ª fase do PDM de Fênix. A metodologia do rearranjo dos macros objetivos nos três grandes grupos foi ação da consultoria que, após proposição, submeteu à análise e teve a complementação dos conceitos advindos da “direção de elaboração do PDM de Fênix”, composta pelos membros componentes da Equipe Técnica Municipal.

Em decorrência das diretrizes e propostas definidas na leitura comunitária para implantação de um projeto estratégico, decorrerão as ações, quantificadas e mensuradas, necessárias para



viabilizar as estratégias que serão definidas em plano de ação. Estas ações deverão ser definidas e executadas a curto, médio e longo prazo, bem como considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais. Estas ações serão propostas na 5ª fase deste processo e deverão ser aprovadas na 3ª audiência pública, para sua implantação.

Esclarecidos os conceitos e explicitada à metodologia e os procedimentos apresenta-se, a seguir, as diretrizes e as estratégias (proposições, conforme disposto no plano de ação), para cada um dos três grupos:



4.1. Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal.

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes
Aspecto Regional	Tornar o município de Fênix cidade de referência regional de turismo rural; Promover a conscientização regional e capacitação nos setores voltados ao turismo;	✓ Desenvolver ações e projetos integrados com os municípios vizinhos buscando agregar valor aos produtos e o crescimento sustentável diversificado. ✓ Organizar programas em parceria com Poder Público, IAP e EMATER e Setor privado; ✓ Incentivar a visitação ao Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo (PEVRES) na sociedade acadêmica;
Aspecto Ambiental	Conscientizar a população local do comprometimento com a preservação do Patrimônio histórico, cultural e ambiental do município.	✓ Realizar programas de informação sobre as questões ambientais; ✓ Realizar eventos que promovam a disseminação do conceito de preservação; ✓ Elaborar e distribuir material informativo e educativo do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, do Museu, da Igrejinha de São Luiz Gonzaga; ✓ Incentivar o programa de mata ciliar visando à recuperação dos fundos de vales;

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes
Aspecto Socioeconômico	Investir nas Políticas Públicas, Sociais e Econômicas, bem como dar suporte aos atrativos turísticos.	✓ Garantir a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente. ✓ Criar programas de incentivo a instalações de empresas voltadas a vocação local – agroindústria e agricultura familiar; ✓ Criar mecanismos de capacitação de mão-de-obra tanto para o setor agroindustrial e de turismo rural; ✓ Realizar parceria público-privado; ✓ Realizar programas sociais com âmbito econômico na melhoria da qualidade de vida; ✓ Consolidar o comércio e serviço local e diversificar com apoio ao turismo regional rural.
Aspecto Sócio Espacial	Expansão da malha urbana racionalmente compatível com as condicionantes ambiental principalmente com relação a Reserva Florestal Vila Rica do Espírito Santo;	✓ Capacitar professores e servidores municipais para fomentar o desenvolvimento do turismo rural ecológico; ✓ Buscar parcerias dos órgãos reconhecidos em programa de capacitação, tais como SENAC, SENAI, EMATER, Regional Campo Mourão; ✓ Racionalização do uso e ocupação do solo com a diversificação da produção rural; ✓ Controle da Expansão urbana na direção Leste devido a área do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo.
Aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos	Melhoria da oferta dos serviços de saúde, educação em todos os níveis e melhoria na mobilidade de pessoas e cargas;	✓ Diagnosticar as necessidades da população dos diversos aspectos dos serviços públicos: saúde, educação, entre outros; ✓ Informatização das escolas e unidades de saúde para auxiliar em todos os setores da administração municipal; ✓ Realizar programas que atendam às necessidades levantadas nos diversos setores de serviço público; ✓ implantar a rede e tratamento do esgoto sanitário; ✓ Melhoria e alternativa de transporte escolar no deslocamento da sede as comunidades rurais; ✓ Melhoria na pavimentação das ruas e passeios públicos; ✓ Ampliação de oferta de espaços de recreação: praças e equipamentos esportivos (Academia a céu aberto) na sede e no Distrito de Bela Vista do Ivaí.
Aspecto Institucional	Tornar a administração eficaz e transparente.	✓ Rever a estruturação administrativa municipal; ✓ Contratar e capacitar técnicos e servidores públicos municipais; ✓ Adequar o organograma a nova estrutura administrativa municipal.

4.2. Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento.

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes
Aspecto Regional	Incentivar os investimentos de infraestrutura complementar aos atrativos locais;	✓ Promover políticas de integração com outros municípios polos, relacionado a um roteiro turístico; ✓ Aumentar a estrutura física de apoio aos setores de turismo rural e ecológico; ✓ Dispor de estrutura técnica para atender a demanda das áreas vocacionais; ✓ Elaborar processo de planejamento para auxiliar os setores vocacionais do município.
Aspecto Ambiental	Elaborar um plano municipal com alternativas de exploração do turismo sustentável;	✓ Elaborar e realizar um plano municipal com alternativas de exploração sustentável; ✓ Pesquisar alternativas de exploração sustentável em conjunto com a EMATER/PR; ✓ Elaborar o Plano municipal de Saneamento Básico; ✓ Realizar parcerias com instituições de ensino (UTFPR-Campo Mourão) para elaboração de pesquisa para alternativas de exploração sustentável; ✓ Plano de aproveitamento turístico dos principais atrativos locais; ✓ Projeto do Parque da Olaria na parte noroeste da malha urbana.
Aspecto Sócio--Econômico	Incentivar a qualificação de mão de obra através de cursos para o desenvolvimento do agronegócio e o turismo rural;	✓ Elaborar e implantar programa de apoio a expansão do agronegócio, agricultura familiar, turismo rural e demais atividades urbanas econômicas.
Aspecto Sócio Espacial	Instrumentalizar o poder público municipal com técnicos e equipamentos no intuito de manter um processo contínuo de planejamento.	✓ Formar e estruturar uma equipe municipal para o planejamento participativo; ✓ Estimular a participação da população nas ações da administração; ✓ Promover eventos de capacitação para a participação popular; ✓ Implantar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS; ✓ Implantar o programa municipal de defesa civil.
Aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos	Promover ações visando à garantia de qualidade de vida	✓ Informatizar os equipamentos de atendimento público municipal; ✓ Ter destinação e controle adequado dos resíduos sólidos; ✓ Buscar 100% de abrangência de rede de esgoto, água tratada, rede elétrica e telefônica; ✓ Estruturar e ampliar a rede de drenagem de águas pluviais; ✓ Qualificar o atendimento dos serviços públicos.

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes
Aspecto Institucional	Implantar e manter uma sistemática de planejamento.	✓ Criação do sistema único de informações; ✓ Implantar o sistema permanente de planejamento; ✓ Prever e estruturar equipe para implantar o Plano Diretor; ✓ Incluir a participação democrática no processo de planejamento municipal, através de audiências públicas e incentivos aos projetos comunitários; ✓ Estabelecer em lei as Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS; ✓ Construir Indicadores que permitam avaliar o desempenho no processo de planejamento e gestão municipal; ✓ Implantação do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Rural – CONDUR de Fênix.

4.3. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas):

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes
Aspecto Regional	Identificar, estruturar e divulgar os principais atrativos históricos, culturais e ambientais	✓ Elaborar e implantar o Plano Municipal de Turismo rural e fluvial; ✓ Promover a produção do município, através da participação em feiras e outros eventos; ✓ Promover o aumento da produção orgânica, tanto na agropecuária como nos hortifrutigranjeiros; ✓ Fortalecer a marca Fênix nos produtos locais, atrelado as questões de conservação e preservação dos recursos naturais.
Aspecto Ambiental	Colocar em pratica ações de preservação ambiental;	✓ Realizar ações de preservação, tais como: Proteção do Parque Estadual, das reservas RPPNs existentes no município, dos recursos hídricos e de sua mata ciliar e de seus remanescentes de floresta.
Aspecto Socioeconômico	Incentivar investimentos privados para dar suporte aos atrativos existentes;	✓ Dotar o município da estrutura física necessária para atender a sua vocação; ✓ Desenvolver ações que promovam o município nos aspectos de agronegócios, agricultura familiar, e fortalecimento do turismo rural fluvial; ✓ Qualificação da mão de obra para a geração de renda com atividades contidas na vocação.
Aspecto Sócio Espacial	Dinamizar áreas ociosas para o setor de recreação e lazer dentro da malha urbana.	✓ Aplicar a legislação visando à ordenação do espaço, e através dela buscar o desenvolvimento sustentável no município;

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes
	planejamento.	✓ Levar os serviços básicos ao Distrito de Bela Vista do Ivaí e comunidades rurais, atendendo a demanda; ✓ Atingir o desenvolvimento e o crescimento através de ações de
Aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos	Adequar a infraestrutura básica para o escoamento da produção rural e do turismo.	✓ Adequar a infraestrutura básica para o escoamento da produção e do turismo rural, principalmente o que se refere à manutenção das estradas e vias do município.
Aspecto Institucional	Melhorar a arrecadação municipal e dotar o município de instrumentos legais e operacionais.	✓ Revisar e atualizar toda a legislação municipal; ✓ Implantar a Legislação Urbanística; ✓ Revisar o Código Tributário e o cadastro técnico do município.

5. MACROZONEAMENTO

O Macrozoneamento do município de Fênix – PR, a seguir apresentado, foi proposto pela consultoria a partir da leitura comunitária consolidado em conjunto com a equipe técnica da prefeitura municipal, bem como as diretrizes e macros objetivos.

O Plano Diretor Municipal de Fênix defini a política de desenvolvimento e expansão do Município, considerando a área urbana e rural, respeitando as diretrizes gerais da política urbana para o estabelecimento das normas e instrumentos previstos nos artigos 2º e 39º do Estatuto da Cidade.

O Plano Diretor Municipal de Fênix:

- ✓ Explicitar, de forma clara, qual é o objetivo da política urbana e rural,
- ✓ Partir de um amplo processo de leitura da realidade local,
- ✓ E a partir disso, estabelecer o destino específico que se quer dar aos diferentes compartimentos do território municipal, embasando os objetivos e as estratégias.

No entanto, antes de explicitar-se os macrozoneamentos propostos nesta 3ª fase – Diretrizes e Proposições do Plano Diretor Municipal de Fênix, é importante a clareza da definição do espaço municipal.

Assim, o território do Município recebe as seguintes divisões, definidas a seguir:

a) ÁREAS

b) MACROZONAS

c) ZONAS DE ESPECIAL INTERESSE

Estas divisões ocorrem conforme a natureza da orientação proposta para a ocupação da área municipal, proposta está inserida nesta 3ª fase do PDM – Fênix:

a) AS ÁREAS têm sua ocupação determinada segundo estatutos diferenciados, regulamentados em lei específica, e dividem-se em:

- ✓ **Área Rural** – Destinada ao desenvolvimento de atividades agropecuárias e de turismo rural, extração de recursos naturais de forma sustentável e de proteção / conservação do meio ambiente a ser mantida como garantia de espaço para a sustentabilidade da produção primária, sendo esta estruturadora da atividade econômica no Município.
- ✓ **Área Urbana** – É a área no município destinada ao desenvolvimento de usos e atividades urbanas tanto na sede como no distrito, delimitadas de modo a conter a expansão horizontal da cidade, voltada a aperfeiçoar a utilização da infraestrutura existente e atender às diretrizes de estruturação do município.

b) AS MACROZONAS são setores homogêneos, os quais traduzem espacialmente as estratégias de desenvolvimento, cuja ocupação é proposta nestas diretrizes. As macrozonas podem, quando houver necessidade, dividir-se em Subzonas.

c) AS ZONAS DE ESPECIAL INTERESSE são porções do território com diferentes características ou com destinação específica, normas próprias de uso e ocupação do solo, a serem regulamentadas em lei municipal, situada em qualquer macrozona do Município, quando for necessária.

O que é o **Macrozoneamento** neste processo? O Macrozoneamento traçará uma estratégia de reorganização da cidade e das áreas rurais do Município, estabelecendo o destino específico que se quer dar às diferentes regiões, de acordo com as definições dos objetivos e estratégias propostos para o Município. No Macrozoneamento ficam definidas, espacialmente, as zonas que se pretenda incentivar, coibir ou qualificar a ocupação, e os usos que se pretende induzir ou restringir em cada região.

Enfim, o Macrozoneamento é a divisão territorial para fins de gestão pública estabelecida na abrangência do limite territorial do Município, na sede urbana de Fênix e no interior passando pelo Distrito de Bela Vista do Ivaí e pelas comunidades rurais. As comunidades rurais são as seguintes: Vila Rural de Boa Esperança (localizada próxima ao distrito de Bela Vista do Ivaí), Cantinho do Céu e Vila Rural Novos Caminhos a norte da malha urbana da sede. A descrição, finalidade e localização de cada Macrozona, urbana ou rural, são propostas nesta 3ª fase do Plano Diretor Municipal – Diretrizes e Proposições, para o território do município e para a zona urbana da sede e do Distrito de Bela Vista do Ivaí.

5.1. Macrozona de Fragilidade Ambiental

Antes da apresentação das demais Macrozonas, é importante a definição e caracterização da Macrozona de Fragilidade Ambiental, pela sua diferenciação entre as demais. Esta Macrozona impõe-se sobre qualquer outra Macrozona, interrompendo-a em sua continuidade. Nas

Macrozonas de Fragilidade Ambiental evidenciam-se funções sociais diferenciadas, conforme se localizem na Área Urbana ou na Área Rural dentro das sub-bacias específica, sendo:

5.1.1. Macrozonas de Fragilidade Ambiental Urbana

É o meio natural modificado pela atividade urbana, e tem sua função social relacionada com o papel a cumprir junto à comunidade. Desta forma:

- ✓ Não deve constituir barreira intransponível, e sim permitir transposição de acordo com a estrutura viária principal estabelecida na lei do sistema viário;
- ✓ Deve ter seu entorno urbanizado e com infraestrutura básica implantada, visando à proteção do recurso hídrico e a ampliação das áreas de lazer à comunidade;
- ✓ Nos locais indicados no Plano Diretor Municipal para implantação de parques lineares, deverá ser recuperada a mata ciliar e mantido o tratamento paisagístico, permitindo o convívio da comunidade com o recurso hídrico;
- ✓ As vias urbanas deverão proporcionar a interligação das áreas urbanas de lazer;
- ✓ Tem importante papel como manancial de abastecimento de água e para amenizar o microclima, bem como, no sistema de drenagem urbana, poder receber tratamento ou dispositivo para ampliar o tempo de retenção da água pluvial na micro bacia;
- ✓ Quando houver ocupação urbana consolidada, será desenvolvido projeto de drenagem adequadamente dimensionado de forma a não submeter à população a risco, podendo ser tal projeto implantado mediante parceria público privada;
- ✓ Para os cursos d'água, deverão ser desenvolvidos estudos técnicos para definir o tratamento adequado à sua função social, de acordo com os órgãos ambientais.

5.1.2. Macrozona de Fragilidade Ambiental Rural

Tem sua função social ligada ao gerenciamento das bacias hidrográficas em conjunto com os municípios afeto a mesma, as questões de preservação ambiental, e, nesse sentido, serão respeitadas as áreas de preservação permanente, sendo que seus critérios de ocupação devem permitir:

- ✓ O aproveitamento sustentável do entorno do recurso hídrico;
- ✓ A mobilidade das populações rurais no acesso as comunidades rurais e à sede urbana do município;
- ✓ O escoamento da produção.

Propõem-se, nestas diretrizes, que não seja induzido pela Administração Municipal de Fênix o adensamento de áreas que não possuam infraestrutura básica e equipamentos comunitários compatíveis com a demanda da população.

5.2. Macrozoneamento do Município

A proposta do Macrozoneamento do Município de Fênix encontra-se espacialmente representado nos mapas correspondentes, sendo que:

- ✓ Mapa 01/03 demonstra o Macrozoneamento na área de todo o Município de Fênix;
- ✓ Mapa 02/03 demonstra o Perímetro da Sede Urbana e do Distrito de Bela Vista do Ivaí.
- ✓ Mapa 03/03 demonstra o Zoneamento da Sede Urbana e do Distrito de Bela Vista do Ivaí;

Neles são propostas as seguintes Macrozonas:

Macrozonas Municipais

- ✓ Macrozona Urbana (sede urbana);
- ✓ Macrozona da Sub-bacia do Rio Roncador;
- ✓ Macrozona da Sub-bacia do Ribeirão Ariranha;
- ✓ Macrozona da Sub-bacia do Rio Ivaí-Norte;
- ✓ Macrozona da Sub-bacia Água Fortuna;
- ✓ Macrozona da Sub-bacia do Rio Arurão;
- ✓ Macrozona da Sub-bacia do Rio do Bugre;
- ✓ Macrozona da Sub-bacia do Rio Dez;
- ✓ Macrozona da Sub-bacia do Rio Ivaí- Nordeste;
- ✓ Macrozona da Sub-bacia do Rio Corumbataí;

Macrozona de Fragilidade Ambiental

- ✓ Subzona de Preservação Permanente;

O modelo de macrozoneamento para ordenação de um território depende dos objetivos e do tipo de indicadores e interações utilizadas na análise. O modelo de macrozoneamento que propomos realizar constitui-se em um ordenamento de uma sub-bacia hidrográfica, baseado na identificação e caracterização de sistemas de ocupação, visando o uso racional das paisagens produtivas. O macrozoneamento permite identificar os usos atuais inadequados, orientar adequadamente a ocupação de paisagens produtivas ociosas e, eventualmente, dividir em sub- bacias para facilitar o dimensionamento ambiental das políticas de desenvolvimento. Dois objetivos são claros para a definição do processo de macrozoneamento:

- ✓ Realizar divisões e classificações do espaço, baseadas em fatores ecológicos, econômicos e sociais e, através do cruzamento dessas ordens de fatores, identificar diferentes zonas em regiões, com sua problemática específica, que serão objetos de propostas e diretrizes.
- ✓ Organizar o espaço no interior de cada unidade, com a indicação das áreas de preservação e das áreas liberadas à ocupação, obedecendo aos princípios de uma política ambiental voltada para assegurar a eficiência produtiva dos espaços e preservar os fluxos vivos da natureza.

A partir destes objetivos e para clareza de entendimento, foram definidas as macrozonas municipais, estruturando cada porção de área do município sobre as sub-bacias hidrográficas, ficando assim definida cada uma das macrozonas propostas para o Município de Fênix:

5.2.1. Macrozona Urbana (sede Urbana)

É destinada ao desenvolvimento de usos e atividades urbanas, delimitadas de modo a conter a expansão horizontal da malha urbana na sede, voltada a aperfeiçoar a utilização da infraestrutura existente e atender às diretrizes de estruturação do Município.

5.2.2. Macrozona da Sub-bacia do Rio Roncador – Área localizada na porção extrema noroeste do território municipal fazendo divisa com o município de Quinta do Sol tendo como principal afluente as águas da Santa Rita. Nesta Macrozona predominantemente apresenta declividades entre 3 % a 10%, com características de baixa degradação de solo com boa aptidão do solo para produção de maneira geral, destinando à produção de produtos primários, à exploração de recursos naturais de forma sustentável.

5.2.3. Macrozona da Sub-bacia do Ribeirão Ariranha – Área localizada na porção extrema a oeste na divisa municipal com o município de Quinta do Sol, sendo a menor sub-bacia do território, tendo como afluentes no caso as Águas do Monjolo e Águas do Lambari dentro do território de Fênix. O Rio principal desta sub-bacia o denominado Ribeirão Ariranha encontra-se integralmente dentro do território vizinho de Quinta do Sol. Nesta Macrozona predominantemente apresenta declividades altas entre 10 % a 45%, com características de baixa degradação de solo, com boa aptidão do solo para produção de maneira geral, destinando à produção de produtos primários, à exploração de recursos naturais de forma sustentável.

5.2.4. Macrozona da Sub-bacia do Rio Ivaí-Norte - Área localizada na parte extrema norte do território municipal, limitada pelo Rio Ivaí fazendo divisa aos municípios de Itambé e São Pedro do Ivaí, sendo uma das menores sub-bacias do território, onde se situa a pequena comunidade denominada de Volta Grande. Por ter uma boa topografia com declividades suaves e moderadas predominantemente de 0% a 10% apresenta-se com bom aproveitamento agropecuário nesta porção do território. A sub-bacia em questão apresenta próximo aos limites da sub-bacia na parte leste junto ao Rio Ivaí um remanescente de área de mata contínua. A abrangência de suas áreas destinadas predominantemente às atividades de pastagem e outra parte de lavoura abrangendo as áreas que se destinam à produção agropecuária no município, sempre de maneira a respeitar os recursos naturais e a exploração do meio ambiente de maneira sustentável.

5.2.5. Macrozona da Sub-bacia do Rio Fortuna – Área delimitada pela Sub-bacia do Rio Fortuna, que atravessa o território no sentido sul/norte desembocando no Rio Ivaí, localizada

na parte norte do território, entre as sub-bacias do Rio Roncador e Ivaí-Norte e do outro lado sub-bacia do Rio Arurão. Sub-bacia de grande importância no território visto que além da sua área rural encontra-se situado o Distrito de Bela Vista do Ivaí e a Vila Rural de Boa Esperança. É destinada a atividades urbanas e não urbanas, isto é, na sua maioria atividades predominantemente de lavouras ou pastagens e de exploração sustentável dos recursos naturais.

5.2.6. Macrozona da Sub-bacia do Rio Arurão – Área delimitada pela Sub-bacia do Rio Arurão, principal rio que atravessa o território no sentido sul/norte desembocando no Rio Ivaí, sendo a maior sub-bacia municipal, ocupando quase um terço da área global, localizada na parte central do território e uma das mais importantes sub-bacias do município, tanto pelo seu tamanho como pela sua relevância geográfica que se estende do limite norte ao limite sul, tendo como principais afluentes o Rio do Bugre, Águas da Primavera, Águas do Lambari, Águas do Encanto, Águas do Manacá e Córrego Águas de São Pedro. As medidas de controle ambientais devem ser bastante intensas nesta sub-bacia, sendo que qualquer tipo de exploração deva ser feita de maneira sustentável e respeitando as legislações ambientais. É destinada a atividades predominantemente de lavouras ou pastagens e de exploração sustentável dos recursos naturais na parte Norte, sendo que na parte Sul desta sub-bacia, encontra-se as maiores declividades variando predominantemente de 20% a 45%, existindo uma inaptidão do solo devido a processos erosivos e com alta degradação. Localizam-se nesta sub-bacia as pequenas comunidades rurais de Porteira Preta ao norte, Água do Bagre na parte central e Gleba Valadão na parte sul da sub-bacia.

5.2.7. Macrozona da Sub-bacia do Rio do Bugre - Sub-bacia localizada na porção Sul, entre a divisa do Município de Barbosa Ferraz e a Sub-bacia do Rio Dez, tendo como principais afluentes as Águas de São Martim, Água Sete alqueires, Águas do Bagrinho e o 8º afluente. Estão localizadas dentro desta sub-bacia as comunidades rurais de Cantinho do Céu e Arco-íris. Trata-se da sub-bacia de grandes declividades, predominantemente com alta degradação erosiva e inapto ao uso do solo para lavoura devido o seu alto processo erosivo, que se destinam à produção agropecuária e à exploração de recursos naturais de forma sustentável, na transformação de produtos primários, onde os empreendimentos voltados ao agronegócio e a agricultura familiar, devem ser incentivados, como alternativa para gerar renda à população local, possibilitando a sua manutenção no campo. São áreas destinadas predominantemente à pastagem abrangendo as áreas que se destinam à produção agropecuária e pecuária leiteira no município, sempre de maneira integrada com meio ambiente de maneira sustentável.

5.2.8. Macrozona da Sub-bacia do Rio Dez - Sub-bacia localizada na parte central do município, sub-bacia de importância, visto a sua extensão, sendo a segunda maior do município, indo do limite sul do território até o limite norte, cortando a sede urbana na sua porção oeste, tendo como afluente do Rio Dez na margem direita o Córrego Urutu e na margem esquerda o Ribeirão Um, Córrego Bom Jesus, Córrego Cinco e Águas Vila Rica. As medidas de controle ambientais devem ser bastante intensas nesta sub-bacia, sendo que qualquer tipo de exploração deva ser feita de maneira sustentável e respeitando as legislações ambientais. É destinada a atividades predominantemente de lavouras ou pastagens e de exploração sustentável dos recursos naturais na parte Norte, sendo que na parte Sul desta sub-bacia, encontra-se as maiores declividades variando predominantemente de 20% a 45%, existindo uma inaptidão do solo devido a processos erosivos e com alta degradação. Nesta sub-bacia na parte sul situa-se a comunidade de Vila Rica.

5.2.9. Macrozona da Sub-bacia do Rio Ivaí- Nordeste – Sub-bacia de pequeno porte, localizado na parte nordeste do município entre as sub-bacias do Rio Dez e da Sub-bacia do Corumbataí, tendo como comunidade rural a região denominada de Porto Velho, a Vila Rural Caminhos Novos e a região denominada Vila Rica do Espírito Santo. A Sub-bacia do Rio Ivaí-Nordeste inclui a porção norte da sede urbana, e se limita ao sul pela sub-bacia de maior importância frente os aspectos ambientais. A Sub-bacia também é composta beleza natural exuberante do Rio Ivaí bem como o seu encontro com o Rio Corumbataí, destinada à exploração de recursos naturais de forma sustentável, onde os empreendimentos voltados ao turismo rural e de lazer, devam ser incentivados, como alternativa para gerar renda à população local, possibilitando a diversificação econômica do município e a integração com o meio ambiente com o aproveitamento da beleza natural do Rio Ivaí, bem como a utilização do rio como atividades esportivas pesqueiras. Ao longo do Rio Ivaí deve-se manter a característica de preservação de sua mata ciliar, podendo exercer atividades produtivas desde que não prejudiquem e mantenham as características ambientais com restrições e controle de seus usos.

5.2.10. Macrozona da Sub-bacia do Rio Corumbataí - Principal sub-bacia do território localizada na parte leste do município, sendo que a mesma corta a malha urbana da sede na sua porção leste, estando inserida dentro desta sub-bacia a Reserva Florestal denominada Vila Rica do Espírito Santo (Parque Estadual). Estão localizados nesta sub-bacia parte sudeste da sede urbana e as pequenas comunidades de Paineirinha e Urtiguinha. Os principais afluentes do Rio Corumbataí nesta sub-bacia são as Águas do Ingá e Córrego Urtiguinha. A Sub-bacia também é composta de beleza natural exuberante do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, com o museu do parque e de seu patrimônio histórico riquíssimo bem como seu recurso hídrico principal, o Rio Corumbataí. Nesta sub-bacia encontra-se localizada a Igrejinha de São

Luiz Gonzaga que necessita de restauro para enquadrar-se no roteiro turístico. As medidas de controle ambientais devem ser bastante intensas nesta sub-bacia, sendo que qualquer tipo de exploração deva ser feita de maneira sustentável e respeitando as legislações ambientais. Serão destinadas à exploração de recursos naturais de forma sustentável, onde os empreendimentos voltados ao turismo rural e de lazer, devam ser incentivados, como alternativa para gerar renda à população local, possibilitando a diversificação econômica do município e a integração com o meio ambiente com o aproveitamento da beleza natural do Rio Corumbataí, bem como a utilização do rio como atividades esportivas pesqueiras. Ao longo do Rio Corumbataí deve-se manter a característica de preservação de sua mata ciliar, podendo exercer atividades produtivas desde que não prejudiquem e mantenham as características ambientais com restrições e controle de seus usos.

5.2.11. Macrozona de Fragilidade Ambiental Rural

5.2.11.1. Subzona de Preservação permanente

Áreas de preservação permanente e áreas definidas como proteção ambiental, estabelecidas em legislação federal, estadual ou municipal, cuja possibilidade de uso é restrita às questões de preservação, conservação, recuperação ou educação ambiental. Neste grupo enquadram- se as faixas de preservação e preservação permanente ao longo dos cursos d'água, rios, ribeirões e córregos, manutenção da mata ciliar ao longo dos cursos d'águas e das nascentes e os remanescentes de mata nativa.

5.3. Macrozoneamento Urbano da Sede

São as seguintes Macrozonas que irão estruturar o uso e ocupação do solo no meio urbano, estando inseridas dentro do perímetro da sede urbana determinado posteriormente em legislação específica:

Macrozonas Urbanas:

- ✓ Macrozona Preferencial – MP;
- ✓ Macrozona Residencial Consolidada – MC;
- ✓ Macrozona Residencial de Consolidação – MCO;
- ✓ Macrozona de Renovação Urbana – MRU;
- ✓ Macrozona Institucional – MIT;
- ✓ Macrozona Eixo de Desenvolvimento – MED;
- ✓ Macrozona Especial de Interesse Social – MEIS;
- ✓ Macrozona de Expansão Urbana – MEU;
- ✓ Macrozona Agroindustrial – MA.
- ✓ Macrozona de Fragilidade Ambiental Urbana
  - o Subzona de Preservação permanente – SPP;
  - o Subzona de Uso Restrito e Controlado – SURC.

5.3.1. Macrozona Preferencial - MP

São áreas de ocupação preferencial localizadas em setores privilegiados com tendências a densidades mais altas, de maneira centralizada, ao longo das principais vias de comércio e serviço local, a Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro e Alameda Pau D'alho, geralmente constituída de condições geomorfológicas e ambientais propícias para urbanização, dotadas de boa infraestrutura, como redes de água potável, pavimentação asfáltica, energia elétrica, iluminação pública e circundada pelos principais equipamentos comunitário da sede urbana.

5.3.2. Macrozona Residencial Consolidada – MC

A Macrozona Residencial Consolidada corresponde à porção de área urbana, caracterizada pelo uso predominantemente residencial muito próximo da área preferencial, geralmente loteamentos existentes há vários anos com densidade média. Esta macrozona urbana apresenta alguns problemas de ocupação principalmente próximo a rua jangada devido à dificuldade em função do fundo de vale do córrego afluente do Rio Dez, e da falta de infraestrutura nas partes mais extremas.

5.3.3. Macrozona Residencial de Consolidação – MCO

A Macrozona Residencial de Consolidação corresponde à porção de área urbana, caracterizada pelo uso predominantemente residencial, mais periférica em relação à malha urbana geralmente em loteamentos existentes há vários anos com densidade média. Esta macrozona urbana apresenta alguns problemas de ocupação devido à carência de algumas infraestruturas nesta região. Faz parte desta macrozona a maioria dos lotes pertencentes aos loteamentos residenciais mais periféricos da malha urbana e limitada pela macrozona de expansão urbana.

5.3.4. Macrozona de Renovação Urbana – MUR

A Macrozona de Renovação Urbana corresponde à área alvo de requalificação e recuperação urbana onde poderão existir projetos especiais de caráter cultural ou institucional, que visem dinamizar as atividades e contribuir para o incremento qualificado de utilização por parte do cidadão. Compreende as áreas especiais que podem ser declaradas de interesse público, com intuito de renovar as edificações existentes e dar uma nova qualificação ao acesso do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, para a finalidade de consolidação do roteiro turístico, localizada na porção Leste do quadro urbano.

5.3.5. Macrozona Institucional – MIT

A Macrozona institucional corresponde à porção de área urbana, caracterizada pelo uso exclusivo institucional de predominância pública, situada em frações na malha urbana, proporcionado um atendimento diversificado e descentralizado ao longo na malha urbana. Percebe-se a necessidade de aquisição de áreas públicas com o intuito de estoque de área para implantações de futuros equipamentos comunitários, visto que o município carece de

áreas públicas disponíveis. Percebe-se uma carência maior de equipamentos público nos loteamentos na porção extrema sudeste e sudoeste do quadro urbano.

5.3.6. Macrozona Eixo de Desenvolvimento – MED

A Macrozona Eixo de Desenvolvimento foi proposta principalmente ao longo do principal acesso viário a partir do trevo de entrada da rodovia PR-082 e no início da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro nas quadras iniciais da malha, visando incentivar atividades de comércio e serviços setoriais e gerais, a fim de diversificar as funções e descentralizar as atividades facilitando o acesso da população menos favorecida e evitando alguns deslocamentos para o centro da cidade.

5.3.7. Macrozona Especial de Interesse Social – MEIS

A Macrozona Especial de Interesse Social corresponde à área alvo proveniente de ocupação qualificada urbana onde poderão existir projetos especiais de caráter residencial para população de baixa renda, que visem dinamizar as atividades e contribuir para a consolidação da área residencial de maneira harmônica com o meio ambiente. Compreende as áreas especiais de interesse público e de interesse urbanístico relativas a programa de relocação de moradias irregulares e de atendimento a família de baixa renda zero até três salários mínimos. As áreas disponíveis destinadas a estas finalidades estão localizado ao longo da Rua Siqueira Campos, Rua Piraí e na área localizada no cruzamento da Rua Lysimaco Ferreira da Costa com Rua Aviação.

5.3.8. Macrozona Agroindustrial – MI

A Macrozona Agroindustrial representa a porção do território destinada preferencialmente ao uso Agroindustrial no caso as Cooperativas COAMO e CAMPAGRO, podendo também a critério do município destinar secundariamente a algumas outras áreas para industriais, comércios e de prestação de serviços do tipo setorial e geral que causam certo nível de incomodidade, ou seja, fatores que perturbam a convivência com as diversas atividades do meio urbano. Será proposta uma ampliação e adequação da área industrial na parte sul da malha urbana, visando a ampliação do setor de agronegócio no município para as micro e pequenas empresas.

5.3.9. Macrozona Expansão Urbana – MEU

As Macrozonas de Expansão Urbana são aquelas que, pelas condições geomorfológicas e ambientais são propícias para urbanização, por necessidade de crescimento da cidade, visando à ocupação de áreas ociosas ou vazias prioritariamente com facilidade de implantação de Infraestrutura. Foi proposta à expansão urbana nas partes extremas da malha urbana prioritariamente na parte sudoeste e Noroeste, visando um crescimento mais compacto e adjacente a malha urbana existente, objetivando uma integração entre os principais loteamentos e a porção central. Existe problemas de interrupções da malha urbana nesta

macrozona em função de elementos ambientais preponderantes (rios e nascentes), como o córrego afluente do Rio Dez na porção Oeste junto a Rua Jangada, devendo adequar outros usos como parques urbanos, consolidando a utilização do espaço urbano de maneira a garantir a qualidade de vida da população urbana e o respeito ao meio ambiente.

5.3.10. Macrozona de Fragilidade Ambiental Urbana

5.3.10.1. Subzona de Preservação Permanente – SPP

Caracteriza-se por áreas dentro do perímetro urbano imprópria à urbanização, em virtude da presença de áreas de preservação permanente como mata ciliares, faixas de proteção de fundos de vale de rios e córregos, bem como as nascentes e olhos d'água, principalmente ao longo das faixas de preservação permanente do córrego do Alemão na parte nordeste, dos afluentes do Rio Dez na parte noroeste bem como suas nascentes e olhos d'águas, o que exige a definição de critérios de manejo adequado para a proteção dos recursos hídricos e florestais. As ocupações irregulares que estiverem sobre as faixas de preservação permanente deverão ser cadastradas e relocadas para áreas destinadas a programa habitacional de interesse social.

5.3.10.2. Subzona de Uso Restrito e Controlado – SURC

São áreas impróprias para a expansão urbana da malha, que requer cuidados ambientais, principalmente por estar em encostas com declividade acentuadas, que requer um uso controlado e restrito a partir de licenciamentos ambientais para implantação de projetos ambientais específicos. Devem ter uso controlado e requerem cuidados especiais com poluição, erosão, assoreamento, entre outros. Neste grupo incluem-se:

- ✓ Áreas de declividades acentuadas caso da área de potencial ambiental denominado Olaria, próximo à Rua Jangada, nos fundos da área da Biblioteca Cidadã e da Creche com declividades acentuadas e relevo acidentado para o fundo de vale;
- ✓ Áreas de Mata Preservada na parte nordeste da malha urbana denominada de Praça das águias, com grande potencial para Parque Urbano;

Salienta-se que as atividades a serem desenvolvido na Macrozona de Uso Restrito e Controlado requerem cuidados especiais, e dependendo de sua utilização e de seu impacto ambiental deverá ter laudo de impacto ambiental requerido pelos organismos ambientais.

5.4 Macrozoneamento Urbano do Distrito de Bela Vista do Ivaí

São as seguintes Macrozonas urbanas que irão estruturar o uso e ocupação do solo no Distrito de Bela Vista do Ivaí estando inseridas dentro do perímetro urbano do distrito determinado posteriormente em legislação específica:

Macrozonas Urbanas do Distrito de Bela Vista do Ivaí:

- ✓ Macrozona Preferencial – MP;
- ✓ Macrozona Residencial Consolidada – MRC;
- ✓ Macrozona Residencial de Consolidação – MCO;
- ✓ Macrozona Institucional – MIT;
- ✓ Macrozona de Expansão Urbana – MEU;
- ✓ Macrozona de Fragilidade Ambiental Urbana

o Subzona de Ocupação Restrita e Controlada– SURC;

5.4.1 Macrozona Urbana Preferencial - MP

São áreas de ocupação preferencial no Distrito de Bela Vista do Ivaí localizado em setores privilegiados com tendências a implantação de comércios e serviços locais, de maneira centralizada, localizada ao longo das principais vias de acesso ao distrito, Avenida Joaquim Silva e Rua Mal. Deodoro da Fonseca, geralmente constituída de condições geomorfológicas e ambientais propícias para urbanização, dotadas de boa infraestrutura, como redes de água potável, energia elétrica, iluminação pública e próxima aos principais equipamentos comunitário do Distrito.

5.4.2 Macrozona Urbana Residencial de Consolidada – MRC

A Macrozona Urbana Residencial de Consolidada corresponde à porção de área dentro do Distrito, caracterizada pelo uso predominantemente residencial muito próximo da área preferencial, com áreas subutilizadas e geralmente com densidade baixa, visando à ocupação imediata, a fim de consolidar a utilização do espaço urbano de maneira a garantir a qualidade de vida da população urbana e o respeito ao meio ambiente.

5.4.3 Macrozona Residencial de Consolidação – MCO

A Macrozona Residencial de Consolidação corresponde à porção de área urbana, caracterizada pelo uso predominantemente residencial, mais periférica em relação à malha urbana geralmente em setores com densidade muito baixa. Esta macrozona urbana apresenta alguns problemas de ocupação devido à carência de algumas infraestruturas nesta região. Faz parte desta marazona a maioria dos lotes pertencentes aos loteamentos residenciais mais periféricos da malha urbana com grande proximidade da macrozona de expansão urbana.

5.4.4 Macrozona Institucional - MIT

A Macrozona Urbana Institucional corresponde à porção de área urbana dentro Distrito, caracterizada pelo uso exclusivo institucional de predominância pública, situado no distrito mais concentrado na área urbana, proporcionado um atendimento mais próximo do usuário, como as áreas destinadas a Escola municipal e estadual, a subprefeitura, e a Igreja, o campo de futebol, a delegacia de polícia e o cemitério. Percebe-se a necessidade de aquisição de áreas públicas com o intuito de estoque de área para implantação de futuros equipamentos comunitário, visto que o município carece de áreas públicas disponíveis no distrito.

5.4.5 Macrozona de Expansão Urbana – MEU

As Macrozonas de Expansão Urbana no Distrito de Bela Vista do Ivaí são aquelas áreas que, pela suas condições são propícias para urbanização, contudo carecem da implantação e configuração do loteamento bem como sua infraestrutura, devendo ser estabelecido geralmente após a ocupação de boa parte da Macrozona Urbana Residencial de Consolidação. São tratadas de áreas de estoque para ocupação de médio a longo prazo. As áreas propostas são aquelas limitadas entre o perímetro urbano e a malha urbana existente principalmente na porção nordeste da malha do distrito e uma pequena porção na parte sudoeste.

5.4.6 Macrozona Especial de Interesse Social – MEIS

A Macrozona Especial de Interesse Social corresponde à área alvo proveniente de ocupação qualificada urbana onde poderão existir projetos especiais de caráter residencial para população de baixa renda, que visem dinamizar as atividades e contribuir para a consolidação da área residencial de maneira harmônica com o meio ambiente. Compreende as áreas especiais de interesse público e de interesse urbanístico relativas a programa de relocação de moradias irregulares e de atendimento a família de baixa renda zero até três salários mínimos. A área disponível e destinada a esta finalidade está localizado ao longo da Rua Mal. Castelo Branco próximo a Escola Municipal Bela Vista do Ivaí/ Estadual Castelo Branco.

5.4.7 Macrozona de Fragilidade Urbana do Distrito de Bela Vista do Ivaí

5.4.7.1 Subzona de Uso Restrito e Controlado – SURC

São áreas não próprias para a expansão urbana da malha, que requer cuidados ambientais, devido à importância da permeabilidade do solo urbano, que requer um uso controlado e restrito para utilização de área de lazer e recreação, no caso a área do Campo de futebol do distrito. Devem ter uso controlado e requerem cuidados especiais com poluição, erosão, assoreamento, entre outros.

5.5. Macrozona Urbanização Específica:

5.5.1. Macrozona de Urbanização Específica – MEU

A Macrozona de Urbanização Específica corresponde à porção de área delimitada a atender o programa denominado Vila Rural das existentes no Município, no caso a Vila Rural Boa Esperança localizada nas proximidades do Distrito de Bela Vista do Ivaí e a Vila Rural Novos Caminhos localizado na parte norte do território municipal com os seguintes casos:

I. os lotes residenciais, destinados à moradia e cultivo, terão área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

II. Dentro da área desta macrozona não poderá ter construção de mais de uma unidade destinada à moradia em cada lote residencial, cuja área construída não poderá exceder o equivalente a 2% (dois por cento) da área total do lote;

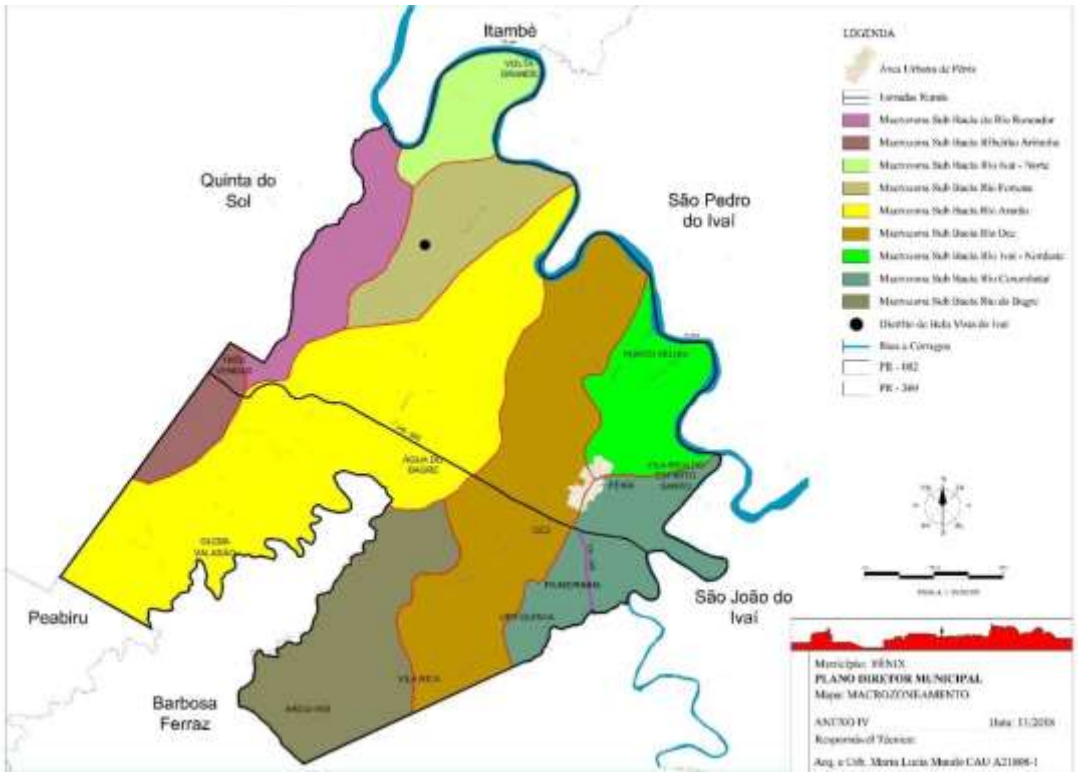
III. Cada lote residencial deverá reservar parte de sua área, não inferior a 2% (dois por cento) e não superior a 5% (cinco por cento) da área total, para a implantação de equipamentos inerentes à atividade desenvolvida de plantio ou criação, como paiol, galinheiro ou outro;

IV. Os lotes de uso comunitário destinam-se à construção de equipamentos de múltiplo uso, cujas atividades obrigatoriamente serão desenvolvidas em benefício da comunidade local, sendo vedada sua utilização para fins residenciais;

V. Os imóveis decorrentes da implantação do Programa "Vila Rural" ficam sujeitos a critérios especiais de incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A macrozona de urbanização específica denominada Vila Rural Boa Esperança está localizada muito próxima da malha urbana do distrito de Bela Vista do Ivaí mais fora do perímetro urbano do distrito, mantendo-se sua característica de vocação rural direcionada para o uso predominantemente agrícola familiar, com características rarefeitas, proporcionado por ocupações com densidade muito baixas, muito próximo da área de expansão urbana no caso do município de Fênix.

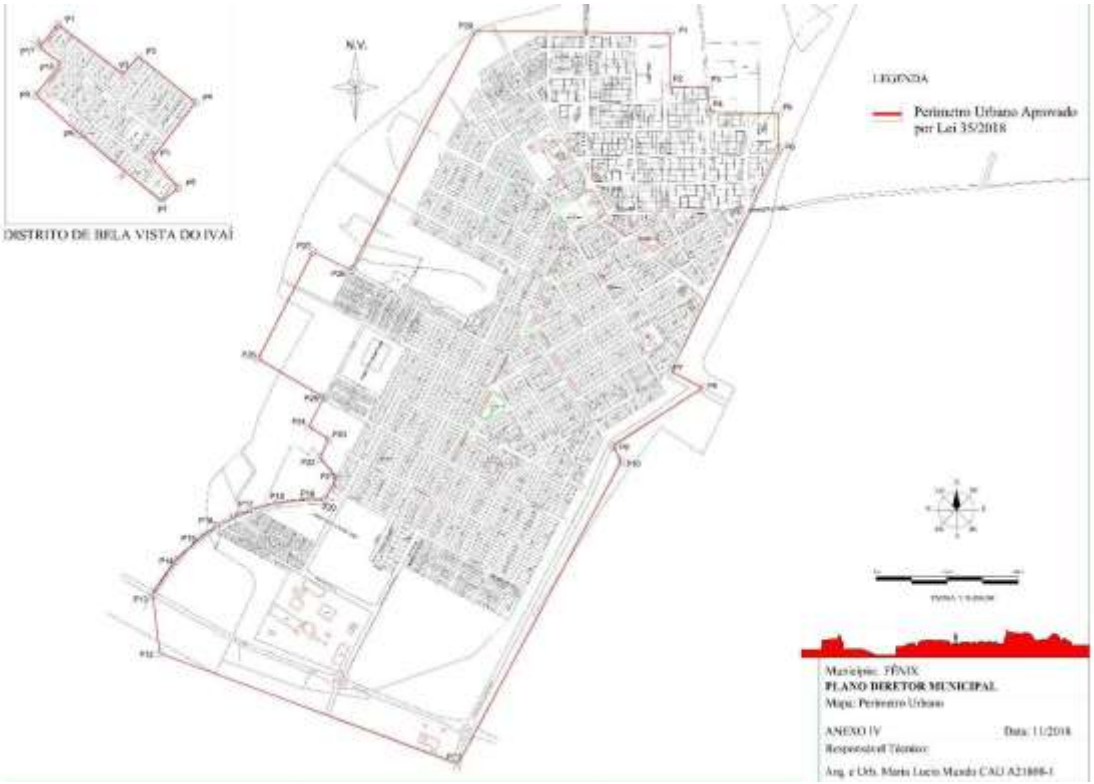
Mapa 01/03 demonstra o Macrozoneamento na área de todo o Município



Mapa 02/03 demonstra o Zoneamento da Sede Urbana e do Distrito de Bela vista do Ivaí;



Mapa 03/03 demonstra o Perímetro da Sede Urbana e do Distrito de Bela vista do Ivaí;



6. LEITURA COMUNITÁRIA

6.1 Reunião Comunitária

As participações comunitárias serviram de subsídios para auxiliar no processo de elaboração das diretrizes e propostas do Plano Diretor Municipal Foi aplicada a metodologia do CDP, que será exemplificada no quadro a baixo, dividida em quatro grandes grupos:

- ✓ Aspectos Regionais e de Meio Ambiente;
- ✓ Agropecuária Indústria Comércio e Turismo;
- ✓ Aspectos Urbanos;
- ✓ Infraestrutura, Serviços, Sistema Viário e Transporte.

Os participantes da Leitura Comunitária puderam opinar e identificar as potencialidades e deficiências, sugerir investimentos, obras e programas para os próximos anos, bem como propor quais as melhores formas de participação constante nas decisões do poder público municipal.

Síntese da Leitura Comunitária:

POTENCIALIDADES

GRUPO 1 – ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE

COLUNA 1 (ORDEM DE (IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -
1°	Localização estratégica no centro-norte do estado com acessibilidade em todas as direções;
2º	No Turismo regional Rural e ecológico;
3º	Grandes atrativos voltados ao Turismo histórico, cultural e ambiental;
4º	Parceria entre os municípios da região com favorecimento das atividades turísticas (roteiro turístico – projeto Corredor do Ivaí);
5°	Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo – PEVRES;
6º	As cinco Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs;
7º	Relevo do território na maioria com declividades medianas, com boa expansão da malha urbana em várias direções;
8º	Eventos atrelados ao turismo rural ecológico sustentável;
9º	Grande potencialidade dos Rios Ivaí e Corumbataí quando ao turismo rural em face aos atrativos existentes com o Rally fluvial.

POTENCIALIDADES

GRUPO 2 – AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -
1°	Elaborar um plano de aproveitamento do potencial turístico com as adequações do Parque e dos seus atrativos (museu, lago);
2°	Melhoria e conservação dos atrativos para absorção turística regional (restauro da Igrejinha de Santo Inácio de Loyola);
3°	Maior incentivo a agroindústria (maior apoio a Instalação) – parque Industrial;
4°	Implantação de um roteiro turístico rural ecológico e religioso;
5°	Incentivo a instalação de microempresas ou empresas de pequeno porte de arranjo local;
6°	Incentivo a feira do produtor e hortas comunitárias
7°	Diversificação de culturas – incentivo a agricultura Familiar;
8°	Cursos de qualificação de mão-de-obra (cursos profissionalizantes) com a UFTPr de Campo Mourão;
9º	IDH-2000 demonstra o crescimento no desenvolvimento do município na ordem de 12,2% sendo o 5º município entre os vinte e cinco da microrregião.

POTENCIALIDADES

GRUPO 3 – ASPECTOS URBANOS

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -
1°	Malha urbana inserida em área topograficamente adequada com boa disponibilidade espacial para atender a demanda de expansão;
2°	Áreas ociosas mais com potencial para praças e parques;
3°	Cidade compacta com poucas desconexões, somente na parte sudoeste da malha (vazio Urbano);

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -
4°	Cidade bem arborizada com um plano de arborização e melhoria de calçadas;
5º	Estabelecer uma alternativa de acesso a cidade em função do roteiro turístico;
6º	Reforçar o caráter comercial central da Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, redefinindo o desenho geral da via e aplicando incentivos para a sua modernização;
7º	Melhoria paisagística no acesso ao Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo na Avenida Antônio Quinteiro Simões;
8º	Avenidas largas com bom suporte arbóreo.

POTENCIALIDADES

GRUPO 4 – INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -
1°	Facilidades para ampliação de infraestrutura urbana em todas as direções da malha urbana;
2°	Melhoria no sistema de saúde em função do Hospital municipal;
3°	Melhoria e conservação permanente da pavimentação na sede e nas estradas municipais;
4º	Implantação do novo aterro sanitário com inserção dos programas de coleta seletiva;
5º	Instalação do Centro de atendimento a Mulher e a Criança;
6º	Biblioteca implantada e bem equipada.

DEFICIÊNCIAS

GRUPO 1 – Aspectos Regionais e de Meio Ambiente

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -
1 °	Falta de integração entre os municípios da região para fomento do turismo rural;
2°	Necessidade de melhoria nas rodovias que interligam com outros municípios da região, principalmente Campo Mourão, Maringá e Apucarana;
3°	Falta de estrutura de apoio para os atrativos;
4º	Agregar os eventos locais com as atividades de visitação ao atrativo turístico;
5°	Sede urbana localizada na parte leste do território, de forma descentralizada no território, dificultando o acesso das comunidades rurais, principalmente aquelas localizadas na região oeste;
6º	Geologia: áreas com solo tipo Neossolo com dificuldades produtivas na parte Sul do território com áreas propícias a erosão;
7º	Poluição da queima da cana-de-açúcar nas áreas rurais.

DEFICIÊNCIAS

GRUPO 2 – Agropecuária, indústria, comércio e turismo

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -
1°	Igrejinha – Capela Santo Inácio de Loyola em estado precário e deteriorada;
2°	Pouco aproveitamento turístico sustentável da qualidade ambiental do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo (PEVRES);
3°	Falta de mão-de-obra qualificada;
4°	Falta de recursos para incentivar à instalação de Indústrias;
5°	Falta de diversificação econômica para atender o distrito de Bela Vista do Ivaí;
6º	Comércio incipiente comparado com outros municípios da microrregião.

DEFICIÊNCIAS

GRUPO 3 – Aspectos urbanos

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -
1°	Recuperar a área junto às nascentes do afluente Rio Dez, transformando em parque urbano (setor noroeste da malha urbana);
2°	Sistema Viário: Adequar a expansão da cidade com sistema viário compatível com a hierarquia de vias;
3°	A Malha Urbana a nordeste/leste, dificuldade de ocupação nesta direção (expansão) em função do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo;
4°	Falta de Hierarquia viária com grandes pontos de conflito;
5º	Uso do solo urbano bem diversificado com o setor industrial dentro da malha urbana - caso da Campagro – Insumos agrícola Ltda;
6°	Falta de área para instalação de novas indústrias de porte médio ou pequenas.

DEFICIÊNCIAS

GRUPO 4 – Infraestrutura, Serviços, sistema viário e transportes

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -
1°	Área urbana não atendida com saneamento básico: Falta de rede e tratamento de esgoto;
2°	Baixo atendimento de rede de drenagem na malha Urbana da sede e do Distrito;
3°	Falta de padronização de passeios públicos e sinalização viária;
4º	Pontos de erosão na saída dos dissipadores na região oeste da malha urbana nos pontos que levam para o afluente do Rio Dez;
5º	Loteamentos desconectados da malha urbana dificultando a implantação de infraestrutura urbana;
6°	Falta de sinalização viária e adequação nos principais cruzamentos

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -
7°	Melhor distribuição de escolas na sede urbana, o raio de abrangência não atende aos loteamentos na parte sul da malha urbana.

TEMAS MAIS ABORDADOS

POTENCIALIDADES:

- ✓ Localização estratégica no centro-norte do estado com acessibilidade em todas as direções.
- ✓ Turismo regional rural e ecológico;
- ✓ Grandes atrativos voltados ao Turismo histórico, cultural e ambiental;
- ✓ Elaborar um plano de aproveitamento do potencial turístico com as adequações do Parque Estadual e dos seus atrativos (museu, lago);
- ✓ Melhoria e conservação dos atrativos para absorção turismo religioso (restauro da Igrejinha de Santo Inácio de Loyola);
- ✓ Maior incentivo a agroindústria (maior apoio a Instalação) – parque Industrial
- ✓ Áreas ociosas mais com potencial para praças e parques;
- ✓ Cidade compacta com poucas desconexões, somente na parte sudoeste da malha (vazio Urbano);
- ✓ Cidade bem arborizada com necessidade de um plano de arborização e melhoria de calçadas;
- ✓ Implantação do novo aterro sanitário com inserção dos programas de coleta seletiva;
- ✓ Instalação do Centro de atendimento a Mulher e a Criança.

TEMAS MAIS ABORDADOS

DEFICIÊNCIAS:

- ✓ Falta de integração entre os municípios da região para fomento do turismo rural;
- ✓ Necessidade de melhoria e conservação das rodovias que interligam com outros municípios da região, principalmente Campo Mourão, Maringá e Apucarana;
- ✓ Falta de estrutura de apoio para os atrativos turísticos;
- ✓ Igrejinha- Capela Santo Inácio de Loyola em estado precário e deteriorada;
- ✓ Pouco aproveitamento turístico sustentável da qualidade ambiental do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo (PEVRES);
- ✓ Falta de mão-de-obra qualificada;

- ✓ Recuperar a área junto às nascentes do afluente Rio Dez, transformando em parque urbano (setor noroeste da malha urbana);
- ✓ Sistema Viário: Adequar a expansão da cidade com sistema viário compatível com a hierarquia de vias;
- ✓ Área urbana não atendida com saneamento básico: Falta de rede e tratamento de esgoto;
- ✓ Baixo atendimento de rede de drenagem na malha Urbana da sede e do Distrito;
- ✓ Falta de padronização de passeios públicos e sinalização viária.

Com a compilação dos dados da Leitura Comunitária e os questionários aplicados, a participação da Equipe Técnica, nas audiências em conjunto com a consultoria, formou os seguintes cenários:

ANÁLISE PROSPECTIVA

METODOLOGIA CENÁRIOS

6.2 Cenários Tendências

- ➢ Baixos níveis de atendimento por infraestrutura e serviços básicos, em especial quanto ao saneamento básico: esgotamento sanitário, coleta e disposição final de resíduos sólidos em local adequado;
- ➢ Aumento da degradação ambiental devido à falta de controles e fiscalização na ocupação do solo urbano, próximo as nascentes e do córrego afluente do rio Dez na parte noroeste da malha urbana;
- ➢ Intensificação da agricultura com ênfase na monocultura principalmente de cana-de-açúcar, trigo, milho e soja, com tendência ao esgotamento dos solos e contaminação dos recursos hídricos;
- ➢ Dificuldades de ampliação das atividades dos pequenos produtores, devido aos baixos subsídios e ausência de programas alternativos para a produção agrícola;
- ➢ Aumento dos latifúndios para produção de cana-de-açúcar;
- ➢ Aumento de contaminação hídrica pela falta de preservação permanente – matas ciliares em todas as sub-bacias municipais;
- ➢ Degradação ambiental por falta de manutenção e conservação do patrimônio histórico ambiental.

PROPOSTAS COMUNIDADE

7. PROPOSTAS ESPECÍFICAS – CENÀRIO IDEAL

7.1 Aspectos Regionais:

- Melhoria no trevo de acesso a cidade de Fênix a PR-082 e do trevo de Barbosa Ferraz com a futura via perimetral parque;
- Melhoria no acesso e na estrutura de apoio no Parque Vila Rica do Espírito Santo;
- Recuperação e manutenção permanente da estrada municipal que liga a sede urbana ao Distrito de Bela Vista do Ivaí;
- Aproveitamento do potencial do patrimônio histórico natural do Município de maneira sustentável para a prática do turismo ecológico, rural e religioso através de um plano turístico de desenvolvimento do município com roteiro integrado com os municípios vizinhos.

7.2 Aspectos Ambientais:

- Utilização de práticas conservacionistas e ambientalmente sustentáveis;
- Conservação dos recursos naturais e ambientais, com implementação de mecanismos de planejamento e gestão ambiental, como o controle da utilização de agrotóxicos e fertilizantes;
- Criação de mecanismo para combater o uso de agrotóxicos junto ao perímetro urbano;
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre alternativas de agregar o Turismo Rural a um roteiro regional com aproveitamento dos recursos hídricos como o Rio Ivaí e Corumbataí e do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo com municípios vizinhos;
- Desenvolver estudos de exploração racional dos recursos naturais do Município em equilíbrio com a proteção ambiental, principalmente ao longo do Rio Ivaí e suas correntezas;
- Melhorar o sistema de abastecimento municipal e desenvolver projetos para o controle da qualidade da água, e levar água potável até o meio rural;
- Projeto de conscientização da coleta seletiva com reciclagem no aterro sanitário e Implantação do programa de Coleta Seletiva urbana;
- Ativar a Cooperativa de reciclagem de lixo;
- Implantação de sistema de esgotamento sanitário e manutenção das fossas sépticas em áreas menos densas para que seja evitada a contaminação do solo;
- Projeto ambiental, paisagístico ao longo das principais vias da sede urbana, principalmente as vias que dão acesso ao Parque estadual como as Avenidas Dr. Joaquim Vicente de Castro a Alameda Pau d'alho e a Avenida Antônio Quinteiro Simões;

- Plano de acompanhamento da erosão do solo principalmente na área rural e na parte noroeste da malha urbana da sede.
- Cuidados com as nascentes e da mata ciliar principalmente nas sub-bacias do Rio Ivaí-Noroeste e do Rio Corumbataí;
- Ampliação das áreas de lazer e recreação dentro da sede urbana;
- Controle do entulho na cidade;
- Programa de incentivo para implantação de calçadas padronizadas;
- Políticas públicas de conscientização da importância do consumo de água tratada na área rural;
- Levantamento das nascentes e minas superficiais e sua revitalização e controle do crescimento urbano;
- Necessidade de implantação de rede e tratamento de esgoto;
- Reflorestamento da mata ciliar nas áreas de preservação permanente;
- Resgate das nascentes e do córrego do alemão e do córrego afluente do rio Dez margem direita e de suas faixas de preservação permanente junto a malha urbana;
- Reestruturação e embelezamento das Avenidas Dr. Joaquim Vicente de Castro e Antônio Quinteiro Simões e a Alameda Pau D'alho até o acesso do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo;
- Implantação de Academia ao ar Livre e paisagismo na área no entorno da Igreja Matriz;
- Implantação do Projeto Fundo de Vale de proteção as nascentes do afluente do Córrego Dez, para formação do Parque da Olaria.

7.3 Agropecuária, Indústria, Comércio e Turismo - Setores Produtivos:

- Maior desenvolvimento das atividades agropecuárias;
- Aproveitamento do potencial turístico rural, principalmente em torno dos Rios Ivaí e Corumbataí, do Parque Estadual Vila Rica do Espirito Santo, o Museu do Parque e a Igrejinha - Capela Santo Inácio de Loyola;
- Investir e apoiar em estruturas de apoio a exploração do turismo rural, principalmente nas sub-bacias do Rio Ivaí- Nordeste e Rio Corumbataí, com o aproveitamento da beleza natural;
- Apoiar o Turismo Rural: Pousadas rurais, Centros equestres, restaurantes rurais e café coloniais, cavalgadas e trilhas ecológicas, visitas pedagógicas ao campo, Agroindústrias artesanais, Esportes fluviais (canoagem), rurais e radicais principalmente nas sub-bacias dos Rios Ivaí- Nordeste e Corumbataí,;
- Investir na estruturação e organização de Agroindústrias com o fortalecimento do processo associativo e cooperado;
- Incentivar a implantação de mais indústrias não poluentes em área adequada;

- Investir na produção orgânica de hortifrutigranjeiro;
- Aumento dos incentivos ao associativismo Industrial principalmente do agronegócio e do artesanato local com aplicação da marca do município;
- Aumento do valor agregado à produção primária e incentivo ao produtor local;
- Apoio ao pequeno produtor rural através do aumento das linhas de crédito e subsídios ao programa de agricultura familiar; Maior apoio ao pequeno e médio produtor rural com o programa de agricultura familiar;
- Promoção do turismo Rural, incentivando equipamentos de hospedagem como pousadas e cabanas campestres e pesque-pague na sub-bacia do Ivaí-Nordeste e na Sub-bacia do Rio Corumbataí;
- Criação de Política de desenvolvimento agropecuário e paisagismo rural;
- Cursos de qualificação de mão-de-obra (cursos profissionalizantes) voltados ao agronegócio, ao artesanato e ao turismo;
- Capacitação de pequenos trabalhadores rurais no fomento da agricultura familiar;
- Incentivo a eventos regionais bem como estabelecer local adequado de pista de prova de laço;
- Melhoria e conservação das estradas municipais;
- Disponibilizar a patrulha agrícola ao pequeno produtor rural.

7.3.1 Aspectos Urbanos:

- Implantação da lei de uso e ocupação do solo urbano propondo um zoneamento adequado a nova realidade;
- Plano de padronização das calçadas;
- Criação de Parque Urbano (Parque da Olaria) na parte noroeste da malha urbana, próximo à Rua Jangada;
- Desenvolvimento de um Plano de Arborização Urbana e melhoria nas condições das calçadas, valorizando os pedestres;
- Ampliação da rede de galeria de águas pluviais;
- Elaboração e Implantação do Plano de Habitação Municipal;
- Prever áreas de estoque para implantação de equipamentos educacionais.
- Controlar a expansão urbana no Distrito de Bela Vista do Ivaí evitando a expansão em direção a Vila Rural Boa Esperança;
- Rebaixamento da iluminação pública na sede urbana;
- Melhoria da Manutenção e ampliação do Cemitério municipal.
- Estruturar loteamentos com infraestrutura deficitária;

- Desenvolver o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS em conjunto com o Governo do Estado com apoio da Cohapar analisando as áreas potencialmente destinadas a minimizar o déficit Habitacional;
- Ampliar a rede de Iluminação Pública nas vias periféricas da malha urbana da sede;
- Implantação de placas de sinalização e numeração predial no Distrito de Bela Vista do Ivaí e na Sede municipal;
- Recadastramento imobiliário (visando aumentar a arrecadação do município).
- Melhoria no acesso e entrada da cidade com um portal de identificação;
- Organizar o perímetro urbano disponibilizando área para a expansão urbana;
- Padronização das novas quadras no perímetro urbano, com vista na organização do centro urbano;
- Determinar em lei os parâmetros de parcelamento de solo urbano;
- Ampliar iluminação pública na vila rural.

7.4 Infraestrutura, Serviços Públicos e Mobilidade Urbana:

7.4.1 Educação:

- A Escola como Centro da Comunidade (atividades nos finais de semana);
- Construção de um Centro de Atendimento infantil com períodos integrais;
- Ampliação da oferta de vagas no ensino infantil e fundamental;
- Erradicação do analfabetismo e controle da evasão escolar;
- Informatização das escolas como processo de ensino;
- Internet gratuita - cidade digital;
- Melhoria do serviço de transporte Escolar;
- Consolidação da educação ambiental;
- Inserção de uma Disciplina sobre Educação no Campo – preocupação em fixar o jovem no campo;
- Investimentos nas áreas de lazer e Esporte;
- Construção de uma nova creche municipal;
- Prever uma escola na parte Sul da malha urbana da sede;
- Melhor aproveitamento da Biblioteca Cidadã;
- Construção de um Complexo esportivo.

7.4.2 Saúde:

- Implantação de programa de combate as drogas com incentivo da prática de recreação e esporte;
- Ampliação de profissionais na área de saúde;

- Aumento das políticas de prevenção de doenças; com promoção de Palestras educativas e de orientação as gestantes com a implantação e funcionamento do Centro de atendimento a mulher e a criança;
- Implantar o centro de atendimento a mulher e a criança;
- Implantação do Consultório de Dentista em Bela Vista do Ivaí;
- Melhoria e ampliação de leitos na Unidade do hospital municipal com disponibilidade de equipamentos de saúde;
- Capacitação dos profissionais de saúde do Município; através de convênios com instituições de ensino superior nas cidades polo de Campo Mourão e Apucarana;
- Melhoria no atendimento de transporte de pacientes para o encaminhamento hospitalar, através da ampliação de convênios de serviços de saúde de maior complexidade;
- Melhoria nos Programas da Saúde da Família, Saúde Bucal, Agentes comunitários de Saúde e manutenção da atenção Básica;
- Aquisição de ambulância equipada para atender as demandas de transporte.
- Contratação de Médico permanente
- Implantação de gabinete odontológico.

7.4.3 Assistência Social:

- Manutenção e ampliação dos programas de Assistência Social em conjunto com o CRAS;
- Implantação de cursos de capacitação para qualificar jovens;
- Direcionar os cursos para a vocação agropecuária e turismo do município;
- Promoção do Cooperativismo e Associativismo visando uma alternativa de renda (artesanato, agronegócio e Turismo rural);
- Implantação dos CREAS;
- Ampliação dos eventos para os idosos com apoio da associação da terceira idade;
- Incentivo para o Asilo;
- Projeto de acessibilidade ao portador de necessidades especiais;
- Mecanismos para diminuição do analfabetismo, no meio rural principalmente dos idosos;
- Programa de Cidadania – Elaboração de Documentos;
- Melhorias na infraestrutura dos espaços destinados ao lazer e esporte principalmente para crianças e idosos nas comunidades rurais e na sede.

7.4.4 Segurança e Defesa Civil:

- Plano Diretor Municipal de Defesa Civil;
- Melhoria na Sinalização de trânsito.

7.4.5 Sistema Viário e Transporte:

- Desenvolver projeto de implantação da via perimetral parque que liga a rodovia PR-082 a cidade de fênix através do trevo existente de acesso a cidade de Barbosa Ferraz;
- Reestruturação dos trevos da PR-082 que dá acesso a sede urbana de Fênix e Barbosa Ferraz;
- Reurbanização da Avenida Joaquim Vicente de Castro e Avenida Antônio Quinteiro Simões;
- Intervenções pontuais no Sistema viário urbano, como no cruzamento das principais avenidas;
- Dimensionamento das vias adequado ao seu uso primordial;
- Vias periféricas urbanas pavimentadas na sede e no Distrito de Bela Vista do Ivaí;
- Legislação municipal do sistema viário básico;
- Projeto de pavimentação, paisagismo e sinalização viária;
- Manutenção das estradas rurais principalmente a que dá acesso ao Distrito Bela Vista do Ivaí;
- Iluminação pública na Avenida Joaquim Vicente de Castro, Avenida Pau-d'alho e Antônio Quinteiro Simões;
    - Implantação de um local de caminhada e de academia ao ar livre;
    - Melhoria paisagística nas praças, jardins e canteiros das avenidas;
    - Aquisição de máquinas e tratores (patrulha rural);
    - Melhoria do transporte escolar;
    - Plano de sinalização viária;
    - Programa de monitoramento da pavimentação asfáltica nas vias principais e de maior fluxo viário;
    - Adequação das vias, passeios públicos e prédios às limitações dos portadores de deficiência física. Garantir acessibilidade e direito de ir e vir;
    - Conservação, manutenção e pavimentação das estradas rurais a fim de atender as comunidades do interior;
    - Pavimentação total da malha viária urbana priorizando os bairros já ocupados;
    - Incentivar e/ou compelir os agricultores a realizarem conservação de solos e a absterem-se de práticas que comprometem as estradas rurais, de forma que permitam o aumento da vida útil destas;
    - Programa de pavimentação no distrito de Bela Vista do Ivaí.

7.5 Aspectos Institucionais:

- Gestão Democrática e participativa;
- Reestruturação do executivo municipal com adequações de setores e departamentos;

- Implantação de uma estrutura de controle e acompanhamento do Plano Diretor Municipal;
- Acompanhamento constante do Plano Diretor Municipal através de indicadores de monitoramento;
- Legislação urbanística em conformidade com as características físico-ambientais;
- Melhoria na gestão urbana, com ampliação da capacidade de planejamento e gestão nas diferentes áreas da administração municipal;
- Elevação do Índice de Desenvolvimento Humano;
- Reestruturação do sistema de fiscalização, tornando-o mais atuante principalmente nas questões ambientais e de obras privada;
- Analise do código tributário e legislação vigente, para sua atualização, adequando-o a realidade do município;
- Revisão e Ampliação do Plano de Carreira;
- Capacitação de funcionários Públicos para atuar na área de planejamento e controle do uso do solo urbano.

Encerra-se a **3ª fase** do Plano Diretor Municipal de Fênix - PR, denominada **DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES.** Esta fase foi elaborada pela Consultoria em conjunto com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento, especialmente no trabalho em grupo denominado Oficina de Definição do Planejamento Estratégico de Fênix e a leitura Comunitária ocorrida em 17 de agosto de 2011. Está apto a embasar a 4ª fase do PDM, denominada **LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA BÁSICA E INSTRUMENTOS PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL.**

Descrição da 4ª Fase:

Esta fase compreende num primeiro momento a avaliação da Legislação Urbanística e atualização dos mapas que compõe essas lei. Serão analisadas as seguintes leis que fazem parte da Legislação Urbanística Básica:

a) Lei do Plano Diretor Municipal de Uso e Ocupação do Solo Municipal;
b) Lei do Perímetro Urbano e de Expansão Urbana;
c) Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
d) Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
e) Lei do Sistema Viário;
f) Lei do Código de Edificações e Obras.
a) Lei do Código de Posturas;

b) Leis Específicas para utilização dos instrumentos previstos na Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade.

Para finalizar a etapa, ainda serão oferecidas propostas de:

a) Adequação da estrutura organizacional da prefeitura municipal;
b) Organização do sistema de informações para o planejamento e gestão municipal;

Metodologia: A legislação Urbanística Básica será analisada, a partir das diretrizes definidas, especialmente aquelas de caráter físico-territorial. A proposição de elementos para a institucionalização de um processo de planejamento municipal será feita pela Equipe Técnica Municipal, a partir de avaliação e conhecimento da estrutura organizacional das unidades funcionais da Prefeitura Municipal, no que se refere aos aspectos de competências e atribuições, inter-relações internas e externas, e dos instrumentos e normas reguladoras do município. Ambos os conteúdos foram submetidos ao público em geral na 3ª Audiência Pública. As sugestões e recomendações encaminhadas e discutidas serão incorporadas ao documento final proposto, após avaliação da equipe técnica municipal.

Conteúdo e produto final da fase:

Serão dois documentos, denominados “Legislação Urbanística Básica” e “Instrumentos para Consolidação do Processo de Planejamento e Gestão Municipal”, compostos respectivamente, do seguinte conteúdo:

a. Lei do Plano Diretor Municipal, onde são estabelecidas as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento Municipal indicadas, incluindo macrozoneamento, planejamento e gestão do desenvolvimento do município e sistema de acompanhamento e controle do plano.
b. Lei do Perímetro Urbano da sede administrativa e do Distrito de Bela Vista do Ivaí, que delimitam as áreas urbanas e de expansão urbana do município.
c. Lei de Parcelamento do Solo Urbano, que define os requisitos urbanísticos e procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramento de lotes urbanos;
d. Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural.
e. Lei do Sistema Viário, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como a sua definição para novos parcelamentos.
f. Código de Edificações e Obras, regulamentando as normas edilícias no município.
g. Lei do Código de Posturas, regulamentando o Poder de Polícia do Município sobre temáticas afetas às posturas municipais.

h. Leis Específicas para utilização dos instrumentos previstos na Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade e outras que se mostrarem necessárias para implementação das propostas previstas no Plano Diretor Municipal - PDM.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL:

a. Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando à implementação do Plano Diretor Municipal e gestão do desenvolvimento municipal e consequente atualização permanente.
b. Organização do sistema de informações para o planejamento e gestão municipal, produzindo os dados necessários, com a frequência definida, para concepção dos indicadores propostos para o Plano Diretor Municipal.
c. Construção de indicadores que permitam a avaliação anual do desempenho do processo de planejamento e gestão municipal, com metas claramente definidas a serem atingidas.

Por que esta descrição da próxima (4ª) fase? Para que possamos, através do olhar crítico do contido no documento ora entregue, prepararmo-nos, Equipe Técnica Municipal para a redação dos documentos legais que levarão Fênix ao cenário desejado para 2021.

REFERÊNCIA:

BERNARDES, Sérgio. **Cidade: a sobrevivência do poder**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1975.

CUNHA, Idaulo José. **Aglomerados industriais de economias em desenvolvimento: classificação e caracterização.** Florianópolis: Edeme, 2001.

Estatuto da Cidade – Fundação Prefeito Faria Lima CEPAM, São Paulo, 2001

Estatuto da Cidade – Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos. Câmara dos Deputados, Brasília, 2001.

GIULIANI, Rudolph W. **O líder: a Autobiografia do mais famoso prefeito de Nova York.** Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperaram no novo ambiente de negócios.** Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico.** Conceitos e metodologias práticas. São Paulo. Atlas. 2004

PAGNONCELLI, Dernizo. **Cidades, capital social planejamento estratégico.** O caso de Joinville. Rio de Janeiro. Esevier. 2004

PAGNONCELLI, Dernizo; VASCONCELLOS FILHO, Paulo de. **Construindo estratégias para vencer!** Rio de Janeiro: Campus, 2001

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico municipal.** Rio de Janeiro. Brasport. 2005.

SOUZA, Maria A Adélia de Souza. **Sobre planos diretores: em busca da urbanidade.** São Paulo: exemplar digitalizado, IEA/USP, 1992.

ZAHN, Carlos Eduardo. **O controle do desenvolvimento urbano.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP-SP, 1981.

ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE FÊNIX - PR

VOLUME I

4º FASE: PROPOSIÇÕES PARA LEGISLAÇÃO BÁSICA

Março de 2019

Sumário

Introdução 3
Uso e Ocupação do Solo 4
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2018 4
“IV - Anexo IV - Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede” 5
ANEXO IV - MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DA SEDE .. 7
Quadro II - Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano 7
Perímetro Urbano 9
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 35/2018 9
ANEXO I - Mapa do Perímetro Urbano da Sede do Município de Fênix 12
ANTEPROJETO DE LEI 14
Minuta do Projeto de Lei sobre Calçadas Ecológicas 14
ESTUDO DE VIABILIDADE DA ZONA DE PROTEÇÃO VERDE 18

Introdução

A Lei que institui o Plano Diretor Municipal configura o instrumento fundamental para a orientação do desenvolvimento do município de Fênix. Esta estabelece objetivos, eixos de desenvolvimento, diretrizes e instrumentos para as ações de planejamento, e é composta também pelas seguintes leis reguladoras de caráter urbanístico:

- ✓ Nº 35/2012 – Súmula: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE FÊNIX (CDURF) E CRIA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE FÊNIX (FDURF) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 33/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 32/2012 - Súmula: INSTITUI O DIREITO DE PREEMPÇÃO, CONFORME ART. 25 DA LEI FEDERAL 10.257/2001 (ESTATUDO DA CIDADE)
- ✓ Nº 31/2012 - Súmula: INSTITUI O CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO PARA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 30/2012 - Súmula: ESTABELECE A COMPULSORIEDADE DO APROVEITAMENTO DO SOLO URBANO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE FÊNIX DE FORMA A ASSEGURAR O USO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 29/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE O CÓDIGO POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 28/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE CÓDIGO DE OBRAS QUANTO A MATÉRIAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 27/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE A MOBILIDADE MUNICIPAL E URBANA E HIERAQUIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO PARA
- ✓ Nº 26/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- ✓ Nº 25/2012 - Súmula: DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Fez-se necessário a alteração das seguintes leis pertencentes ao Plano Diretor:

- ✓ Nº 35/2018 - Súmula: Altera a redação do artigo 4º, o §1º do artigo 4º e o Memorial descritivo do § 1º do artigo 4º da Lei Complementar 24/2012 e da outras providências.

- ✓ Nº 34/2018 - Súmula: Altera a redação do inciso IV do Artigo 2º, os §§ 1º e 2º do artigo 21 e artigo 24, todos da Lei Complementar 25/2012 e da outras providências.

Analisando as legislações pertinentes as questões urbanísticas, deparamos com a necessidade de se revisar de modo geral todas as legislações urbanísticas existentes, visto que as mesmas se encontram defasadas e necessitam de adaptações significativas em função de uma nova realidade que queremos propor para o município de Fênix. A legislação do município de Fênix está municiada de poderes e atribuições, as quais mais do que respeitar as legislações superiores, vão além, aumentam a instrumentalização do poder público em relação a um maior controle dos rumos que será tomado pelo município. Embora as leis existam, a dificuldade de se fazê-las cumprir na sua plenitude por parte dos munícipes, é um fato, percebe-se a necessidade de uma maior fiscalização a fim de coibir irregularidades.

A seguir estão apresentadas as Leis, componentes do Plano Diretor Municipal de Fênix alteradas e aprovadas na 2ª Audiência Pública.

Uso e Ocupação do Solo

Nº 34/2018 - Súmula: Altera a redação do inciso IV do Artigo 2º, os §§ 1º e 2º do artigo 21 e artigo 24, todos da Lei Complementar 25/2012 e da outras providências.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2018

SÚMULA – Altera a redação do inciso IV do Artigo 2º, os §§ 1º e 2º do artigo 21 e artigo 24, todos da Lei Complementar 25/2012 e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte o seguinte:

Projeto de Lei

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera o disposto na redação do inciso IV do Artigo 2º, os §§ 1º e 2º do artigo 21 e artigo 24 da Lei Complementar 25/2012 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Município de Fênix – Estado do Paraná.

Art. 2º. O inciso IV do artigo 2º da lei complementar nº 25/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - Anexo IV - Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede";

Art. 2º - Os §§ 1º e 2º do Artigo 21 da lei complementar nº 25/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§1º. A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) tem por objetivo delimitar área prioritária para ações de implantação de infraestrutura e regularização/reurbanização por parte do poder público.

I - No caso da abertura de novos parcelamentos incidirá o lote mínimo de 180m²;

II – Para regularização dos parcelamentos existentes serão tolerados lotes com área mínima de 150 m².

§2º. Será admitida para regularização de imóveis, lotes menores aos estabelecidos no inciso II, não podendo serem inferiores a 125 m², desde que os imóveis sejam oriundos de loteamentos implantados anteriores a vigência desta lei, mediante aprovação do Conselho de Desenvolvimento

Urbano e Rural – CONDUR e Departamento específico da Prefeitura Municipal".

Art. 3º - O Artigo 24 da lei complementar nº 25/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. A Zona Agroindustrial (ZA) compreende as áreas ocupadas pelas agroindústrias COAMO, CAMPAGRO e MK, bem como a faixa que margeia a Estrada Canadá e a rodovia Helmuth Sontag – PR 082".

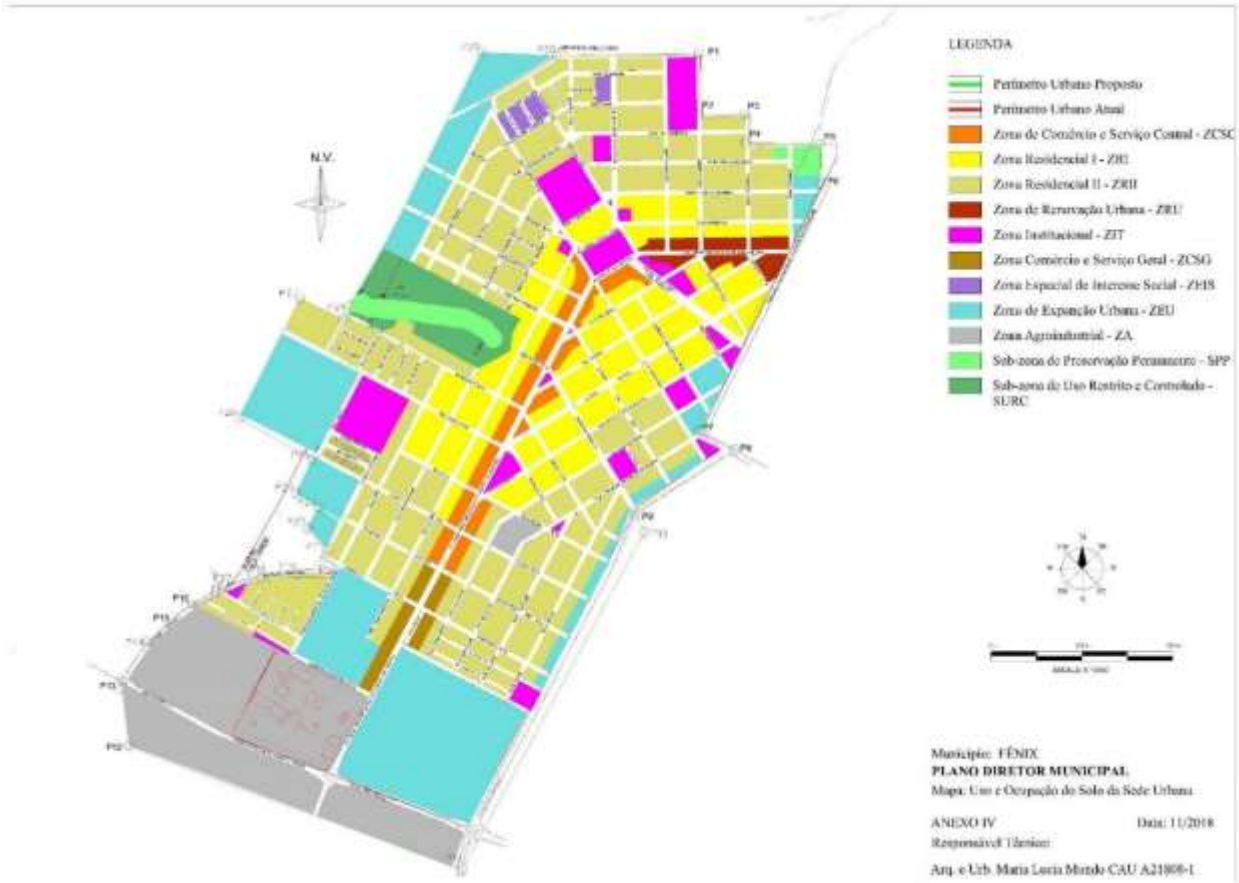
Art. 4°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

FÊNIX, 16 de agosto de 2018.

Altair Molina Serrano
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO IV - MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DA SEDE



Quadro II - Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano

ZONA	Coeficiente Aproveitamento	Taxa de Ocupação	Taxa de Permeabilidade	Altura Máxima	Lote Mínimo/Testada	Recuos (m) *(1) (2)*		
						Frente	Lateral	Fundos
ZCSC – Zona de comercio e serviço central	3.4	70%terreo +1°pav. 50% demais	10%	6 pav.	280m²/7m	5 *	1,50*(6)*	1,50
ZCSG – Zona de Comercio e Serviços Gerais	1.8	60%	15%	3 pav.	280m²/7m	5 *	1,50	2,50

ZR1 – Zona Residencial 1	1.8	60%	15%	3 pav.	200m²/6m*(6)(10)*	3	1,50	2,00 *(5)*
ZR2 – Zona Residencial 2	1.2	60%	15%	2 pav.	200m²/6m*(6)(10)*	3	1,50	2,00 *(5)*
ZRU – Zona de Renovação Urbana	1.8	60%	15%	2 pav.	250m²/7m	3	1,50	2,00 *(5)*
ZIT – Zona Institucional	1.5	50%	20%	3 pav.	360m²/12m	5	1,50	2,00 *(5)*
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social	1.0	50%	15%	2 pav.	180m²/7m*(9)*	3	1,50	2,00 *(5)*
ZEU – Zona de Expansão Urbana	1.0	50%	15%	2 pav.	250m²/7m*(7)*	3	1,50	2,00 *(5)*
ZA – Zona Agroindustrial	1.8	60%	20%	3 pav.	1000m²/20m	5	2,50	2,50 *(5)*
SURC – Subzona de Uso Restrito e Controlado	0.6*(13)*	15%*(13)*	50%*(13)*	2 pav.*(13)*	-	5*(13)*	2,50*(13)*	2,50*(13)*
SPP – Subzona de Proteção Permanente	0.6*(13)*	15%*(13)*	50%*(13)*	1 pav.*(13)*	-	5*(13)*	2,50*(13)*	2,50*(13)*

* *para comercio é permitido construir no alinhamento predial ou manter recuo de 5 m para vagas de estacionamento*

(1) atendidas as exigências mínimas de iluminação e ventilação
(2) os lotes de esquina, para efeito desta proposta, possuem somente frente e laterais, não possuindo fundos
(3) Para fins de regularização de obras existentes antes da promulgação desta lei, poderão ser aprovados edificações existentes e consolidadas, sendo submetido à análise e parecer do CONDUR, podendo ser flexibilizado o recuo na zona urbana, desde que a obra não tenha um comprometimento em termos de segurança, higiene ou salubridade e não interfira na ampliação do sistema viário básico.
(4) em construções de alvenaria, sem aberturas laterais não há necessidade do recuo lateral
(5) em construções de alvenaria, sem abertura para os fundos não há necessidade do recuo dos fundos
(6) as construções que utilizarem o potencial construtivo deverá ter o recuo lateral de 2,00 m, considerando questões de sombreamento.
(7) para habitação coletiva horizontal, será permitida densidade máxima de 40 habitações/ha
(9) para habitação coletiva horizontal, será permitida densidade máxima de 50 habitações/há
(10) para novos parcelamentos serão exigidos lotes mínimos de 200 m² a exceção da ZEIS que poderão ser admitidos lotes de 180m2 com testada de 7mts, para regularização de parcelamentos existentes serão tolerados lotes mínimos de 150 m² e mediante aprovação do Conselho de Desenvolvimento Urbano Rural - CONDUR e Prefeitura Municipal
(12) para utilização da Transferência do Direito de Construir será utilizado coeficiente de aproveitamento básico 0,01

(13) somente serão aplicados esses parâmetros para os empreendimento que obtiverem a concessões das licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental competente.
Obs. Os lotes mínimos e testadas mínima de cada zona deverá ser respeitada a partir da homologação desta lei tanto para os novos parcelamentos bem como as subdivisões e fracionamentos de imóveis, evitando a descaracterização da região bem como a desvalorização do imóvel e de seu entorno.

Perímetro Urbano

Nº 35/2018 - Súmula: Altera a redação do artigo 4º, o §1º do artigo 4º e o Memorial descritivo do § 1º do artigo 4º da Lei Complementar 24/2012 e da outras providências.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 35/2018

SÚMULA – Altera a redação do artigo 4º, o §1º do artigo 4º e o Memorial descritivo do § 1º do artigo 4º da Lei Complementar 24/2012 e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte o seguinte:

Projeto de Lei

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera o disposto na redação do artigo 4º, o §1º do artigo 4º e o Memorial descritivo do § 1º do artigo 4º da Lei Complementar nº 24/2012 que Instituiu os Perímetros Urbanos e de Urbanização especifica do Município de Fênix – Estado do Paraná.

Art. 2º. O artigo 4º, o §1º do artigo 4º e o Memorial descritivo do §1º do artigo 4º da Lei Complementar 24/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 4º. É considerada área urbana do Município de Fênix o espaço territorial definido pelo seguinte perímetro proposto:

§ 1º. Memorial Descritivo do Perímetro Urbano da Sede de Fênix Partindo do Ponto P1 de coordenadas X=403555.86 e Y=7355539.07, segue em linha reta uma distância de 190,07 metros e azimute 180º17'04"

até chegar ao ponto P2 de coordenadas X=403554.91 e Y=7355349.00; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 135,70 metros e azimute 90d°07'16" até chegar ao ponto P3 de coordenadas X=403690.62 e Y=7355348.32; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 87,78 metros e azimute 176°50'16" até chegar ao ponto P4 de coordenadas X=403695.46 e Y=7355260.66; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 241,67 metros e azimute 91°16'47" até chegar ao ponto P5 de coordenadas X=403937.07 e Y=7355255.27; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 127,20 metros e azimute 178°40'35" até chegar ao ponto P6 de coordenadas X=403940.01 e Y=7355128.09; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 868,92 metros e azimute 205°57'36" até chegar ao ponto P7 de coordenadas X=403559.64 e Y=7354346.84; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 124,88 metros e azimute 117°51'15"" até chegar ao ponto P8 de coordenadas X=403670.06 e Y=7354288.49; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 375,74 metros e azimute 237°03'39" até chegar ao ponto P9 de coordenadas X=403354.72 e Y=7354084.18; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 61,98 metros e azimute 152°26'06" até chegar ao ponto P10 de coordenadas X=403383.41 e Y=7354029.23 ; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 1209,31 metros e azimute 208°18'35" até chegar ao ponto P11 de coordenadas X=402809.90 e Y=7352964.56; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 1121,82 metros e azimute 290°17'28" até chegar ao ponto P12 de coordenadas X=401757.70 e Y=7353353.60; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 208,28 metros e azimute 353°19'23" até chegar ao ponto P13 de coordenadas X=401733.48 e Y=7353560.47; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

de 146,31 metros e azimute 34º00'58" até chegar ao ponto P14 de coordenadas X= 401815.34 e Y= 7353681.75; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 119,65 metros e azimute 47º18'12" até chegar ao ponto P15 de coordenadas X= 401903.27e Y= 7353762.89; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 68,40 metros e azimute 54º24'49" até chegar ao ponto P16 de coordenadas X= 401958.90 e Y= 7353802.69; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 137,57 metros e azimute 64º49'23" até chegar ao ponto P17 de coordenadas X= 402083.40 e Y= 7353861.22; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 95,70 metros e azimute 75º34'06" até chegar ao ponto P18 de coordenadas X= 402176.09 e Y= 7353885.07, deste vira-se à direita segue em linha reta uma distância de 113,76 metros e azimute 83º54'02" até chegar ao ponto P19 de coordenadas X= 402289.21 e Y= 7353897.16; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 51,59 metros e azimute 90º55'32" até chegar ao ponto P20 de coordenadas X= 402340.80 e Y= 7353896.32; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 88,98 metros e azimute 27º07'07" até chegar ao ponto P21 de coordenadas X= 402381.36 e Y= 7353975.53; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 89,63 metros e azimute 317º26'37" até chegar ao ponto P22 de coordenadas X= 402320.75 e Y= 7354041.55; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 72,67 metros e azimute 27º02'40" até chegar ao ponto P23 de coordenadas X= 402353.79 e Y= 7354106.28; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 83,59 metros e azimute 303º29'23" até chegar ao ponto P24 de coordenadas X= 402284.07 e Y= 7354152.41; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 115,02 metros e azimute 26º38'19" até chegar ao ponto P25 de coordenadas X= 402335.65 e Y= 7354255.22; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 267,48 metros e azimute 300º15'53" até chegar ao ponto P26 de coordenadas X= 402104.61 e Y= 7354390.04; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 424,36 metros e azimute 27º02'58" até chegar ao ponto P27 de coordenadas X= 402297.60 e Y= 7354767.98; deste vira-se à direita e

segue em linha reta uma distância de 149,12 metros e azimute 115º47'14" até chegar ao ponto P28 de coordenadas X= 402431.87 e Y= 7354703.11; deste vira-se à esquerda e segue em linha reta uma distância de 948,51 metros e azimute 27º30'13" até chegar ao ponto P29 de coordenadas X= 402869.90 e Y= 7355544.43; deste vira-se à direita e segue em linha reta uma distância de 685,98 metros e azimute 90º26'52" até chegar ao ponto de partida P1, fechando assim, a poligonal onde fica determinado a área urbana e de expansão urbana prioritária do município de Fênix.

Artigo 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação.

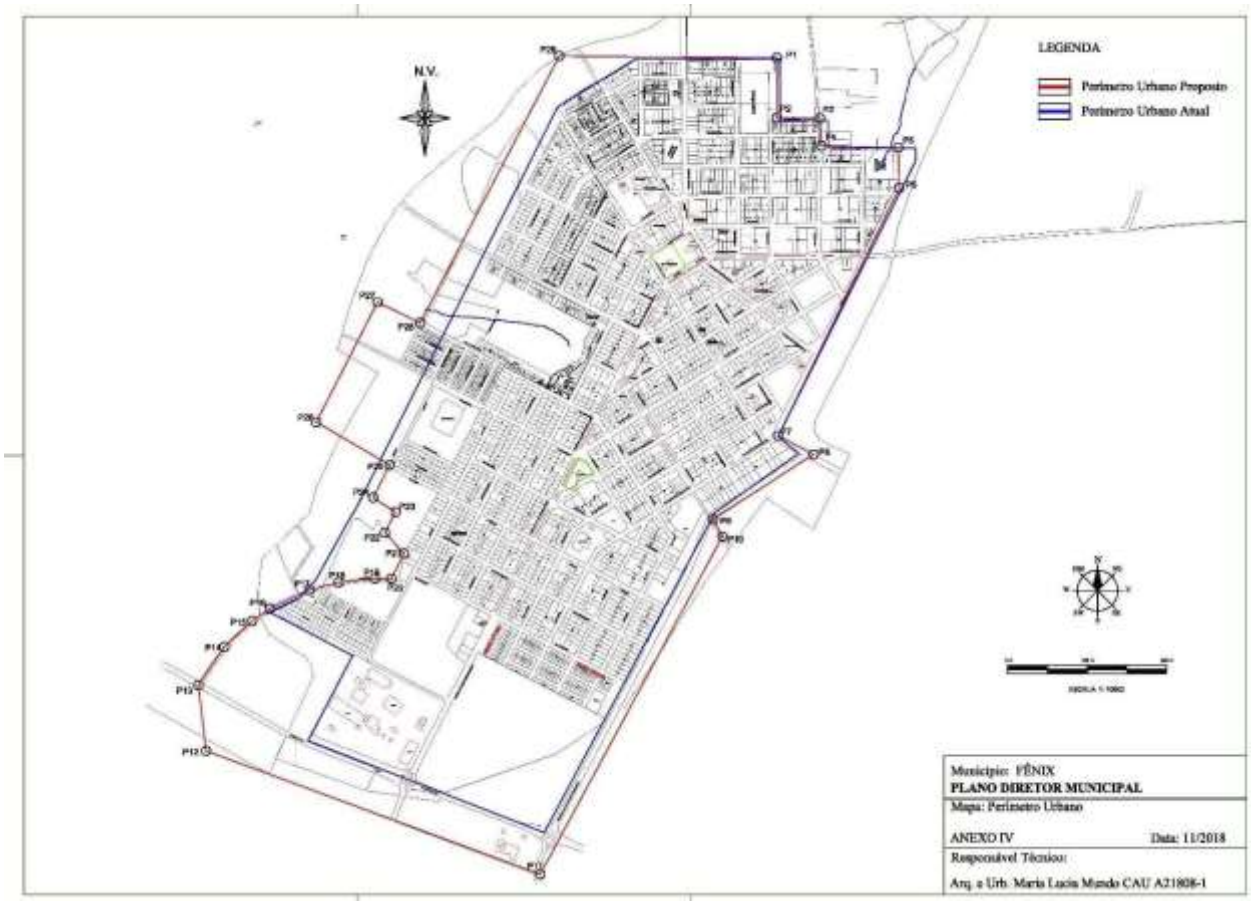
Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

FÊNIX, 16 de agosto de 2018.

Altair Molina Serrano
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - Mapa do Perímetro Urbano da Sede do Município de Fênix

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



ANTEPROJETO DE LEI

Minuta do Projeto de Lei sobre Calçadas Ecológicas

LEI Nº 000/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CALÇADAS ECOLÓGICAS EM ÁREAS RESIDENCIAIS NO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e o Prefeito Municipal de Fênix, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Lei:

Artigo 1° - Fica criado o sistema de calçada ecológica, em áreas urbanas do Município de Fênix - Pr. *As calçadas devem ter superfície regular, contínua, firme e antiderrapante em qualquer condição climática, executados sem mudanças abruptas de nível ou inclinações que dificultam a circulação dos pedestres. Na construção de novas calçadas, deverão ser observados os níveis dos vizinhos, para que haja concordância entre os níveis das calçadas já executadas, desde que estas, também estejam em conformidade com a inclinação prevista na legislação. As tampas das concessionárias (rede de água, esgoto e telefonia), devem ficar livres para visita e manutenção. O piso construído na calçada não poderá obstruir estas tampas, nem formar degraus ou ressaltos com elas. É importante que nenhum degrau seja feito na calçada. As rampas para acesso de veículos e demais nivelamentos entre a calçada e a edificação, deverão ser acomodadas na parte interna do terreno. Deverá ser proibido por lei, construir rampas para veículos na faixa da calçada, porque atrapalham a circulação dos pedestres, principalmente, aqueles com dificuldade de locomoção. Os proprietários de terrenos particulares são responsáveis pela execução e conservação de suas calçadas. Caso a calçada não seja construída nos prazos estabelecidos, a Prefeitura poderá executar a obra e cobrar do proprietário pelo serviço, acrescido de multa, juros e correção monetária. Já os moradores, comerciantes e indústrias, ficam responsáveis pela limpeza da calçada frente às suas residências ou estabelecimentos. PLANO DE ARBORIZAÇÃO DE FÊNIX*

§ **1° -** Entende-se por calçada ecológica a área regular do passeio público, em frente de cada casa ou edifício, composta de:

a) uma faixa pavimentada, com largura de 0,50m (cinquenta centímetros), junto ao meio-fio;

b) uma faixa pavimentada, com largura mínima de 1,00m (um metro) e máxima de 1,50m

(um metro e cinquenta centímetros), junto ao alinhamento predial;

c) uma faixa intermediária a ambas, com a largura restante contendo vegetação rasteira, destinada à permeabilidade do solo, abrangendo o eixo da arborização pública;

Deverão ser evitadas, muretas em volta da parte gramada, as quais impedem que a água da chuva infiltre localmente, criando enchentes no sistema de águas pluviais e causando erosão e assoreamento nos pontos de lançamento destas águas. A parte cimentada deverá possuir leve inclinação para a grama, acelerando a infiltração. *PLANO DE ARBORIZAÇÃO DE FÊNIX*

§ **2°-** A faixa pavimentada, medida a partir da guia, não poderá ultrapassar 50 cm (cinquenta centímetros), de maneira a facilitar a circulação e deslocamento das pessoas.

§ **3° -** A faixa pavimentada junto ao alinhamento predial deve ser revestida com piso regular e seguro, mantendo a superfície contínua e firme, vedado o emprego de material escorregadio.

Tipos de piso que podem ser usados:

- Padrão A – piso cerâmico antiderrapante PI5 ou ladrilhos hidráulicos;
- Padrão B- bloco de concreto Inter travado;
- Padrão C - concreto moldado "in loco" e piso de concreto desempenado.

§ **4°.** Na faixa intermediária deverão ser plantadas na faixa paralela livre permeável, para permeabilidade do solo, vegetação rasteira ou utilizar-se de materiais que permitam a absorção das águas.

Artigo 2° - A calçada ecológica tem por finalidade:

I - manter a capacidade de infiltração do solo;

II - reduzir a velocidade das águas de chuva em direção aos córregos;

III - reter em média 100 litros de água pluvial a cada metro quadrado de grama plantado; IV - evitar que raízes de árvores futuras danifiquem o piso das calçadas;

V - garantir o crescimento adequado das raízes das árvores existentes nas calçadas; VI - proporcionar o embelezamento do espaço urbano;

VII - aumentar a porcentagem de área verde por habitante.

Artigo 3° - A calçada ecológica poderá ter faixa ajardinada, seguindo as medidas mínimas indicadas para os seguintes tipos:

§ **1° -** I - TIPO I - Passeios com até dois metros de largura:

a) 1 (uma) faixa pavimentada de **cinquenta** centímetros a partir do meio fio, pavimentada conforme o parágrafo 3°, do artigo 1° e
b) 1 (uma) faixa pavimentada com largura mínima de 1,00m (um metro), junto ao alinhamento predial
c) 1 (uma) faixa intermediária a ambas, com a largura restante contendo vegetação rasteira, de cinquenta centímetros, a ser coberta com vegetação de forma a não atrapalhar o pedestre,

II - TIPO II - Passeios com três metros ou mais, de largura;

a) a) 1 (uma) faixa pavimentada de **sessenta** centímetros a partir do meio fio, pavimentada conforme o parágrafo 3°, do artigo 1° e
b) 1 (uma) faixa pavimentada com largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), junto ao alinhamento predial
c) 1 (uma) faixa intermediária a ambas, com a largura restante contendo vegetação rasteira, de cinquenta centímetros, a ser coberta com vegetação de forma a não atrapalhar o pedestre,

§ **2°-** Nos passeios das ruas não residenciais, onde não houver faixas de permeabilidade, deverá existir uma área de, no mínimo, 1,20 X 2,40 (um metro e vinte centímetros por dois metros e quarenta centímetros), ao redor das árvores existentes, com bordas em declive para dentro da área não pavimentada;

§ **3° -** nas esquinas deverá ser executado rebaixo do meio-fio para cadeiras de rodas, conforme especificado no Anexo I desta Lei.

Artigo 4°- Para facilitar a circulação e o deslocamento das pessoas, a área de permeabilidade do solo será medida e localizada a partir do alinhamento do imóvel, que poderá ser feito com construção de muro, gradil ou cerca viva.

Artigo 5° - Enquadram-se nas obrigações desta Lei os proprietários de imóveis residenciais dos novos loteamentos, dos loteamentos a serem regularizados e dos passeios públicos em área residencial que ainda não foram construídos ou precisarem ser reconstruídos.

§ **1° -** Quando os passeios públicos se acharem em mau estado, a Administração Municipal Notificará os proprietários a consertá-los, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

§ **2°-** Será obrigatória a substituição total do revestimento do passeio, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, quando o mau estado do passeio atingir 50% (cinquenta por cento) da área do calçamento.

§ **3° -** Quando o mau estado do passeio for resultante de obras executadas por órgão público ou seu concessionário, os reparos correrão por conta deste, observadas as exigências desta lei.

Artigo 6º - A responsabilidade pela construção da "calçada ecológica" é única e exclusiva do proprietário do imóvel.

Artigo 7° - Para se obter resultado de uma arborização, com o mínimo de problemas possíveis, se faz necessário, adotar e seguir os critérios de espaçamentos de:

- Espaço entre árvores de pequeno porte. 6 ou 8 m
- Espaço entre árvores de médio porte 9 a 12
- Espaço entre árvores de grande porte. 13 a 15 m
- Distância de esquina 5 m
- Distância de poste de rede de energia 5 m
- Distância de entrada de garagem. 1 m
- Distância mínima do meio fio 0,50 m
- Distância de bueiro 2 m
- Profundidade da cova. 0,40 m
- Parte superior da cova abaixo do nível da calçada. 0,15 m
- Largura mínima entre árvore e muro. 1 m
- Espaço livre de calçamento no local de plantio. 1 m²

PLANO DE ARBORIZAÇÃO DE FÊNIX

Artigo 8º - Caberá ao proprietário do terreno, nos trechos correspondentes à respectiva testada, a adequação dos passeios e muros, bem como a implantação e conservação das faixas de permeabilidade, segundo as exigências desta Lei.

Parágrafo único. É obrigatória a manutenção dos passeios públicos desobstruídos, sem degraus nem rampas.

Artigo 9º - Durante a execução de obras, será obrigatória a manutenção do passeio desobstruído e em perfeitas condições, sendo vedada a sua utilização, ainda que temporária, como canteiro de obras ou para carga e descarga de materiais de construção, salvo no lado interior dos tapumes que avançarem sobre o passeio público.

Parágrafo único. Quando da execução de reparos ou pavimentação do passeio público, o responsável pelo serviço deverá interditar uma faixa de, no máximo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) sobre o logradouro correspondente à testada do imóvel, para o tráfego de pedestres

Artigo 10º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua publicação, para melhor atendimentos dos seus objetivos.

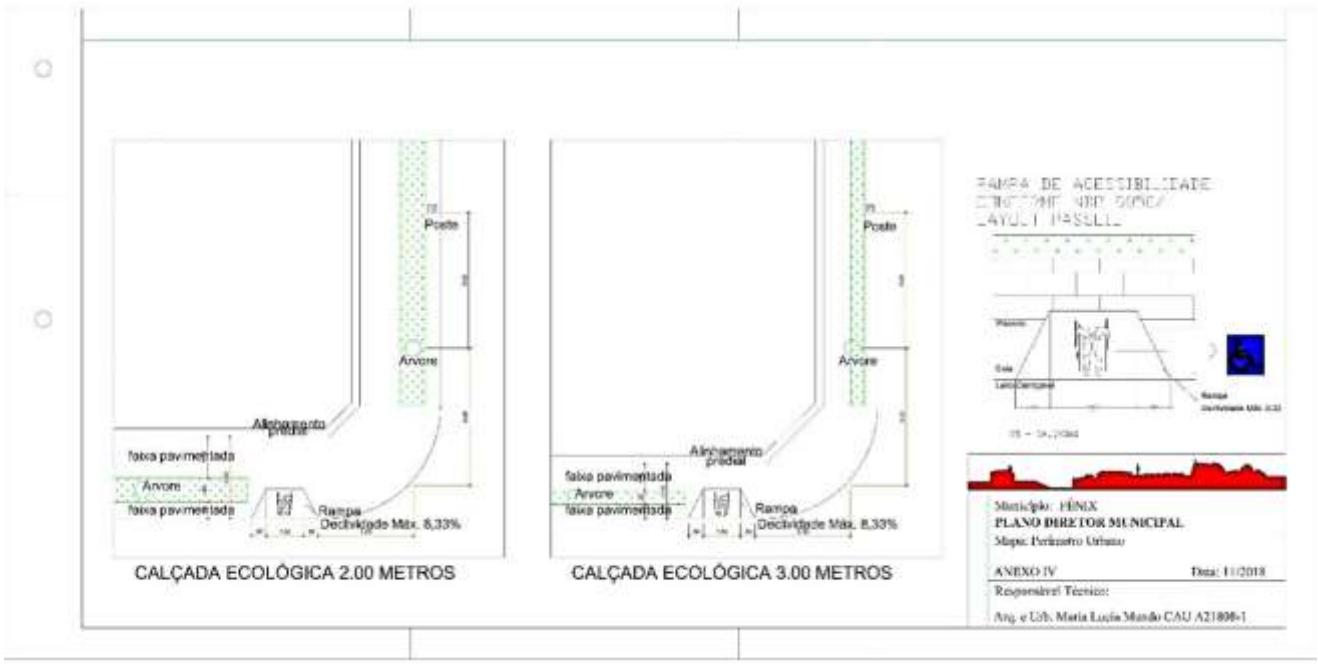
Artigo 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÊNIX, 20 de março de 2019.

Altair Molina Serrano
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

PADRÃO PARA CALÇADAS ECOLÓGICAS



ESTUDO DE VIABILIDADE PARA CRIAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI

Estudos serão realizados para a implementação do Projeto de Lei sobre as Zonas de Proteção Verdes no Município. Trata-se de uma área geográfica, onde são admitidas atividades agropecuárias sem uso de agrotóxicos e com baixo impacto ambiental. Esta zona deve ser implantada as margens de locais onde há agrupamento de pessoas (sede, distrito, e vilas rurais) em áreas de interface entre o perímetro urbano e a zona rural. Consiste em uma linha de espécies arbóreas, junto a uma linha de espécies arbustivas com larguras de 50 metros da área periurbana, e a faixa de 500 metros livre de agrotóxicos já existente na Lei 25/2012

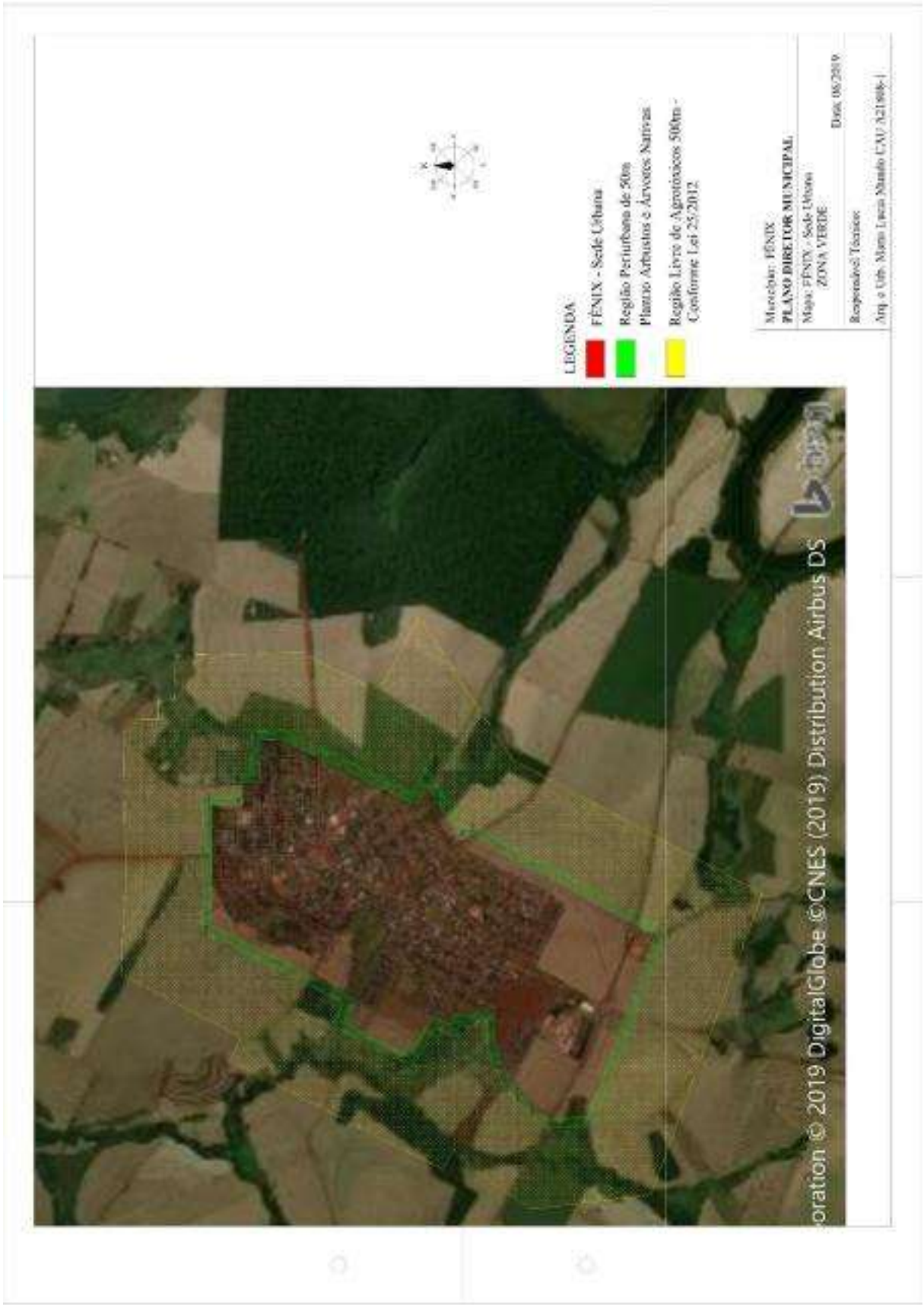
DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS no capitulo III artigo 15 parágrafo

§ *4°. A Área de Entorno da Sede Urbana compreende as áreas que são circundantes ao perímetro urbano estabelecido, que tem como objetivo delimitar uma faixa de proibição de utilização de agrotóxico em todas as propriedades localizadas na zona rural e limítrofes ao perímetro das zonas urbanas em uma faixa não inferior a quinhentos metros de distância em torno deste perímetro.*

A este estudo foram incluídos os mapas especificando as faixas de Proteção Verde nas aglomerações existentes no município: Sede Urbana, Distrito de Bela Vista do Ivaí, Vila Rural Boa Esperança e Vila Rural Novos Caminhos.


LEGENDA
FÊNIX - Sede Urbana
Vila Rural Novos Caminhos
Distrito de Bela Vista do Ivaí
Vila Rural Boa Esperança
Região Perturbana de 50m Plantio Arbustos e Árvores Nativas
Região Livre de Agrotóxicos 500m - Conforme Lei 25/2012
Município: FÊNIX
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Mapa: ZONA VERDE - Adequação de Lei
Data: 06/2019
Responsável Técnico
Arq. e Urb. Maria Luiza Miranda CAU A21868-1

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná




Município: PÊNIX
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Mapa: Bela Vista e Vila Rural Boa Esperança
Zona Verde
Data: 06/2019
Responsável Técnico:
Arq. e Urb. Maria Lucia Mendes CAU A21698-1
LEGENDA
Distrito de Bela Vista do Ivaí
Vila Rural Boa Esperança
Região Periurbana de 50m
Plantio Arbustos e Árvores Nativas
Região Livre de Agrotóxicos 500m - Conforme Lei 25/2012

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



22

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE FÊNIX - PR

VOLUME I

5º FASE: PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

Fevereiro de 2019

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....255

PLANO DE AÇÃO.....266

1. AÇÕES ESTRATÉGICAS.....277

2. ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE.....288

3. AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - SETORES PRODUTIVOS299

4. ASPECTOS URBANOS.....30

5. ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS (INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES) 31

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS.....31

7. INDICADORES DOS SETORES DE DESENVOLVIMENTO 388

7.1 Indicadores de Gestão Administrativa 47

8. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL. 50

8.1 Gestão em Ações Internas 50

8.2 Gestão Democrática Permanente.....551

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 562

10. REFERÊNCIAS.....573

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: ESTIMATIVAS DE ARRECADAÇÃO E INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, COM A PROJEÇÃO DE 5 ANOS 261
Tabela 2: ATIVIDADES ESTRATÉGICAS 349
Tabela 3: INDICADORES DE DESEMPENHO DO PDM 383
Tabela 4: INDICADORES DE GESTÃO EM AÇÕES INTERNAS 447
Tabela 5: INDICADORES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE 48
Tabela 6: RESUMO DOS VALORES DE INVESTIMENTOS SEGUNDO SEUS ASPECTOS E FONTE DE RECURSOS. 4448
Tabela 7: AÇÃO – CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO PARA MAIOR FOCO. 54
Tabela 8: PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS 50
Tabela 9: AÇÃO – PROMOVER ARTICULAÇÃO COM ATORES MUNICIPAIS E ESFERAS ESTADUAIS E FEDERAIS. 50
Tabela 10: AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL.51

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

Em atendimento ao disposto no Termo De Compromisso Público do PARANACIDADE, apresentamos o Plano de Ação e de Investimentos, parte integrante do Plano Diretor Municipal de Fênix – PDMFX.

As ações propostas - mais especificamente aquelas da área operacional - estão colocadas em forma de diretrizes e deverão ter o seu detalhamento e especificações por ocasião de elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual na medida em que forem sendo colocadas em prática.

A proposta financeira está dimensionada em função dos aportes de recursos previstos e dos recursos exigidos pelos diversos planos, programas, projetos, atividades e ações propostas para execução deste Plano.

O Plano de Ação e Investimentos indica as ações e os projetos prioritários para implementação do Plano Diretor Municipal em Fênix – PDMFX. Detalha projetos, e suas estimativas de custos, em infraestrutura, equipamentos comunitários, ações sociais e institucionais para os próximos cinco anos, compatibilizando a projeção orçamentária com a capacidade de endividamento municipal. Buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento municipal e a sua sustentabilidade dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A projeção de arrecadação do Município de Fênix no período entre 2018 - 2022, apresentada na tabela 01, foram baseadas em conformidade com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual.

Tabela 1: ESTIMATIVAS DE ARRECADAÇÃO E INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, COM A PROJEÇÃO DE 5 ANOS

1) RECEITA DO MUNICÍPIO EM:	2018	2019	2020	2021	2022	Médias de Arrecadações Realizadas
1.1) Receitas Próprias Arrecadadas (Trib + Econ + Patr + Agro + Ind + Serv + Outras)	R$ 1.591.559,80	R$ 1.692.364,25	R$ 1.721543,91	R$ 1.790.811,04	R$ 1.969.892,14	R$ 0,00
1.2) Transferências Correntes Arrecadadas (Tranf. Legais e Constitucionais)	R$ 19.848.054,20	R$ 21.204.830,75	R$ 22.168.314,09	R$ 22.892.438,96	R$ 25.181.682,86	R$ 0,00
1.3) Receitas de Capital (somente operações de créditos contratadas)	R$ 466.254,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$0,00	R$ 0,00
1.4) Transferências Correntes e de Capital Arrecadadas (Tranf. de Convênios)	R$ 94.132,00	R$1 02.805,00	R$ 110.142,00	R$ 116.750,00	R$ 128.425,00	R$ 0,00

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

1.5) Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R$ 22.000.000,00	R$ 23.000.000,00	R$ 24.000.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 27.280.000,00	R$ 0,00
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Médias de Despesas Realizadas**
2.1) Despesa c/ Encargos + Amortizações (pagos)	R$ 783.523,00	R$ 773.523,00	R$ 733.523,00	R$ 683.523,00	R$ 751.875,30	R$ 0,00
2.2) Despesa com Investimentos (pagos)	R$ 1.883.600,00	R$ 1.686.238,39	R$ 1.814.809.84	R$ 1.973.457,41	R$ 2.170.803,15	R$ 0,00
2.3) Despesa Total (2.1 + 2.2)	R$ 2.667.123,00	R$ 2.459.761,39	R$ 2.548.332,84	R$ 2.656.980,41	R$ 2.922.678,45	R$ 0,00
3) RESULTADO PRIMÁRIO:	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
3.1) Receita (fiscais correntes + fiscais de capital)	R$ 22.000.000,00	R$ 23.000.000,00	R$ 24.000.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 27.280.000,00	R$ 0,00
3.2) Despesa (fiscais cor. + fiscais de cap. + res. de contingência)	R$ 21.216.447,00	R$ 22.226.477,00	R$ 23.266.477,00	R$ 24.156.284,14	R$ 26.571.912,55	R$ 0,00
3.3) Resultado	R$ 783.523,00	R$ 773.523,00	R$ 733.523,00	R$ 643.715,86	R$ 708.087,45	R$ 0,00

As ações do Plano de Ação e Investimentos, conforme metodologia do Termo de Compromisso e dentro das diretrizes do Plano Diretor Municipal, são parte fundamentais na política de desenvolvimento do município de Fênix foram divididas em temas estratégicos.

1. AÇÕES ESTRATÉGICAS

As limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal determinam uma série de providências e ações do Executivo Municipal, no sentido de encontrar novas formas e caminhos para atender e alcançar os objetivos estabelecidos no Plano Diretor.

Sem dúvida o fato marcante na gestão foi à participação da população na realização do Plano Diretor, cujo desenvolvimento trará resultados com a implantação das ações que foram objeto de manifestações da população discutidas sob os:

- ASPECTOS REGIONAIS E AMBIENTAIS
- ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS
- ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS
- ASPECTOS INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
- ASPECTO INSTITUCIONAL

2. ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE

- ✓ Melhoria no trevo de acesso a cidade de Fênix a PR-082 e do trevo de Barbosa Ferraz com a futura via perimetral parque;
- ✓ Recuperação e manutenção permanente da estrada municipal que liga a sede urbana ao Distrito de Bela Vista do Ivaí;
- ✓ Aproveitamento do potencial do patrimônio histórico natural do Município de maneira sustentável para a prática do turismo ecológico, rural e religioso através de um plano turístico de desenvolvimento do município com roteiro integrado com os municípios vizinhos;
- ✓ Desenvolver projeto de pavimentação poliédrica na estrada Vila Rica a partir da PR-082 em direção sul do território municipal;

- ➢ Utilização de práticas conservacionistas e ambientalmente sustentáveis;
- ➢ Conservação dos recursos naturais e ambientais, com implementação de mecanismos de planejamento e gestão ambiental, como o controle da utilização de agrotóxicos e fertilizantes;
- ➢ Criação de mecanismo para combater o uso de agrotóxicos junto ao perímetro Urbano;
- ➢ Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre alternativas de agregar o Turismo Rural a um roteiro regional com aproveitamento dos recursos hídricos como o Rio Ivaí e Corumbataí e do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo com municípios vizinhos;
- ➢ Desenvolver estudos de exploração racional dos recursos naturais do Município em equilíbrio com a proteção ambiental, principalmente ao longo do Rio Ivaí e suas correntezas;
- ➢ Melhorar o sistema de abastecimento municipal e desenvolver projetos para o controle da qualidade da água, e levar água potável até o meio rural;
- ➢ Projeto de conscientização da coleta seletiva com reciclagem no aterro sanitário e Implantação do programa de Coleta Seletiva urbana;
- ➢ Criação de Cooperativa de reciclagem de lixo
- ➢ Implantação de sistema de esgotamento sanitário e manutenção das fossas sépticas em áreas menos densas para que seja evitada a contaminação do solo;
- ➢ Projeto ambiental, paisagístico ao longo das principais vias da sede urbana, principalmente as vias que dão acesso ao Parque estadual como as Avenidas Dr. Joaquim Vicente de Castro a Alameda Pau D'alho e a Avenida Antônio Quinteiro Simões;



- Plano de acompanhamento da erosão do solo principalmente na área rural e na parte noroeste da malha urbana da sede.
- Cuidados com as nascentes e da mata ciliar principalmente nas sub-bacias do Rio Ivaí-Noroeste e do Rio Corumbataí.
- Ampliação das áreas de lazer e recreação dentro da sede urbana;
- Controle do entulho na cidade;
- Programa de incentivo para implantação de calçadas padronizadas;
- Políticas públicas de conscientização da importância do consumo de água tratada na área rural;
- Levantamento das nascentes e minas superficiais e sua revitalização e controle do crescimento urbano;
- Necessidade de implantação de rede e tratamento de esgoto;
- Reflorestamento da mata ciliar nas áreas de preservação permanente;
- Resgate das nascentes e do córrego do alemão e do córrego afluente do rio Dez margem direita e de suas faixas de preservação permanente junto a malha urbana;
- Reestruturação e embelezamento das Avenidas Dr. Joaquim Vicente de Castro e Antônio Quinteiro Simões e a Alameda Pau D'alho;
- Implantação do Projeto Fundo de Vale de proteção as nascentes do afluente do Córrego Dez, para formação do Parque da Olaria, na porção Oeste central da malha urbana.

3. AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - SETORES PRODUTIVOS

- Maior desenvolvimento das atividades agropecuárias;
- Aproveitamento do potencial turístico rural, principalmente em torno dos Rios Ivaí e Corumbataí, do Parque Estadual Vila Rica do Espirito Santo, o Museu do Parque e a Igrejinha – Capela Santo Inácio de Loyola;
- Investir e apoiar em estruturas de apoio a exploração do turismo rural, principalmente nas sub-bacias do Rio Ivaí- Nordeste e Rio Corumbataí, com o aproveitamento da beleza natural;
- Apoiar o Turismo Rural: Pousadas rurais, Centros equestres, restaurantes rurais e café coloniais, cavalgadas e trilhas ecológicas, visitas pedagógicas ao campo, Agroindústrias artesanais, Esportes fluviais (canoagem), rurais e radicais principalmente nas sub-bacias dos Rios Ivaí- Nordeste e Corumbataí,
- Investir na estruturação e organização de Agroindústrias com o fortalecimento do processo associativo e cooperado;
- Incentivar a implantação de mais indústrias não poluentes em área adequada;

- Investir na produção orgânica de hortifrutigranjeiro;
- Aumento dos incentivos ao associativismo Industrial principalmente do agronegócio e do artesanato local com aplicação da marca do município;
- Aumento do valor agregado à produção primária e incentivo ao produtor local;
- Apoio ao pequeno produtor rural através do aumento das linhas de crédito e subsídios ao programa de agricultura familiar; Maior apoio ao pequeno e médio produtor rural com o programa de agricultura familiar;
- Promoção do turismo Rural, incentivando equipamentos de hospedagem como pousadas e cabanas campestres e pesque-pague na sub-bacia do Ivaí-Nordeste e na Sub-bacia do Rio Corumbataí.
- Criação de Política de desenvolvimento agropecuário e paisagismo rural;
- Cursos de qualificação de mão-de-obra (cursos profissionalizantes) voltados ao agronegócio, ao artesanato e ao turismo;
- Capacitação de pequenos trabalhadores rurais no fomento da agricultura familiar;
- Incentivo a eventos regionais bem como estabelecer local adequado de pista de prova de laço;
- Melhoria e conservação das estradas municipais;
- Disponibilizar a patrulha agrícola ao pequeno produtor rural.

4. ASPECTOS URBANOS

- Plano de padronização das calçadas – apresentado na 4ª fase;
- Criação de Parque Urbano (Parque da Olaria) na parte Oeste central da malha urbana, próximo à Rua Jangada;
- Implantação do Plano de Arborização Urbana e melhoria nas condições das calçadas, valorizando os pedestres;
- Ampliação da rede de galeria de águas pluviais;
- Prever áreas de estoque para implantação de equipamentos educacionais.
- Controlar a expansão urbana no Distrito de Bela Vista do Ivaí evitando a expansão em direção a Vila Rural Boa Esperança;
- Readequação da iluminação pública na sede urbana;
- Melhoria da Manutenção e ampliação do Cemitério municipal.
- Estruturar loteamentos com infraestrutura deficitária;
- Desenvolver o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS em conjunto com o Governo do Estado com apoio da Cohapar analisando as áreas potencialmente destinadas a minimizar o déficit Habitacional;

- Ampliar a rede de Iluminação Pública nas vias periféricas da malha urbana da sede;
- Implantação de placas de sinalização e numeração predial no Distrito de Bela Vista do Ivaí e na Sede municipal;
- Recadastramento imobiliário (visando aumentar a arrecadação do município).
- Melhoria no acesso e entrada da cidade com um portal de identificação;
- Organizar o perímetro urbano disponibilizando área para a expansão urbana;
- Padronização das novas quadras no perímetro urbano, com vista na organização do centro urbano;
- Determinar em lei os parâmetros de parcelamento de solo urbano;
- Ampliar iluminação pública na vila rural;

5. ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS (INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES)

Educação

- A Escola como Centro da Comunidade (atividades nos finais de semana);
- Construção de um Centro de Atendimento infantil com períodos integrais;
- Ampliação da oferta de vagas no ensino infantil e fundamental;
- Erradicação do analfabetismo e controle da evasão escolar;
- Informatização das escolas como processo de ensino;
- Internet gratuita - cidade digital;
- Melhoria do serviço de transporte Escolar;
- Consolidação da educação ambiental;
- Inserção de uma Disciplina sobre Educação no Campo – preocupação em fixar o jovem no campo;
- Investimentos nas áreas de lazer e Esporte;
- Construção de uma nova creche municipal;
- Prever uma escola na parte Sul da malha urbana da sede;
- Melhor aproveitamento da Biblioteca Cidadã;
- Construção de um Complexo esportivo.

Saúde

- Implantação de programa de combate as drogas com incentivo da prática de recreação e esporte;
- Ampliação de profissionais na área de saúde;
- Aumento das políticas de prevenção de doenças; com promoção de Palestras educativas e de orientação as gestantes com a implantação e funcionamento do Centro de atendimento a mulher e a criança;

- Implantar o centro de atendimento a mulher e a criança;
- Implantação do Consultório de Dentista em Bela Vista do Ivaí;
- Melhoria e ampliação de leitos na Unidade do hospital municipal com disponibilidade de equipamentos de saúde;
- Capacitação dos profissionais de saúde do Município; através de convênios com instituições de ensino superior nas cidades polo de Campo Mourão e Apucarana;
- Melhoria no atendimento de transporte de pacientes para o encaminhamento hospitalar, através da ampliação de convênios de serviços de saúde de maior complexidade;
- Melhoria nos Programas da Saúde da Família, Saúde Bucal, Agentes comunitários de Saúde e manutenção da atenção Básica;
- Contratação de Médico permanente
- Implantação de gabinete odontológico;

Assistência Social

- Manutenção e ampliação dos programas de Assistência Social em conjunto com o CRAS;
- Implantação de cursos de capacitação para qualificar jovens;
- Direcionar os cursos para a vocação agropecuária e turismo do município;
- Promoção do Cooperativismo e Associativismo visando uma alternativa de renda (artesanato, agronegócio e Turismo rural);
- Implantação dos CREAS;
- Ampliação dos eventos para os idosos com apoio da associação da terceira idade;
- Incentivo para o Asilo;
- Projeto de acessibilidade ao portador de necessidades especiais;
- Mecanismos para diminuição do analfabetismo, no meio rural principalmente dos idosos;
- Programa de Cidadania – Elaboração de Documentos;
- Melhorias na infraestrutura dos espaços destinados ao lazer e esporte principalmente para crianças e idosos nas comunidades rurais e na sede.

Segurança e Defesa Civil

- Plano Municipal de Defesa Civil;
- Melhoria na Sinalização de trânsito.

Sistema Viário e Transportes

- Desenvolver projeto de implantação da via perimetral parque que liga a rodovia PR-082 a cidade de fênix através do trevo existente de acesso a cidade de Barbosa Ferraz.
- Reestruturação dos trevos da PR-082 que dá acesso a sede urbana de Fênix e Barbosa Ferraz.
- Reurbanização da Avenida Joaquim Vicente de Castro e Avenida Antônio Quinteiro Simões;
- Intervenções pontuais no Sistema viário urbano, como no cruzamento das principais avenidas.
- Dimensionamento das vias adequado ao seu uso primordial;
- Vias periféricas urbanas pavimentadas na sede e no Distrito de Bela Vista do Ivaí;
- Projeto de pavimentação, paisagismo e sinalização viária.
- Manutenção das estradas rurais principalmente a que dá acesso ao Distrito Bela Vista do Ivaí.
- Iluminação pública na Avenida Joaquim Vicente de Castro, Avenida Pau-d'alho e Antônio Quinteiro Simões;
- Implantação de um local de caminhada e de academia ao ar livre;
- Melhoria paisagística nas praças, jardins e canteiros das avenidas;
- Implantação do Plano de arborização Urbana.
- Aquisição de máquinas e tratores (patrulha rural);
- Melhoria do transporte escolar;
- Plano de sinalização viária;
- Programa de monitoramento da pavimentação asfáltica nas vias principais e de maior fluxo viário;
- Adequação das vias, passeios públicos e prédios às limitações dos portadores de deficiência física. Garantir acessibilidade e direito de ir e vir;
- Conservação, manutenção e pavimentação das estradas rurais a fim de atender as comunidades do interior;
- Pavimentação total da malha viária urbana priorizando os bairros já ocupados;
- Incentivar e/ou compelir os agricultores a realizarem conservação de solos e a absterem-se de práticas que comprometem as estradas rurais, de forma que permitam o aumento da vida útil destas;
- Programa de pavimentação no distrito de Bela Vista do Ivaí.

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

- Gestão Democrática e participativa;
- Reestruturação do executivo municipal com adequações de setores e departamentos;
- Implantação de uma estrutura de controle e acompanhamento do Plano Diretor Municipal;
- **Acompanhamento constante do Plano Diretor Municipal através de indicadores de monitoramento;**
- Melhoria na gestão urbana, com ampliação da capacidade de planejamento e gestão nas diferentes áreas da administração municipal;
- Elevação do Índice de Desenvolvimento Humano.

As atividades estratégicas priorizadas pela comunidade a serem desenvolvidas para a implantação do Plano Diretor Municipal de Fênix, bem como os indicadores de Avaliação destas atividades como elementos fundamentais para aferir a eficiência de sua implantação, ou seja, do cumprimento do compromisso público da gestão participativa e democrática com resultados, estão detalhadas na tabela 02.

O Plano de Ação e Investimento está fundamentado nas Ações Estratégicas e para cada tema foram relacionados projetos e programas a serem implementados com os Indicadores de Avaliação e as Metas e Resultados Esperados.

Tabela 2: ATIVIDADES ESTRATÉGICAS

Ações	Indicadores de Avaliação	Metas e Resultados Esperados
Manutenção de Programas de implantação de matas ciliares e drenagens para proteger os mananciais, rios e córregos, principalmente a sub-bacia do Rio Ivaí-Nordeste, Rio Corumbataí;	Atendimento a legislação ambiental e melhoria da qualidade de vida e proteção aos recursos naturais.	Recuperação dos recursos naturais, assegurando vida saudável para as futuras gerações. Preservação e Manutenção do Parque Vila Rica do Espírito Santo.
Implantação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Fundo municipal de Meio Ambiente.	Atendimento legal as questões ambientais.	Plano de Recuperação ambiental das áreas degradadas no interior do município.

Investir na estruturação e organização de pequenas e médias Agroindústrias.	Contensão do êxodo rural.	Agregar valor ao setor produtivo primário.
Criação de Política de desenvolvimento agropecuário com estímulo financeiro para a instalação de estruturas agricultura familiar e agricultura orgânica.	Vocação do município.	Ampliar e diversificar o desenvolvimento agropecuário com a parceria com a EMATER e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cedraf) e Emater/Seab.
Apoio ao produtor Rural tanto na conservação de estradas rurais como na assistência com a patrulha Mecanizada.	Vocação do município.	Aumento do escoamento da produção.
Construção de abastecedouros Comunitários na área rural	Atendimento de infraestrutura em área rural	Aumento na qualidade de atendimento de água potável no interior
Apoio ao setor Turístico ambiental;	Atendimento aos investidores e empresários.	Aumento de empregos formais e da arrecadação do município.
Implantação de normas e projetos padronizados de passeios públicos.	Melhoria dos passeios públicos e acesso a estes locais.	Melhoria do aspecto urbanístico da cidade.
Recadastramento imobiliário (visando o controle do município e aumento da arrecadação)	Eficiência administrativa.	Aumento da receita para novos investimentos.
Desenvolver projeto de implantação e pavimentação a partir da PR-082 – Perimetral Parque n a porção leste da malha urbana.	Condições de trafegabilidade com segurança e maior acessibilidade à sede urbana.	Satisfação das necessidades do tráfego rodoviário e adequação ao corredor turístico.
Recuperação e pavimentação da estrada municipal Vila Rica a partir do trevo de acesso da PR-082	Condições de trafegabilidade com segurança e maior acessibilidade aos pontos	Satisfação das necessidades do tráfego rodoviário.

em direção sul ao território municipal;	turísticos (Igrejinha Santo Inácio de Loyola).	
Melhoria nos trevos da PR-082 com o acesso a sede urbana de fênix, como o trevo de acesso a Barbosa Ferraz	Condições de trafegabilidade com segurança e maior acessibilidade à sede urbana.	Satisfação das necessidades do tráfego rodoviário.
Recuperação da estrada municipal que liga a sede urbana ao Distrito de Bela Vista do Ivaí;	Condições de trafegabilidade com segurança e maior acessibilidade entre o Distrito de Bela Vista do Ivaí e a sede urbana.	Satisfação das necessidades do tráfego rodoviário.
Melhorias de infraestrutura urbana nos Bairros mais periféricos	Suprimento das necessidades básicas de infraestrutura nos bairros.	Satisfação dos moradores os referidos loteamentos.
Execução de infraestrutura básica (pavimentação, meio-fio e galeria pluvial) nas vias periféricas.	Suprimento das necessidades básicas de infraestrutura nos bairros.	Satisfação dos moradores do referido loteamento.
Aquisição de patrulha rural (maquinas pá-carregadeira).	Atendimento da necessidade rural do município.	Melhores condições de trabalho para a área rural.
Implantação do sistema de esgoto sanitário	Atendimento de saneamento básico a população.	Melhoria na qualidade de vida da população.
Melhoria na infraestrutura de esportes e lazer.	Atendimento as demandas e incentivo à saúde e bem estar do cidadão.	Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
Melhoria na infraestrutura das Unidades de Saúde do município.	Atendimento as demandas e incentivo à saúde e bem estar do cidadão.	Conclusão em 2019.
Construção de casas populares e de infraestrutura, para regularização fundiária quadra 3A e 3B vila Santa Catarina e relocação de ocupação irregular no final da Rua Rubi e no Imóvel Praça das águas.	Estudo e atendimento as demandas existentes com o Plano Local de Habitação de Interesse Social.	Garantia de moradia com qualidade de vida.

Incentivos diversos para o setor agropecuário (hora máquina, sêmen, médico veterinário, análise de solo).	Melhoria do setor agropecuário.	Manutenção com renda do produtor na pequena propriedade.
Implantação de Projeto de urbanização da Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro, Rua Pau D'alho e Antônio Quinteiro Simões	Melhoria da pavimentação e dos principais cruzamentos.	Possibilitar maior segurança no tráfego da sede urbana
Implantação de novas áreas de lazer e recreação. Parque da Olaria	Atendimento da demanda de área verde.	Aumento da qualidade de vida urbana.
Hierarquização de vias com finalidade de regular o tráfego no centro da cidade e o projeto de sinalização viária.	Necessidade de regulamentar o tráfego pesado.	Melhora do fluxo viário do perímetro urbano.
Incentivar e/ou compelir a população a edificar passeios públicos (calçadas) de forma a contribuir para que o pedestre não utilize a pista de rolagem. Padronizar os passeios públicos.	Necessidade de melhorar a infraestrutura dos passeios públicos.	Melhorar o visual e a trafegabilidade dos passeios.
Adequação das vias, passeios públicos e prédios às limitações dos portadores de deficiência física.	Atendimento as normas legais de igualdade entre todos.	Favorecer a acessibilidade.
Interiorização na comunidade rural.	Respostas aos anseios e necessidades da localidade.	Satisfação dos moradores da localidade.
Planejamento com calendário anual de eventos e Festas municipais;	Subsídios e parceria com a sociedade civil organizada.	Satisfação de entidades e sociedade como um todo.
Estruturação do Plano de cargos, carreiras e salários do quadro Geral.	Perspectiva de valorização dos servidores.	Valorização do quadro geral.

Modernização administrativa.	Eficiência administrativa.	Incremento da arrecadação.
Parcerias e formalização de convênios com municípios vizinhos e instituições de nível superior.	Viabilização de metas e projetos.	Atendimentos a diversas demandas do setor produtivo e de prestação de serviços.

A Implementação das atividades acima se dará ao longo dos próximos anos, atendendo a dinâmica do Município e dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

7. INDICADORES DOS SETORES DE DESENVOLVIMENTO

A política de desenvolvimento do município compõe-se por cinco setores e as respectivas diretrizes já citadas no Produto 03, ambos definidos de acordo com as condicionantes, potencialidades e deficiências do município.

Através dos setores e diretrizes, obtiveram-se os temas prioritários de desenvolvimento do município, onde foram consolidados pela sociedade em conjunto com poder público, formalizado em documento pela Prefeitura Municipal de Fênix.

Tabela 3: INDICADORES DE DESEMPENHO DO PDM
Recursos próprios Municipais - Aspectos Regionais e de meio ambiente

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor/ fonte
E DE MEIO AMBIENTE REGIONAIS	Formar o Conselho de gestão de bacias hidrográficas do baixo Rio Ivaí agendas específicas.	Reuniões por mês	1 por mês	Médio prazo (7 a 24 meses)	Institucional Recursos próprios
	Criar mecanismos de conscientização para o uso adequado dos agrotóxicos e fiscalização para conservação de solo.	Fiscalização por ano	120 por ano	Longo prazo (Acima de 24 meses)	R$ 20.000,00 Recursos próprios
	Criar mecanismos de destinação de embalagens de agrotóxico em geral.	Quantidades de palestras realizadas	1 a cada 25 produtores	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 20.000,00 Recursos próprios
	Fiscalização do uso de agrotóxicos junto ao perímetro urbano e conter a queima de lixo.	Fiscalização por mês	-	Longo prazo (acima de 24 meses)	R$ 15.000,00 Recursos próprios

	Implantação de mata ciliar e drenagem para proteção dos rios, córregos. (Principalmente dos Rios Ivaí, Corumbataí, Rio Dez, Roncador, Fortuna, Arurão e Bugre).	Mudas plantadas	190.000 mudas ao ano	Incremento de 10% (02 anos)	R$ 70.000,00 Recursos próprios
	Implementar a coleta de resíduos sólidos no meio rural	Quantidade recolhida	1 por semana	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$ 60.000,00 Recursos próprios
	Reestruturar o Plano Municipal de Recursos Hídricos em função das novas diretrizes do Plano Diretor Municipal	Projeto	-	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$ 65.000,00 Recursos próprios
	Adubação verde para difundir a prática de adubação e melhoramento da estrutura do solo municipal.	Quantidade em hectare adubado	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 50.000,00 Recursos próprios
	Convênio do Poder Público municipal com instituições de ensino como a UTFPR campus regional de Campo Mourão principalmente no curso de especialização em gerenciamento e auditoria ambiental.	Nº de atividades mensais	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 30.000,00 Recursos próprios
	Criação de mecanismo para combater o uso de agrotóxicos junto ao perímetro urbano e conter a queima de lixo.	Fiscalização por mês	-	Longo prazo (acima de 24 meses)	R$ 15.000,00 Recursos próprios
				Subtotal	**R$ 345.000,00**

CAPITAÇÃO DE RECURSOS EM OUTRAS ESTÂNCIAS DE GOVERNO ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor/ fonte
ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE	Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre alternativas de agregar o Turismo Rural a um roteiro regional;	Quantidade de atrativos	Roteiro turístico	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$85.000,00 Ministério do turismo
	Realizar campanha de conservação de solos e recuperação de solos degradados no interior.	Palestras de conscientização mensal	-	Longo prazo (acima de 24 meses)	R$ 50.000,00 EMATER

	Ampliação da rede de água que abastece as comunidades rurais com abastecedouros	Rede km implantados	-	Chegar a 50% das unidades atendidas (05 anos)	Investimentos feitos pela SANEPAR
	Adquirir veículos, equipamentos e maquinários (rolo compactador e pás carregadeira e caminhões de coleta de lixo)	Quantidade de máquinas	04 Máquinas 01 caminhão	Médio prazo (7a 24 meses).	R$ 750.000,00 Governo do Estado
	Projeto ambiental e paisagístico ao longo das Avenidas Dr. Joaquim Vicente de Castro, Rua Pau D'alho e Antônio Quinteiro Simões;	Quantidades de mudas plantadas		Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 100.000,00 Governo do Estado
	Resgate das nascentes e dos afluentes do Rio Dez, Rio Corumbataí e Córrego do Alemão e de suas faixas de preservação permanente junto à malha urbana;	Nº de nascentes	03	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 60.000,00 Governo do Estado
	Implantação do programa de Coleta Seletiva urbana com reciclagem no aterro sanitário e controle do entulho.	Quantidade De programa	01	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 500.000,00 Governo do Estado
	Criação da cooperativa para reciclagem de lixo	Colaborador/hora	01	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$ 20.000,00 Recursos próprios
	Aproveitamento dos recursos hídricos para fins turísticos como o Rio Ivaí e Corumbataí.	programa	01	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$30.000,00 Ministério do turismo
				Subtotal	**R$ 1.595.000,00**

RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS – ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICO

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor/ fonte
ASPECTOS SÓCIO-	Incentivo ao associativismo comercial e industrial	Nº de empreendimentos atendidos	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 10.000,00 Recursos próprios
	Aproveitamento dos potenciais turístico do Município de maneira sustentável	Infraestrutura alocada por empreendimento	-	Longo prazo (4 anos)	R$ 50.000,00 Recursos próprios

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

	principalmente o Museu e O Parque Vila Rica do Espírito Santo				
	Capacitação de pequenos produtores rurais, através de convênio com SENAC- Campo Mourão e EMATER	Quantidade capacitada	25 produtores por curso	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 50.000,00 Recursos próprios
	Investir em cursos de capacitação direcionado a vocação do Município.	Quantidade de alunos por Cursos	25 por turma	50 alunos por ano	R$ 55.000,00 Recursos próprios
	Aumento dos incentivos ao associativismo Industrial principalmente do agronegócio e do artesanato local com aplicação da marca do município;	Marca registrada	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 20.000,00 Recursos próprios
	Investir na produção orgânica de hortifrutigranjeiro;	Quantidade produzida	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 20.000,00 Recursos próprios
				Total	**R$ 205.000,00**

CAPITAÇÃO DE RECURSOS EM OUTRAS ESTÂNCIAS DE GOVERNO ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICO

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor/ fonte
ECONOMIO	Estímulo à produção agropecuária.	Nº de famílias assistidas com o recurso	-	70% de famílias carentes assistidas c/ incentivo (02 anos)	R$ 75.000,00 Ministério de agricultura pecuária e abastecimento
ASPECTO SÓCIO	Promoção do turismo Rural, incentivando equipamentos de hospedagem como pousadas e cabanas campestres e pesque-pague na sub-bacia do Ivaí-Nordeste e na Sub-bacia do Rio Corumbataí.	Recursos por empreendimentos	-	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$ 70.000,00 Ministério do turismo
	Investir na criação e estruturação de agroindústrias resultantes da verticalização do setor primário.	Quantidade de agroindústrias instaladas	01 indústria instalada por ano	01 em 2012	R$ 40.000,00 Governo do Estado

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

	Investir na produção Orgânica e agricultura familiar.	Quantidade produzida	-	-	R$ 60.000,00
	Orientar as famílias quanto ao microcrédito agrícola.	% de famílias orientadas quanto ao microcrédito	-	70% de famílias orientadas (02 anos)	R$ 20.000,00 Governo do Estado
	Incentivo a eventos regionais bem como estabelecer local adequado de pista de prova de laço;	Evento/ano	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$50.000,00 Ministério do turismo
	Construção Barracão Industrial;	M²	320,00	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$ 250.000,00 Governo do Estado
	Implantação de infraestrutura no setor industrial na área localizada na parte sul da malha urbana	M linear de infraestrutura	Pavimentação /água /drenagem	Longo prazo (4 anos)	R$ 200.000,00 Governo do Estado
	Revitalização do entorno e da Igrejinha São Inácio de Loyola para fins turísticos;	M² de construção	01	Longo prazo (4 anos)	R$ 200.000,00 Recursos próprios
				Subtotal	**R$ 965.000,00**

RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS – SÓCIO-ESPACIAIS

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor/ fonte
	Efetivar o novo perímetro urbano através da implantação dos marcos de concreto.	Implantação dos marcos de concreto	-	Implantados (02 anos)	R$ 30.000,00 Recursos próprios
	Recadastramento imobiliário (visando aumentar a arrecadação do município).	Casas levantadas	Cadastro legal	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$30.000,00 Recursos próprios
ASPECTOS SÓCIO - ESPACIAIS	Elaboração do Plano Habitacional Local de Interesse Social.	Projeto	-	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$ 55.000,00 Recursos próprios
	Reestruturação do sistema de fiscalização, tornando-o mais atuante. Elaborar estudo de	Quantidade de fiscalizações % de calçadas	Fiscalização orientativa e - preventiva	Curto prazo (1 a 6 70% das meses)	Institucional Recursos próprios
	padronização das calçadas para pedestres.	padronizadas		calçadas padronizadas (03 anos)	R$150.000,00 Recursos próprios
	Projeto de adequação da Prefeitura municipal.	Valor investido / m² de projeto	-	Médio Prazo	R$ 90.000,00

				(7 a 24 meses)	Recursos próprios
	Manutenção das fossas sépticas em áreas mais carentes evitando a contaminação do solo	% de unidades residenciais atendidas	90% de unidades atendidas	Chegar a 50% de das unidades atendidas (05 anos)	R$ 70.000,00 Recursos próprios
	Implantação de placas de sinalização e numeração predial no Distrito de Bela Vista do Ivaí e na Sede municipal;	Nº de equipamentos	-	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$ 60. 500,00 Recursos próprios
	Previsão de Compra de Áreas Públicas	M² de terreno	Estoque de áreas	Longo prazo (4 anos)	R$ 200.000,00 Recursos próprios
				Subtotal	**R$685.500,00**

CAPITAÇÃO DE RECURSOS EM OUTRAS ESTÂNCIAS DE GOVERNO
ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor/ fonte
ASPECTOS SÓCIO ESPACIAIS	Prever áreas de estoque para implantação de equipamentos educacionais	Valor investido / M²	-	Implantados (02 anos)	R$100.000,00 Governo do Estado
	Elaborar o projeto de reurbanização e sinalização da Av. Dr. Joaquim Vicente de Castro, Rua Pau D'alho e Antônio Quinteiro Simões;	Valor investido / M² de projeto	-	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$130.000,00 Governo do Estado
	Construção de casas populares e de infraestrutura na área urbana e no Distrito de Bela Vista do Ivaí.	Quantidades cadastradas	ZEIS _ zona especial de interesse social	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$1.115.000,00 COHAPAR
	Execução da ampliação e adequação da Prefeitura Municipal.	Valor investido / m² de obra	-	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$ 450.000,00 Sedu/Governo do Estado
	Melhoria e conservação das estradas rurais.	Estradas conservadas / mês	-	-	R$250.000,00 Governo do Estado
	Melhoria nos trevos de acesso a sede (PR-082).	Nº de unidades	Diretriz viária Plano diretor	Longo prazo (acima de 24 meses)	Investimento mensurado pelo DER – Governo do Estado

	Desenvolver projeto da perimetral parque a partir do Trevo que dá acesso a Barbosa Ferraz	M de /projeto	Plano diretor	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$ 150.000,00 Governo do Estado
	Recuperação da estrada municipal que liga a sede urbana ao Distrito de Bela Vista do Ivaí;	Km pavimentado	Diretriz viária Plano diretor	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$ 150.000,00 Ministério do Turismo
	Ampliação da rede de galerias de águas pluviais	M de rede	-	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$170.000,00 Governo do Estado
	Projeto do Parque da Olaria junto a Rua Jangada	M de /projeto	Plano diretor	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$ 170.000,00 Governo do Estado
	Aquisição de equipamentos para academia ao ar livre	Nº de academias	04	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$ 68.000,00 Ministério de esportes
	Execução de áreas edificações destinadas ao esporte e lazer	M2/de construção	-	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$ 120.000,00 Ministério de esportes
	Ampliar a rede de Iluminação Pública nas vias periféricas da malha urbana da sede;	M de/projeto	-	Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$160.000,00 Governo do Estado - Copel
	Aquisição de máquinas e tratores	Nº de unidades	02	Curto Prazo (1 a 6 meses)	R$ 200.000,00 Governo do Estado
				Subtotal	**R$ 3.233.000,00**

RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS
ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor/ fonte
INFRA - DE E	Contratação de assessoria para capacitação profissional na área de saúde e de servidores públicos.	Capacitação para professor/ hora trabalhada		Médio Prazo (7 a 24 meses)	R$ 25.000,00 Recursos próprios
	Inserção de uma disciplina na escola sobre educação do campo – proposta de fixar o jovem no campo.	Alunos/por turma na sede urbana	-	Curto prazo (1 a 6 meses)	Institucional Recursos próprios próprios
	Programa de Arborização Urbana com espécies	Quantidade de árvores por via	_	Curto prazo (1 a 6	R$ 80.000,00 Recursos

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

	adequadas e implantação de calçadas.				
	Plano de sinalização de trânsito na sede urbana.	Valor investido / m² de projeto	-	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$ 50.000,00 Recursos próprios
	Mecanismos para diminuição do analfabetismo.	% de alfabetizados	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 20.000,00 Recursos próprios
	Plano de Padronização dos passeios públicos.	Valor investido por M² de projeto	_	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$40.000,00 Recursos próprios
	Aquisição de computadores para escolas municipais	Nº de equipamentos por alunos	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 60.000,00 Recursos próprios
	Manutenção do cemitério	M^2 terreno (lote) e construção	01	Curto prazo (1 a 6 meses)	R$ 190.000,00 Recursos próprios
	Apoiar as festividades típicas locais com novo calendário de eventos.	% de participantes das festividades	-	Incremento de 30% no número de participantes atuais	Institucional (01 ano) Recursos próprios
	Plano Municipal de Defesa Civil	Projeto	Poder público governo estadual	Curto prazo (1 a 6 meses)	Institucional Recursos próprios
				Subtotal	**R$ 465.000,00**

CAPITAÇÃO DE RECURSOS EM OUTRAS ESTÂNCIAS DE GOVERNO
ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor/ fonte
	Disponibilizar a patrulha agrícola para o povo, ao pequeno produtor rural.	Nº de atendimentos	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	150.000,00
	Reestruturação e embelezamento/ paisagístico nas pequena Praças triangulares	M² de projeto	01	Médio prazo (7 a 24 meses)	70.000,00
	Pavimentação e/ou Recape de vias urbanas Asfaltamento da sede e do Distrito de Bela Vista	% de vias a serem recuperadas	-	70% das vias urbanas recuperadas (03 anos)	R$ 1 600.000,00 Governo do Estado
	Pavimentação de Vias Urbanas com poliedro irregular	% de vias a serem pavimentadas	-	70% das vias urbanas	R$ 800.000,00

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

	na sede e no Distrito de Bela Vista do Ivaí			pavimentadas	Governo do Estado
	Manutenção e embelezamento/ paisagístico das Praças Concórdia e Airton Candido	M² de projeto	01	Médio prazo (7 a 24 meses)	100.000,00
	Construção e reforma em Prédios públicos.	População atendida	M²	Contínuo até conclusão em 2013	R$ 400.000,00 Governo do Estado
	Manutenção nas Unidade Saúde Municipal	População atendida	-	Contínuo (5 anos)	R$ 200.000,00 Governo do Estado
	Readequação e Ampliação do Nº de leitos no hospital municipal.	População atendida	M2	Contínuo até conclusão em 2013	R$ 200.000,00 Ministério da Saúde
	Manutenção Programa Médico da Família.	População atendida	-	70% atendido em 4 anos	R$ 350.000,00 Ministério da Saúde
	Compra de equipamentos cirúrgico e odontológico, computadores para as unidades de saúde	Nº de equipamentos por servidor da saúde	-	Contínuo (5 anos)	R$ 100.000,00 Governo do Estado
	Manutenção do Consórcio Intermunicipal.	População atendida	Número de exames, consultas e internamentos	Médio longo/ 80% atendido em 4 anos	R$ 290.000,00 Governo do Estado
	Melhoria e investimento de veículos para o atendimento do PSF- programa saúde da família e agentes comunitários de saúde	Equipamentos para manutenção e aquisição de novos veículos	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 90.000,00 Governo do Estado
	Conclusão e funcionamento do centro de atendimento a mulher e a criança	M² de construção	-	Longo Prazo (acima de 24 meses)	R$ 390.000,00 Governo do Estado
	Manutenção e ampliação dos programas do CRAS	Nº de pessoas atendidas pelo programa	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 120.000,00 Governo do Estado

Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

	Manutenção dos programas de assistência social e fundo municipal dos direitos da criança e do adolescentes	Nº de pessoas atendidas pelo programa	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 300.000,00 Governo do Estado
	Construção da nova creche municipal	M² de construção	-	Longo Prazo (acima de 24 meses)	R$ 300.000,00 Governo do Estado
	Construção de Escola municipal	M² de construção	-	Longo Prazo (acima de 24 meses)	R$ 700.000,00 Governo do Estado
	Inserir proprietários de glebas com um roteiro turístico misto de patrimônio natural.	Nº de proprietários inseridos no roteiro	-	06 proprietários inseridos no roteiro (03 anos)	R$ 55.000,00 Ministério do Turismo
	Construção de complexo esportivo	M² de construção	-	Longo Prazo (acima de 24 meses)	R$ 300.000,00 Governo do Estado
	Manutenção do Asilo são Vicente de Paula	População atendida	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 150.000,00 Ministério da Saúde
				Subtotal	**R$6.665.000,00**

7.1 Indicadores de Gestão Administrativa

Tabela 4: INDICADORES DE GESTÃO EM AÇÕES INTERNAS

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor
	Realizar inventário do cadastro municipal patrimonial.	Nº de registros cadastrados	-	100% - até 2013 (02 anos)	Institucional Recursos próprios
	Recuperar receitas próprias municipais.	% de incremento das Receitas de Origem Tributária	(Receita Tributária – Orçamento 2010)	20% - 2012 15% - 2013 10% - a partir de 2014	Institucional Recursos próprios
	Aperfeiçoar a Aplicação de Recursos da Prefeitura.	% de economia de recursos nos processos licitatórios	-	20% - 2012 (01 ano)	Institucional Recursos próprios

	Promover o mapeamento das competências dos servidores Municipais.	% de servidores com registro de suas competências efetuadas	-	Mapear 100% do quadro de pessoal da Prefeitura (01 ano)	R$ 60.000,00 Recursos próprios
	Promover Programa de Capacitação dos Servidores Municipais.	% de servidores capacitados	-	30% dos servidores capacitados por ano, em cada secretaria	R$120.000,00 Recursos próprios
	Estruturar Programa de Benefícios aos Servidores Municipais.	Estruturação do Programa proposto	-	Programa estruturado (01 ano)	R$ 60.000,00 Recursos próprios
	Tornar efetivo o sistema de avaliação de desempenho Funcional.	Resultado da avaliação de desempenho funcional	-	Aplicação para 100% dos servidores, a cada dois anos	Institucional Recursos próprios
	Disseminar o Plano de Cargos e Salários aos Servidores Municipais.	% de servidores que dispões do conhecimento	-	100% dos servidores com conhecimento da Lei (02 anos)	Institucional Recursos próprios
	Firmar convênio com Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cedraf), Emater/Seab	Nº de atividades mensais	-	Médio prazo (7 a 24 meses)	R$ 60.000,00 Recursos próprios
	Criação de Conselhos Municipais de várias áreas (urbanismo, de defesa do consumidor, de defesa civil).	Constituição da Lei de criação	-	Ter implantado o Conselho em 06 meses	Institucional Recursos próprios
		Constituição dos membros representantes	-		Institucional Recursos próprios
				Subtotal	**R$ 300.000,00**

Tabela 5: INDICADORES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE

Setores	Ação	Indicador a ser Utilizado	Base	Meta / Prazo	Valor

GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE	Promover Articulação com Atores Municipais e Esferas Estaduais e Federais.	Realização de reunião com lideranças locais	-	Realização de reuniões trimestrais	Institucional Recursos próprios
	Ampliar a participação dos conselhos municipais na Gestão Municipal.	Projetosefetivados por Conselho	-	Efetivação de 01 projeto por Conselho por ano	Institucional Recursos próprios

OBS. Os valores, apresentados nas tabelas anteriores representam um referencial de custo estimado, sendo que para a obtenção do valor real efetivo deverá ser elaborado de acordo com o detalhamento do projeto ou programa de ação definitivo.

Na Tabela 6 apresenta um resumo das fontes de recursos (próprios municipais ou de outras fontes), baseado no poder de investimento do município de Fênix, descrita na Tabela 1, com projeção para os próximos cinco anos e sua capacidade de despesa própria com investimento a partir de 2018.

Tabela 6: Resumo dos valores de investimentos segundo seus aspectos e fonte de recursos:

Aspectos	**Fonte de recursos**	**Valor**
ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE	**Recursos próprios Municipais (1)**	**R$ 600.300,00**
	Outras fontes de recursos(2)	R$ 2.222.910,00
ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICO	**Recursos próprios Municipais(3)**	**R$ 356.700,00**
	Outras fontes de recursos(4)	R$ 1.679.100,00
ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS	**Recursos próprios Municipais (5)**	**R$ 1.279.770,00**
	Outras fontes de recursos(6)	R$ 6.552.020,00
ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	**Recursos próprios municipais(7)**	**R$ 896.100,00**
	Outras fontes de recursos(8)	R$ 8.695.400,00
ASPECTOS INTITUCIONAL	**Recursos próprios Municipais(9)**	**R$ 717.700,00**
	Outras fontes de recursos(10)	-
TOTAL DE	**Recursos próprios Municipais** (1+3+5+7+9)	R$ 3.850.570,00
	Outras fontes de recursos (2+4+6+8+10)	R$19.149.430,00
TOTAL GERAL	**Todas as fontes de recursos**	**R$ 23.000.000,00**

O Plano de Ação e Investimentos torna-se importante instrumento porque nele estão definidas as ações prioritárias que serão desenvolvidas nos próximos anos pactuadas em conjunto com os cidadãos devendo ser acompanhado pela população e revisado quando necessário de forma transparente e participativa.

8. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL.

A adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Fênix teve início por meio da avaliação da estrutura existente, realizada no Produto 02 – Avaliação Temática Integrada. A partir de então, pôde-se estudar formas de aperfeiçoar a estrutura existente, remanejar o corpo técnico e avaliar a necessidade de promoção de capacitações, tendo em vista o suprimento das necessidades identificadas. A fim de cumprir o que foi delineado pontualmente, isto é, a demanda levantada pela consultoria faz-se necessário atuar com uma estrutura administrativa com maior eficiência redistribuindo alguns setores e estruturando outros visando dar suporte a realização das ações propostas. Cabe salientar que a organização municipal é representada por diversos órgãos em diferentes funções, entre essas cabe citar outras funções que dão respaldo as atividades administrativas, financeiras, tributárias e recursos humanos.

A Figura 1 a seguir, demonstra o organograma da situação proposta pela consultoria da nova estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Fênix, revendo Lei Municipal Nº 11/2010 da estrutura administrativa do poder executivo do município de Fênix, que está em plena vigência. Pode-se observar que a estrutura existente no Município de Fênix está distribuído por Secretarias, Departamentos e posteriormente por divisões de apoio, mantendo-se a hierarquização antiga com as devidas alterações nos quais se classificam em Administração Geral e Específica, que deverão ser analisadas, comentadas e aprovadas pela equipe técnica municipal para o fechamento e compilação do produto. Como já foi mencionado anteriormente, pretende-se com a realização deste trabalho, estruturar um novo organograma municipal para a melhoria da qualidade dos serviços públicos, tendo como estratégias básicas a valorização das pessoas e a modernização do processo produtivo.

Para que um processo de transformação efetivo aconteça em uma organização pública, é imperativo que seus clientes sejam considerados os maiores interessados no mesmo. Esses clientes por sua vez, podem tanto ser receptores dos produtos/serviços gerados pela organização como também um cidadão, que simplesmente está preocupado com o

desempenho geral da organização, com o intuito de ter certeza que o imposto pago por ele está sendo utilizado apropriadamente.

Identificar, segmentar, levantar necessidades e expectativas e avaliar o grau de satisfação dos clientes com os produtos e serviços gerados pela organização pública é muito essencial para o sucesso do modelo proposto. Desta forma, além da orientação para o cliente o novo organograma e as novas legislações propostas também apresentam a simplicidade como uma característica importante.

A ideia é que quanto mais simples, mais fácil é o entendimento por terceiros, sendo também maiores as chances e facilidades de implementação em diferentes organizações públicas. No novo organograma há uma reestruturação e uma otimização das atividades comuns, com separação das funções denominadas de atividades meio, daquelas que cumprem as atividades fins. No organograma vigente pela Lei Nº 11/2010 são distribuídos da seguinte forma:

I. Órgãos Colegiados de Aconselhamento (Conselhos municipais).
II. Órgãos de apoio ao prefeito Municipal (Junta militar e administração do distrito de Bela Vista do Ivaí)
III. Órgãos de Assessoramento Direto (Assessoria Jurídica, de Imprensa e de Planejamento e controle e de Relações Públicas).
IV. Órgãos Auxiliares (Chefia de Gabinete e Secretarias de Administração e Planejamento, Sec. de Recursos Humanos e Sec. de Finanças).
V. Órgãos de Administração Específica (Sec. de Agricultura e Pecuária, Turismo e Meio Ambiente, Sec. de Educação e Cultura, Sec. de Saúde, Sec. de Assistência e Desenvolvimento social, Sec. de Indústria, Comércio e Abastecimento, Sec. de Obras, Serviços Urbanos e Transporte, Sec. de Esportes.

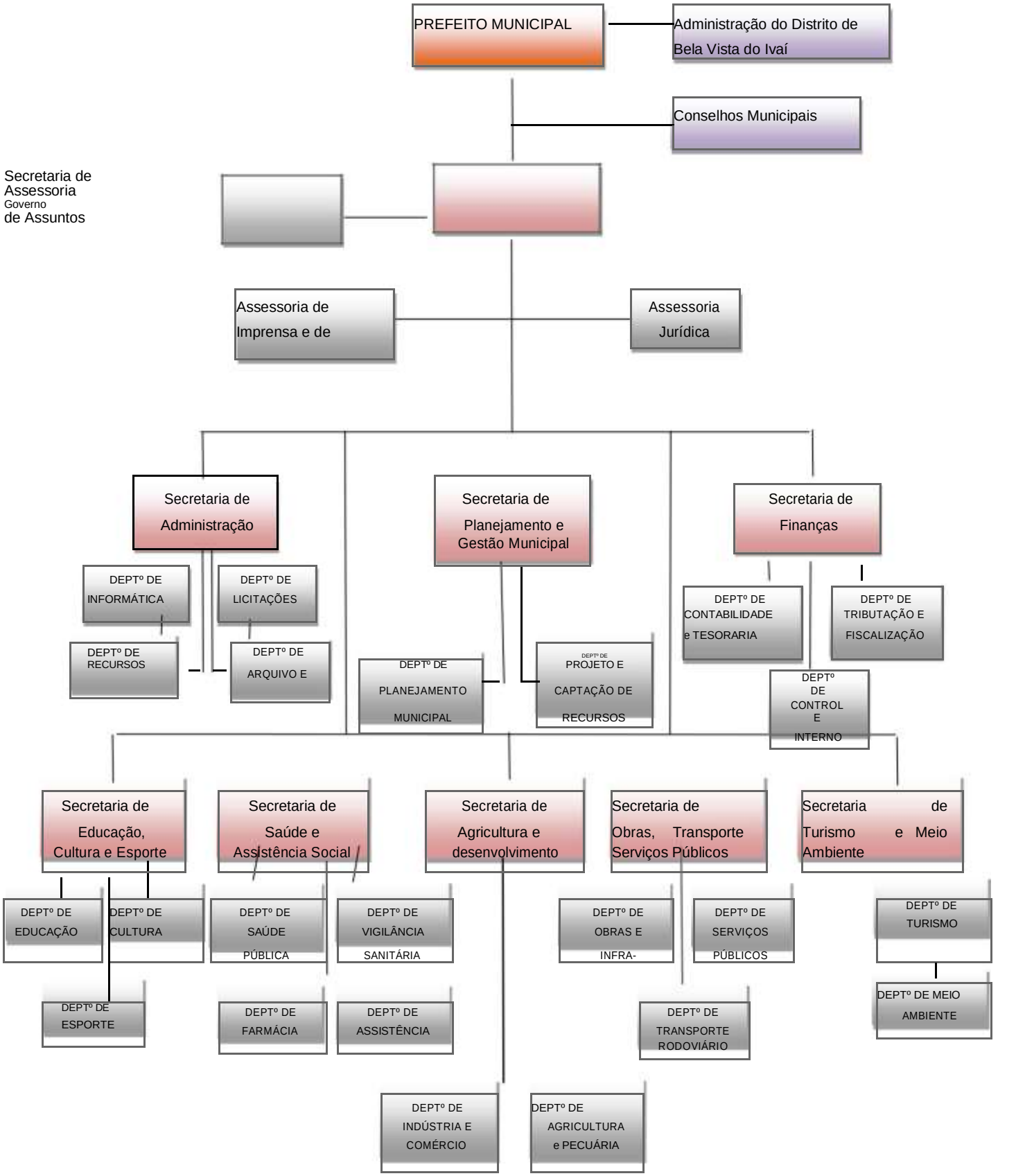
Fazendo uma análise da estrutura existente percebe-se a necessidade de uma atualização, readequação e valorização dos setores conforme suas atribuições e competências. Foi proposto uma nova ordenação em termos de hierarquização da estrutura, bem como uma qualificação em secretarias municipais e departamentos. A assessoria de Planejamento deixa de ser um órgão complementar para ser uma secretaria estruturante no processo de Gestão Municipal de todas as atividades e aplicações de recursos. O organograma proposto recomenda que as atividades passem pela Secretaria de Planejamento e Gestão Municipal, a fim de nortear quais as prioridades tanto em termos de investimentos como de controle de despesas e receitas. Foi proposto um staff junto ao prefeito municipal com as assessorias (de Imprensa e Jurídica), os conselhos municipais e uma Secretaria de Governo que fará o gerenciamento dos assuntos relativos à interação com o legislativo e com a

comunidade através da assessoria de assuntos comunitários, bem como a administração regional do Distrito de Bela Vista do Ivaí. Serão implantados três secretarias de atividades meio (Planejamento e Gestão Municipal, Administração e Finanças) e cinco secretarias de atividades fins (Obras, Transporte e Serviços Públicos, Saúde e Assistência Social, Educação, Cultura e Esporte, Agricultura e desenvolvimento econômico, Turismo e Meio Ambiente. Apesar de aparentemente ter diminuído o número de secretarias e departamentos, houve a necessidade de uma modernização na estrutura, visto que as demandas foram ampliadas e os setores legalmente constituídos se mantiveram ao longo dos últimos anos.

A proposta interfere não só nos aspectos quantitativos das estruturas físicas, como nos aspectos qualitativos de redistribuição de novas atribuições e responsabilidade no ambiente público, criando a Secretaria de Planejamento e Gestão Municipal, deixando de ser uma assessoria de apoio para ter um “staff” gerencial de comando integrado diretamente com o prefeito municipal, que visa apoiar todos os processos das demais secretarias, visto a amplitude de suas atividades e o novo gerenciamento do plano diretor municipal, bem como a estruturação para captação de recursos em outras estâncias governamentais.

A assessoria de assuntos comunitários fica submetida à Secretaria de Governo tendo as demais assessorias de imprensa e jurídica como de apoio a toda estrutura municipal. Os demais sofreram alterações significativas tanto em termos de apoio como de novas responsabilidades. A Secretaria de administração sofre algumas modificações em sua estrutura gerencial, visto a necessidade de concentração dos processos administrativos visando uma melhor qualidade de prestação de serviços à comunidade e ampla transparência das atividades públicas. A Secretaria de Administração se fortalece com o apoio dos Departamentos de Informática, Recursos Humanos, Licitações, Compra, Arquivo e Patrimônio. A Secretaria de Finanças além dos departamentos existentes foi proposto o Departamento de Controle Interno Municipal. A secretaria da agricultura é incorporado ao setor de desenvolvimento econômico da indústria e comércio, com o Departamento de Desenvolvimento Econômico e o departamento de agricultura e pecuária. Outra Secretaria importante que além das atribuições de sua pasta apoia a todos os demais é o de Obras, Transporte e Serviços Públicos que concentrou todo o controle dos serviços de máquinas e veículos, bem como de obras e serviços públicos. Nos demais algumas alterações pontuais em relação às atribuições de seus departamentos, como nas Secretarias de Saúde e Assistência Social que se fortalece com sua integração e de Educação, Cultura e Esporte que visa facilitar e dinamizar as atividades de atendimento a comunidade de Fênix.

Figura 1: Organograma proposto para o município de Fênix



Para cumprir o que foi sugerido, e visando à implantação do Plano Diretor Municipal, bem como a Gestão Municipal, a Prefeitura Municipal deverá ter por foco as ações que se seguem, subdividida em duas esferas: de Gestão em Ações Internas e de Gestão Democrática Permanente.

8.1 Gestão em Ações Internas

A Gestão em Ações Internas visa à adequação das atribuições e competências da estrutura organizacional da Prefeitura, nas atividades relacionadas às funções: Administrativa, Financeira, Tributária e Recursos Humanos.

As ações a serem realizadas estão descritas nas tabelas que se seguem:

Tabela 7: AÇÃO – CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO PARA MAIOR FOCO.

CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO PARA MAIOR FOCO	
Justificativa	A reorganização da estrutura administrativa é importante para o município tendo em vista a necessidade de criação da Secretaria de Planejamento e Gestão Municipal para concentrar o foco de cada departamento e divisão em suas atribuições e responsabilidade, visando o melhor desempenho do funcionário público e o melhor atendimento a população. Neste sentido se faz necessário formalizar a nova estrutura proposta. Esta ação é reforçada pelo princípio norteador das ações municipais e, pelo processo de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal.
Objetivo Geral	Coordenar o processo de Planejamento Municipal Permanente.
Objetivos específicos	Orientar e articular o processo de planejamento e orçamento municipal; Supervisionar a implantação do Plano Diretor Municipal; Priorizar as ações relacionadas aos setores de desenvolvimento, principalmente aquelas voltadas a dinamizar o desenvolvimento sustentável do município; Articular com os atores locais – representantes da sociedade; Produzir relatórios de gestão municipal.
Prazo de Implantação	Curto Prazo.
Responsabilidade	Poder Executivo.

Tabela 8: PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	
Justificativa	Vivencia-se a era do conhecimento e, pensar em qualificar os quadros funcionais é imperativo nas organizações, sejam da iniciativa pública, privada e/ou as entidades sem fins lucrativos. Neste sentido, investir em

	recursos humanos traduz-se na capacitação e atualização dos colaboradores para as funções organizacionais, traduzindo no resultado do trabalho, em melhorias na capacidade de análise, no desempenho das funções, na proposição de soluções, bem como no uso dos recursos da organização.
Objetivo Geral	Qualificar o quadro de profissionais municipais e capacitação técnica a servidores que acompanharão a implantação do Plano Diretor Municipal.
Objetivos específicos	Proporcionar atualização constante; Capacitar para novas atribuições; Aperfeiçoar capacidade de análise; Melhorar constantemente o resultado dos trabalhos internos.
Prazo de Implantação	Curto Prazo.
Responsabilidade	Departamento de Administração.

8.2 Gestão Democrática Permanente

Na elaboração deste Plano Diretor Municipal - PDMFX foram delineadas propostas diversas, organizadas em setores de desenvolvimento, diretrizes e ações. Para tanto, esta construção não levou apenas ao conhecimento da sociedade, mas sim, sua efetiva participação na elaboração por meio de seus representantes. Deste modo, este inter-relacionamento com a sociedade é um fator primordial na construção do município que se deseja. Neste sentido, não basta apenas uma gestão interna municipal, é necessária a articulação com o meio local, pois a partir deste se viabiliza o apoio para as atividades no desenvolvimento. Portanto, propõe -se como essencial as seguintes ações:

Tabela 9: AÇÃO – PROMOVER ARTICULAÇÃO COM ATORES MUNICIPAIS E ESFERAS ESTADUAIS E FEDERAIS.

PROMOVER ARTICULAÇÃO COM ATORES MUNICIPAIS E ESFERAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
O esforço conjunto com os diversos atores da sociedade local, para atingir um objetivo comum Implantação do Plano Diretor Municipal, reforça a necessidade de uma articulação entre o Poder Executivo Municipal, Poder	
Justificativa	Legislativo Municipal, Sociedade Civil Organizada e demais órgãos governamentais nas esferas estaduais e federais. Assim, viabiliza-se de modo mais efetivo a captação de recursos para a realização dos projetos estratégicos para o município.
Objetivo Geral	Aperfeiçoar relacionamento com os atores da sociedade.

Objetivos específicos	Ampliar relacionamento entre os atores locais para objetivo comum; Viabilizar a captação de recursos para projetos estratégicos; Compartilhar soluções.
Prazo de Implantação	Curto Prazo.
Responsabilidade	Poder Executivo – Prefeito Municipal e Secretário de Planejamento e Gestão Municipal.

Tabela 10: AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL	
Justificativa	Ampliar a participação efetiva dos conselhos na criação, acompanhamento e gestão das políticas públicas da cidade. Aos conselhos já atuantes, a implantação desta ação representa motivação e melhoria contínua na sua forma de atuar.
Objetivo Geral	Dinamizar a participação dos conselhos na gestão municipal.
Objetivos específicos	Expandir a interação entre o poder público e os Conselhos; Analisar e acompanhar as Políticas Públicas; Promover a elaboração de novos projetos integrados.
Prazo de Implantação	Curto Prazo.
Responsabilidade	Poder Executivo – Secretarias de Governo e Planejamento e Gestão Municipal.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este volume tem por objetivo auxiliar os Administradores Municipais e o Conselho de Desenvolvimento Urbano Municipal na implantação das Ações do Plano Diretor Municipal, mediante a explicitação de mensurações e avaliações de desempenho, tanto das ações propostas quanto dos próprios órgãos da Prefeitura, responsáveis pela efetivação das mesmas. A partir da adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal sugerida, será readequadas às atribuições dos segmentos da estrutura visando prestar um serviço de alta qualidade, focando as ações para o alcance dos objetivos do Plano Diretor Municipal de Fênix
– PDMFX

10. REFERÊNCIAS

BRASIL (2002) Lei 13.430 de 13 de setembro de 2002: Institui o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo.

_____. (2004) Lei 13.885, de 25 de agosto de 2004: Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo. São Paulo: PMSP.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. São Paulo: Contexto, 1992.

ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: 2001.

PNUD, Atlas do Desenvolvimento Urbano no Brasil, www.pnud.org.br, 2008.

SIEBERT, Cláudia A. F. A legislação urbanística de Blumenau: 1850 – 1997.
In: Dynamis: Revista Tecno-Científica. V. 8. Nº. 30. Blumenau: FURB, 2000.

ROLNIK, R. (1997). A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel;

VAZ, J. C., Medindo o Desempenho da Gestão. Dicas do Instituto Pólis, DICAS nº37, 1995

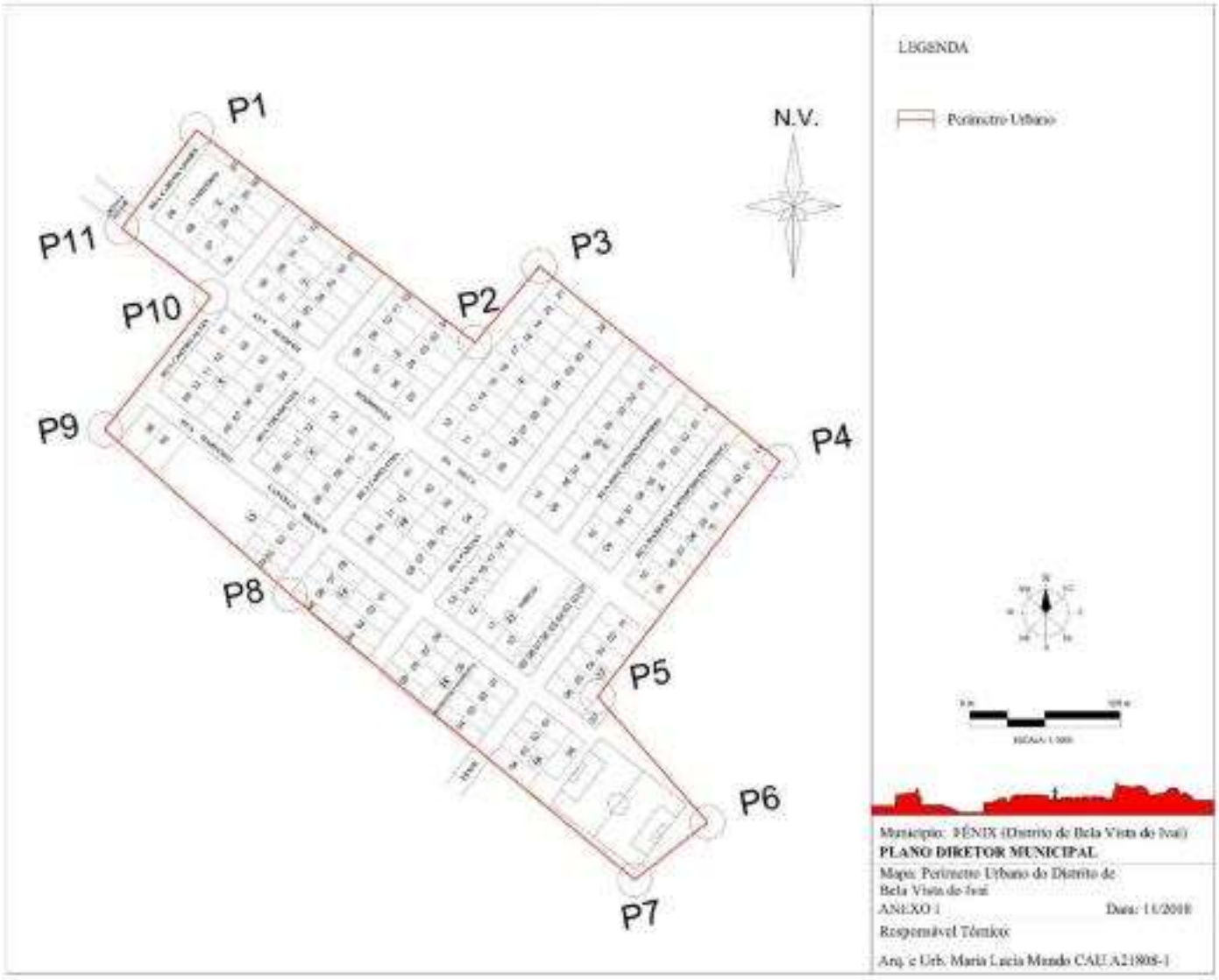
ANEXO I

MAPAS INTEGRANTES DA ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR – ATUALIZADOS

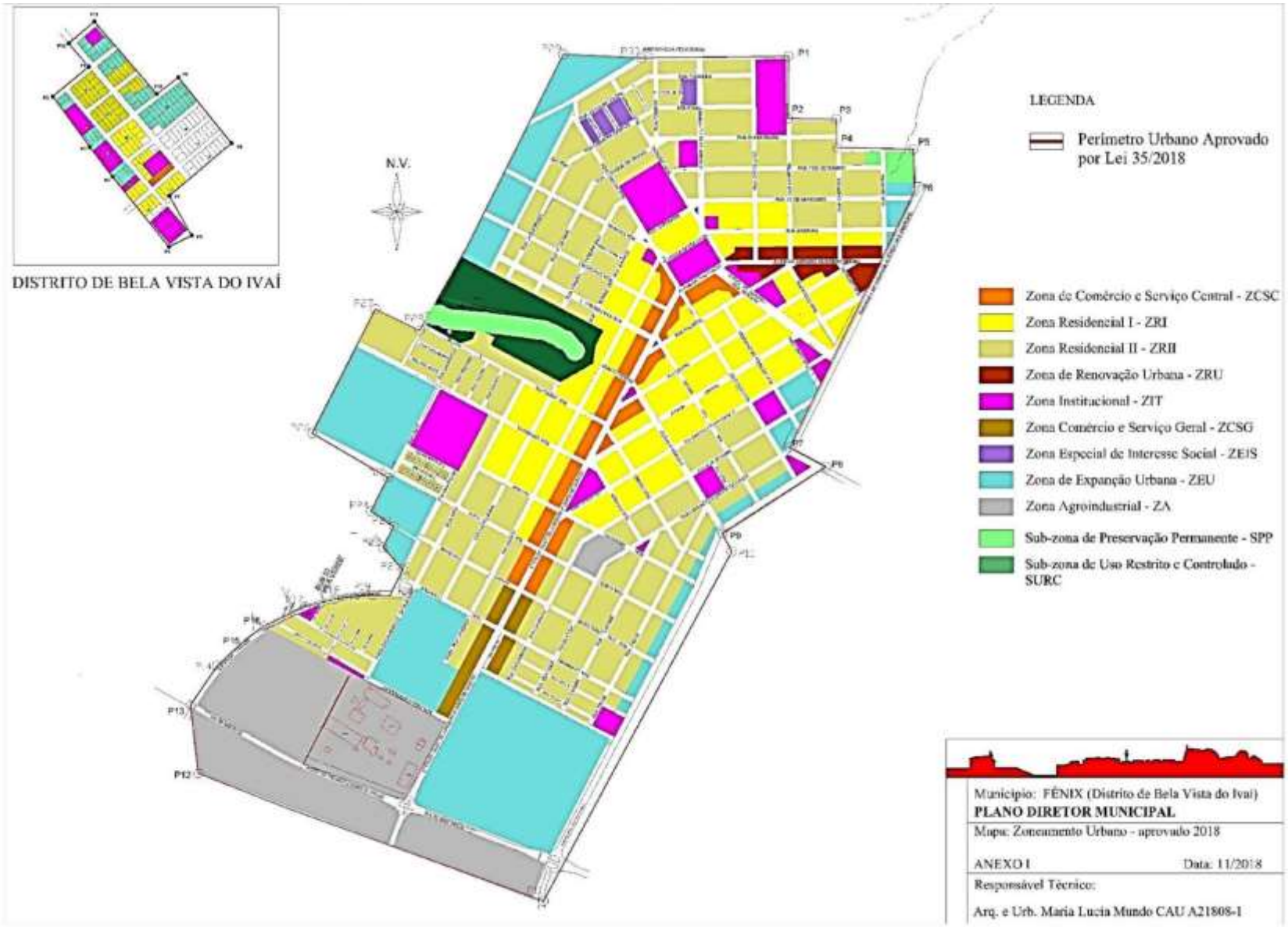
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



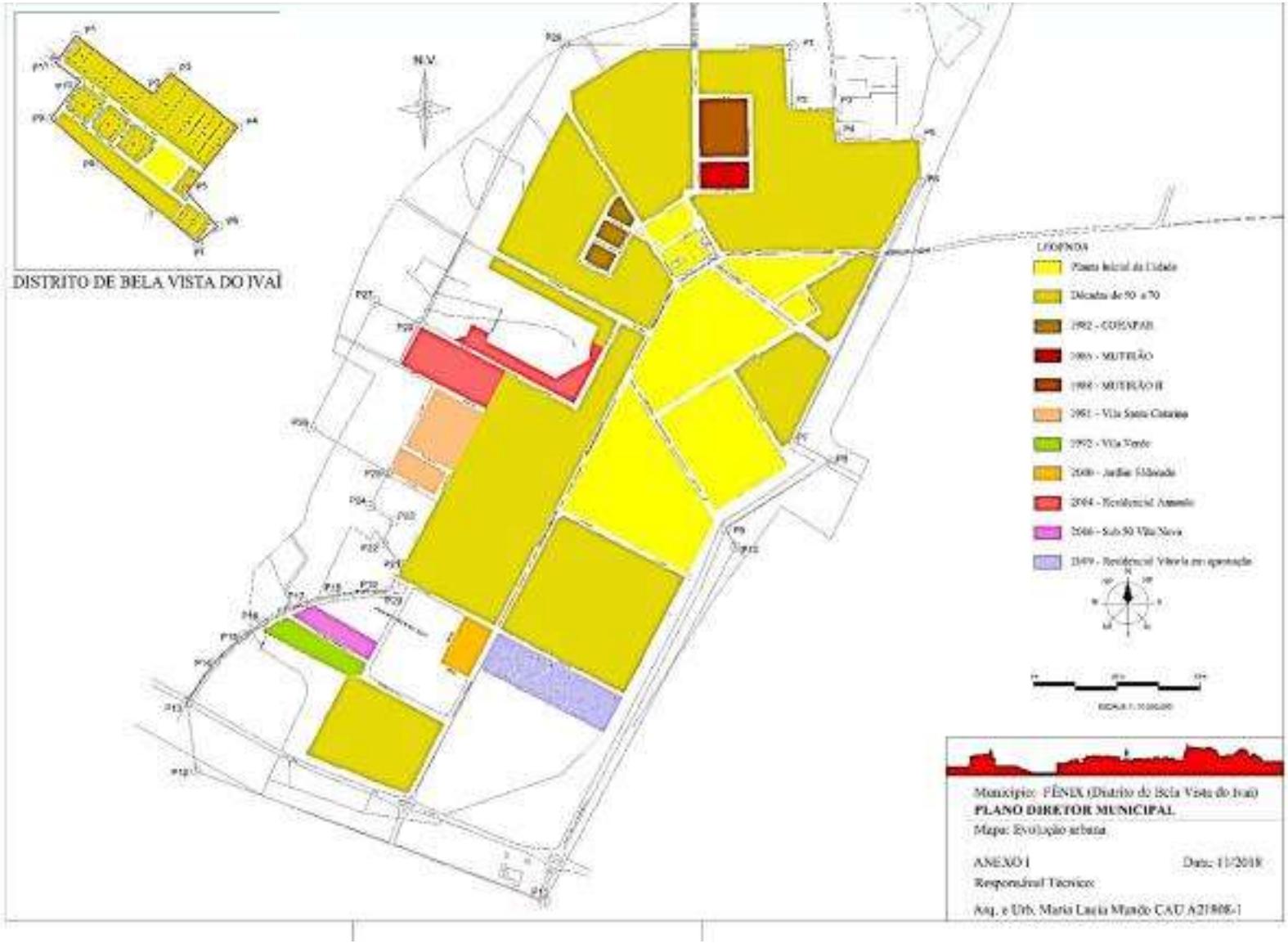
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



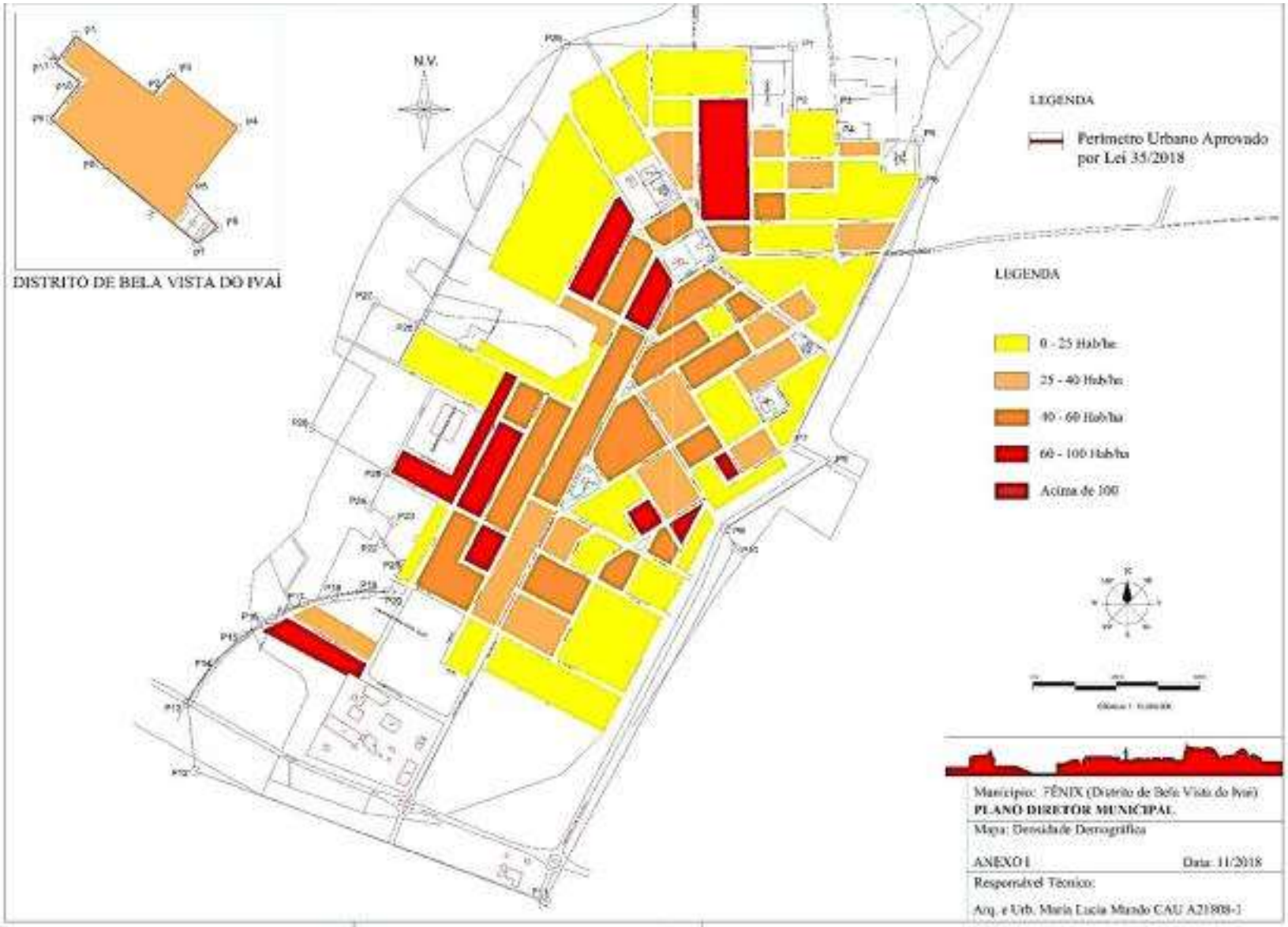
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



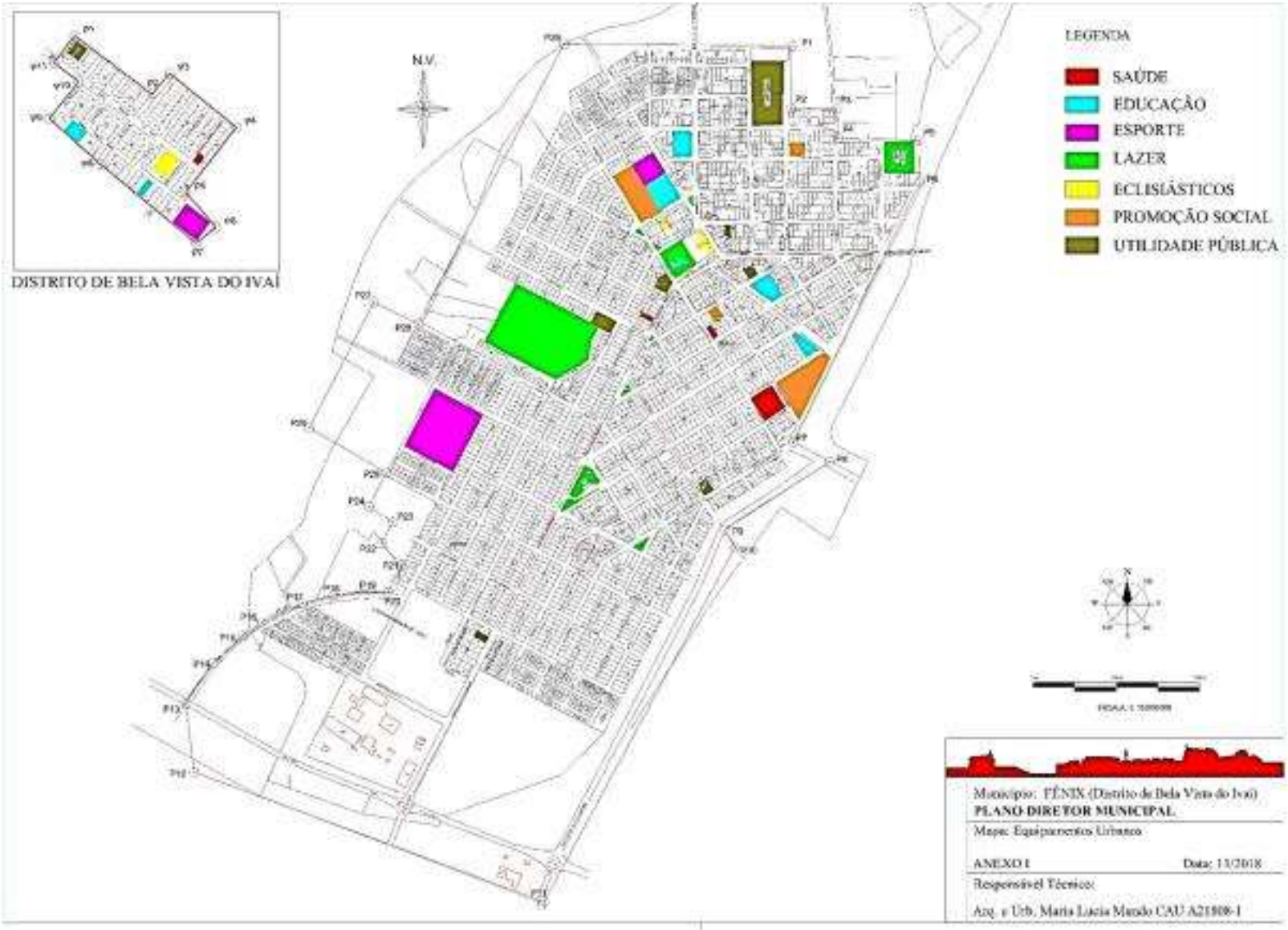
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



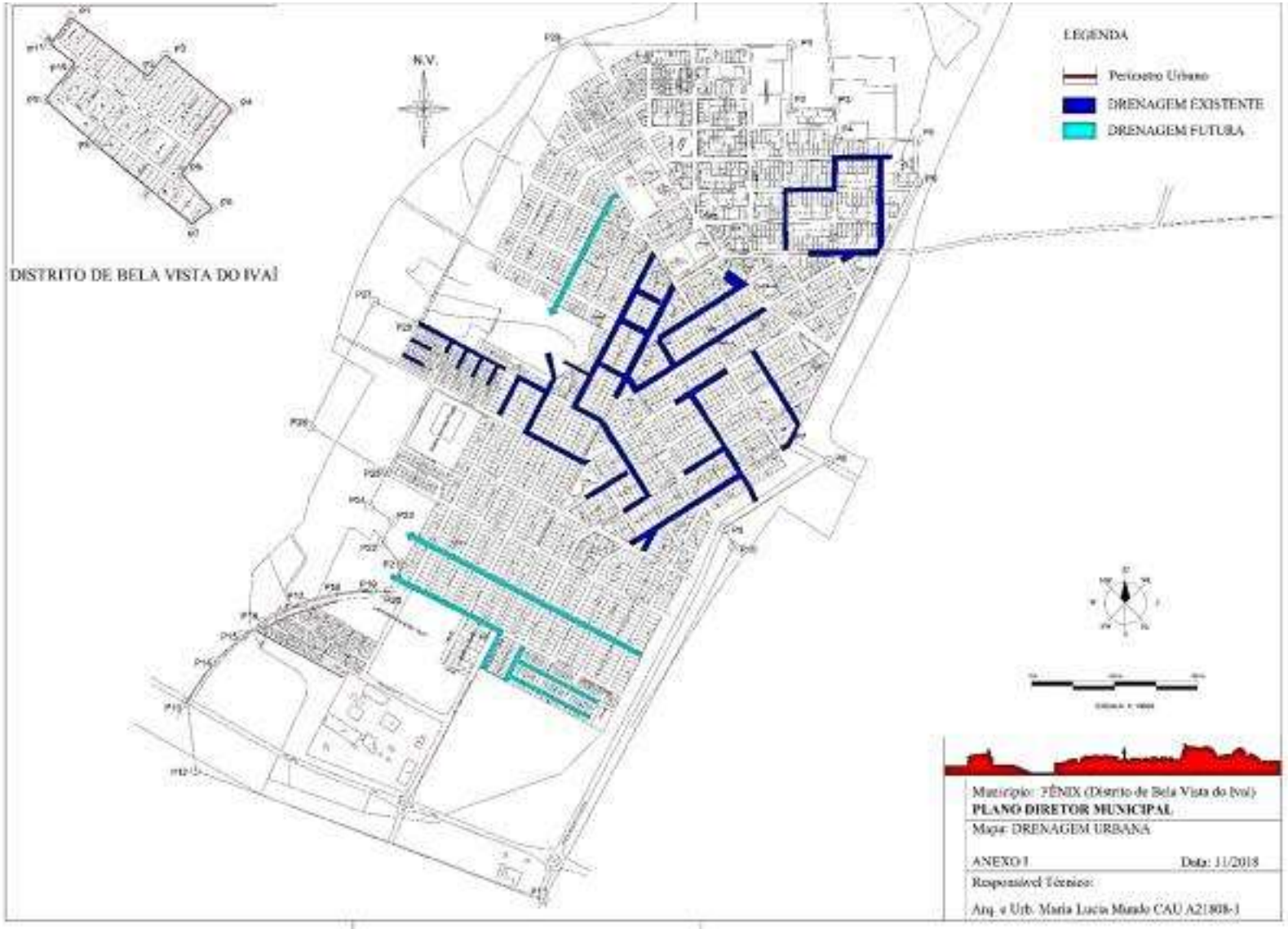
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



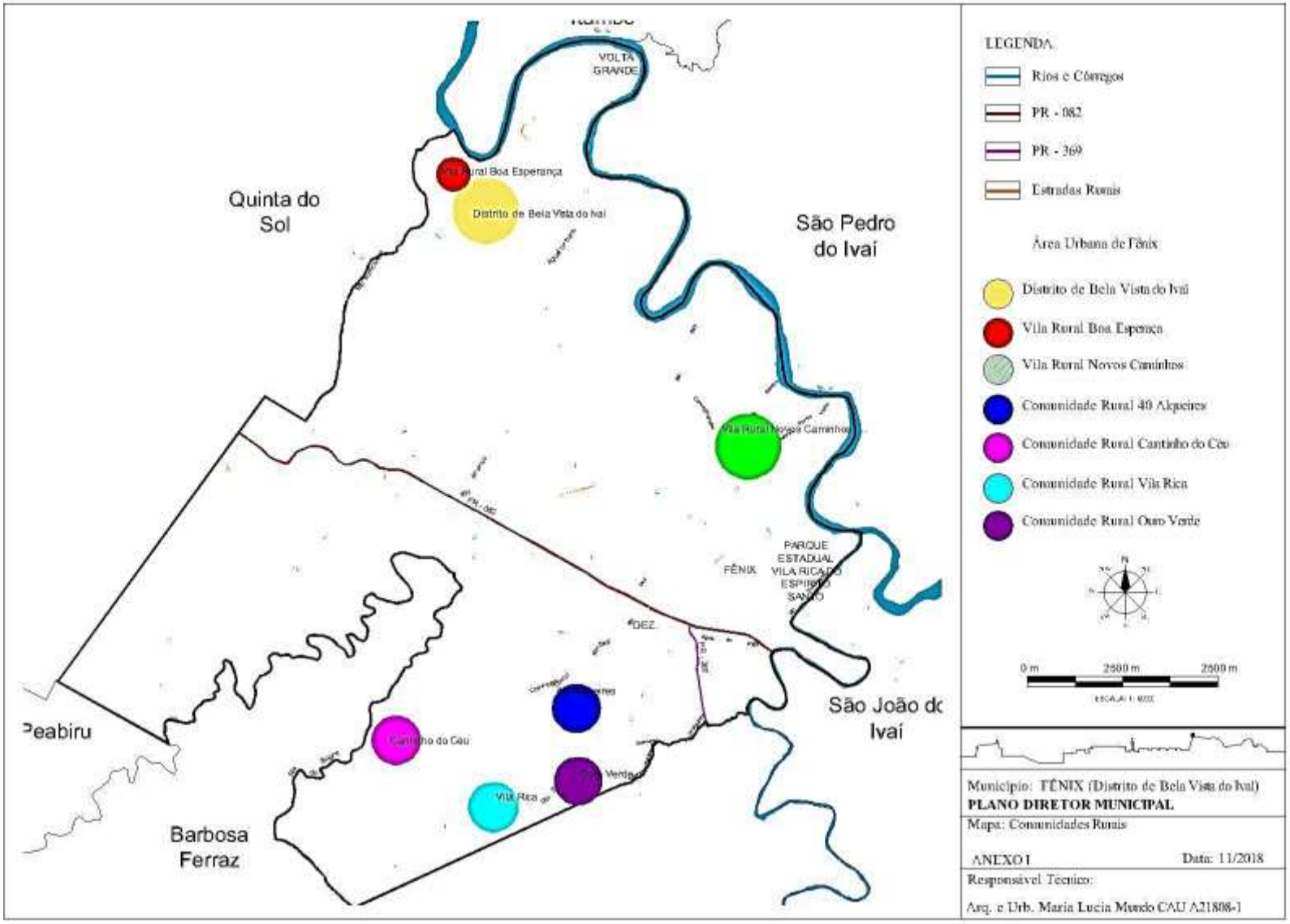
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



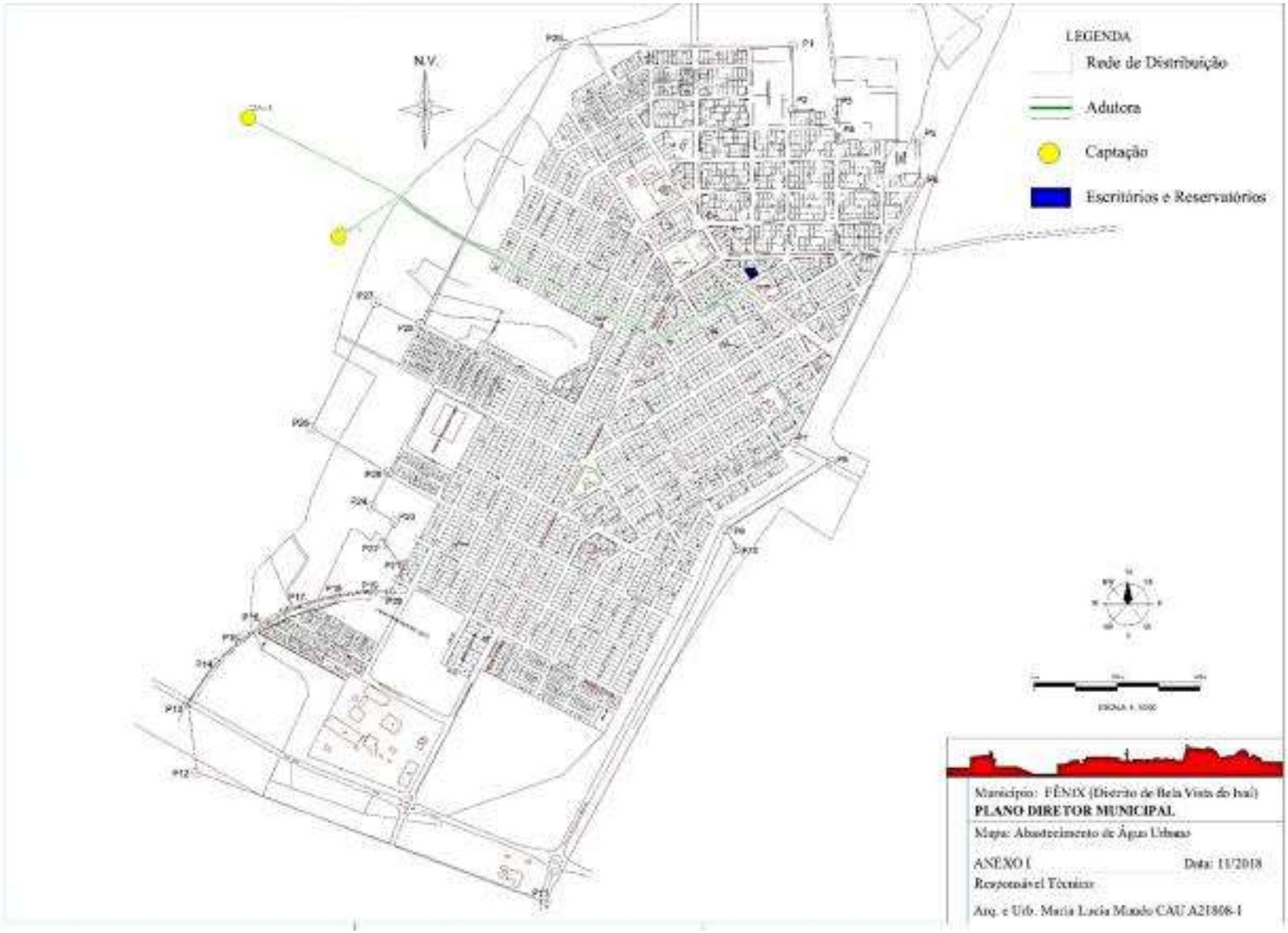
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



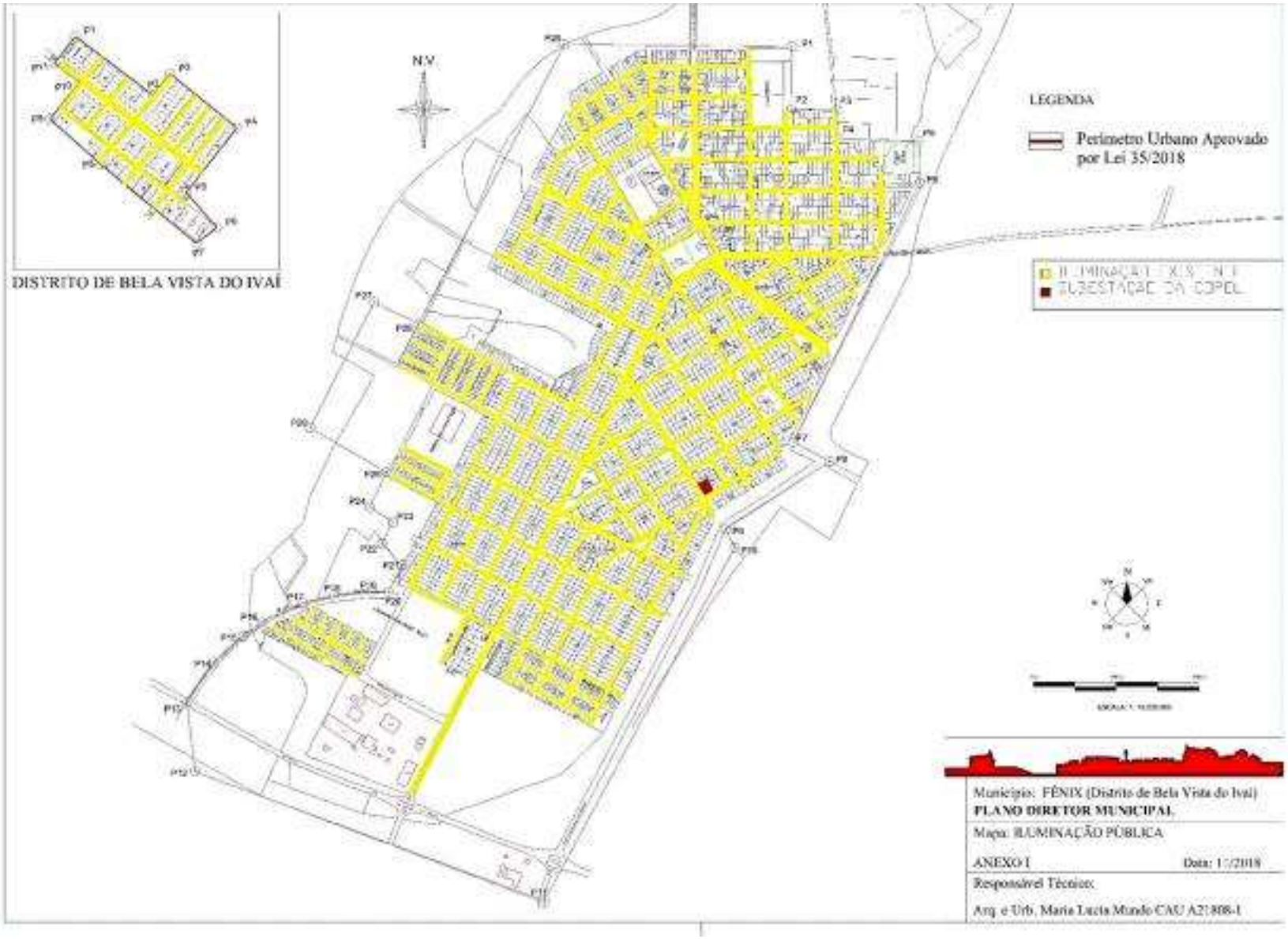
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



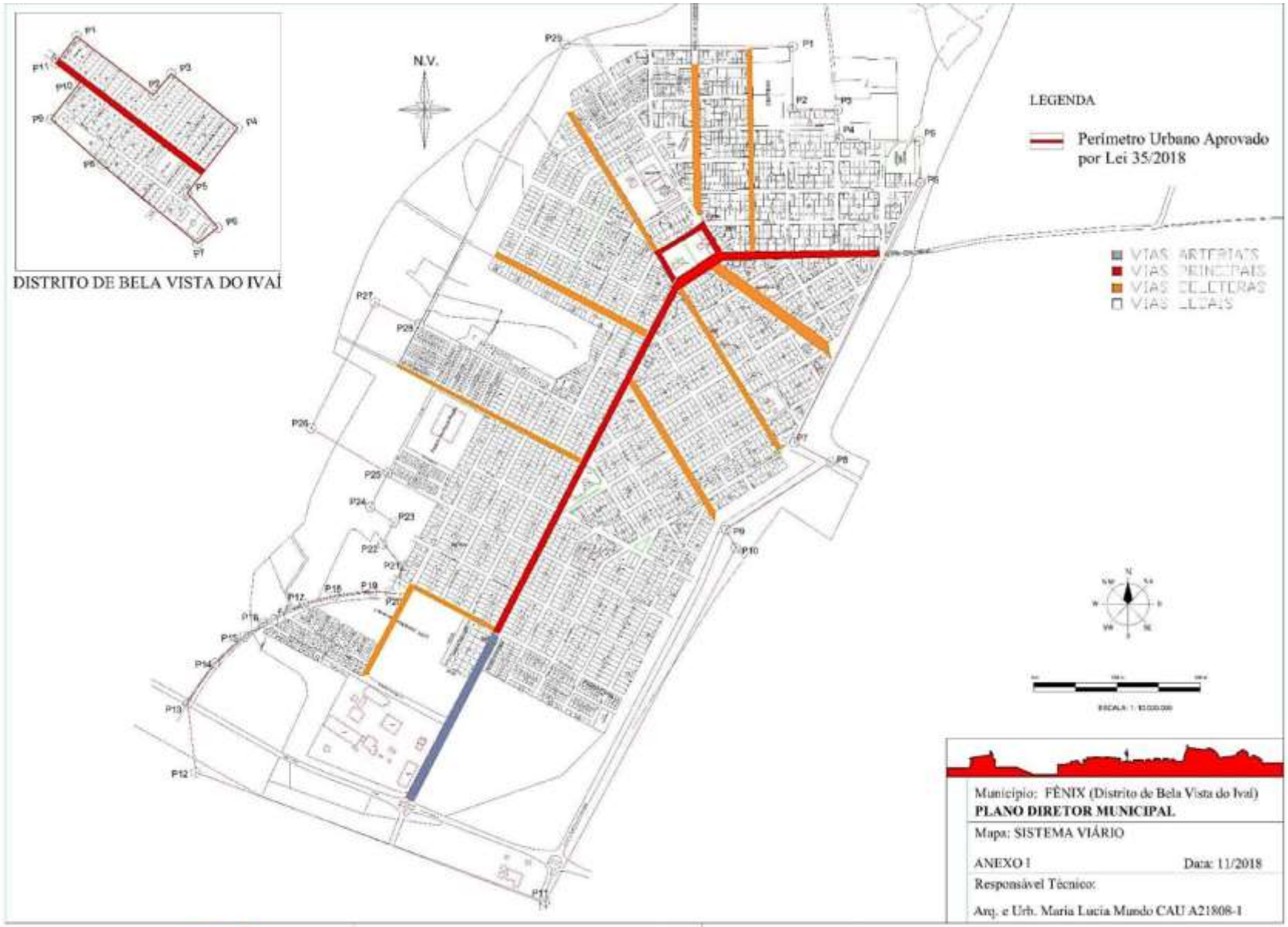
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



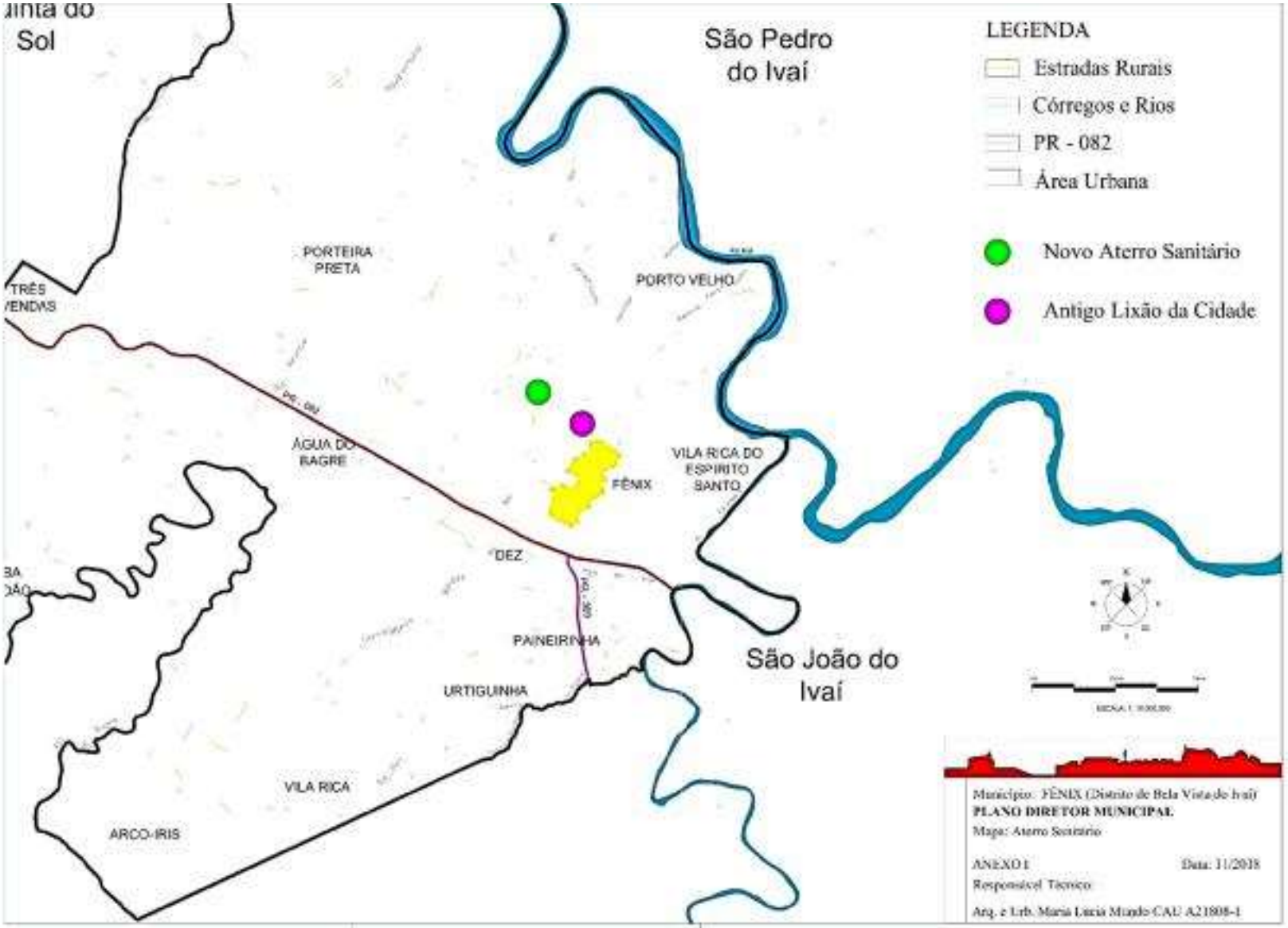
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



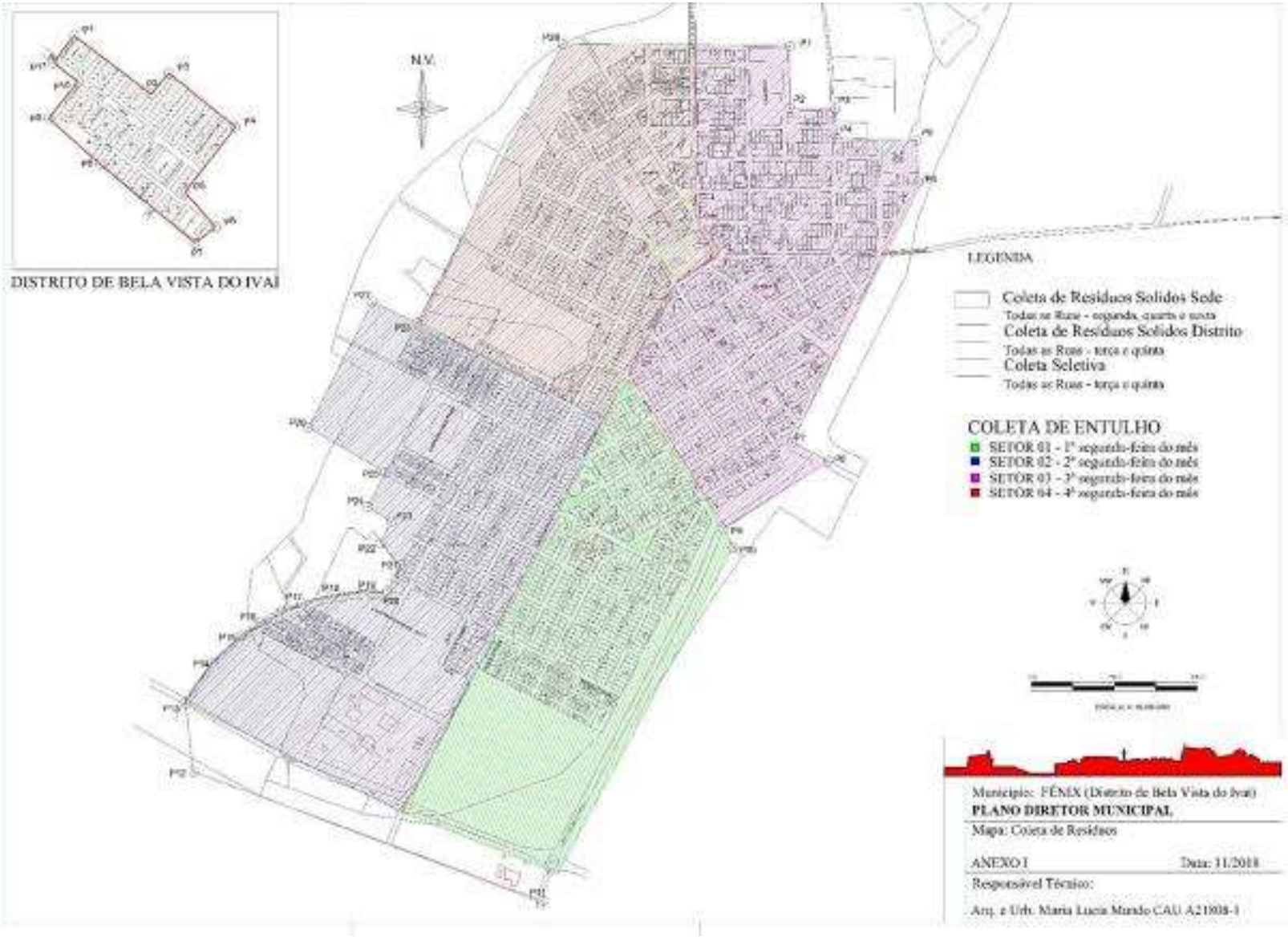
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



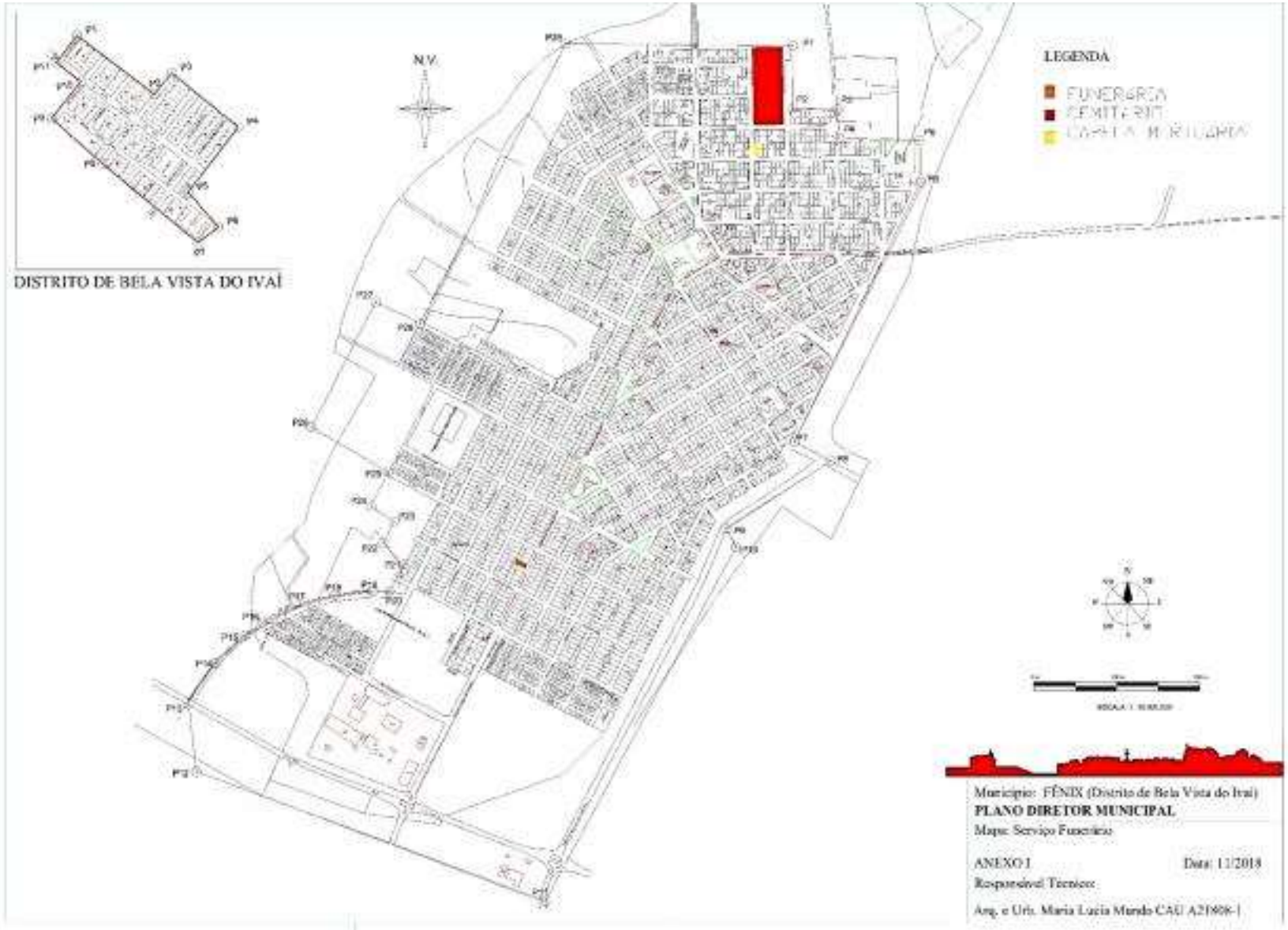
Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná



Plano Diretor do Município de Fênix - Paraná

EQUIPE TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Técnicos

Alcindo Molina Serrano

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transportes

Arlei Fátima Rudek

Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Daniel Pereira Filho

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Elson de Araujo Costa

Contador – CRC 055961/O-1

Fabiana Akiko Omura

Assessora Jurídica OAB/PR 46.899

Juliana Fontini de Souza

Departamento de Tributação Rural

Coordenação Geral

_____

Maria Lucia Mundo

Arquiteta e Urbanista – CAU – A21808-1

Altair Molina Serrano

Prefeito Municipal

Fênix, março de 2019.